

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Departamento de Geografia

Roberta Vieira Raggi

**CONTRADIÇÕES DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO DOS
ASSENTAMENTOS: A CONQUISTA DO PDA PELO MST**

(um estudo de caso da Comunidade de Resistência Roseli Nunes – Pequi/ MG)



Minas Gerais – Brasil

2008

Roberta Vieira Raggi

**CONTRADIÇÕES DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO DOS
ASSENTAMENTOS: A CONQUISTA DO PDA PELO MST**

(um estudo de caso da Comunidade de Resistência Roseli Nunes – Pequi/ MG)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Organização do Espaço.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Manuel Merêncio Martins

Belo Horizonte

Departamento de Geografia da UFMG

2008

Raggi, Roberta Vieira

Contradições da produção do espaço dos assentamentos: a conquista do PDA pelo MST (um estudo de caso da Comunidade de Resistência Roseli Nunes – Pequi/MG) / Roberta Vieira Raggi. – 2008.
245 f., enc.

Orientador: Sérgio Manuel Merêncio Martins.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências.

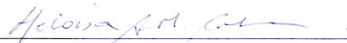
Bibliografia: f. 175 – 181.

Palavras chave – Reforma agrária, questão agrária brasileira, assentamentos, Plano de Desenvolvimento de Assentamentos (PDA), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

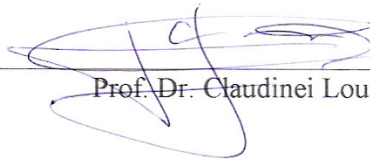
Dissertação defendida e aprovada, em 11 de agosto de 2008, pela Banca Examinadora constituída pelos professores:



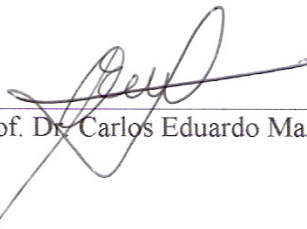
Prof. Dr. Sérgio Manuel Merêncio Martins



Prof. Dra. Heloisa Soares de Moura Costa



Prof. Dr. Claudinei Lourenço



Prof. Dr. Carlos Eduardo Mazzetto Silva

Esta pesquisa é dedicada às famílias dos Assentamentos mineiros Comunidade de Resistência Roseli Nunes, Franco Duarte, Resistência, Liberdade, Canudos, Emiliano Zapata, Flávia Nunes, Olga Benário do Acampamento 2 de julho também em Minas Gerais, e do Assentamento Sergipano 13 de maio que, de forma direta ou indireta, ensinaram-me coisas que nenhuma escola é capaz de ensinar.

Agradecimentos

Diante da concretização deste trabalho não poderia furtar-me a agradecer a preciosa contribuição de muitos que, de alguma maneira, tornaram-se tão importantes para a sua realização. Agradeço àqueles que tornaram este trabalho possível:

A meu orientador, Sérgio Martins, agradeço pela atenção dedicada, pela paciência e respeito ao processo de amadurecimento pelo qual tive que passar para construir esta pesquisa e pela grande generosidade ao compartilhar conhecimentos e reflexões tão importantes à elaboração desta pesquisa.

Ao MST, por propiciar condições para a realização deste trabalho, especialmente aos dirigentes do MST mineiro Edite Prates, Mateus Trevisan, Gilberto Eleodoro, Chacal, Corisco, Chusky, Helenice Pereira da Silva e Ênio Bonemberger, ao Coletivo Nacional de PDA, especialmente aos dirigentes do MST nacional Elenar Ferreira e Karla Emmanuela e aos técnicos da equipe de PDA Daniel Mâncio, Cláudia D'Ávila, Marília Gaia, Maria Gabriela Ferreira da Mata.

Ao grupo de voluntários do Ziri - Bruno Divino, Francis Guedes, Francisco Viana, Janaína Beling, Luciana Carneiro, Ludmila Mamede, Maria Angélica Alves, Paola Dias, Renata Godim e Waltency Roque de Sá - e à professora Lídia Maria dos Santos, amigos que não mediram esforços em seu apoio para a realização do PDA da C.R. Roseli Nunes e que acabaram contribuindo indiretamente para a realização deste trabalho.

Aos profissionais e funcionários da Superintendência Regional do INCRA de Minas Gerais (SR-06), pela generosidade e prontidão com que sempre fui recebida, especialmente Érica Galvani, Mônica Mariz Jesus de Carvalho, Alexandre Lacerda, Maurílio Chagas e Edna Coimbra, da cartografia.

Aos professores da UFMG: Klemens Laschefski, Cássio Eduardo Viana Hissa, Heloísa Soares de Moura Costa, Claudinei Lourenço, Anselmo Alfredo, Ricardo Alexandrino Garcia e Maria Aparecida dos Santos Tubaldini cujos ensinamentos e

contribuições foram tão importantes para a elaboração deste trabalho. Agradeço também ao professor Carlos Eduardo Mazzetto Silva pelas valiosas contribuições dadas no momento da defesa desta dissertação.

A Helder Freitas, agradecimentos especiais pelo grande apoio nas visitas de campo e por proporcionar grandes reflexões a respeito do PDA e da C.R. Roseli Nunes que enriqueceram em grande medida a elaboração deste texto.

Às famílias assentadas e acampadas que com tanta simpatia e cordialidade compartilharam suas vidas, seus dilemas, suas histórias e memórias, suas alegrias e tristezas, suas conquistas e derrotas, suas lutas.

Cuja contribuição por vezes transcende a construção formal desta pesquisa, agradeço à minha família, minha mãe e meu pai e especialmente à minha irmã Raquel, pelo apoio gigantesco, pelas críticas e puxões de orelha, por sua grande amizade e por ter uma paciência do tamanho do mundo!!!

Agradeço também a Paulo Dimas Rocha de Menezes, Renato César José de Souza, Flávia de Paula Duque Brasil, mestres que de forma direta ou indireta contribuíram e incentivaram a realização desta pesquisa.

Aos amigos: Bruno Bedim, cuja coragem, determinação e competência tanto me inspiraram diante do desafio de construir uma pesquisa da qual eu pudesse me orgulhar. Ao Crispim, Maria e Tiago, amigos preciosos que mesmo em terras distantes estão sempre dispostos a apoiar meus sonhos. Ao GatoMário, Ferdinando e Marquinhos, cuja companhia nas noites de sexta-feira em Santa Tereza tornam as amarguras menos amargas e a vida bem mais divertida. À Shisa, Léo, Rodrigo e Lourenço, obrigada pela companhia, pela alegria, pela cerveja e pela prosa. À Tatiana, sempre disposta a oferecer apoio nos momentos difíceis e a comemorar os momentos alegres. E, por último, mas não menos importante, agradeço especialmente à Aurora e Ston, muito mais do que “cúmplices”, amigos para a vida inteira.

Apesar de contar com o auxílio precioso de tantas pessoas é preciso esclarecer que sou inteiramente responsável por falhas ou omissões cometidas neste trabalho.

DAS UTOPIAS

Se as coisas são inatingíveis... Ora!
Não é motivo para não querê-las...
Que tristes os caminhos, se não fora
a mágica presença das estrelas!

Mário Quintana

Resumo

A partir de 2003 o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST, tornou-se responsável pela organização e planejamento de seus assentamentos através da elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento, PDA. Como conseqüências do planejamento do MST, foram levantadas questões que vão muito além da execução desta tarefa: qual é, por exemplo, o modelo de assentamento desejado pelas famílias e pelo MST? Como este deve ser construído? Numa dinâmica social em que o espaço é utilizado como um instrumento político, a realização do PDA pelo MST é mais que somente a execução de uma tarefa que previamente fora exercida pelo Estado, uma vez que também envolve o conflito entre grupos diferentes e a disputa por distintas produções do espaço. A partir do estudo da questão agrária brasileira e do desenvolvimento do MST, este trabalho descreve e analisa o primeiro PDA executado pelo MST em Minas Gerais no assentamento Comunidade de Resistência Roseli Nunes, município de Pequi, em Minas Gerais, Brasil. Mais do que restringir-se à mera descrição desse processo, essa pesquisa expõe as contradições do planejamento dos assentamentos pelo MST em que as pessoas envolvidas nesse processo são, simultaneamente, produtos e produtores do espaço agrário no cenário presente no Brasil.

Palavras chave: MST, PDA, PPOA, reforma agrária, produção do espaço.

Abstract

Since 2003 the Movement of Landless Workers (MST in Portuguese abbreviation) becomes responsible for the organization and planning of its settlements through the elaboration of the Settlements Development Plan, (PDA). As a consequence of MST's planning, some questions were raised that went further than this task itself: which is, for example, the model of settlement desired by the families and by MST? How should it be organized? In a social dynamic in which space is used as political instrument, the PDA made by MST is more than just the incorporation of a task that were previously exercised by the State. This planning also involves the conflict between different groups and the dispute for the production of space. From the study of the Brazilian agrarian history and the burgeon of the MST, this work describes and analyzes the first PDA carried out by MST in the Comunidade de Resistência Roseli Nunes Settlement, in Pequi, state of Minas Gerais, Brazil. This study shows up the contradictions of the settlement's planning by MST, and also that the people involved in it are, at one time, products and producers of the agrarian scenery present in Brazil.

Keywords: MST, PDA, PPOA, agrarian reform, production of the space

Lista de fotos

Foto 1 e Foto 2: Exemplos de matas secundárias regeneradas.....	73
Foto 3 e Foto 4: Casa Sede.....	73
Foto 5 e Foto 6: Curral localizado em frente à casa sede	74
Foto 7 e Foto 8: Parte posterior do curral	74
Foto 9: Paiol e Foto 10: área para moagem de milho	74
Foto 11 e Foto 12: Pocilga.....	75
Foto 13: Casa do Sr. Dinamar Ferreira de Jesus e Foto 14: antiga casa de empregados atualmente utilizada como área comunitária	75
Foto 15 e Foto 16: Açudes.....	75
Foto 17: Curral localizado ao norte da propriedade (Cirno).....	76
Foto 18: Dona Dionília e seu neto Renato	83
Foto 19: Dinamar e sua esposa Eliana	84
Foto 20: Tigrão com sua filha no colo	87
Foto 21: Seu Alsório	89
Foto 22 e Foto 23: Reuniões de elaboração do PDA com famílias da C.R. Roseli Nunes	109
Foto 24 e Foto 25: Exemplos de áreas de mata dentro do lote de seu Sinvaldo....	134
Foto 26 (esquerda): Área desmatada para construção da casa e Foto 27: Área desmatada utilizada para plantio	134
Foto 28: Pedras retiradas de área de plantio do lote de seu Sinvaldo.....	136
Foto 29: João Batista Rigueira.....	137
Foto 30: Vista panorâmica do Rio Jequitinhonha a partir da casa-sede.....	150
Foto 31: Vista panorâmica da chapada a partir da casa-sede.....	150
Foto 32: Imagem de satélite com o perímetro do assentamento Franco Duarte ...	151

Lista de figuras

Figura 1: Desenho do sonho de uma família da C.R. Roseli Nunes para seu lote 113	
Figura 2: Desenho do “sonho” de uma família da C.R. Roseli Nunes para o assentamento	113
Figura 3: Desejo de Valdério Rodrigues Salomão para o futuro do lote	145
Figura 4: Desejo de Homero Soares Jardim para o futuro do lote.....	145
Figura 5: Desejo de Valdério Rodrigues Salomão para o futuro do assentamento.	146
Figura 6: Desejo de Dinamar Ferreira de Jesus para o futuro do assentamento...	147
Figura 7: Corte esquemático com a identificação dos tipos de ambientes encontrados no assentamento Franco Duarte	152

Lista de mapas

Mapa 1: Mapa de Minas Gerais, com destaque para Pequi	71
Mapa 2: Localização da fazenda no município de Pequi.....	72
Mapa 3: Tipos de solos encontrados na região do município de Pequi.....	76
Mapa 4: Mapa Geológico do Município de Pequi	77
Mapa 5: Mapa de declividades do assentamento	78
Mapa 6: Estimativa dos perfis de solos encontrados no assentamento	79
Mapa 7: Mapa de tipos de solos identificados pelas famílias da C.R. Roseli Nunes	110
Mapa 8: Estratos ambientais identificados pelas famílias da C.R. Roseli Nunes ..	110
Mapa 9: Modelo de parcelamento tradicional adotado pelo INCRA, “quadrado burro”	116
Mapa 10: Núcleo de moradia ou “raio de sol” (aproximação das moradias que se encontram em lotes individuais).....	117
Mapa 11: Núcleo de Habitação (formação de agrovilas separadas das áreas de produção)	117

Mapa 12 (esquerda): Proposta de parcelamento com área coletiva e Mapa 13: Proposta de parcelamento sem área coletiva	123
Mapa 14: Mapa de parcelamento do assentamento Franco Duarte	153
Mapa 15: Uso atual da terra e cobertura vegetal do Assentamento Canudos.....	157
Mapa 16: Estratificação ambiental do Assentamento Canudos.....	158
Mapa 17: Anteprojeto de parcelamento do assentamento Canudos	159
Mapa 18: Divisão de núcleos do assentamento Olga Benário	165
Mapa 19: Anteprojeto de parcelamento do assentamento Olga Benário.....	166

Lista de tabelas e quadros

Tabela 1: Distâncias dos principais centros e acessos ao município de Pequi:	71
Tabela 2: Utilização das áreas do assentamento C.R. Roseli Nunes.....	89
Tabela 3: Divisão das equipes	108

Quadro 1: Caracterização da proposta metodológica do MST para elaboração do PDA.	101
Quadro 2: Detalhamento das atividades do PDA MST	119
Quadro 3: Matriz de Atividades do PDA MST	120

Lista de gráficos

Gráfico 1: Estrutura Fundiária Brasileira, 2003	32
Gráfico 2: Aumento percentual do número de estabelecimentos e da área ocupada – Brasil – 1940/70.....	42
Gráfico 3: Aumento percentual do número de estabelecimentos e da área ocupada – Brasil – 1970/85.....	42

Lista de abreviaturas e siglas

AESCA-MG	– Associação Estadual de Cooperativas Agrícolas de Minas Gerais
APP	– Área de Preservação Permanente
ATES	– Assessoria Técnica, Social e Ambiental
C.R. Roseli Nunes	– Comunidade de Resistência Roseli Nunes
CEASA	– Central de Abastecimento de Minas Gerais S.A.
CEMEA	– Centro Mineiro de Estudos Epidemiológicos e Ambientais
CETEC	– Centro Tecnológico da Fundação Paulista
CONCRAB	– Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
DRP	– Diagnóstico Rápido Participativo
EMATER	– Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais
FUMEC	– Fundação Mineira de Educação e Cultura
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGA	– Instituto de Geociências Aplicadas
IGC	– Instituto de Geociências
INCRA	– Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MST	– Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONG	– Organização Não Governamental
PDA	– Plano de Desenvolvimento de Assentamento
PPOA	– Processo de Planejamento e Organização do Assentamento
PRA	– Plano de Recuperação de Assentamento
PRONAF A	– Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar, linha A
SR-06	– Superintendência Regional do INCRA, jurisdição Minas Gerais
STR	– Sindicato dos Trabalhadores Rurais
TAC	– Técnico em Administração Cooperativista
UFLA	– Universidade Federal de Lavras
UFMG	– Universidade Federal de Minas Gerais
UFV	– Universidade Federal de Viçosa

Sumário

Agradecimentos	VI
Resumo.....	IX
Abstract.....	X
Lista de fotos.....	XI
Lista de figuras.....	XII
Lista de mapas.....	XII
Lista de tabelas e quadros	XIII
Lista de gráficos	XIII
Lista de abreviaturas e siglas	XIV
Apresentação	3
Introdução.....	9
Metodologia.....	16
Capítulo 01 – A questão agrária brasileira	24
1.1) O espaço e o território da luta pela terra	24
1.2) Disputa pela terra e a formação da estrutura agrária brasileira	31
1.3) A resistência cria um novo espaço: A formação do MST e a territorialização da luta pela terra	44
Capítulo 02: Conquistas, derrotas e limites: o espaço social produzido pelo PDA ..	70
2.1) História da Fazenda Brenha.....	71
2.2) A ocupação da fazenda Brenha e a origem da Comunidade de Resistência Roseli Nunes.....	81
2.3) Resistência na terra: os desafios do acampamento	92
2.4) Antecedentes do PDA da C.R. Roseli Nunes	99
2.4.1) O início da elaboração do PDA pelo MST.....	99

2.4.2) Antecedentes da execução do PDA em Minas Gerais e a formação da equipe técnica	102
2.5) Planejamento coletivo e participativo: a elaboração do PDA e os problemas encontrados	108
2.6) Parcelamento da área e recebimento dos primeiros créditos	127
2.7) Avaliação do PDA e do processo de implantação do assentamento feita pelas famílias.....	132
Capítulo 03: Novas perspectivas e mudanças ocorridas após a elaboração dos primeiros PDAs pelo MST.....	148
3.1) A elaboração dos PDAs pelo MST mineiro após o PDA da C.R. Roseli Nunes	149
3.2) PPOA – o acúmulo das experiências de planejamento	160
3.3) o Planejamento de Assentamentos após o PPOA.....	164
Considerações Finais	167
Bibliografia.....	175
Anexos	182
Anexo 01 - Roteiro básico de elaboração do PDA do INCRA.....	183
Anexo 02 - Metodologia do MST para execução do PDA.....	203
Anexo 03 - Lista das famílias assentadas na Comunidade de Resistência Roseli Nunes.....	214
Anexo 04 – Metodologia do PPOA.....	216

Apresentação

Esta pesquisa é a análise de uma mudança significativa do (e no) Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST, ocasionada pela possibilidade do mesmo tornar-se responsável pela organização e planejamento dos seus assentamentos.

Mais que o controle político de um instrumento de planejamento, a possibilidade de organização dos assentamentos conquistada pelo MST significou o reconhecimento do Movimento pelo Estado como representante de uma causa legítima; a luta de milhões de pessoas não só pelo acesso à terra em si, mas, sobretudo, pelo direito de dispor sobre a sua organização de acordo com as concepções e práticas produzidas e reproduzidas pelo próprio Movimento. Contudo, essa mudança não aconteceu sem trazer consigo novas contradições. Grandes redefinições da luta pela terra se fizeram (e se fazem) necessárias, fato que torna esse um momento significativo não somente para o MST, mas também para a história da luta pela terra no Brasil, como se pretende demonstrar neste trabalho.

Este momento inicia-se oficialmente a partir de 2003, com o início do governo Lula, quando as Associações Estaduais de Cooperativas Agrícolas, responsáveis pela representação jurídica das instâncias estaduais do MST, passaram a ser consideradas como entidades prioritárias a serem contratadas para a execução dos Planos de Desenvolvimento de Assentamento, PDAs, responsáveis pelo planejamento e organização dos assentamentos e dos créditos aplicáveis nos mesmos. Deste modo, o MST conquistou a possibilidade de planejar seus assentamentos através de convênios firmados entre suas entidades representativas e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Como conseqüência dessa grande conquista, o MST organizou oficinas nacionais em um grande esforço conjunto de dirigentes de diferentes partes do país para a

elaboração de uma metodologia de planejamento que fosse capaz de criar um modelo de assentamento condizente com os desejos das famílias beneficiárias e com os objetivos do Movimento. As primeiras linhas dessa metodologia nacional foram traçadas e dirigentes estaduais do MST levaram para suas bases a incumbência de montar equipes de planejamento e dar início à elaboração dos Planos.

Enquanto a maior parte dos dirigentes estaduais encontrou grandes dificuldades no cumprimento desta incumbência – seja pela falta de pessoas com capacitação técnica, seja pela falta de vontade política das instâncias governamentais regionais – a direção estadual do MST de Minas Gerais encontrou condições peculiares para o desenvolvimento do Plano. Primeiramente, porque a própria Superintendência Regional do INCRA já havia delegado a elaboração de um PDA para o Movimento, ao contrário da maior parte das demais instâncias estaduais do MST, que tiveram (e ainda têm) grandes dificuldades para que as Superintendências Regionais reconheçam as Associações Estaduais do MST como entidades aptas à elaboração dos Planos. E, segundo, por contar com grupos de trabalho voluntário e centros universitários de excelência reconhecida (como Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, a Universidade Federal de Viçosa, UFV, e a Universidade Federal de Lavras, UFLA), com um amplo número de profissionais capacitados à execução dos Planos e, principalmente, engajados na causa da luta pela terra.

No início de 2003, já acontecia, em Minas Gerais, as primeiras tentativas de organização de uma equipe para a elaboração do PDA do assentamento Comunidade de Resistência Roseli Nunes, localizado no município de Pequi, que havia sido delegado pelo INCRA ao MST mineiro através de sua entidade jurídica, a Associação Estadual de Cooperativas Agrícolas de Minas Gerais (AESCA-MG). Essa primeira equipe congregava profissionais oriundos de diferentes campos disciplinares de formação, que estavam dispostos a trabalhar voluntariamente na execução do plano. Ao longo do ano de 2003

encontrava-me cursando o último ano do curso graduação em arquitetura e urbanismo no Unicentro Izabela Hendrix. Foi a busca de um tema para meu trabalho final de graduação uma das principais motivações que me levou a ingressar na equipe de voluntários do MST¹.

Este grupo do qual fiz parte deu início à elaboração do levantamento de dados secundários do município de Pequi necessários à elaboração do Plano. No entanto, apesar da boa vontade destes profissionais, a maior parte deles não possuía tempo suficiente para dedicar-se às atividades de planejamento, fato que comprometia a elaboração do Plano.

Em junho de 2003 Edite Prates e Helenice Pereira da Silva, duas dirigentes estaduais do MST de Minas Gerais, participaram de uma oficina nacional do Movimento de capacitação para elaboração de PDAs em um assentamento no município de Cocalzinho, em Goiás. Após este curso, essas dirigentes trouxeram para a direção do

¹ Ao tomar conhecimento desta pesquisa, freqüentemente interlocutores questionavam-me a respeito de meu percurso: como uma arquiteta acabou se envolvendo com o estudo da questão agrária e com o planejamento de assentamentos do MST? No início de 2003, conheci a arquiteta Luciana Carneiro, que há alguns anos encontrava-se em contato com assentamentos e dirigentes do MST, tendo inclusive realizado projetos de moradias em assentamentos de Governador Valadares – MG. Através de Luciana, soube que o MST precisava de técnicos para a realização do planejamento de assentamentos.

Até esse momento minhas experiências profissionais mais significativas encontravam-se relacionadas à participação como estagiária nos Planos Globais Específicos, PGEs, em cujo âmbito se realiza a urbanização de vilas e favelas de Belo Horizonte, ao trabalho com patrimônio histórico em cidades de pequeno porte da Zona da Mata mineira e à pesquisa a respeito da implantação de “Agendas 21” em municípios de pequeno porte. Nesta pesquisa e nos trabalhos tive a oportunidade de notar a importância e o impacto da questão agrária nas cidades. Por outro lado, também tive a oportunidade de notar a fragilidade dessas políticas públicas enquanto processos participativos. Apesar de apresentarem diferentes enfoques (urbanização de favelas, proteção ao patrimônio histórico ou estímulo ao desenvolvimento sustentável) tais políticas tinham em comum uma grande dificuldade de mobilizar populações locais. Se no caso de processos participativos propostos pelo Estado havia uma grande dificuldade de estimular a participação das pessoas, teria então um movimento social maior chance de construir um planejamento participativo? Com esta pergunta em mente entrei em contato com o MST e com funcionários do INCRA ainda no início de 2003 e recebi a incumbência de dar início ao processo de planejamento do PDA da Comunidade de Resistência Roseli Nunes, em Pequi, município de Minas Gerais. O PDA da Comunidade Roseli Nunes se tornou o tema de meu trabalho final de graduação no curso de arquitetura, e dei início à coordenação da equipe voluntária para a realização do Plano, em parceria com dirigentes do MST. Deixei a coordenação do Plano quando o convênio entre o INCRA e o MST foi firmado. A coordenação foi assumida pela dirigente estadual do MST Edite Prates.

MST mineiro a incumbência de organizar uma equipe técnica e dar início à elaboração dos Planos em Minas Gerais.

A partir de então firmou-se um convênio entre o INCRA e a AESCA-MG para elaboração do PDA da Comunidade Roseli Nunes, fato que possibilitou a minha contratação e a de mais dois técnicos: Daniel Mâncio, formado em agronomia pela UFLA, e Cláudia D'Ávila, na época mestranda da extensão rural da UFV, que chegou a participar da realização de alguns PDAs na região do Distrito Federal no período do Governo Fernando Henrique Cardoso, através da própria universidade.

Nos meses de setembro e outubro de 2003 esta equipe, coordenada por Edite Prates, realizou o levantamento de campo, entrevistas e o planejamento do assentamento a partir de oficinas com os assentados, onde foram discutidas questões relativas à organização do assentamento a partir de quatro grandes linhas temáticas – produção agrícola, organização política, organização territorial e organização social.

Minha função dentro dessa equipe era subsidiar o planejamento territorial do assentamento. Ocupava-me principalmente da elaboração do zoneamento do uso e ocupação, do parcelamento e do estudo preliminar da implantação de infra-estrutura, tais como áreas comunitárias, eletrificação, abertura de estradas e captação de água. Apesar das discussões serem orientadas através dessas quatro linhas temáticas, todos os temas encontravam-se intimamente conectados, sendo impossível segmentar a discussão por áreas. Conseqüentemente, apesar de cada um dos técnicos ter se responsabilizado por uma das linhas temáticas, e da dirigente ocupar-se da organização política, trabalhávamos todos em conjunto, de forma que os objetivos de cada área fossem respectivamente observados pelas demais.

O PDA desta comunidade foi implementado em 2004 e o parcelamento realizado em 2005. A partir da primeira experiência na Comunidade Roseli Nunes, o Movimento tem realizado os Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos ligados ao MST em Minas

Gerais, tendo, até 2008, realizado ao todo 19 PDAs. Cabe ressaltar, no entanto, que a equipe inicial não é mais a mesma: há uma grande rotatividade de técnicos. O trabalho excessivo aliado à falta de infra-estrutura e a uma baixa remuneração acaba formando o conjunto de motivos que levam os técnicos a buscarem outros empregos².

Muito além da falta de recursos materiais e financeiros para a execução dos Planos, a realização dos PDAs suscitou questões que extrapolam a sua própria elaboração. Primeiro, podemos apontar um descompasso entre técnicos, dirigentes e famílias no que diz respeito à elaboração do planejamento, como apontou o dirigente estadual do MST, Sr. Mauro Lemes:

Os militantes se tornaram especialistas na cultura de organização de acampamentos. Tudo tem mudado muito rápido nesses últimos anos. A realidade agora é outra e nós não damos conta das mudanças. Estamos completamente despreparados para enfrentar as dificuldades de organizar os assentamentos. Temos conquistas, mas não sabemos como lidar com elas³.

O MST conseguiu o domínio do PDA, uma importante ferramenta para garantir a reforma agrária que querem, mas seus dirigentes não se encontravam preparados para utilizá-la. Grande parte deste despreparo consistia na re-elaboração dos objetivos do MST no que diz respeito à organização dos assentamentos, como será demonstrado neste trabalho.

E, segundo, porque grandes falhas existentes dentro do programa de reforma agrária foram evidenciadas aos dirigentes, às famílias e aos técnicos. Essas falhas vão

² O pagamento fornecido pelo convênio firmado para a realização do PDA da Comunidade Roseli Nunes foi de 150 reais por família, o que rendeu à equipe um pagamento de 3.600 reais para a realização de todo o Plano em um período de seis meses. As despesas incluíram duas viagens a campo, alimentação para equipe para o período no assentamento (um total de 30 dias para os dois levantamentos) e a remuneração de 4 pessoas (3 técnicos e a dirigente estadual do MST) dentre outros gastos.

³ Sr. Mauro Lemes integrava a direção estadual do MST em 2005. O depoimento oral reproduzido acima fez parte avaliação da primeira etapa de um PDA realizado na Comunidade Resistência em Funilândia – MG - em 6 de outubro de 2005.

desde a lentidão do processo até a inadequação de exigências dos órgãos públicos para a elaboração do documento. Mais do que isso, havia grandes discordâncias entre o planejamento e a aplicação do Plano.

Contudo, a elaboração do PDA pelo MST não evidenciou apenas problemas diretos do programa de reforma agrária, como os mencionados, mas também uma série de contradições inerentes à sociedade brasileira, à questão agrária e até mesmo às contradições entre o campo e a cidade.

Neste âmbito tenta-se, a partir do recorte deste momento histórico do MST, evidenciar as diversas contradições do processo de planejamento de assentamentos pelo Movimento, produtos e produtores do cenário agrário brasileiro atual.

Introdução

Participar do planejamento de assentamentos de reforma agrária é, sem sombra de dúvida, uma experiência intensa.

Por um lado, o contato com as famílias beneficiárias deste programa social proporciona uma vivência riquíssima. Provavelmente seja impossível conviver com a luta, com a resistência na terra e pela terra, sem sentir-se marcado, sensibilizado por ela. Longe de qualquer forma de compadecimento, essa sensibilização nasce do contato com o modo de vida dessas famílias, exemplos personificados de uma força de vontade imensa e admirável, que não se oblitera diante de tantos obstáculos postos em seus caminhos.

Por outro lado, trabalhar no planejamento de assentamentos é, também, uma experiência bastante frustrante. É patente, ao técnico planejador, a sua impotência perante tantas injustiças sociais. Independentemente do seu esforço em executar um bom trabalho – por maior que este esforço seja – essas pessoas nunca poderão ser compensadas, nunca obterão justiça. Primeiramente, porque certas violências são irreparáveis. Depois, porque os programas governamentais ligados à reforma agrária mais parecem ser planejados para o seu fracasso, tamanhas as suas falhas.

Freqüentemente, os dilemas e contradições evidenciados a partir da execução dos Planos de Desenvolvimento de Assentamentos (PDAs) ultrapassam seus objetivos diretos que são o planejamento do uso e ocupação do solo, da implantação de infra-estrutura, da aplicação de créditos, e o parcelamento da terra. Essas questões levantadas pelo planejamento dos assentamentos refletem direta e indiretamente a sociedade brasileira e a questão agrária. É dentro desse contexto que se insere o estudo aqui desenvolvido. Pretende-se, neste âmbito, refletir sobre a execução dos PDAs e, mais amplamente,

sobre as questões suscitadas pela sua execução, sob a óptica da questão agrária do país.

Durante muito tempo o estudo da questão agrária foi banalizado, tornando-se, conseqüentemente, uma preocupação científica tardia. Henri Lefebvre aponta que “[...] os sociólogos passaram do estudo dos povos primitivos ao estudo dos meios urbanos e industriais, saltando por cima, por assim dizer, dessa realidade [camponesa] tão vasta no tempo e no espaço⁴” De acordo com o autor,

Enquanto a ‘realidade urbana’, suas instituições e suas ideologias, enquanto os sucessivos modos de produção com suas super-estruturas [sic] mergulhavam no meio rural e repousavam sobre uma vasta base agrícola, os homens dos meios e das classes dominantes não prestavam a menor atenção aos camponeses. Não se pensava neles mais do que se pensa no nosso estômago e no nosso fígado enquanto estamos bem. [...] As realidades camponesas tornaram-se objeto da ciência a partir do momento em que apresentaram problemas *práticos*⁵.

Particularmente no Brasil, o estudo da questão agrária somente ganhou fôlego a partir da exacerbação dos conflitos por terra na metade do século XX, como resultado de uma conjuntura histórica marcada pelo domínio da terra pelas elites, e pela sujeição dos pobres do campo à exploração de seu trabalho através da renda da terra. Em verdade, porém, os conflitos no campo são, há muito tempo, anteriores ao estudo da questão agrária.

O período entreposto à eclosão dos conflitos, recorrentes ao longo da história do país, e à sua reinterpretação como “problema prático” foi marcado pela resolução da disputa pela terra via *manu militari*. Frequentemente o tratamento dado aos conflitos no campo até a atualidade pode ser considerado como fruto de uma opção política do Estado pelo privilegiamento dos interesses econômicos das classes dominantes em detrimento

⁴ LEFEBVRE, Henri. *Du rural à L'urbain*. p. 63-78. Tradução de Cyntia A. Sarti e Solange Padilha. Reproduzido em MARTINS, José de Souza. Introdução crítica à sociologia rural. Segunda edição, Editora HUCITEC, São Paulo, 1986.

⁵ *Ibidem*, p. 63 e 64

da situação de miséria de diferentes grupos em todo o território brasileiro. Calcada nesta opção política, a história brasileira pareceu ser movida por duas mãos: em primeiro plano, pela mão militar silenciadora e apaziguadora de conflitos, que em seqüência abria caminho para que a “mão invisível” do mercado atuasse livremente. A descrição desta dinâmica histórica da disputa pela terra será estudada em maior profundidade no primeiro capítulo deste trabalho, referente à evolução histórica da questão agrária brasileira.

Contudo, neste ponto do texto cabe salientar que, quando a repressão militar tornou-se insuficiente para a contenção dos conflitos, o estudo das implicações da questão agrária ganhou corpo no âmbito científico. Mais do que isso, essas implicações dos conflitos passaram a influenciar a própria agenda política, indo além das ações de repressão dos focos insurgentes, como é o caso da criação de assentamentos e dos próprios PDAs, objeto mais específico de estudo desta pesquisa.

Apesar da importância da questão agrária, da sensibilização popular em relação à causa de milhões de brasileiros que lutam pelo acesso a um pedaço de chão para trabalhar e morar, e da visibilidade que os conflitos ganharam nas últimas décadas com o surgimento de movimentos sociais de luta pela terra como o MST, as ações do Estado na última quadra do século XX perpetuaram a opção pelo privilegiamento dos interesses das classes dominantes nas quais se incluem os proprietários dos latifúndios. E mesmo em pleno século XXI, em meio ao Governo Lula prioritariamente voltado para causas sociais, o Estado não se afastou desta dinâmica. O foco da política agrária continua sendo o arrefecimento das concepções políticas derivadas das contradições da formação social brasileira e a conseqüente conservação do poder dos latifundiários sobre a terra.

Fundamentado numa tentativa de modernização conservadora do país, o Estado brasileiro investiu, principalmente no período do regime militar, num modelo de modernização que garantisse o crescimento da economia, centrado na industrialização, sem, contudo, possibilitar a distribuição da riqueza socialmente produzida. Os

proprietários de terras conservaram seu poder apresentando, no entanto, uma nova roupagem, modernizando-se e tornando-se competitivas perante o cenário internacional. Em posição oposta, as classes proletarizadas sofreram com o aumento da concentração da terra e da desigualdade na distribuição dos rendimentos, frutos da riqueza socialmente produzida. Assim, a retórica premissa “crescer o bolo, para depois dividi-lo” usada no período da ditadura militar não passou de um embuste para grande parte da sociedade brasileira.

Apesar de seu evidente fracasso, essa dinâmica da modernização conservadora pode ser observada ainda hoje. No âmbito dos programas sociais, as intervenções do Estado restringem-se a ações pontuais. Aos pobres dominados e proletarizados cabem as medidas compensatórias que tentam compensar o incompensável. Não há um compromisso político voltado para a implantação de mudanças estruturais que garantam o acesso à terra, uma vez que, para isso, o poder dos proprietários de terras deveria ser posto em xeque. Neste ponto, os horizontes da ação estatal restringem-se, no mais das vezes, a possibilitar aos pobres uma rasa sobrevivência. O descaso do poder público é evidenciado no estudo de caso da Comunidade de Resistência Roseli Nunes. Desde a origem desse assentamento as famílias têm sofrido com a lógica burocrática de funcionamento do INCRA e com o atraso do recebimento dos créditos⁶.

Nas últimas décadas, a busca do Estado pela redução da pobreza produzida pelas contradições nas quais se assenta a reprodução capitalista no Brasil originou-se, em grande medida, devido ao fato de conseqüências da pobreza como a violência ou mesmo a estagnação do crescimento econômico terem atingido outros segmentos sociais. Para

⁶ Frequentemente o órgão concede créditos para investimento na próxima safra (PEA) fora do prazo para o plantio e mesmo após 7 anos da desapropriação da fazenda as famílias ainda não receberam o PRONAF-A. A própria lógica de funcionamento do órgão, através da ordem imposta para a aplicação de créditos e investimentos, acaba por dificultar a permanência das famílias na terra, como no caso da concessão do crédito Habitação antes da implantação da rede elétrica e de abastecimento de água. Sem uma infra-estrutura mínima, muitas famílias deste assentamento passaram por grandes dificuldades para construir uma habitação pequena com cerca de 30 m².

refrear essa dinâmica sem, contudo, ameaçar o poder dos proprietários de terras e de capitais, a solução recaiu no fornecimento de condições mínimas necessárias à sobrevivência das populações proletarizadas para a contenção dos conflitos, o que é extremamente distante da garantia de uma vida digna para essas pessoas, distante da possibilidade da cidadania plena, isto é, da inserção nos direitos e deveres dos cidadãos de nosso país, e da democratização do acesso à terra. Podemos apontar como um grande exemplo desta dinâmica a política fundiária adotada durante o governo FHC: após os massacres de Corumbiara e Eldorado dos Carajás respectivamente em 1995 e 1996, iniciou-se uma política massiva de assentamentos que se estendeu por 14 milhões de hectares e que, concomitantemente, não impediu ou penalizou a grilagem de 93 milhões de hectares por 3.065 fazendeiros, conforme aponta Ângela Mendes de Carvalho⁷.

Desta forma, do ponto de vista do Estado, a questão central não é a garantia de uma vida digna, mas sim a aquietação do conflito proporcionada pela distribuição de migalhas. Não se tenta mudar efetivamente a vida destas famílias. Pode haver até uma tentativa de caridade, mas não há uma busca por justiça. O máximo admitido é uma espécie de “filantropia pública” aos que sofrem com a miséria em um País apoiado no favorecimento daqueles que detém o poder.

Para compreendermos como a terra constituiu-se em uma fonte de poder para os latifundiários não podemos furtar-nos a considerar o espaço como um instrumento político. Henri Lefebvre aponta que, tradicionalmente, é comum encontrarmos a evocação do termo espaço apenas como uma abstração matemática, ou, na filosofia, como uma “categoria”, uma forma de dispor um fenômeno sensível. Quando tratado por diferentes ciências, o espaço, segundo o autor, é fragmentado segundo postulados metodológicos

⁷ ALMEIDA, Ângela Mendes de. *Muita terra e pouco dono*. Análise histórico-estrutural da questão agrária no Brasil. Artigo publicado na revista OSAL. Ano I n° 2/ publicação quadrimestral – setembro /dezembro de 2000 p. 29.

simplificados, como o espaço geográfico, sociológico, histórico, dentre outros⁸.

Conseqüentemente,

No melhor dos casos o espaço passava por um meio vazio, recipiente indiferente ao conteúdo, mas definido segundo critérios inexprimidos: absoluto, ótico-geométrico, euclidiano-cartesiano-newtoniano. Se 'espaços' eram admitidos, eram reunidos num conceito cujo alcance permanecia mal determinado⁹.

Ao contrário destas perspectivas correntes, Lefebvre propõe a análise do espaço como fruto da dinâmica social e, por conseqüência, não se poderia ignorar a reprodução das relações sociais de produção que o conforma. Para o autor, o espaço (social), bem como o tempo (social) não poderiam assim ser tomados “como fatos da ‘natureza’ mais ou menos modificada, nem como simples fatos de ‘cultura’, mas como *produtos*¹⁰”. Cabe ressaltar que, para Lefebvre, o espaço intervém na própria produção enquanto produto:

À sua maneira produtivo e produtor, o espaço (mal ou bem organizado) entra nas relações de produção e nas forças produtivas. Seu conceito não pode, portanto, ser isolado e permanecer estático. Ele se dialetiza: produto-produtor, suporte de relações econômicas e sociais¹¹.

Através do estudo da questão agrária brasileira e da análise do planejamento de assentamentos pretende-se abordar as pelepas entre diferentes grupos e, mais do que isso, a disputa pela produção de diferentes espacialidades como conseqüência desta dinâmica social conflituosa, do embate entre a ‘terra de trabalho’ e a ‘terra de negócio’, como aponta José de Souza Martins¹², que conformam a (re)produção do espaço do campo brasileiro.

⁸ LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Trad. Ana Maria Simões Coelho; Doralice de Barros Pereira; Pedro Henrique Denski e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG (no prelo). p. 3.

⁹ *Ibidem*. p. 3.

¹⁰ *Ibidem*. p. 4.

¹¹ *Ibidem*. p. 5 e 6.

¹² MARTINS, José de Souza. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. 3ª ed. rev. e ampl. São Paulo: HUCITEC, 1991.

O marco deste trabalho encontra-se no planejamento de assentamentos realizado pelo MST. A descrição e análise do primeiro PDA realizado pelo MST no assentamento Comunidade de Resistência Roseli Nunes, município de Pequi, em Minas Gerais serão realizadas no segundo capítulo deste trabalho. As conseqüências da elaboração do planejamento realizado pelo MST, por sua vez, serão analisadas no terceiro capítulo desta pesquisa. Por fim, apresentam-se algumas considerações finais relacionadas aos novos horizontes postos para a luta pela terra e para o MST neste início de século.

Cabe salientar, no entanto, que o horizonte do sonho de uma vida melhor avança na medida em que caminhamos e, assim, a utopia torna-se um horizonte inalcançável. O horizonte almejado na luta pela terra é necessariamente dinâmico e a sobrevivência do MST está diretamente ligada ao seu *movimento*, ao caráter dialético da construção de suas ações que, por sua vez, se deparam com contradições e em seqüência se adaptam numa permanente evolução que possibilitou a sua adequação a diferentes conjunturas econômicas e políticas ao longo de sua existência.

Fica registrado aqui um período significativo deste movimento em busca de justiça social, cidadania e democratização do acesso à terra, onde as histórias de resistência e luta se misturam e são incorporadas à construção de uma nova comunidade constituída pelo assentamento.

Metodologia

"Não existem fatos, apenas interpretações" - Nietzsche

A etimologia da palavra método nos remete ao grego "*Méthodos*", que de acordo com Marilena Chauí significa:

Método, busca, investigação, estudo feito segundo um plano. É composto de *metá-* e *odós* (via, caminho, pista, rota; em sentido figurado significa: maneira de fazer, meio para fazer, modo de fazer). *Méthodos* significa, portanto, uma investigação que segue um modo ou maneira planejada e determinada para conhecer alguma coisa; procedimento racional para o conhecimento seguindo um percurso fixado. *Methodéúo*: seguir de perto, seguir uma pista, caminhar de maneira planejada, usar artifícios e astúcias, é um derivado de *méthodos*.¹³

Sua origem remonta à diversidade de caminhos possíveis para a produção do conhecimento característica da Antiguidade e da era medieval, quando a ciência constituía-se através de um amplo universo de saberes. Diferentes métodos como os da filosofia, arte, astrologia, astronomia, religião e até mesmo o senso comum eram freqüentemente articulados de forma conjunta e simultânea. Assim, o domínio da ciência muitas vezes englobava não somente aspectos materiais do objeto de estudo, mas também questões imateriais relacionados ao mesmo.

Apesar da ampla diversidade de possibilidades contida na escolha do método, com alguma freqüência pesquisas, no âmbito das ciências sociais, escolhem trilhar caminhos pautados pelo método científico sem, contudo, refletir criticamente a respeito do percurso adotado, considerando este como *único* modo de produção científica.

Em sua gênese, a ruptura epistemológica proposta pela revolução científica do século XVI serviu com grande competência às burguesias emergentes em seu propósito

¹³ CHAUÍ, Marilena. *Introdução à história da filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles*. v.1. 2ed. rev. ampl. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p.505.

de libertar a sociedade das algemas criadas pela estrutura política e econômica medieval. Mais do que isso, ela proporcionou e proporciona amplos avanços à própria produção científica. Boaventura de Souza Santos aponta que o surgimento da ciência moderna foi como o “fermento de uma transformação técnica e social sem precedentes na história da humanidade¹⁴”. O autor acrescenta que método científico foi introduzido apenas no século XIX nas ciências sociais emergentes e que “hoje, duzentos anos volvidos, somos protagonistas e produtos dessa nova ordem, testemunhos vivos do que ela produziu¹⁵”.

Conforme Cássio Eduardo Viana Hissa,

A construção da ciência moderna implica a construção da primeira ruptura epistemológica, que estabelece o que é senso comum e confere significado à atividade científica. A construção da ciência moderna, na idealização do “olhar objetivo do sujeito”, projeta “uma relação feita de distância, estranhamento mútuo e de subordinação total do objeto ao sujeito...” Por sua vez, a validade do conhecimento resistiria “na objetividade de que decorre a separação entre teoria e prática, entre ciência e ética...” Em última instância, o conhecimento científico, tal como desenvolvido em paradigmas da modernidade, “produz um discurso que se pretende rigoroso, anti-literário, sem imagens nem metáforas, analogias ou outras figuras de retórica...” Entretanto, sempre corre o risco de tornar-se “um discurso desencantado, triste e sem imaginação, incomensurável com os discursos normais que circulam na sociedade¹⁶”.

Seria esse distanciamento entre o sujeito e o objeto pesquisado realmente possível?

Mais do que isso, ao negar o caráter racional aos conhecimentos que não fossem pautados pelas regras do método científico, instituindo o mesmo como o caminho único para a produção do conhecimento, esta ruptura epistemológica trouxe consigo novas amarras, tornando-se uma verdadeira prisão. Como consequência, defrontamo-nos hoje com os limites impostos pela ciência moderna e vivemos uma segunda crise do paradigma – a crise do método. E, em meio a essa crise, as palavras de Rousseau se fazem atuais: quando o autor foi inquirido se “o progresso das ciências e das artes

¹⁴ SANTOS, Boaventura de. *Um discurso sobre as ciências*. 9.ed. Porto: Afrontamento, 1997, p. 7

¹⁵ *Ibidem*, p. 8

¹⁶ HISSA, Cássio Eduardo Viana. *A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade* – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002, p. 59.

contribuiria para purificar ou para corromper os nossos costumes”, de modo eloqüente Rousseau respondeu através de novas perguntas:

Há alguma relação entre ciência e virtude? Há alguma razão de peso para substituímos o conhecimento vulgar que temos da natureza e da vida e que partilhamos com os homens e mulheres da nossa sociedade pelo conhecimento científico produzido por poucos e inacessível à maioria? Contribuirá a ciência para diminuir o fosso crescente na nossa sociedade entre o que se é e o que se aparenta ser, o saber dizer e o saber fazer, entre a teoria e a prática? Perguntas simples a que Rousseau responde, de modo igualmente simples, com um redondo não¹⁷.

Não é objetivo desta pesquisa estudar a crise do método científico e da ciência moderna em toda a sua amplitude. Não obstante, uma vez que há a intenção da produção do conhecimento inscrita na execução deste trabalho, torna-se importante ressaltar aspectos que direcionaram o caminho percorrido, os métodos adotados para a sua elaboração.

Primeiramente, parte-se do princípio de não tomar o método científico como caminho único para a produção do conhecimento. Não se trata de ignorar a ciência moderna. José de Souza Martins aponta que o procedimento verdadeiramente crítico é aquele que incorpora, ultrapassando determinado conhecimento¹⁸. Não há como ignorar o grande avanço que a ciência moderna proporcionou. Também não há como negar e porque negar a importância da produção científica realizada pelo estudo da questão agrária brasileira, especialmente nas últimas décadas. Neste âmbito, a revisão bibliográfica realizada no primeiro capítulo deste trabalho é preciosa para a compreensão da realidade atual das famílias.

Acredita-se que a possibilidade talvez mais interessante seja a complementaridade, ou seja, a integração do conhecimento teórico com o empírico através da aceitação de diferentes caminhos (ou métodos) para a produção do conhecimento. Acredita-se que a

¹⁷ Rousseau apud SANTOS, Boaventura de. *Um discurso sobre as ciências* p. 7

¹⁸ MARTINS, José de Souza, *Introdução Crítica à Sociologia Rural*. Editora HUCITEC, 1981.p.12.

produção do conhecimento científico exige um movimento do pensamento de elevação a partir do empírico, a partir das questões práticas enfrentadas. A teoria não pode se separar da prática. A primeira parte da segunda para a essa retornar, infundindo-a e a orientando com o conhecimento alcançado a partir da análise, do exame rigoroso dos fundamentos do real que se nos apresenta empiricamente. Parte-se de um imediato para, através das inúmeras mediações do pensamento em busca do conhecimento, a ele retornar. Assim podemos alcançar um imediato superior, um imediato conhecido em suas determinações, em sua essencialidade, em seu movimento dialético.

Mais do que a complementaridade entre conhecimento teórico e empírico, busca-se, nesta pesquisa, a libertação de uma fragmentação disciplinar excessiva. A fragmentação tornou-se instrumento fundamental para a compreensão do mundo segundo a ciência moderna. No entanto, a fragmentação excessiva torna impossível o retorno à visão total do objeto, uma vez que, como Boaventura de Souza Santos ressalta, "(...) a totalidade do real não se reduz à soma das partes em que a dividimos para observar e medir¹⁹". Por certas vezes, ao fragmentar o conhecimento em disciplinas, a ciência moderna assemelha-se ao mito de Procusto:

Procusto ou Damastes, personagem da mitologia grega, vivia perto da estrada de Elêusis. Costumava atrair viajantes solitários para a sua pousada, oferecendo-lhe abrigo para passar a noite. Acreditava-se que ele tinha dois leitos de ferro, um menor que o outro, que ele escolhia dependendo da altura do visitante. Depois que a vítima adormecia, Procusto a dominava e tratava de adequar o corpo às medidas exatas do leito: se ele era alto e os pés sobressaíam da borda, ele os amputava com um machado; se era baixo e tinha espaço de folga, ele esticava os membros com cordas e roldanas. Teseu terminou com a obsessão homicida de Procusto, obrigando-o a deitar no seu próprio leito, atravessado, e cortou todas as partes do corpo de Procusto que sobraram fora da cama²⁰.

¹⁹ SANTOS, Boaventura de Souza. *Um discurso sobre as ciências* 9 ed. Porto: Afrontamento, 1997. p.26

²⁰ Wikipédia - enciclopédia eletrônica. Retirado de "<http://pt.wikipedia.org/wiki/Procusto>" em 24/10/2006.

Ao tentar descrever o mundo, o método científico muitas vezes impõe o leito de Procusto ao próprio objeto de estudo, esticando ou cortando partes que não se adequam aos limites propostos. E assim como o personagem da história de Teseu, a ciência moderna muitas vezes “tortura suas vítimas” fragmentando-as ao ponto de ser impossível retornar à visão do todo.

Ao contrário desta ênfase, a presente pesquisa busca a compreensão das implicações da reforma agrária para seus beneficiários e para o próprio MST sob a ótica de diferentes aspectos como histórico, político, econômico, social, dentre outros, analisados de forma conjunta. Neste âmbito, as perspectivas apontadas por Henri Lefebvre tornam-se fundamentais à pesquisa, ao propor o estudo da produção do espaço em toda a sua amplitude, ultrapassando as fronteiras entre campo e cidade, ou mesmo abarcando diferentes áreas do conhecimento.

Além disso, esse trabalho recusa abertamente a neutralidade. Acredita-se que a suposta “postura neutra” esperada em relação ao pesquisador considerada pelo cientificismo como elemento fundamental para a produção do conhecimento é, em sua essência, uma falácia. Neste domínio os estudos de Pierre Bourdieu sobre campo científico são bastante esclarecedores. O autor aponta que o universo “puro” da ciência “pura” é na verdade um **campo** como outro qualquer, ou seja, um “(...) um espaço onde manifestam relações de poder²¹”. Assim, “(...) O campo da ciência se evidencia pelo embate em torno da autoridade científica²²”, e os atores inseridos neles travariam uma luta concorrencial em torno de interesses específicos.

O autor ressalta que “(...) os julgamentos sobre a capacidade científica de um estudante ou de um pesquisador estão *sempre contaminados*, no transcurso de sua

²¹ ORTIZ, Renato. *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983 p. 21.

²² *Ibidem*, p. 19.

carreira, pelo conhecimento da posição que ele ocupa nas hierarquias instituídas²³. Sob essa perspectiva, a pesquisa torna-se sempre um ato político. O enfoque ou o recorte dado, a escolha de um tema, os critérios usados para a escolha dos dados ou da sua análise, mesmo dentro da metodologia científica, não apresentariam sob essa perspectiva a neutralidade proposta.

É no mínimo curioso lembrar que essa mesma “ciência neutra” tenha dado respaldo às intervenções governamentais. Por muitos anos o planejamento do espaço foi realizado em gabinetes a portas fechadas e com o respaldo das ciências sociais. No entanto, cabe ressaltar que ao longo de toda a história da questão agrária brasileira as ações do Estado calcaram-se politicamente no ponto de vista dos proprietários de terras e dos detentores de capitais (que, por vezes, eram coincidentes), mas, contraditoriamente, utilizava-se a “neutralidade” do discurso científico para respaldar suas ações. Surge deste ponto a importância de estudar a produção do espaço como ação repleta de intencionalidade política, como ressalta Lefebvre, não deixando escapar as contradições inerentes à sua produção.

Mais do que considerar as influências políticas na produção do espaço, cabe aqui ressaltar o posicionamento político inerente a esta pesquisa. Apesar de ser engajado à causa do MST e das famílias assentadas e acampadas, este trabalho não parte do ponto de vista destes grupos, e sim da perspectiva de uma planejadora. Esta pesquisa é fruto de minha interpretação das contradições inerentes ao planejamento de assentamentos com os quais trabalhei.

Apesar de não partir do ponto de vista do MST ou das famílias beneficiárias da reforma agrária, este trabalho valoriza profundamente suas **experiências**. Considera-se aqui que a experiência seja um patrimônio que, ao contrário da terra, não pode ser

²³ Ibidem, p. 124.

tomado, não pode ser expropriado ou arrancado daqueles que as vivenciaram. Em sua imaterialidade, a experiência não é algo a ser provado ou refutado por métodos científicos. Seu valor, dentro desta pesquisa, encontra-se em sua comunhão: apesar de não poder ser retirada de ninguém, a experiência pode ser compartilhada proporcionando processos de aprendizagem riquíssimos. Neste sentido, esta pesquisa participa desta comunhão de saberes. Entrevistas e a própria convivência com diferentes grupos participantes do planejamento dos assentamentos tornaram-se a base de toda essa pesquisa, especialmente do segundo capítulo.

Neste âmbito, utiliza-se como abordagem principal uma metodologia de cunho fenomenológico, voltada para as “experiências vividas”. Acredita-se que não exista uma única realidade, e sim tantas realidades quantas forem as interpretações dos indivíduos envolvidos no contexto do objeto de estudo e que, conseqüentemente, essas múltiplas realidades seriam fruto de uma construção social. Tendo como pano de fundo o cotidiano das famílias do assentamento Comunidade de Resistência Roseli Nunes, e como eixo estruturante a descrição histórica da origem e implantação do assentamento, esta pesquisa busca, através do relato das experiências das famílias e da própria experiência da execução do planejamento, a evidenciação do processo de elaboração do PDA e das conseqüências de sua elaboração para as famílias assentadas.

Mais do que o relato das experiências de vida destas pessoas e mais do que a evidenciação do processo de elaboração do PDA, busca-se também uma análise crítica do contexto em que esses protagonistas se inserem, ultrapassando a circunscrição dos limites do planejamento, e buscando a compreensão da dinâmica social na qual se inserem. Neste âmbito, esta pesquisa utiliza o método dialético como forma de análise das contradições ocasionadas pela conquista e elaboração do PDA pelo MST que se transcendem dando origem a novas contradições que passam a requerer novas soluções por parte dos dirigentes, técnicos e famílias assentadas.

Cabe, neste ponto, a atenção para não se banalizar o comum, como aponta Lefebvre:

A vida camponesa aparecia como uma dessas realidades familiares, que parecem naturais e que se tornam tardiamente objetos de ciência. O aforismo de Hegel deveria estar presente em toda metodologia das ciências sociais: “O que é familiar não é, por isso, conhecido”. Verdade válida para os gestos da vida cotidiana – por exemplo, aquele de comprar ou de vender um objeto qualquer - , para os gestos do trabalho, para a vida social em seu conjunto, ou ainda, para a vida camponesa²⁴.

Podemos tomar, por exemplo, a familiaridade da sociedade e do Estado com a pobreza e a violência no campo, que tratam a luta pela terra e o sofrimento de milhões de famílias como algo banal. Tenta-se fugir aqui de banalizações correntes, de lugares comuns que nem sempre refletem as contradições inerentes à reforma agrária em sua devida profundidade.

Simultaneamente, esta pesquisa não recai numa vitimização daqueles que lutam pela terra. É preciso entender os beneficiários da reforma agrária também como produtores do espaço, mesmo que em alguns momentos, contraditoriamente, essas famílias se isentem de participar de sua produção. Não podemos deixar de considerar que esta é igualmente uma opção que deve ser analisada nesta pesquisa.

Ao final do caminho percorrido por este trabalho seguem, nas considerações finais, algumas reflexões críticas sobre todo o percurso aqui apresentado.

²⁴ LEFEBVRE, Henri. *Du rural à L'urbain*. p. 63-78. Tradução de Cyntia A. Sarti e Solange Padilha. Reproduzido em MARTINS, José de Souza. *Introdução crítica à sociologia rural*. Segunda edição, Editora HUCITEC, São Paulo, 1986. p.63 e 64.

Capítulo 01 – A questão agrária brasileira

1.1) O espaço e o território da luta pela terra

O planejamento de um assentamento suscita a todos os envolvidos neste processo questões que ultrapassam os conteúdos do documento requerido pelo Estado. Muito além dos questionamentos da equipe técnica responsável e dos funcionários públicos envolvidos na elaboração, aprovação e implantação do planejamento, essa etapa de reflexão sobre o assentamento envolve diretamente a vida dos beneficiários da reforma agrária, e traz à tona uma ampla gama de reflexões que vão desde as motivações que levaram essas famílias a lutarem pela terra, até o questionamento a respeito de qual é o futuro que essas famílias buscam para si e, conseqüentemente, como deveria ser o próprio assentamento. Muito além de serem questões de pertinência exclusiva aos beneficiários dos programas de reforma agrária e de seus executores, o impacto da reforma agrária é bastante amplo e se estende além da produção agrícola e de sua matriz técnica, envolvendo também uma vasta gama de aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos, ecológicos e territoriais; bases da constituição de nossa sociedade.

Diante dessa conjuntura essa pesquisa se vê obrigada a equilibrar-se sobre uma tênue corda bamba: não há sequer a remota pretensão de se esgotar todos os amplos campos em que essa pesquisa se encontra inserida. Contudo não se poderia fugir de uma consideração do contexto em que se inserem o planejamento dos assentamentos e, conseqüentemente, o documento PDA, sob o risco de uma visão reducionista do tema. Neste âmbito encontra-se o eixo temático deste primeiro capítulo: a busca de uma contextualização da luta pela terra e suas imbricações na criação, planejamento e implantação de assentamentos, bem como em toda a sociedade.

Diante do desafio de tentar entender a luta pela terra não podemos nos furtar das análises da sociedade relacionadas à disputa, nem, por outro lado, deixarmos de refletir sobre a importância da terra e da produção de espaços e territórios como elementos fundamentais para nossa análise. Frequentemente a terra é negligenciada por análises no âmbito das ciências sociais, que tendem a privilegiar aspectos temporais em detrimento da análise espacial, ou, por outro lado, é considerada apenas como uma fonte de recursos sob a ótica das análises econômicas. O espaço, lugar da inserção das pelejas, tornou-se campo ignoto em longo período para diversos campos disciplinares, tomado como uma abstração matemático-filosófica, ou considerado apenas sob a luz de seus aspectos materiais, como fez por tanto tempo a própria geografia através do estudo restrito do meio físico. No melhor dos casos, de acordo com Henri Lefebvre, “[...] o espaço passava por um meio vazio, continente indiferente ao conteúdo, mas definido segundo certos critérios inexprimidos: absoluto, ótico-geométrico, euclidiano-cartesiano-newtoniano²⁵”. E, como aponta o autor, apesar de vários “espaços” serem admitidos, essas categorias eram reunidas num conceito cujo alcance permanecia mal determinado perante o campo científico, enquanto, em sentido oposto, a prática, por meio da planificação urbana (e rural, por extensão), ocupava-se intensamente da modelação do espaço²⁶.

Para suprir o vácuo entre a prática e uma teorização que conseguisse trabalhar as contradições entre a sociedade e o espaço, Lefebvre propõe que o último seja analisado como *produto*. Mais do que isso, o autor aponta uma relação talvez simbiótica entre ambos: assim o espaço seria *produto e produtor* da sociedade:

²⁵ LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Trad. Ana Maria Simões Coelho; Doralice de Barros Pereira; Pedro Henrique Denski e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG (no prelo). p. 3.

²⁶ *Ibidem*, p. 3 e 4.

O espaço não pode mais ser concebido como passivo, vazio, ou então, como os “produtos”, não tendo outro sentido senão o de ser trocado, o de ser consumido, o de desaparecer. Enquanto produto, por interação ou retroação, o espaço intervém na própria produção: organização do trabalho produtivo, transportes, fluxos de matérias-primas e de energias, redes de repartição de produtos. À sua maneira produtivo e produtor, o espaço (mal ou bem organizado) entra nas relações de produção e nas forças produtivas. Seu conceito não pode, portanto, ser isolado e permanecer estático. Ele se dialetiza: produto-produtor, suporte de relações econômicas e sociais. Ele não entra também na reprodução, a do aparelho produtivo, da *reprodução* ampliada, das relações que ele realiza praticamente, “no terreno”²⁷ (Grifos do autor)

Apesar de proporcionar grandes avanços no âmbito do estudo conjunto do espaço e da sociedade, cabe ressaltar que esse marco teórico não avança sem dificuldades: Lefebvre ressalta que não haveria “[...] uma relação direta, imediata e imediatamente apreendida, portanto transparente, entre o modo de produção (a sociedade considerada) e seu espaço²⁸”. As dinâmicas sociais e espaciais influenciam-se mutuamente, mas não podemos incorrer no erro de reduzir essas relações a uma dinâmica de causa-conseqüência direta ou simples. Muito mais do que isso, a compreensão do espaço implica em entendê-lo, segundo Bernardo Mançano Fernandes, como parte da realidade e, por conseqüência, como entidade *multidimensional*²⁹. De acordo com o autor,

Para uma eficaz análise conceitual é necessário entender o espaço em sua *composicionalidade*, ou seja, compreende e só pode ser compreendido em todas as dimensões que o compõem. Essa simultaneidade em movimento manifesta as propriedades do espaço em ser produto e produção, movimento e fixidez, processo e resultado, lugar de onde se parte e aonde se chega. Por conseguinte, o espaço é uma *completitude*, ou seja, possui a qualidade de ser um todo, mesmo sendo parte. Desse modo, o espaço geográfico é formado pelos elementos da natureza também e pelas dimensões sociais, produzidas pelas relações entre as pessoas, como a cultura, política e a economia. As pessoas produzem espaços ao se relacionarem diversamente e são frutos dessa multidimensionalidade³⁰. [Grifos do autor].

²⁷ *Ibidem* p. 5 e 6.

²⁸ *Ibidem* p.7.

²⁹ FERNANDES, Bernardo Mançano. *Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais*. Revista Terra Livre, ano VI, n. 16, jan/abril, 2005, p. 273-283, p. 275.

³⁰ FERNANDES, *loc. cit.*

Mas apesar de sua multidimensionalidade e, conseqüentemente, da amplitude de utilizações que o conceito “espaço” pode proporcionar, Fernandes aponta a necessidade de definirmos qual espaço é o foco do trabalho, para não se incorrer no erro de tornar sua utilização incompreensível, e seu uso, uma panacéia. O autor propõe:

Para evitar equívocos, é preciso esclarecer que o espaço social está contido no espaço geográfico, criado originalmente pela natureza e transformado continuamente pelas relações sociais, que produzem diversos outros tipos de espaços materiais e imateriais, como por exemplo: políticos, culturais, econômicos e ciberespaços. [...] O Espaço geográfico contém todos os tipos de espaços sociais produzidos pelas relações entre as pessoas, e entre estas e a natureza, que transformam o espaço geográfico, modificando a paisagem e construindo territórios, regiões e lugares. Portanto, a produção do espaço acontece por intermédio das relações sociais, no movimento da vida, da natureza e da artificialidade, principalmente no processo de construção do conhecimento. O espaço social é uma dimensão do espaço geográfico e contém a qualidade da *completividade*. Por causa dessa qualidade, o espaço social complementa o espaço geográfico. O mesmo acontece com todos os outros tipos de espaços. Esse é o caráter da composicionalidade, em que as dimensões são igualmente espaços completos e *completivos*.³¹ [Grifos do autor].

Dentro desta multidimensionalidade espacial surge uma ampla variedade de formas de apropriação do espaço. De acordo com Lefebvre, a *apropriação* acontece quando um espaço natural é modificado para servir as necessidades e as possibilidades de um grupo³². Cabe também ressaltar que cada grupo apresenta necessidades e possibilidades diferentes e, conseqüentemente, o tipo de apropriação do espaço de cada grupo será marcado por diferentes *intencionalidades* de suas ações sobre os objetos que esses grupos intervêm. Segundo Milton Santos, “a intencionalidade seria uma espécie de corredor entre o sujeito e o objeto³³”, e que “essa noção é igualmente eficaz na

³¹ FERNANDES, *loc. cit.*

³² LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Trad. Ana Maria Simões Coelho; Doralice de Barros Pereira; Pedro Henrique Denski e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG (no prelo), p.151.

³³ SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 91.

contemplação do processo de produção e de produção das coisas, considerados como um resultado da relação entre homem e o mundo, entre o homem e o seu entorno³⁴”.

Tomemos como exemplo a diferenciação proposta por José de Souza Martins³⁵ entre “terra de trabalho” e “terra de negócio”. No caso da “terra de trabalho”, a apropriação da terra pelo camponês é marcada pelo entendimento que ele e seu grupo familiar têm do que é a terra para seu modo de vida, que se estende às diversas dimensões de seu cotidiano, desde a manutenção da vida através do alimento colhido, passando pela intervenção em seu meio numa relação simultânea de domínio da natureza aliado à dependência e à sua inserção nela. Nesse modo de vida, a terra influencia o relacionamento do camponês com seu próprio grupo familiar e com seus vizinhos, seja pelo isolamento gerado pela própria ocupação esparsa do terreno, seja pelas formas de relacionamento conseqüentes deste modo de vida, como o auxílio mútuo, ou através da comercialização de sua produção e inserção nos mercados locais, influenciando a própria noção de sua função dentro da sociedade. Mais do que isso, esse modo de vida compreende também a cultura, através dos conhecimentos passados às diferentes gerações a respeito da natureza e da terra, de seu manejo, ou do beneficiamento da produção. A terra torna-se, desta forma, o espaço do modo de vida camponês expandindo sua influência ao folclore, às músicas, mitos e “causos”, e até à própria religiosidade. Esse modo de vida camponês encontra-se intimamente ligado à intencionalidade do trabalho na terra, ou, para usar o termo cunhado por Martins, da “terra de trabalho”, de sua apropriação para e pela produção do espaço determinada por um modo de vida.

³⁴ *Ibidem*, p. 90.

³⁵ A diferenciação entre “terra de trabalho” e “terra de negócio” é trabalhada de forma recorrente em sua obra, mas é abordada numa maior especificidade em MARTINS, José de Souza. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. 3a ed. rev. e ampl. São Paulo: Hucitec, 1991.

Em outra posição encontra-se a “terra de negócio”: trata-se da apropriação da terra pela expansão no campo do que Martins chama de grandes empresas capitalistas. Neste caso, a apropriação da terra se dá em torno de uma produção agrícola industrializada, de massa, voltada para grandes mercados urbanos e/ou internacionais, e visando o lucro como objetivo essencial. Ao contrário do camponês, cuja produção agrícola se caracteriza como um patrimônio cultural no qual está calcado todo seu modo de vida, a produção agroindustrial em larga escala é criada basicamente para a produção de *commodities*, de valores de troca a serem realizados no âmbito do mercado. Por conseguinte, a relação com a natureza se restringe ao domínio técnico, como no caso da potencialização química da fertilidade do solo, ou pelo controle de pragas através de agrotóxicos. A relação com a população local, por sua vez, freqüentemente é baseada na expropriação e exploração dos camponeses.

Através desses exemplos podemos notar que a produção do espaço é influenciada por diferentes intencionalidades, determinada por diferentes relações sociais. Segundo Fernandes, “A intencionalidade é um modo de compreensão que um grupo, uma nação, uma classe social ou até mesmo uma pessoa utiliza para poder se realizar, ou seja, se materializar no espaço³⁶”. Cabe, contudo, ressaltar que essas diferentes intencionalidades, segundo o autor, determinam leituras e ações propositivas fragmentárias, e, nesse sentido, o espaço em sua qualidade completa seria apresentado como fração ou fragmento³⁷.

Desse modo, a multidimensionalidade do espaço é restringida ao ser delimitada pela determinação da intencionalidade. Em outras palavras: a parte é transformada em todo e o todo é transformado em parte. Isso significa que o espaço agora passa a ser compreendido segundo a intencionalidade da relação social que o criou. É, então, reduzido a uma representação unidimensional e a visão que o criou,

³⁶ FERNANDES, Bernardo Mançano. *Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais*. Revista Terra Livre, ano VI, n. 16, jan/abril, 2005, p. 273-283, p.276.

³⁷ *Ibidem*. p.277.

embora parcial, é expandida como representação da multidimensionalidade. A relação social em sua intencionalidade cria uma determinada leitura do espaço, que conforme o campo de forças em disputa pode ser dominante ou não. E assim, criam-se diferentes leituras socioespaciais³⁸.

Desta forma, segundo o autor, seria produzido um espaço social ou geográfico específico: o *território*, ou seja, um espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma relação de poder³⁹. E é exatamente a essa ligação com as relações de poder que Claude Raffestin se refere para definir o conceito de território, ressaltando sua dimensão política sem, contudo, restringi-lo aos limites do Estado, considerando também a sua interação com outros “setores” da sociedade como o econômico e cultural. Neste âmbito, o território é tratado por Raffestin como um espaço marcado pelo trabalho humano que, ao contrário do espaço geográfico, apresenta limites e fronteiras. Neste sentido, o autor entende o território como sendo:

[...] um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por conseqüência, revela relações marcadas pelo poder. [...] o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder⁴⁰ [...].

Cabe ressaltar que, para o autor, o conceito de espaço geográfico é entendido como um substrato preexistente ao território:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] o ator “territorializa” o espaço⁴¹.

De acordo com Raffestin, o poder exercido por pessoas e/ou grupos torna-se uma importante categoria para a compreensão do território. Fernandes, por sua vez, ressalta que “[...] o espaço e o território são fundamentais para a realização das relações sociais,

³⁸ FERNANDES, *loc. cit.*

³⁹ FERNANDES, *loc. cit.*

⁴⁰ RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: 1993, p. 144.

⁴¹ *Ibidem*, p. 143.

[e] essas produzem continuamente espaços e territórios de formas contraditórias, solidárias e conflitivas⁴²”. Neste âmbito, o espaço e o território tornam-se categorias de análise especialmente úteis a esta pesquisa, em sua tentativa de compreender a luta pela terra.

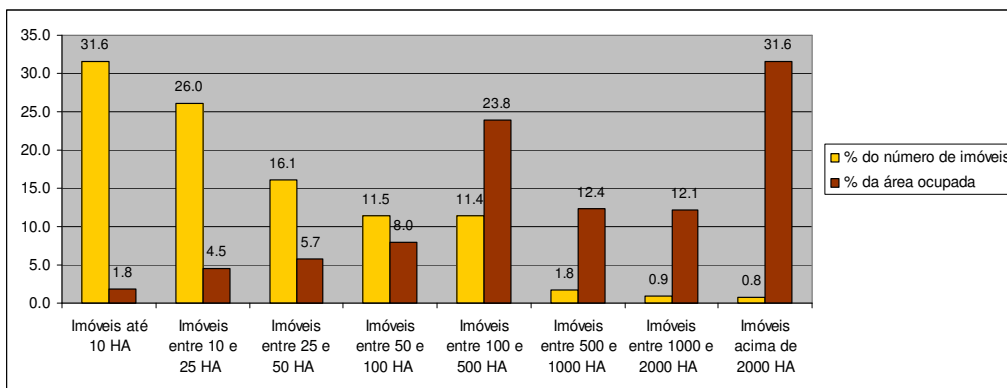
1.2) Disputa pela terra e a formação da estrutura agrária brasileira

Para Henri Lefebvre, o espaço social é a materialização da existência humana⁴³. No entanto, cabe lembrar, como foi mencionado anteriormente, que essa materialização da existência humana no espaço não acontece em uma relação direta de causa-conseqüência. Mais ainda, devemos ressaltar que essa materialização é também o reflexo das contradições inerentes às sociedades e, por conseqüência, não acontece de forma simples. Ao apropriar-se do espaço produzindo novos territórios, diferentes grupos podem apresentar intencionalidades conflitivas e opostas, resultando em embates sociais e disputas de terra, materializando suas relações de poder sobre os territórios.

Segundo essa perspectiva, podemos dizer que a estrutura fundiária brasileira atual foi influenciada por diferentes processos de produção do espaço e de formação de territórios que ocasionaram resultados semelhantes: a concentração da terra nas mãos de poucos proprietários, como podemos ver no gráfico a seguir, e a conseqüente exploração e expropriação de milhões de camponeses que deram origem à luta pela terra.

⁴² FERNANDES, Bernardo Mançano. *Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais*. Revista Terra Livre, ano VI, n. 16, jan/abril, 2005, p. 273-283, p. 276.

⁴³ LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana e o mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991, p.102.

Gráfico 1: Estrutura Fundiária Brasileira, 2003

Fonte: Cadastro do Incra – situação em agosto de 2003⁴⁴.

No percurso histórico de diferentes grupos integrantes da população rural brasileira, muitas mudanças políticas foram significativas no que diz respeito à exploração e expropriação de camponeses e à concentração de terras. Mas apesar dos conflitos existirem ao longo de toda a história do país, podemos certamente apontar que as duas escravidões e a instituição da lei de terras de 1850, tiveram papel significativo no que diz respeito à constituição das relações de poder ligadas à exploração e expropriação de grandes parcelas da população, e se caracterizam como marcos fundamentais da produção da estrutura fundiária do país. José de Souza Martins aponta que apesar da escravidão indígena ter findado no século XVIII, a

[...] mão de obra indígena teoricamente libertada dos mecanismos de coerção social e de trabalho compulsório, manteve-se, no entanto, submetida a formas de sujeição e de exploração econômica não muito diversas da vivida até então. Veio a constituir a base da força de trabalho da indústria extrativa na Amazônia, modelo a que também foi reduzida ao longo do tempo a massa de migrados do semi-árido que para ali se dirigiu.⁴⁵

⁴⁴ Conforme Cadastro do INCRA, 2003 In: Brasil, *II Plano Nacional de Reforma Agrária - Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural*. República Federativa do Brasil Ministério do Desenvolvimento Agrário Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Brasília, 2004. Disponível em: http://www.mda.gov.br/arquivos/PNRA_2004.pdf em 1/12/07.

⁴⁵ Cf. MARTINS, José de Souza. *Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos*. Porto Alegre: UFRGS Ed., 2003. p.12.

O fim da escravidão negra e o início do regime de colonato (iniciado antes mesmo que aquela terminasse formalmente), por sua vez, implicaram freqüentemente na exclusão de ex-cativos e na exploração de colonos. José de Souza Martins aponta que:

Diversamente do que se dá quando a produção é diretamente organizada pelo capital (e não pela mediação da renda), em que o trabalhador preserva a única propriedade que pode ter, que é a sua força de trabalho, condição para entrar no mercado como vendedor dessa mercadoria, esse despojamento absoluto é a pré-condição para que o trabalhador apareça na produção como escravo. Por isso, o advento do trabalho livre, corporificado na imigração, não foi processo igual para o escravo colonial e para quem não foi escravo, para o imigrante europeu. Com ele [trabalho livre], o primeiro ganhou a propriedade de sua força de trabalho; enquanto o segundo, expulso da terra, liberado da propriedade, tornou-se livre, isto é, despojado de toda propriedade que não fosse a da sua força de trabalho. Para um a força de trabalho era o que ganhara com sua libertação; para o outro era o que lhe restara⁴⁶.

Com a crise do sistema escravista e a possibilidade iminente da abolição da escravatura, surgia a ameaça de que os escravos emancipados ocupassem as terras que se encontravam sem uso, sob o domínio da Coroa brasileira. Isso promoveria a evasão da força de trabalho, ocasionando a ruína econômica de grandes latifúndios, conforme aponta Alberto Passos Guimarães:

Tudo levava a crer que, em conseqüência desse importante evento [abolição da escravatura], o poder latifundiário iria esfacelar-se. E que – como o preconizaram muitos abolicionistas mais lúcidos – a propriedade agrária seria redistribuída e multiplicada; assim como as relações servis de trabalho no campo seriam substituídas por relações livres de trabalho. Ao invés, o que, porém, veio a surgir foi a recomposição do sistema latifundiário, agraciado com a compensação de fartos créditos e novos favores. Entre esses, as facilidades para a importação de mão de obra substitutiva, buscada nas regiões mais pobres do globo, e capaz de sujeitar-se a regime de trabalho quase tão opressivo quanto havia sido a escravidão⁴⁷.

Para o trabalho tornar-se livre a terra deveria tornar-se cativa, transformando-se em um território marcado por relações de poder respaldadas pela propriedade legal. Assim, o acesso à terra foi restringido artificialmente pelo Estado. Através da Lei de Terras de

⁴⁶ MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1996, p.16 e 17.

⁴⁷ GUIMARÃES, Alberto Passos. *A crise agrária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979 p.61 e 62.

1850, a ocupação da terra só seria permitida mediante processos de compra e venda, fato que possibilitou o cerco de terras e, conseqüentemente, a restrição do seu uso para aqueles que não poderiam arcar com o ônus de sua compra, garantindo desta forma a oferta da força de trabalho.

Quase quarenta anos após a formação da base legal para a garantia do fornecimento de força de trabalho, a abolição da escravatura negra foi decretada. Mais do que uma relação de poder que garantia braços para os proprietários fundiários dentro dos territórios formados pelas fazendas, a Lei de Terras também deu origem à grilagem, ou seja, ao processo de falsificação de escrituras cartoriais com o intuito de forjar a compra e garantir a propriedade de grandes áreas de terra: Trata-se, como aponta Ângela Mendes de Almeida, “simplesmente de tomar posse de terras pertencentes ao Estado, portanto sem dono, forjando depois em um cartório, um título de propriedade e “envelhecendo-o” ao contacto, em uma gaveta fechada, com grilos⁴⁸”.

Mais do que um território cercado, pertencente a grupos seletos de potentados locais, a terra tornou-se uma moeda passível de especulação, uma vez que os títulos de propriedade das fazendas, ao invés da propriedade de escravos, passaram a ser considerados como garantia hipotecária em transações bancárias. Além disso, a propriedade possibilitou a consolidação da exploração da renda da terra por parte dos seus detentores – em troca do seu uso, colonos, escravos emancipados e posseiros deveriam pagá-la com trabalho, com produtos ou em espécie. Caso não houvesse intencionalidade produtiva por parte dos proprietários, ou seja, interesse em manter a

⁴⁸ ALMEIDA, Ângela Mendes de. *Muita terra e pouco dono. Análise histórico-estrutural da questão agrária no Brasil*. Artigo publicado na revista OSAL. Ano I n° 2/ publicação quadrimestral – setembro /dezembro de 2000, p.32.

terra ocupada, como no caso das atividades pecuárias, por exemplo, bastaria expropriar os ocupantes do local.

Tanto a exploração excessiva da renda da terra, quanto a expropriação e expulsão de posseiros e empregados resultaram em situações extremas para a população do campo ligadas à sua pauperização e à inviabilização de condições mínimas de vida em diversas regiões do país. Para essas populações restavam poucas alternativas, geralmente ligadas à desterritorialização de seus espaços originais e a uma reterritorialização precária, como no caso da fuga através da migração para as cidades ou por meio da ocupação de terras de fronteiras agrícolas, ou, por outro lado, a tentativa de resistência, através da luta pela permanência em seus territórios originais, muitas vezes frustradas pela ação de jagunços ou pela intervenção policial.

Como conseqüência destas tentativas de resistência, no final do século XIX e ao longo do século XX houve a eclosão de diversos conflitos no campo. Essas lutas por uma condição de vida digna organizavam-se através de diferentes formas: através da insurgência político-religiosa, no caso do messianismo (que em Canudos na Bahia e em Contestado na divisa do Paraná e Santa Catarina se contraporiam à “ordem do cão” estabelecida pelas mudanças políticas que infligiam enorme sofrimento aos pobres através da organização de povoados na tentativa de estabelecer a “ordem de Deus”); ou através do banditismo social, onde posseiros e agricultores rebelados contra as injustiças que viveram organizavam-se em bandos, como o cangaço de Lampião e o bando de Antônio Silvino, que atacavam fazendas e vilas. Segundo Fernandes,

A forma de organização desde os movimentos messiânicos até os grupos de cangaceiros demarcavam os espaços políticos da revolta camponesa. Eram conseqüências do cerco à terra e à vida. Embora fossem lutas isoladas, aconteciam em quase todo o território brasileiro e representavam uma importante força política que desafiava e contestava incessantemente a ordem instituída⁴⁹.

⁴⁹ FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 32.

Apesar dessas organizações terem sido fortemente reprimidas pela ação militar do Estado, a destruição dos povoados e a morte de seus líderes não resultaram no fim desses tipos de iniciativas. Mesmo posteriormente, com as iniciativas políticas de associativismo e sindicalização, ainda era possível encontrar insurgências messiânicas ou a formação de bandos de justiceiros⁵⁰.

A industrialização agrícola na segunda metade do século XX ampliou a crise sofrida por essas populações do campo: cada vez mais pessoas eram expulsas da terra em nome da abertura de novas áreas de plantio, ou pelo fato da mecanização tornar desnecessários grandes contingentes de força de trabalho. Nesse âmbito se encontra o processo de pressão econômica exercida pelo que José de Souza Martins denomina de *frente pioneira*. De acordo com o autor, a *frente de expansão*, constituída pela fronteira demográfica de territórios apropriados pela população do campo, geralmente é preexistente à frente pioneira, ou seja, à faixa de expansão dos territórios dominados pelas intencionalidades e pressões de mercado. Na medida em que há uma expansão da frente pioneira, surgem focos de tensão resultantes da pressão econômica que também dão origem à disputa pela propriedade da terra⁵¹.

Especialmente em Minas Gerais, na região dos vales dos rios Mucuri e Doce, posseiros enfrentavam desde a década de 1940 a repressão de fazendeiros no intuito de expropriá-los de suas terras. A razão do interesse sobre o local encontrava-se na valorização das terras devido à construção da rodovia Rio-Bahia⁵². Se anteriormente a estes espaços apresentavam uma importância menor dentro do capitalismo, a evolução da especulação imobiliária mudou completamente a apropriação deste espaço. Neste

⁵⁰ Cf. MARTINS, José de Souza, *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. 4a ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.P. 28 e 29.

⁵¹ MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo: 1975, p.45 a 47

⁵² Cf. PEREIRA, Carlos Olavo da Cunha. *Nas terras do rio sem dono*. 2. ed. Rio de Janeiro: Codecri, 1988.

âmbito Lefebvre aponta que apesar de por muito tempo o “imobiliário” ter apresentado uma importância menor dentro do capitalismo, a situação desse “ramo” mudou completamente e não apenas nos grandes países industriais:

Para explicar esse fato não basta lembrar os fenômenos gerais de urbanização, a extensão das cidades, os progressos técnicos, etc. É preciso mostrar como e porque o capitalismo apossou-se do solo, do *espaço*. Daí a tendência disso que outrora foi o “imobiliário”, doravante *mobilizado* (construções, especulações), tornar-se *central* no capitalismo, por se tratar de uma indústria nova, menos submetida aos entraves, saturações, dificuldades diversas que freiam as antigas indústrias. Essa tendência, no entanto, é contrariada. O “imobiliário” vê-se tolhido, isto é, relegado a uma posição subordinada, pois o afluxo de capitais para esse ramo – tanto quanto os abusos especulativos – tende a perturbar os mecanismos reguladores mais ou menos espontâneos ou controlados, do capitalismo. De tal modo que o “Imobiliário” (produção e especulação) oscila entre uma função subordinada de retomada econômica, uma visão diversionista, uma função de regulação, uma função dominante. De acordo com os momentos, os países, etc. Ele entra na *desigualdade geral* dos setores, dos crescimentos, das situações econômicas⁵³. [grifos do autor].

Além disso, no final dos anos 60, segundo Sérgio Leite, “[...] os trabalhadores não encontravam possibilidade de reprodução social nem através da agricultura de subsistência, nem [através] da venda de sua força de trabalho [...]”⁵⁴:

[...] a intensificação do processo de modernização da agricultura e a oferta de recursos (financeiros, tecnológicos e jurídicos) para a adaptação do cerrado às exigências de uma agricultura capitalista também traziam mudanças no padrão de uso e de posse da região. Os pequenos proprietários começaram a ser expropriados, intensificando-se a concentração fundiária⁵⁵.

Mas apesar da exploração e expropriação terem efeito drástico sobre a vida dos camponeses, deve-se ressaltar que a expansão do capitalismo e a modernização do campo não se restringem às pressões de ordem econômica. Segundo Félix Guattari e

⁵³ LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, [1972] 2008. No prelo. P.62 e 63.

⁵⁴ Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural – NEAD. *Impacto dos Assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro/ coordenadores Sérgio Leite, Beatriz Heredia, Leonide Medeiros... [et al.]*. - Brasília: Instituto interamericano de Cooperação para a agricultura: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; São Paulo: Editora UNESP [co-editora e distribuidora], 2004. p. 50.

⁵⁵ Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural – NEAD, *loc. cit.*

Suely Rolnik, os *sistemas capitalísticos*, que se estendem não somente às sociedades qualificadas como capitalistas, mas também setores periféricos que vivem numa espécie de dependência e contra-dependência do capitalismo, são responsáveis pela “*produção da subjetividade capitalística*”. Essa produção de subjetividade seria responsável pela normalização, capaz de articular pessoas segundo sistemas hierárquicos, sistemas de valores e de submissão dissimulados e “internalizados” segundo os valores próprios desta dinâmica capitalística⁵⁶. Desta forma, mais do que as pressões sofridas pela exploração do trabalho e pela desterritorialização ocasionada pela expropriação da terra, os camponeses eram também desterritorializados de seu modo de vida, das intencionalidades ligadas ao trabalho na terra, dos conhecimentos produzidos pelo trabalho e passado por gerações.

Mas apesar dessa produção da subjetividade capitalística se estender de forma bastante imperativa, os autores ressaltam a possibilidade de fissuras se constituírem sob suas áreas de influência, apontados pelos autores como “*processos de singularização*”⁵⁷. Essa leitura é especialmente importante para entendermos a tentativa de resistência na terra. Para os camponeses, a luta pela terra é muito mais ampla que a propriedade da terra, uma vez que sua luta constitui-se também como uma recusa aos modos de encodificação preestabelecidos pela subjetividade capitalística. Esta recusa se estende desde o nível pessoal até o nível social, no âmbito de sua função e de sua identificação perante o grupo que se insere. Neste âmbito, a singularização de grupos através da resistência e luta pela terra se caracteriza como um importante gatilho para o surgimento dos movimentos sociais camponeses nas décadas de 1950 e na primeira metade da

⁵⁶ GUATTARI, Félix. ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 15 e 16.

⁵⁷ *Ibidem*, p.17.

década de 1960, dando origem à organização de várias associações camponesas, não somente em Minas Gerais, mas em todo o país.

Neste período, algumas organizações eram especialmente significativas: as Ligas Camponesas, que congregavam associações em Pernambuco, o Movimento dos Agricultores Sem Terra, MASTER, no Rio Grande do Sul e a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas ULTAB, que, através do Partido Comunista Brasileiro, PCB, congregava sindicatos rurais nos demais estados da federação.

Freqüentemente a luta pela terra era ligada a ideais externos à sua causa, como no caso da ideologia dos partidos comunistas, sem que, necessariamente, os camponeses se reconhecessem sob essa bandeira. Como conseqüência direta de uma associação ilegítima, frequentemente aconteciam descompassos entre a ideologia e a realidade do modo de vida camponês, dando origem aos problemas ligados à representatividade desses grupos que, por conseqüência, minavam esforços voltados para a mobilização e a luta. No âmbito desses problemas de representatividade, Alain Bihl ressalta que apesar de uma vanguarda política ser a ponta mais avançada de um movimento social, isso não lhe confere direito algum de pretender dirigi-lo, instituindo-se como comandante-em-chefe para finalmente substituí-lo:

Uma vanguarda não deve, então, procurar dirigir o movimento do qual ela é a ponta-de-lança; ela deve contentar-se em clareá-lo, aconselhá-lo, instruí-lo, mas também reciprocamente em ouvi-lo e, em troca, aprender com ele. Pois “o próprio educador tem necessidade de ser educado”... e as vanguardas devem preparar-se para receberem, às vezes, rudes lições do movimento para o qual se supõe devem abrir caminho. A vanguarda situa-se, então, no movimento, ela é sua ogiva, a ponta-de-lança como dissemos⁵⁸.

Além disso, para combater reivindicações mais profundas voltadas para a democratização do acesso à terra, os setores contrários à democratização muitas vezes

⁵⁸ BIHIR, Alain. *Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise*. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 1998. p.30.

incorporados pelo Estado usavam a ameaça da expansão do comunismo como desculpa para a repressão dos movimentos camponeses.

Notando a crescente ameaça representada pela cooptação das populações do campo aos preceitos do PCB, a Igreja católica organizou-se sob duas correntes diferentes: a primeira, de cunho conservador, foi organizada sob diferentes entidades - no Rio Grande do Norte denominava-se Serviço de Assistência Rural, em Pernambuco respondia pelo Serviço de Orientação Rural e no Rio Grande do Sul chamava-se Frente Agrária Gaúcha. O objetivo destas entidades era, segundo Fernandes, “fazer frente ao processo de formação das organizações camponesas, tentando evitar a influência das idéias socialistas e em defesa da reforma agrária”⁵⁹. Por outro lado, a Confederação Nacional de Bispos do Brasil (CNBB) liderava a segunda corrente, de cunho progressista, que a partir do Movimento de Educação de Base e da pedagogia de Paulo Freire buscava a educação e a formação política das populações rurais com o intuito libertador.

Desta forma, mais do que a luta por condições de vida dignas e a luta pelo acesso à terra, estavam em jogo também os *conteúdos* políticos da luta através de seus mediadores: ligas camponesas, MASTER, PCB, através da ULTAB e Igreja, por meio de suas correntes conservadora e progressista. Apesar da existência de divergências e de forças conservadoras contrárias às reivindicações por mudanças, a crescente mobilização da população do campo se fazia ouvir.

Com o intuito de conter essa crescente mobilização o golpe militar silenciou os desvalidos da terra através da forte repressão aliada ao encarceramento, extradição ou assassinato das principais lideranças. Diante de tantos conflitos era impraticável o exercício da política então vigente, que negava uma resposta do Estado aos milhões de desvalidos que reclamavam por reformas que propiciassem justiça social. No entanto, não

⁵⁹ FERNANDES, Bernardo Mançano. A formação do MST no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 34.

havia interesse dos grupos detentores da terra, fortemente representados pelo Estado, de que as reivindicações dos pobres do campo, ao serem eventualmente atendidas, interferissem na importância política e econômica da propriedade da terra, tal como na estrutura fundiária bastante concentrada.

A alternativa a esse impasse foi a criação do Estatuto da Terra, uma legislação ampla que continha inclusive algumas das reivindicações dos movimentos sociais organizados previamente à ditadura, como a possibilidade de desapropriação de propriedades improdutivas ou muito extensas. Apesar das possibilidades que esta legislação abria, restringiu-se a sua aplicação aos focos de conflito: ao invés de tornar-se instrumento para a implantação da Reforma Agrária, o Estatuto da Terra serviu para o apaziguamento das tensões no campo.

Por outro lado, o Estatuto da Terra preconizou uma política de incentivos a empresários que investissem em fronteiras agrícolas, principalmente na Amazônia. Neste âmbito, o governo subsidiou a implantação de empreendimentos agroindustriais, diminuindo drasticamente a imobilização de capitais através da compra de grandes extensões de terras. Neste âmbito, Martins aponta que

Ao contrário do que ocorria com o modelo clássico da relação entre terra e capital, em que a terra (e a renda territorial, isto é, o preço da terra) é reconhecida como entrave à circulação e reprodução do capital, *no modelo brasileiro o empecilho à reprodução capitalista do capital na agricultura não foi removido por uma reforma agrária, mas pelos incentivos fiscais. [...] O modelo brasileiro inverteu o modelo clássico. Neste sentido, forçou politicamente a irracionalidade da propriedade fundiária no desenvolvimento capitalista, reforçando consequentemente, o sistema oligárquico nela apoiado*⁶⁰. [Grifos do autor].

Acreditava-se então que o desenvolvimento econômico resolveria por si só a questão social. No entanto, a realidade apresentou uma dinâmica inversa –

⁶⁰ MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 79 e 80.

freqüentemente decorria-se a expulsão de famílias de posseiros que se encontravam a gerações nesses locais quando as grandes empresas rurais ocuparam áreas de fronteiras agrícolas em que se encontravam.

A concentração de terras cresceu assustadoramente ao longo do regime militar, chegando ao ponto de inverter a tendência de aumento do número de estabelecimentos, como pode ser visto nos gráficos a seguir:

Gráfico 2: Aumento percentual do número de estabelecimentos e da área ocupada – Brasil – 1940/70

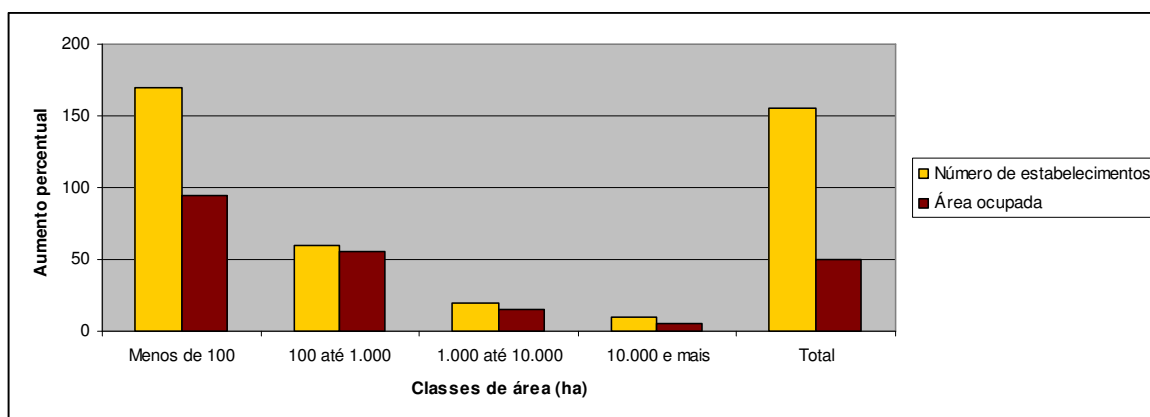
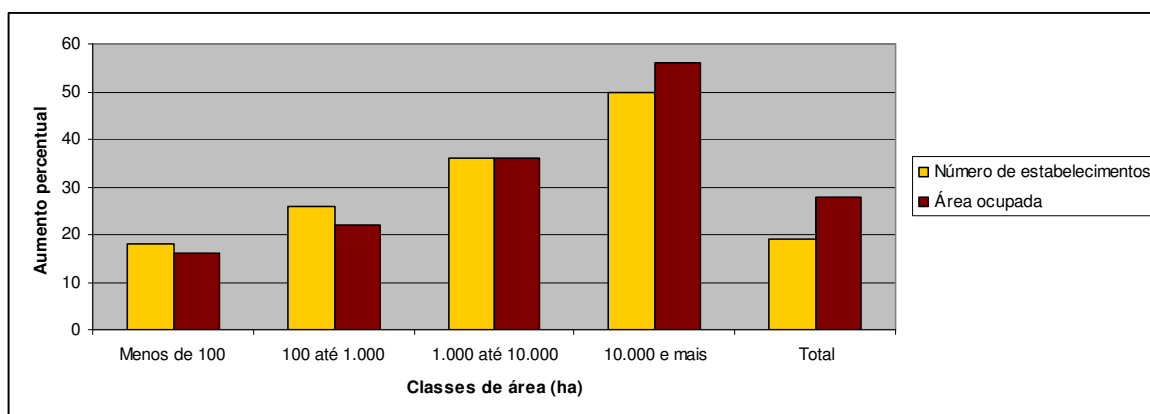


Gráfico 3: Aumento percentual do número de estabelecimentos e da área ocupada – Brasil – 1970/85



Fonte: Gráficos elaborados por Bernardo Mançano Fernandes a partir de dados do IBGE⁶¹.

⁶¹ Disponíveis em FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000, p.42.

O Estatuto da Terra também incentivou o empreendimento de projetos de colonização em áreas de fronteira agrícola nas regiões norte e centro-oeste, com o objetivo de transferir para estas regiões as populações do campo que, noutras regiões do país, lutavam pela terra. Segundo Fernandes

Colonizar para não reformar era, também, o objetivo dos militares para manter o domínio sobre a questão agrária. Nos anos setenta, o governo federal iniciou vários projetos de colonização, principalmente, na Amazônia e no Centro-Oeste, em conjunto com empresas privadas e órgãos públicos. A colonização foi imposta como forma de controlar a questão agrária sem fazer a reforma agrária⁶².

A inviabilidade destes projetos devido à ingerência de administradores particulares e estatais, além do desvio de verbas e corrupção tornaram-se escândalos nacionais denunciados principalmente pela Igreja Católica.

No início dos anos 80 diversos problemas econômicos, políticos e sociais levaram ao fim do regime militar. Do ponto de vista econômico havia uma crise no padrão de acumulação capitalista no Brasil na qual a crise de financiamento – externo e interno – também se incluía. O “cenário” internacional conturbado devido as duas crises do petróleo dos anos 70 influenciava a situação do país e o crescimento verificado ao longo dos anos do “milagre econômico” não mais acontecia, tornando impossível o pagamento da dívida externa. Além disso, a baixa produtividade da indústria aqui sediada, frente aos avanços logrados nos chamados países centrais, não pode ser negligenciada. Do ponto de vista político e social, uma miríade de movimentos sociais, aí incluídos o “novo sindicalismo”, também foi muito importante para apelar os militares do poder de Estado.

Mais do que isso, os escândalos ligados aos projetos de colonização e a situação de extrema penúria em que grande parte da população do campo se encontrava deu

⁶² FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 45.

origem a diversas mobilizações sociais que tinham como objetivo a luta pela terra. Contudo, a terra é um **meio** para a conquista do direito de uma vida digna para o camponês e não um fim em si mesmo, como freqüentemente é tratada por políticas públicas desenhadas pelo Estado para o apaziguamento de tensões. A ruína dos projetos de colonização havia evidenciado que a questão agrária não seria resolvida apenas pela redistribuição de terras. O conteúdo destas mobilizações que dariam origem ao MST em 1984 caracteriza-se, antes de tudo, pela conservação do modo de vida camponês em todas as suas dimensões, seja pela manutenção de suas tradições, seja pela recusa à exploração e expropriação a que esses eram submetidos.

1.3) A resistência cria um novo espaço: A formação do MST e a territorialização da luta pela terra

De acordo com Guattari e Rolnik, a ordem capitalística produz os modos de relações humanas até suas representações inconscientes:

Em suma, ela fabrica a relação do homem com o mundo e consigo mesmo. Aceitamos tudo isso porque partimos do pressuposto de que esta é a ordem do mundo, ordem que não pode ser tocada sem que se comprometa a própria idéia de vida social organizada⁶³. [grifo dos autores]

Neste âmbito os autores ressaltam que não há espaço para a raiva dentro dos processos de subjetivação capitalísticos que, por sua vez, tendem a eliminar tudo aquilo que surpreende. “Sendo assim o que resta às pessoas é viver um possível pré-estruturado no campo que se encontram⁶⁴”.

⁶³ GUATTARI, Félix. ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 42.

⁶⁴ *Ibidem*, p.43.

Se, no entanto, a ordem pré-estabelecida em que as pessoas se encontram torna-se insustentável, como no caso da estrutura fundiária criada no período militar, e pela condição de extrema exploração e violência sob a qual os camponeses se encontravam, então os processos de subjetivação capitalísticos tornam-se insuficientes para a sujeição das pessoas ao seu controle. Surgem, conseqüentemente, fissuras neste processo de homogeneização, que se originam através da busca pela sobrevivência, mas que também dão origem a fenômenos mais amplos, ligados aos processos de singularização, à frustração dos mecanismos de interiorização dos valores capitalísticos e à luta pela constituição de um modo de vida alternativo. Surge, assim, em meio a essas fissuras, o espaço da raiva e da revolta, bem como o espaço da mobilização e da luta que reuniram diferentes grupos, dando origem ao MST.

Como um movimento social de luta por terra, democracia e cidadania, o MST congrega grupos heterogêneos, com diferentes reivindicações, e que se inseriram na luta por reforma agrária por razões diversas. E exatamente pelo fato de ser formado por grupos tão heterogêneos, o MST não teve uma única origem – diversos conflitos localizados em estados do centro-sul do país no período de 1979 até 1985 formaram o que Fernandes descreve como período de gestação do MST⁶⁵.

Uma das principais características destas mobilizações encontrava-se na sua radicalidade, baseada principalmente em ações de ocupação de propriedades improdutivas como meio de pressionar o Estado na direção da desapropriação de novas fazendas e da agilização de processos em curso. Neste âmbito, Fernandes aponta que as ocupações de terras tornaram-se uma das principais formas de acesso à terra, e que o

⁶⁵ Cf. FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000, especialmente o Capítulo 2 – Gestação e nascimento do MST: 1979-1985.

MST, desde a sua gênese, tem sido a principal organização no desenvolvimento desta forma de luta⁶⁶. Além disso, o autor aponta que:

O MST nasceu da ocupação da terra e a reproduz nos processos de espacialização e territorialização da luta pela terra. Em cada estado onde iniciou a sua organização, o fato que registrou o seu princípio foi a ocupação. Esta ação e sua reprodução materializam a existência do Movimento, iniciando a construção de sua forma de organização, dimensionando-a⁶⁷.

Mais do que isso, a ocupação seria uma materialização espacial de um processo de singularização voltado para a luta pela constituição e/ou preservação do modo de vida camponês. Assim:

A ocupação é uma realidade denominadora, é o espaço/tempo que estabelece uma cisão entre latifúndio e assentamento, entre passado e futuro. Neste sentido, para os sem-terra a ocupação, como espaço de luta e resistência, representa a fronteira entre o sonho e a realidade, que é constituída no enfrentamento cotidiano com os latifundiários e o Estado⁶⁸.

As mobilizações ocorridas no período de 1979 até 1984 deram origem a ocupações nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul. Os conflitos decorrentes destas ocupações tiveram ampla repercussão nacional, resultando no direcionamento de grande parcela da opinião pública a favor da luta por justiça social no campo.

Mais do que uma materialização espacial da luta por um modo de vida, as ocupações propiciavam o surgimento de uma nova experiência para esses grupos mobilizados – a fase transitória do acampamento. Neste sentido, Fernandes aponta que

Na luta pela terra, acampar é determinar um lugar e um momento transitório para transformar a realidade. Quando os sem-terra tomaram a decisão de acampar, estão desafiando o modelo político que os exclui da condição de cidadãos. A resistência no acampamento é a façanha. A persistência é o desafio. Para sobreviver, os acampados dependem de sua organização, do trabalho e do apoio dos que defendem a reforma agrária⁶⁹.

⁶⁶ FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 54.

⁶⁷ *Ibidem*, p. 54 a 61.

⁶⁸ *Ibidem*, p. 61.

⁶⁹ FERNANDES, *loc. cit.*

No que diz respeito à organização, os primeiros acampamentos proporcionaram experiências valiosas que influenciaram as futuras ocupações, ou mesmo a organização do próprio MST. Cada experiência, seja ela bem ou mal sucedida, constituía-se em um novo aprendizado a respeito da luta pela terra, e do enfrentamento do Estado e dos proprietários de terras. Neste âmbito, podemos citar o exemplo do acampamento de Encruzilhada Natalino, no Rio Grande do Sul: sua organização influenciou diretamente a formação da estrutura orgânica do MST⁷⁰, uma espécie de organização predominantemente horizontalizada, que proporciona hoje a representação dos assentados e acampados dentro do MST por meio de uma direção coletiva.

O marco da transição do período de gestação do MST para a sua criação se deu no Primeiro Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, nos dias 20 a 22 de Janeiro de 1984, em Cascavel no Paraná, momento em que ocorreu a oficialização do Movimento. Estavam presentes trabalhadores de 12 estados: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Bahia, Pará, Goiás Rondônia, Acre e Roraima.

Este encontro deu início à nacionalização da politização do conflito; antes, apesar de encontrar-se disseminado por longa extensão do território brasileiro, os movimentos não se encontravam sob uma única representação de caráter nacional, mas sob lideranças locais. Apesar da repercussão das ocupações de terras nos estados e das vitórias obtidas com a desapropriação de algumas fazendas, havia a consciência de que

⁷⁰ Para mais informações buscar FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 56. e MARTINS, José de Souza. *Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos*. Porto Alegre: UFRGS Ed., 2003. p.90. IOKOI, Zilda Márcia Grícoli. *Igreja e camponeses: teologia da libertação e movimentos sociais no campo: Brasil e Peru, 1964-1986*. São Paulo: Hucitec, 1996.

isolados em suas áreas de origem, estes grupos não teriam força para avançar em suas reivindicações⁷¹.

A partir daí deu-se início à consolidação da estrutura orgânica do MST através da reunião da experiência de vários acampamentos. A chamada organicidade do Movimento é composta por brigadas de famílias - que por sua vez são representadas por dirigentes regionais, estaduais e nacionais que integram a direção coletiva do movimento - e por setores especializados em diferentes atividades, como educação, saúde, gênero, direitos humanos, frente de massa, produção, dentre outros, que têm como principal função proporcionar o acesso das famílias a programas de assistência social ou, quando isso não é possível, criar alternativas para famílias acampadas e assentadas dentro do seu âmbito de ação de forma a suprir as deficiências de políticas públicas.

Paralelamente ao surgimento nacional do MST aconteciam as primeiras mobilizações em Minas Gerais que dariam origem ao Movimento no estado, ocorridas na região do Vale do Mucuri, mais especificamente no município de Poté, localizado nas imediações de Teófilo Otoni.

Agravadas por uma grande enchente, as crises econômicas do início da década de 80 que repercutiam em todo o país, principalmente relacionadas à grande inflação após o final do milagre econômico, tiveram ampla repercussão na região. Conseqüentemente, os produtores rurais locais que tinham como principal atividade econômica a produção de grãos acabaram optando pela pecuária, causando a expropriação de diversos posseiros, que migraram para os centros urbanos locais, para a capital do estado ou para São Paulo.

A partir de uma Comunidade Eclesial de Base montada na região, organizou-se a resistência que ali já existia há longa data. Em 1984, o Padre José Jerônimo, que era coordenador nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT) na época, incentivou a

⁷¹ Conforme aponta FERNANDES, Bernardo Mançano. A formação do MST no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.

comunidade à formação de uma representação estadual do MST no local. Em 1985, dois representantes da Comunidade Eclesial de Base foram enviados ao 1º Congresso Nacional do MST em Curitiba e de lá trouxeram a missão de construir o Movimento em Minas Gerais.

No entanto, a maior parte da população rural, de forte influência religiosa, tinha grande dificuldade em aceitar os métodos de luta do MST, baseados na ocupação de terras. Esses acreditavam que a resistência era o melhor caminho, e que o “método sulista” não daria certo para a região.

A gente não conseguia passar realmente passar essa idéia desse método de luta através da ocupação. Então, Teófilo Otoni é uma das dioceses mais autênticas, muita luta... Lá tinha uma época que a pastoral rural que não era a CPT, mas era uma pastoral rural, e uma história de luta muito interessante na questão da resistência da posse. Então a idéia desse método mais a ocupação, mais essa luta pela posse da terra era assim um negócio marcante na região inteira... [...] E aí os movimentos, no caso os movimentos que não eram religiosos, mesmo os movimentos sociais e o movimento sindical não aceitavam essa idéia, esse era um método sulista, isso não funciona aqui... Então essas contradições, dificultava muito nós, como MST, trabalhar essa concepção metodológica, esse método de ocupação da terra⁷².

Conseqüentemente, devido à dificuldade de organização do movimento no local, a organização da primeira ocupação demorou três anos - 1985 até 1988. A primeira ocupação aconteceu no município de Novo Cruzeiro, na fazenda Aruega, com cerca de 400 famílias, em 1988. A ocupação foi bem sucedida, dando origem a um assentamento de 25 famílias, e teve ampla repercussão no estado, sendo fortemente divulgada até em Belo Horizonte. As 375 famílias restantes se mobilizaram e participaram de outras ocupações no estado.

Também em 1985 acontecia, no cenário nacional, a abertura política do país. Com o fim da ditadura militar uma ampla porção da sociedade civil encontrava-se mobilizada em torno da luta por reforma agrária: havia uma forte esperança de que a reforma finalmente

⁷² Depoimento de Armando Vieira Miranda sobre sua vida e a origem do MST em 22/02/2007, na Faculdade de Educação - FaE – da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.

se concretizasse, sentimento que tomou corpo através da primeira proposta do Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA. Acreditava-se que a reforma agrária era urgente e inadiável e, portanto, não se deveria esperar pela convocação de uma nova Constituinte para ser iniciada. Os instrumentos fornecidos pelo Estatuto da Terra eram suficientes para dar início ao processo: caberia fazer valer o texto proposto nesta lei⁷³.

Neste âmbito, é importante ressaltar a ação do Estado como uma das grandes fontes de influência à organização do MST. Contudo, deve-se advertir que as suas ações enquanto movimento social também influenciaram as reações do Estado desde a sua origem, como podemos notar no caso da elaboração do PNRA. Assim, como consequência de ações e reações de ambos, tem-se além da luta pela terra, a disputa pelos *conteúdos* da reforma agrária que, por um lado, influencia a estruturação do MST como movimento social de luta pela terra e, por outro, exige respostas do Estado através da criação de novas políticas públicas.

Neste âmbito aconteceu a disputa pelo conteúdo da proposta do PNRA: a primeira proposta de José Gomes da Silva, na época presidente do INCRA, era audaciosa e previa o assentamento em massa de 7,1 milhões de famílias ao longo do governo Sarney. Com a revisão do texto inicial a proposta foi deformada e fragilizada: de acordo com José Graziano da Silva, com essa revisão a aplicação do PNRA foi expandida para 15 anos, devendo terminar no ano 2000 e as suas metas de assentamento para o período de 1985-89 foram reduzidas para 1,4 milhões de famílias⁷⁴. Ao final do governo Sarney, cerca de 90.000 famílias foram efetivamente assentadas⁷⁵.

⁷³ Cf. SILVA, José Graziano da. *Para entender o Plano Nacional de Reforma Agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

⁷⁴ Cf. SILVA, José Graziano da. *Para entender o Plano Nacional de Reforma Agrária*, p. 78-80.

⁷⁵ Cf. BRASIL. *Reforma agrária: compromisso de todos*. Presidência da República - Governo Fernando Henrique Cardoso Brasília - 1997 p. 13. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/REFAGR.HTM em 11/11/2007.

Vários problemas cercavam esta reformulação da proposta: além de não considerar o aumento do número de possíveis beneficiários da reforma agrária ao longo desses 15 anos, o plano também ficava sujeito à desarticulação gerada pela mudança de governos⁷⁶, o que de fato aconteceu no governo Collor com a estagnação do processo de reforma agrária e a grande repressão dos conflitos. Além disso, o PNRA foi fonte de diversas irregularidades e escândalos, como foi apontado em 2001 na CPI dos Títulos da Dívida Agrária – TDAs⁷⁷: Jader Barbalho (na época pertencente ao PMDB-PA), como ministro da Reforma Agrária, e também o senador Íris Rezende (na época PMDB-GO) e o ex-deputado Leopoldo Bessone (na época PMDB-MG), que ocuparam o mesmo cargo no governo José Sarney, ajudaram a lesar os cofres públicos em R\$ 1,5 bilhão, através da concessão de super-indenizações apenas no período compreendido entre 1987 e 1989, fato que impediu que pelo menos 150 mil famílias tivessem acesso à terra⁷⁸.

Apesar de todas as suas falhas, é importante ressaltar uma grande inovação proporcionada pelo PNRA: este plano utilizou como principal instrumento a desapropriação de terras, ao contrário de políticas anteriores (calcadas em projetos de colonização em áreas de fronteira agrícola), fato inédito nas políticas de reforma agrária até então empreendidas no País⁷⁹.

Quanto à organização dos assentamentos, o PNRA tinha como principais instrumentos o fornecimento de assistência técnica agropecuária e o estímulo à criação de cooperativas de produção. Os assentamentos criados pelo governo, após a desapropriação das terras, passavam por um levantamento de recursos naturais e eram submetidos à demarcação de áreas de moradia e preservação ambiental por meio de

⁷⁶ Cf. SILVA, José Graziano da. *Para entender o Plano Nacional de Reforma Agrária*, p. 9-14 e 78-80.

⁷⁷ Títulos usados no pagamento de indenizações a propriedades desapropriadas.

⁷⁸ Conforme Correio Brasiliense, Brasília, domingo, 30 de setembro de 2001. Disponível em: http://www2.correioweb.com.br/cw/2001-09-30/mat_14737.htm em 6/11/2007

⁷⁹ SILVA, José Graziano da. *Para entender o Plano Nacional de Reforma Agrária*, p. 76.

uma empresa de topografia. O INCRA encarregava-se da contratação de empresas e/ou de negociações com órgãos governamentais para execução de obras ligadas à abertura de estradas de terra, implantação de rede elétrica e perfuração de poço artesiano. No entanto, a implantação destas obras de infra-estrutura demorava vários anos, e em alguns assentamentos nem sequer chegavam a ser efetivamente executadas.

Um dos principais motivos desta demora devia-se ao fato do fornecimento de infra-estrutura básica não ser atrelada à implantação do plano, ficando a cargo de outros ministérios, ou de outras instâncias de governo (municipal, estadual). O que, conseqüentemente, poderia submeter a (não) execução das obras aos interesses de potentados que dominassem instâncias locais.

Diante dos avanços e dificuldades proporcionadas pelas experiências das ocupações, dos acampamentos e dos novos assentamentos, o MST sofre em seus primeiros anos um processo de especialização de sua estrutura, dando origem ao que é chamado pelos dirigentes de *organicidade* do MST. Essa organicidade é composta principalmente por *instâncias de representação* e *setores*. As instâncias de representação são espaços políticos onde são traçadas as linhas políticas gerais de atuação do MST. São compostas pelo congresso nacional, encontro nacional, congressos estaduais e encontro estaduais. Enquanto nos encontros são formuladas e avaliadas as linhas políticas e planos de trabalho dos setores, os congressos constituem-se como um grande momento de confraternização onde são aprovadas as linhas políticas criadas nos encontros. Além dos congressos e encontros, as instâncias de representação também são compostas pela coordenação nacional, estadual e regional (responsáveis pelo cumprimento das deliberações dos congressos), direção nacional e estadual (que acompanham e representam o MST em âmbito nacional e estadual trabalhando em prol da organicidade do Movimento), coordenação de assentamentos e acampamentos e grupos de base (grupos de trabalho específicos como educação, formação, frente de

massas etc. que compõem a coordenação do assentamento). Esta estrutura também é composta pelas cooperativas agrícolas do MST, por vezes conhecidas pelos assentados como secretarias, que constituem-se como entidades de representação jurídica do Movimento, sendo responsáveis pela captação de projetos, recebimento de doações, fechamento de convênios com o Estado, dentre outras tarefas.

Os setores do MST, por sua vez, são responsáveis pelo desenvolvimento de tarefas específicas. Alguns setores podem ser apontados como principais: o *setor de frente de massa* é responsável pela realização de trabalhos de base e conscientização desenvolvido não somente dentro do acampamento e assentamento, mas também na cooptação de famílias para a participação nas ocupações. Segundo Fernandes, o setor de frente de massas “faz a travessia das pessoas de fora para dentro do MST⁸⁰”. Já o *setor de formação* é responsável pela formação sociopolítica das famílias sem terra. Dentro desta formação busca-se a compreensão do sistema capitalista e o reconhecimento da situação de exploração a que as famílias encontram-se sujeitadas, bem como as alternativas ao sistema político-econômico vigente. Esse setor atua em forte parceria tanto com o setor de frente de massa quanto com o *setor de educação*. Esse último, por sua vez, busca uma formação educacional ampla de crianças, jovens e adultos, que proporcione o acesso a conhecimentos úteis tanto para a vida dentro do assentamento quanto para a vida em sociedade. O setor de produção ocupa-se da viabilização da produção agropecuária e da cooperação agrícola dentro dos assentamentos. Outros setores foram se organizando conforme demandas de atuação do Movimento, como Finanças, Projetos, Comunicação, Relações Internacionais, Gênero, Saúde e Direitos Humanos.

⁸⁰ FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000. P.173.

É especialmente de interesse desta pesquisa a evolução do setor de produção do MST, uma vez que este setor é responsável atualmente pela execução dos PDAs. O setor do MST que se ocupa do desenvolvimento da parte produtiva dos assentamentos é conhecido atualmente como setor de produção, cooperação e meio ambiente. Em seus primeiros anos de existência este setor ocupava-se primordialmente da organização e viabilização da produção em acampamentos e assentamentos, recebendo apenas a designação de “setor de produção”. Desta forma, este setor respondia por demandas que iam desde as necessidades imediatas, como a tentativa de garantir de alimentos para as famílias nos primeiros estágios de acampamento, até o auxílio à produção em maior escala, após a consolidação das famílias em assentamentos.

Uma vez que é em função da atividade produtiva que as famílias garantem sua sobrevivência, sua reprodução ou mesmo sua inclusão social, os assentamentos passaram a ser fortemente orientados por este setor. A principal forma de organização produtiva estimulada pelo MST como estratégia de sobrevivência encontra-se no trabalho cooperado - de acordo com a cultura das famílias, com recursos financeiros disponíveis ou mesmo devido às características ambientais (qualidade do solo, acesso à água etc.), os assentados optam por diferentes formas de cooperação: em alguns assentamentos encontramos apenas mutirões de trabalho em épocas específicas como na colheita, formados por grupos pequenos geralmente compostos por familiares ou “compadres”; já em outros assentamentos podemos encontrar cooperativas de trabalho formais, responsáveis pelo beneficiamento e comercialização da produção.

Cabe ressaltar que essa forma de organização também foi diretamente influenciada pelo incentivo dado à formação de cooperativas agrícolas pelo PNRA. Com o desenvolvimento de alguns assentamentos, as cooperativas agrícolas acabaram ganhando grande importância para os assentamentos e, conseqüentemente para o MST, uma vez que essas possibilitavam a divisão dos custos de investimentos em máquinas e

equipamentos de beneficiamento, ou mesmo a obtenção de maior poder de negociação no momento da comercialização dos produtos.

Devido à demanda por capacitação de assentados para o gerenciamento das cooperativas, o setor de produção especializou-se na capacitação de assentados, principalmente através da formação de jovens em escolas do Movimento e no auxílio à formação e consolidação destas cooperativas, e passando então a receber a designação de “setor de produção e cooperação”. Desta forma podemos notar que a estrutura organizativa do MST e de seus assentamentos foi diretamente influenciada pelo Estado através conformação do PNRA.

Cabe lembrar que a política agrária do PNRA ainda encontrava-se muito distante de atender as necessidades da grande população rural desvalida do acesso à terra. Apesar de não podermos ignorar o número de famílias assentadas a partir da sua criação, muitos conflitos foram agravados no início da década de 1990, tanto pela recessão econômica que se abatia sobre o País, quanto pela grande repressão militar nas áreas com conflitos por terra.

Esta repressão também ocorria diretamente por parte de latifundiários através da União Democrática Ruralista – UDR. Esta organização de proprietários de terra originou-se nacionalmente em 1985 como uma reação ao crescimento dos conflitos no campo, ao surgimento de movimentos de luta pela terra como o MST e, especialmente, à criação do PNRA pelo Estado. A UDR “galvanizou as atenções e assumiu a vanguarda da luta pela manutenção do *status quo* no campo⁸¹”.

As maiores novidades trazidas pela UDR residiam nas estratégias de ação e marketing, marcadamente agressivas e ousadas, enquanto no plano das idéias houve poucas mudanças. [...] O elemento novo do seu discurso era a ênfase crítica sobre os ideais socialistas, apontados como

⁸¹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Do outro lado da cerca In: PAULA, Delsy Gonçalves de; STARLING, Heloisa Maria Murgel; GUIMARÃES, Juarez Rocha. *Sentimento de reforma agrária, sentimento de república*, 2006. p. 259.

superados e decadentes em vista da maré neoliberal e do declínio do socialismo real⁸².

Em Minas Gerais, a repercussão gerada pela criação de um assentamento na fazenda Aruega, localizada no município de Novo Cruzeiro, exatamente no local da primeira ocupação de terras mineiras, deu origem, em 1988, à organização da UDR no estado, atuando de forma expressiva na repressão de futuras ocupações. Apesar disso, novas mobilizações não demoraram a acontecer: as 375 famílias excedentes da ocupação de Aruega mobilizaram-se em uma nova ocupação ainda em 1988, que se localizaria na fazenda Sapezinho, propriedade vizinha à Aruega. Após seis meses de intensa repressão houve o despejo das famílias:

*Mas vale a pena contar um pouco dessa trajetória que foi a luta pela terra naquela região. Só para você ter uma idéia, nós ficamos cerca de quatro meses, após a ocupação, cercados pela polícia militar. Eles montavam acampamento permanentemente, todas as nossas idas e vindas passavam por revisões deles. E aí eles usavam todo tipo de método de pressão psicológica, sem dizer das agressões físicas mesmo... Foram várias pessoas nossas que apanharam, que foram torturadas, que botaram no formigueiro...*⁸³

Em 1989, após ampla negociação com o governo do estado, na época exercido por Newton Cardoso, resolveu-se que as famílias que não haviam sido assentadas em Aruega seriam assentadas em parte das terras do Projeto Craúno, coordenado pela Rural Minas. Esse projeto caracterizava-se como um plano de colonização, similar àqueles empreendidos pelo governo militar nas décadas de 60 e 70.

Uma comissão das famílias foi convidada a conhecer o local previsto para a criação do assentamento e encontraram uma área com grandes riquezas naturais e alto potencial agrícola. Ao retornar ao acampamento com a boa nova, os acampados decidiram aceitar as terras oferecidas pelo Estado. Contudo, quando se dirigiam para o novo assentamento,

⁸² MOTTA, *loc. cit.*

⁸³ Depoimento de Armando Vieira Miranda em 22/02/2007.

essas famílias foram levadas para uma área completamente diferente, inviável para o uso agrícola. O projeto ocupava a área de 30.000 hectares que abrangia diferentes municípios, e apresentava grande heterogeneidade em suas características ambientais.

As famílias se revoltaram com a situação e não aceitaram ocupar a área que lhes fora destinada:

Aconteceu o que jamais se viu na luta dos sem terra nesse país, aconteceu conosco. Nós, pela primeira vez na história, nós fomos cercados pela polícia militar, forçando que nós aceitássemos ficar assentados. Olha só, até onde a repressão pode chegar... A história é constituída assim, né? A repressão sempre foi para tirar os sem-terra da terra, com nós aconteceu o contrário... Tentaram forçar a barra para a gente ficar. Porque era de interesse deles⁸⁴.

Após oito dias de forte pressão da polícia para que as famílias ficassem assentadas, e vendo que as famílias não aceitariam o fato, o governo do estado finalmente cedeu à pressão das famílias e permitiu que saíssem do local. As famílias então acamparam na faixa de domínio da estrada para Itaobim e, pouco depois, deslocaram o acampamento para o município de Padre Paraíso, já em 1990.

Esse grupo reuniu-se em uma nova ocupação em Teófilo Otoni, na Fazenda Boa Vista, em 1990, que durou apenas duas horas. Sem nenhum mandado judicial, as famílias foram cercadas e despejadas da fazenda pela polícia. *“Um dos despejos mais violentos que nós já tivemos no estado⁸⁵”*. Após o despejo o grupo se dividiu: parte das famílias retornou para Aruega e outros montaram acampamento em Teófilo Otoni. Esse último grupo foi assentado na fazenda Santa Rosa, no município de Itaipé, enquanto o primeiro grupo dirigiu-se para Governador Valadares.

Paralelamente a essas primeiras ocupações em Minas Gerais acontecia, em âmbito nacional, a redução do número de desapropriações do PNRA sob o argumento de aguardar a elaboração do texto da nova Constituição pela Assembléia Nacional

⁸⁴ Depoimento de Armando Vieira Miranda em 22/02/2007.

⁸⁵ Depoimento de Armando Vieira Miranda em 22/02/2007.

Constituinte. Conscientes a respeito do perigo que corriam, latifundiários se mobilizaram em torno da aprovação da nova Constituição. Neste âmbito, o resultado da disputa pelo conteúdo da reforma agrária que seria possibilitada através desta legislação foi favorável aos proprietários de terras – a Constituição de 1988 trazia critérios extremamente vagos a respeito da definição das propriedades passíveis de desapropriação. Ao tornar estes critérios vagamente definidos, a Constituição inviabilizou a desapropriação de fazendas pelo Estado, estagnando as ações do MST. Neste sentido, a Constituição de 1988 foi, na realidade, uma derrota para os movimentos sociais em sua luta pelo acesso à terra.

Nos anos seguintes, com o início do Governo Collor, a grande repressão às ocupações e mobilizações em torno da reforma agrária aliada à impossibilidade de desapropriação de propriedades criada pela Constituição de 1988 inviabilizou as ações do MST. Sem muitas alternativas, neste período a ação do Movimento concentrou-se no fortalecimento dos assentamentos já existentes por meio das cooperativas.

Esse quadro de retração das ações do MST só pôde ser revertido com o impedimento do presidente Collor, cujo cargo foi ocupado por Itamar Franco. O fim da forte repressão ao Movimento possibilitou a retomada das ações de mobilização do MST e de ocupação de terras. Como resultado, ao final do Governo Itamar Franco foram promulgadas reformas no texto da Constituição de 1988 através da Lei Agrária de 1993, com o intuito de controlar momentaneamente a eclosão dos conflitos. Esta nova lei consistia na estipulação de instrumentos que possibilitavam a retomada da reforma agrária, dentre as quais a especificação dos critérios que definiriam quais propriedades seriam passíveis de desapropriação. A lei também incluía o mecanismo jurídico do rito sumário, que estabelecia o prazo de 120 dias para a avaliação do Poder Judiciário quanto à possibilidade de desapropriação de imóveis, acelerando bastante o julgamento dos processos. Apesar da Lei Agrária ser apenas um instrumento paliativo para a contenção de conflitos, podemos dizer que ela representou uma conquista dos movimentos sociais

em relação à disputa dos conteúdos da reforma agrária, uma vez que abriu possibilidades para a retomada da luta pela terra.

Neste âmbito, a Lei Agrária também abriu novos precedentes para as lutas do MST mineiro. Se o processo de gestação do MST nacional aconteceu do período de 1979 até 1985, em Minas Gerais ele acontecerá tardiamente, de 1985 – com o início das mobilizações para a primeira ocupação – até 1993:

esse período histórico nosso aqui do Estado, ele precisa ser bem compreendido, porque realmente, assim, foram mais de seis anos, não vou dizer perdidos, porque a semente estava sendo plantada, mas olha, foram três anos para conceber a idéia e aceitar a proposta de ocupação que foi de 85 a 88, e depois mais cinco anos, que foi de 88 a 93 para nós conseguirmos dar passos mais significativos⁸⁶.

A partir de ocupações ocorridas em Governador Valadares, o MST mineiro entra em nova fase. Nesta cidade ocuparam a fazenda Califórnia/Limeira em 1º de julho de 1993, que daria origem ao assentamento 1º de julho. Um ano após a ocupação do 1º de Julho, também neste município, houve a ocupação da fazenda “do Ministério” que, após despejos e acordos, foi desapropriada em 1996. Seguiu-se também a ocupação da fazenda Barro Azul, que deu origem a um assentamento de mesmo nome.

Cabe ressaltar que a região de Governador Valadares era foco de intensos conflitos agrários, ligados principalmente à expropriação de posseiros devido à especulação imobiliária gerada pela construção da rodovia Rio-Bahia. A fazenda “do Ministério” (na verdade uma propriedade da Embrapa que se encontrava sucateada e ocupada por grileiros desde a década de 1950) foi o centro de inúmeros conflitos no início da década de 60 e havia sido destinada à desapropriação pelo Presidente João Goulart, constituindo-se em um dos primeiros projetos de reforma agrária do país⁸⁷.

⁸⁶ Depoimento de Armando Vieira Miranda em 22/02/2007.

⁸⁷ Cf. PEREIRA, Carlos Olavo da Cunha. *Nas terras do rio sem dono*. Belo Horizonte, 1980.

A ampliação da área de atuação do MST para a região na década de 1990 significou a retomada das lutas pela terra que tinham sido desarticuladas pelo golpe militar. A desapropriação da fazenda do Ministério em 1996 foi uma grande conquista para o MST. Desta forma deu-se origem à segunda área de atuação do MST no estado, conhecida como Regional Rio Doce. A região de origem do Movimento, por sua vez, era conhecida como Regional Mucuri/Jequitinhonha.

Paralelamente acontecia o crescimento da territorialização do MST nacional que, de 1985 a 1990, ocupou áreas nas regiões Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste e parte da região amazônica⁸⁸. Segundo Bernardo Mançano Fernandes, na década de 1990 o MST já se caracterizava como um movimento nacional ao se organizar em 23 estados da federação. O autor ressalta que apesar da rápida expansão do movimento desde o seu surgimento, essa territorialização é marcada por conflitos violentos na luta pela terra⁸⁹.

Também na primeira metade da década de 1990 dava-se início ao governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC). De acordo com José Juliano de Carvalho Filho,

A polarização ocorrida em torno do plano de estabilização empobreceu a campanha de 1994 e frustrou a discussão sobre importantes temas nacionais, entre os quais, a reforma agrária. O horário eleitoral que antecedeu o primeiro turno e os poucos debates ocorridos entre os candidatos à Presidência da República, davam a impressão de que existia consenso quanto à política fundiária a ser implantada pelo novo governo. Praticamente todos os candidatos declaravam-se a favor da reforma agrária e a incluíam nos programas de governo. Existia realmente este consenso ou tratava-se de algo apenas aparente?⁹⁰

⁸⁸ Cf. FERNANDES, Bernardo Mançano. *O MST e a luta pela reforma agrária no Brasil*. Artigo publicado na revista OSAL. Ano I n° 2/ publicação quadrimestral – setembro /dezembro de 2000 P.33 -34

⁸⁹ FERNANDES, *loc. cit.*

⁹⁰ CARVALHO FILHO, José Juliano de. *Política Agrária* In: revista praga – estudos marxistas No. 6. A que ponto chegamos. (balanço do Governo Fernando Henrique Cardoso e perspectivas da oposição). São Paulo: HUCITEC, 1998. p.89.

Como o próprio autor aponta, o consenso a respeito da reforma agrária estava longe de ser atingido. A divergência entre os principais candidatos poderia ser percebida pelas medidas propostas pelos seus respectivos programas de governo: ao comparar os programas dos candidatos Lula e FHC, Carvalho Filho ressalta que as medidas propostas pelo primeiro tinham cunho estrutural, com o assentamento de 800 mil famílias que substituiriam as ações esparsas dos governos anteriores, enquanto no caso do segundo, apesar de apresentar argumentação similar ao programa de Lula no reconhecimento da importância da reforma agrária, as medidas eram paliativas: o programa propunha o assentamento em metas crescentes a cada ano que totalizariam no final de seu mandato o beneficiamento de 280 mil famílias, número que o autor aponta como tímido, embora realista, dada a situação da legislação vigente.

Após a vitória de FHC nas urnas confirmou-se o caráter paliativo da reforma agrária proposta em seu programa de governo. De acordo com Carvalho Filho,

Uma vez empossado, o presidente Cardoso deu razão a seus críticos nomeando José Eduardo de Andrade Vieira para o Ministério da Agricultura e Brasília de Araújo Neto para o Incra, pessoas cujos históricos, claramente, não as recomendavam para a implantação da reforma. Os movimentos sociais foram praticamente ignorados, em especial o MST. O desempenho dessas autoridades, somado à evidente má vontade da área econômica, comprovou que a meta de assentamentos para o primeiro ano de governo não seria alcançada. Nessa época, a tensão no campo mostrou-se crescente – multiplicando-se as ocupações de propriedades improdutivas pelos sem terra – e ocorreu o primeiro grande massacre de trabalhadores em Corumbiara (RO)⁹¹.

Apesar de se encontrar disseminada por todo o país, a violência no campo só ganhou notoriedade pública quando os conflitos culminaram com os massacres de Corumbiara, em Rondônia em 9 de setembro de 1995 - em que foram assassinadas 12 pessoas (9 trabalhadores, uma criança de 9 anos e 2 policiais), e outros 23 trabalhadores

⁹¹ *Ibidem*, p.92 e 93.

sem-terra morreram em decorrência das agressões sofridas - e Eldorado dos Carajás no Pará, em 17 de abril de 1996, quando 1500 sem-terra acampados nas margens da rodovia PA-150 em forma de protesto contra a morosidade dos processos de desapropriação de terras foram violentamente reprimidos pela ação da Polícia Militar de Marabá. Como resultado, 19 pessoas morreram na hora, outras duas morreram anos depois, vítimas das seqüelas, e outras 67 foram mutiladas.

Estes conflitos, especialmente o de Eldorado dos Carajás, tiveram grande repercussão sobre a opinião pública e ganharam visibilidade nacional e internacional imediata. O comandante da operação, Coronel Mário Pantoja de Oliveira, foi afastado no mesmo dia e perdeu o comando do Batalhão de Marabá, enquanto o Ministro da Agricultura e encarregado da reforma agrária, Andrade Vieira, pediu demissão na mesma noite. Uma semana após o massacre foi criado pelo Governo Federal o Ministério da Reforma Agrária presidido por Raul Jungmann.

Como resposta à crise, o governo FHC criou uma nova política agrária denominada “Novo Mundo Rural”, financiada com o apoio do Banco Mundial e realizada segundo seus preceitos. De acordo com Marcelo Resende e Maria Luisa Mendonça, essa política é “centrada em três questões que materializam o pensamento do Banco Mundial: (1) O assentamento de famílias como política social compensatória; (2) A “estadualização” das ações dos projetos de assentamento, repassando responsabilidades inerentes à União para estados e municípios; (3) A substituição do instrumento constitucional de desapropriação pela propaganda do “mercado de terras”⁹²”. Os autores ainda acrescentam que os principais programas do Banco Mundial no governo FHC foram a

⁹² RESENDE, Marcelo e MENDONÇA, Maria Luisa. *A contra-reforma agrária no Brasil*. In: O Banco Mundial e a Terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia. Organização: Mônica Dias Martins Editora Viramundo. São Paulo, 2005. P. 75.

Cédula da Terra, o Banco da Terra, o Crédito Fundiário e o Programa de Consolidação dos Assentamentos⁹³.

Segundo documento do governo FHC, no programa “Novo mundo rural”

Além da incorporação de novas áreas no processo de reforma agrária, foram propostas medidas com direcionamento às ações gerenciais para a consolidação de projetos de assentamento. Nesse sentido foi implantado o **Programa Qualidade e Produtividade nos Assentamentos de Reforma Agrária**, por meio da criação do Projeto Lumiar, cujo objetivo principal é prestar assistência técnica às famílias assentadas. [grifo meu]

Dentro deste programa de Qualidade e Produtividade nos Assentamentos, introduziu-se oito medidas norteadoras, dentre elas a criação do Plano de Desenvolvimento de Assentamento – PDA⁹⁴.

Diante desta conjuntura, ou mesmo devido à pressão nacional e internacional a respeito dos conflitos por terras, surge o que José de Sousa Martins enuncia como uma das principais mudanças no contexto agrário brasileiro dos últimos tempos - a transformação da luta pela reforma agrária numa disputa pelos conteúdos da reforma agrária:

A peleja hoje não é pela reforma em si, já que tanto o governo quanto os partidos de oposição, e os grupos de ação deles dependentes ou com eles alinhados, como os sindicatos, o MST e a Igreja, estão de acordo quanto ao fato de que ela é necessária e inadiável. (...) **A peleja agora é pela forma da reforma.** Estamos em face de uma luta pelo controle político da reforma agrária que vem sendo feita, pelo controle dos procedimentos relativos a ela, por seu resultado e por seu formato final⁹⁵.

Ao mesmo tempo em que o Estado é pressionado para criar políticas agrárias de cunho social que proporcionem o acesso à terra, reduzindo a exploração e a expropriação

⁹³ RESENDE e MENDONÇA, *loc. cit.*

⁹⁴ Cf. BRASIL. *Relatório de Atividades do INCRA 30 anos*. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, Conselho Nacional do Desenvolvimento Rural Sustentável - CNDRS – 2000. Seção resumo das atividades do INCRA – 1995 / 1999 P. 5. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/arquivos/0173500477.pdf> em 11/11/2007.

⁹⁵ MARTINS, José de Souza. *Reforma agrária: o impossível diálogo* / José de Souza Martins – 1 ed. 1 reimpressão. – São Paulo: EDUSP, 2004. P. 39 e 40.

dos camponeses, este também é representante dos interesses de grupos contrários à reforma que, por sua vez, possuem grande poder de influência sobre o desenho e a concretização destas políticas públicas. Podemos notar a conseqüência desta disputa pelos conteúdos da reforma agrária nas características do programa Novo Mundo Rural.

De acordo com Resende e Mendonça, esse programa contraria “o preceito legal que determina a desapropriação como principal instrumento de obtenção de terras improdutivas”⁹⁶. Temos nesse ponto uma regressão de uma conquista do PNRA do Governo Sarney que, apesar de diversos problemas, colocou a desapropriação de terras e o pagamento em TDAs como o principal instrumento para a concretização da reforma agrária.

Os autores também apontam que “o modelo do Banco Mundial promove a privatização do território sob as regras do mercado. Segundo essa concepção, os **camponeses** devem buscar maior “eficiência” por meio de sua integração no agronegócio”⁹⁷ (Grifo meu). Neste ponto temos a partir deste programa a **transfiguração de políticas agrárias voltadas para a inclusão social em políticas agrícolas de mercado**.

Resende e Mendonça também apontam que o programa Novo Mundo Rural apresenta os seguintes problemas:

1. Aumento do valor da terra e pagamento à vista, como forma de premiar o latifúndio (a existência de um fundo de terras inflacionou o mercado).
2. Inviabilidade econômica, impossibilidade do pagamento dos empréstimos e endividamento dos trabalhadores rurais. As áreas adquiridas, muitas de má qualidade, não reuniam condições de permitir a geração de renda suficiente para o pagamento da dívida.
3. Aquisição de terras sem registro e improdutivas, portanto aptas ao programa de reforma agrária.

⁹⁶ RESENDE, Marcelo e MENDONÇA, Maria Luisa. *A contra-reforma agrária no Brasil*. In: O Banco Mundial e a Terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia. Organização: Mônica Dias Martins Editora Viramundo. São Paulo, 2005. P. 75.

⁹⁷ RESENDE e MENDONÇA, *loc. cit.*

4. Compra da terra feita por associações de trabalhadores, sem autonomia na escolha das áreas. Essas associações, muitas vezes, são organizadas pelos próprios latifundiários e políticos locais.
5. Condições precárias de sobrevivência e abandono das áreas. Ao invés de aliviar a pobreza, o programa fez agravar-se a situação financeira dos participantes.
6. Denúncias de corrupção envolvendo administrações municipais, políticos e sindicatos, que teriam sido favorecidos nas transações de compra e venda de terras⁹⁸.

Como conseqüências diretas do programa Novo Mundo Rural, Ângela Mendes de Almeida aponta que:

Por trás de uma retórica que mal dissimula sua verdadeira intenção meramente propagandística, o governo FHC (...) continua dizendo, sem muita convicção, que foi quem que mais fez avançar a reforma agrária, na medida em que desapropriou 14 milhões de hectares de terra, o que equivaleria ao território de três Bélgicas. Só que durante esse mesmo período, apenas cerca de 3.065 fazendeiros se apropriaram de um território muito maior, 93 milhões de hectares (um deles, uma empresa construtora, tendo abocanhado sozinha 4 milhões). Essa apropriação foi sobretudo feita pelo conhecido processo, tradicional na história brasileira, de “grilagem”.

O governo vangloria-se também de ter assentado mais de 300 mil famílias em mais de 12 milhões de hectares, constituindo isso a sua reforma agrária. Boa parte desses supostos assentamentos nada mais são do que a legalização de terras de “posseiros”, pessoas que, quando ainda havia uma fronteira agrícola para avançar, nas regiões Norte e Centro-Oeste, tomaram posse de terras do Estado mas não se deram ao trabalho de forjar falsos títulos de propriedade.

Enquanto esses dados são lançados como propaganda governamental, o que se sabe é que nos últimos dez anos desapareceram 942 mil estabelecimentos agrícolas com menos de 100 hectares. Pelos dados atuais do Atlas do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) dos 3.114.898 imóveis rurais cadastrados, ocupando uma área total de 331.364.012 hectares, 62,2% - constituídos de minifúndios - ocupam apenas 7,9% dessa área, enquanto 2,8% - os latifúndios - ocupam 56,7% da área total⁹⁹.

Além dos problemas ligados ao programa Novo Mundo Rural, ao longo do governo FHC, houve uma grande reformulação da legislação ligada à preservação ambiental, principalmente com a Política Nacional de Recursos Hídricos – lei nº. 9.433, de 8 de

⁹⁸ *Ibidem*, p. 75 e 76.

⁹⁹ ALMEIDA, Ângela Mendes de. *Muita terra e pouco dono*. Análise histórico-estrutural da questão agrária no Brasil. Artigo publicado na revista OSAL. Ano I nº 2/ publicação quadrimestral – setembro /dezembro de 2000 p. 29.

Janeiro de 1997. O aumento da preocupação com a questão ambiental já acontecia há longa data no País. Contudo, após a realização da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), também conhecida como ECO 92 ou Rio 92 (realizada de 3 a 14 de junho de 1992 no Rio de Janeiro), pode-se notar o aumento de ações efetivas ligadas à preservação ambiental.

Apesar da preservação ambiental ser uma questão relevante e necessária, a legislação ambiental no governo FHC foi utilizada como instrumento para **burlar** diversas desapropriações de fazendas com a justificativa de que essas propriedades poderiam ser consideradas áreas de interesse para preservação. Mais do que isso, essa legislação foi responsável pela burocratização do processo de implantação de diversos assentamentos e da restrição da ocupação de áreas estratégicas dentro dessas propriedades. É comum ver em algumas propriedades desapropriadas a existência de pequenas áreas de lavoura já bastante exauridas e por vezes debilitadas por processos erosivos em estado avançado, e grandes áreas que, devido à falta de utilização, uma vez que a propriedade era improdutiva, apresentam-se em processo de regeneração ambiental avançado. Frequentemente essas matas secundárias são protegidas por lei - no caso de remanescentes de mata atlântica, por exemplo, mesmo que essa mata ocupe toda a área do assentamento, essa não poderia ser cortada para dar lugar a áreas de plantio. Temos desta forma uma disputa entre a questão ambiental e a questão agrária que não pode ser protelada, uma vez que o Estado é o responsável pelo assentamento, e como tal é obrigado a seguir as normas e leis por ele criados.

Como reação, o MST firmou forte oposição às medidas do programa Novo Mundo Rural, buscando levar ao conhecimento público os problemas ocasionados por esse conjunto de políticas públicas por meio da imprensa, através de manifestações e passeatas, ou mesmo fazendo uso de ações radicais como ocupações de propriedades

rurais (como a de uma propriedade do próprio presidente FHC em Buritis, Minas Gerais), órgãos públicos e bloqueando rodovias.

Paralelamente, muitos assentamentos passavam por uma forte crise, principalmente aqueles constituídos dentro do programa Novo Mundo Rural. Como foi descrito anteriormente, a desapropriação de terras de má qualidade e a inviabilidade econômica do programa agravados por episódios de corrupção dificultavam o pagamento dos empréstimos e até mesmo agravavam a situação de pobreza na qual as famílias se encontravam.

Mais do que isso, a organização dos assentamentos através da execução de um Plano de Desenvolvimento de Assentamento – PDA - mal executado poderia até mesmo inviabilizar o desenvolvimento de um assentamento: em alguns casos, o custo de implantação de infra-estrutura pode ser aumentado e tornar-se até mesmo inexecutável devido a parcelamentos mal planejados.

A partir de 1997 surge a discussão dentro do Movimento a respeito dos limites das cooperativas agrícolas como instâncias organizativas dos assentamentos. As cooperativas atuam diretamente na organização da produção – a partir de suas demandas acontecia a estruturação organizativa agrícola e até mesmo espacial do assentamento. Se um PDA fosse realizado sem consonâncias com essas demandas, a estruturação espacial do assentamento poderia inviabilizar a organização da cooperativa.

Mais do que isso, devido à ênfase na produção, a organização de assentamentos por meio de cooperativas deixava em segundo plano a criação e articulação de uma rede de representantes responsáveis por outros setores, como a educação, saúde, gênero, dentre outros.

Em relação à questão ambiental, o MST não poderia adotar posição contrária à preservação do meio ambiente. Verificou-se que era necessário buscar a capacitação de dirigentes e técnicos do Movimento quanto à legislação ambiental, imprescindível para

lidar com as disputas ambientais em que a disputa pela reforma agrária está inserida. Neste âmbito, o setor de produção e cooperação incorporou a função de articulador de impasses ambientais, tornando-se assim o setor de produção, cooperação e meio ambiente. Contudo, o MST ainda estava longe de conseguir resolver os impasses criados pelo programa Novo Mundo Rural e pela nova política de preservação ambiental.

Com o início do Governo Lula em 2003 houve a esperança de realização de uma reforma agrária que revertesse os problemas criados no governo FHC. Segundo Resende e Mendonça, “a expectativa era de que a reforma agrária estaria no centro da agenda política, como forma importante de geração de empregos, de garantia da soberania alimentar e como base de um novo modelo de desenvolvimento”¹⁰⁰.

Essa expectativa seria concretizada através de um novo Plano Nacional de Reforma Agrária, que teria como meta inicial o assentamento de 130.000 famílias. Contudo, o que aconteceu, segundo Resende e Mendonça, foi “a continuidade das políticas do Banco Mundial para o meio rural. (...) [Através da] continuidade do programa de Crédito Fundiário de Combate à pobreza Rural e a realização do georreferenciamento de 2,2 milhões de imóveis no território nacional, segundo a lógica do “mercado de terras”¹⁰¹.

Os programas Combate à Pobreza Rural e Nossa Primeira Terra são idênticos aos programas Cédula da Terra e Crédito Fundiário de Combate à pobreza do governo FHC. Da mesma forma, o Banco da Terra tem as mesmas características do Consolidação da Agricultura Familiar. Ou seja, são os mesmos programas apenas com pequenas modificações, mas a concepção central da mercantilização da reforma agrária permanece igual. De acordo com essa concepção, o Estado abre mão da sua obrigação de promover a desconcentração fundiária, mediante a distribuição da terra, para que grandes empresas possam assumir o controle do território agrário¹⁰².

Essa política enfraquece o Estado nas suas atribuições, concorre com os instrumentos e recursos públicos da reforma agrária baseada na função social da terra e legitima as oligarquias rurais¹⁰³.

¹⁰⁰ RESENDE, Marcelo e MENDONÇA, Maria Luisa. *A contra-reforma agrária no Brasil*. In: O Banco Mundial e a Terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia. Organização: Mônica Dias Martins Editora Viramundo. São Paulo, 2005. P. 76.

¹⁰¹ RESENDE e MENDONÇA, *loc. cit.*

¹⁰² *Ibidem*, p. 77.

¹⁰³ *Ibidem*, p. 76.

Apesar da continuidade de uma “reforma agrária de mercado”, através de um acordo firmado com o Governo Federal e com Superintendências Regionais do INCRA, o MST conseguiu que em alguns estados o Movimento passasse a ser responsável pela execução dos PDAs em seus assentamentos. Sem dúvida esta foi uma grande conquista do MST, uma vez que muitos problemas dos assentamentos estavam ligados à inoperância causada por planos realizados em desacordo com as necessidades das famílias.

Contudo, essa conquista abre uma nova série de disputas pela forma da reforma agrária, como será descrito no capítulo seguinte.

Capítulo 02: Conquistas, derrotas e limites: o espaço social produzido pelo PDA

Ao longo de sua existência, o MST deixou de se constituir **apenas** como uma entidade de representação dos camponeses em sua luta pela terra, adquirindo, por conseguinte, intencionalidades próprias, ligadas à sua reprodução enquanto movimento social.

No âmbito de sua atuação, o MST propiciou grandes conquistas para os camponeses através da luta contra a violência e exploração dos mesmos, e foi responsável pelo reconhecimento público da legitimidade da luta pela terra, mesmo que os métodos de ocupação ainda sejam encarados como tema polêmico para grande parte da população. Mais do que reconhecimento da legitimidade de sua luta, o MST também é responsável pela conquista da terra e, conseqüentemente, pelo surgimento de um novo estrato social, os assentados, beneficiários da reforma agrária, e pela produção de um novo espaço, o assentamento.

Esse espaço do assentamento é apropriado por intencionalidades novas, produzidas simultaneamente por diferentes grupos constituídos pelos assentados, MST e Estado. Advém daí, por conseqüência, relações de poder conflitivas que interferem diretamente na produção do espaço do assentamento, como já foi apontado no capítulo anterior. Ao conquistar a possibilidade de planejar seus assentamentos, através do Plano de Desenvolvimento de Assentamento, PDA, o MST ganhou novas possibilidades de luta.

Neste segundo capítulo serão abordadas as novas contradições criadas entre essas diferentes intencionalidades através do planejamento dos assentamentos executados pelo MST, e seus reflexos na produção do espaço. Para tanto, abordaremos o processo de

criação, planejamento, e implantação do PDA da Comunidade de Resistência Roseli Nunes, localizada no município de Pequi, Minas Gerais, onde foi realizado o primeiro PDA pelo MST mineiro.

2.1) História da Fazenda Brenha

O assentamento Comunidade de Resistência Roseli Nunes localiza-se na antiga “Fazenda Brenha”, propriedade que se encontra na zona rural do município de Pequi, na mesorregião Metropolitana de Minas Gerais, a 5,5 km de distância do distrito sede do município e a 130,5 km de Belo Horizonte.

Tabela 1: Distâncias dos principais centros e acessos ao município de Pequi:

Distâncias aproximadas do município de Pequi aos principais centros (km):	
Pará de Minas	39
Belo Horizonte	125
Principais rodovias que servem de acesso a Belo Horizonte:	
MG-060, BR-262, MG-431, BR-381	
Principais rodovias que servem ao município:	
BR-262, MG-431, MG-060	

Fonte: Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais

Mapa 1: Mapa de Minas Gerais, com destaque para Pequi



Fonte: Minas: enciclopédia dos municípios mineiros/ vol 01. Idealizador: André Carvalho, Redação: Carlos Olavo da Cunha Pereira e Pedro Paulo Taucce. Belo Horizonte: Armazém de Idéias, 1998.

Mapa 2: Localização da fazenda no município de Pequi



Fonte: Adaptado do Laudo de Vistoria do INCRA - Abril 2002 - Escala: 1/ 300.000

Ao contrário do que freqüentemente acontece, a iniciativa da desapropriação da Fazenda Brenha partiu espontaneamente de seu antigo proprietário, Sr. Roberto Lambertucci. De acordo com o Sr. Dinamar Ferreira de Jesus, antigo caseiro da propriedade que morou por toda a sua vida no local e que atualmente é assentado nesta, a fazenda passou por períodos de intensa produtividade de cana-de-açúcar e grãos, quando muitas famílias de empregados e arrendatários chegaram a morar na fazenda. Posteriormente, com a redução da rentabilidade das lavouras nos mercados locais e regionais, a produção voltou-se para a pecuária leiteira e a maior parte das famílias deixou a propriedade. Em período recente, contudo, o antigo proprietário reduziu bastante seu efetivo pecuário, e grandes áreas antes destinadas às pastagens e lavouras foram abandonadas, resultando na regeneração da mata nativa, que pode ser vista nas fotos a seguir:

Foto 1 e Foto 2: Exemplos de matas secundárias regeneradas

Fotos: Helder Freitas/ Roberta Vieira Raggi

A fazenda apresenta uma estrutura de lazer, composta por uma grande casa-sede, que também apresenta uma pequena piscina, com churrasqueira e banheiros (feminino e masculino), quadra de peteca e um grande salão.

Foto 3 e Foto 4: Casa Sede

Fotos: Roberta Vieira Raggi

Apesar de mais recentemente voltada para o uso recreativo, a fazenda conservou ampla estrutura produtiva composta por três currais, (um deles equipado com balança), um paiol, duas pocilgas (encontrando-se uma delas em ruínas), além de algumas casas de antigos arrendatários e empregados. A fazenda conta também com oito açudes, tendo alguns deles grande potencial para piscicultura.

Foto 5 e Foto 6: Curral localizado em frente à casa sede



Fotos: Roberta Vieira Raggi

Foto 7 e Foto 8: Parte posterior do curral



Fotos: Roberta Vieira Raggi

Foto 9: Paiol e Foto 10: área para moagem de milho



Fotos: Roberta Vieira Raggi

Foto 11 e Foto 12: Pocilga



Fotos: Helder Freitas/ Roberta Vieira Raggi

Foto 13: Casa do Sr. Dinamar Ferreira de Jesus e Foto 14: antiga casa de empregados atualmente utilizada como área comunitária



Fotos: Roberta Vieira Raggi

Foto 15 e Foto 16: Açudes



Fotos: Helder Freitas/ Roberta Vieira Raggi

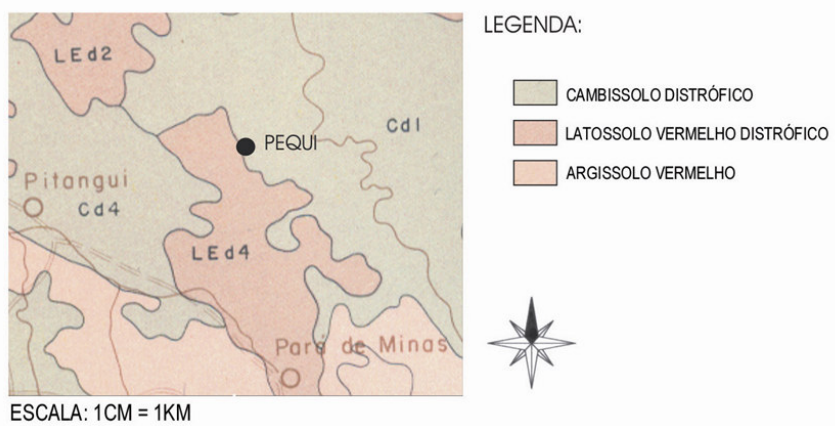
Foto 17: Curral localizado ao norte da propriedade (Cirno)



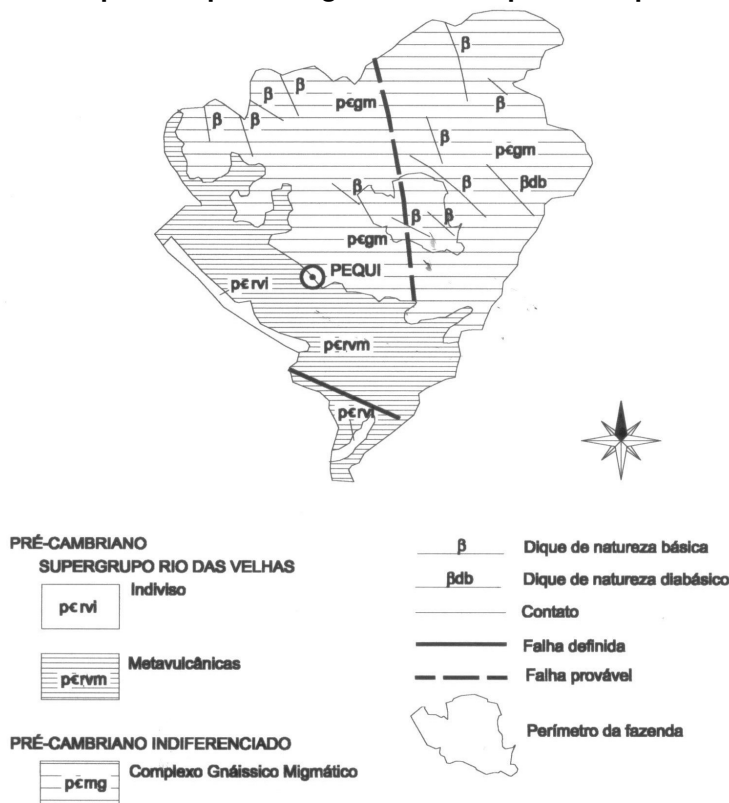
Foto: Helder Freitas/ Roberta Vieira Raggi

A propriedade localiza-se sobre uma provável falha geológica, numa área de predominância de Cambissolos Distróficos em que também podem ser encontrados Latossolos Vermelhos Distróficos e Argissolos Vermelhos, conforme pode ser visto nos mapas a seguir:

Mapa 3: Tipos de solos encontrados na região do município de Pequi



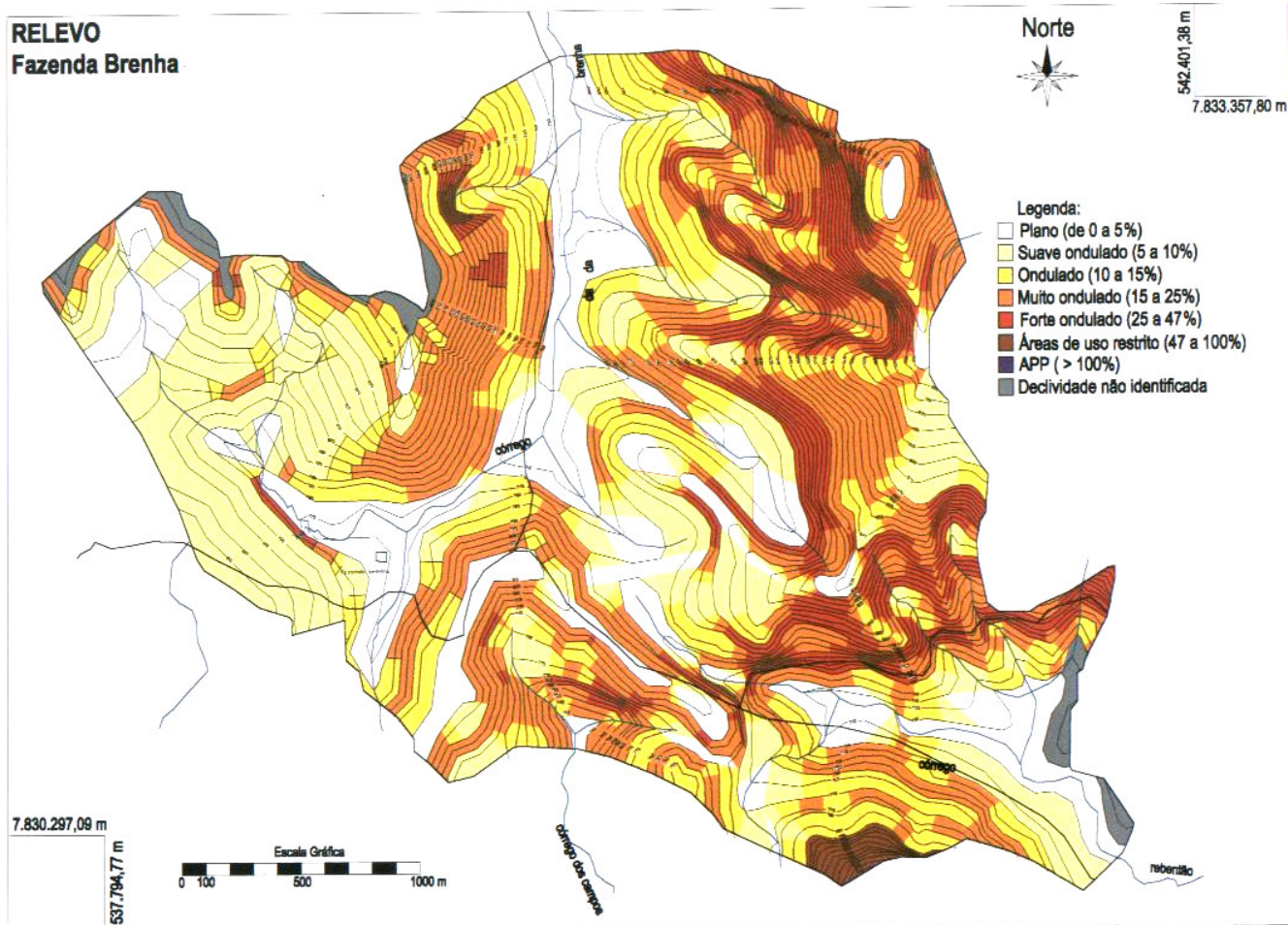
Mapa 4: Mapa Geológico do Município de Pequi



Fonte: IGA – 1984 Escala: 1/500.000

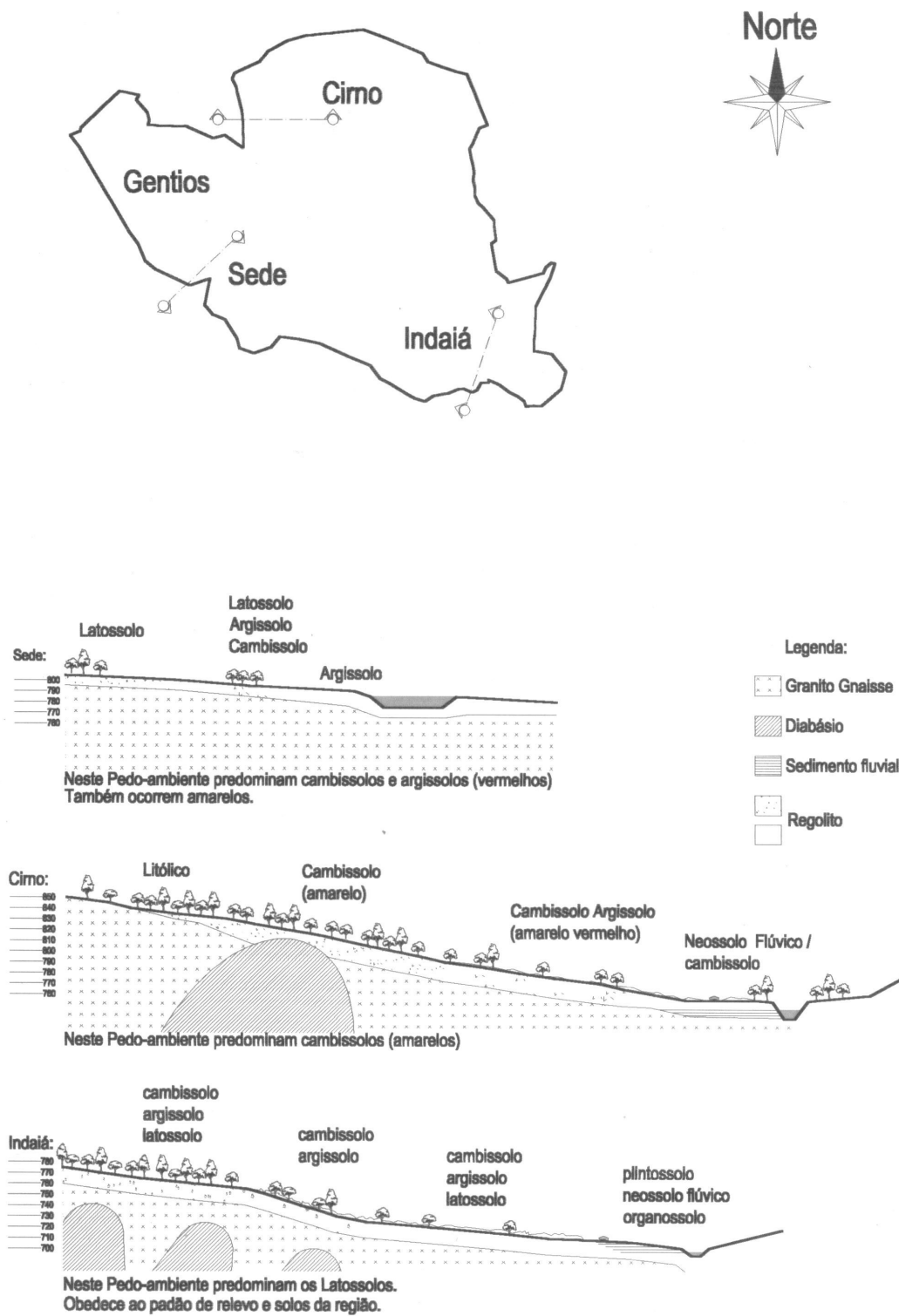
Como conseqüência, a propriedade apresenta um relevo bastante ondulado e solos pouco profundos, com muitos afloramentos rochosos, alta pedregosidade, e baixa fertilidade natural, características que influenciam diretamente a apropriação do ambiente pelas famílias e que durante o período da elaboração do PDA tornaram-se um dos principais motivos que levaram a equipe de planejamento a questionar a capacidade de suporte da propriedade para o assentamento de 24 famílias previstas pelo laudo de vistoria do INCRA executado para a desapropriação do imóvel. A caracterização do relevo, bem como dos tipos de pedo-ambientes encontrados na fazenda podem ser vistos nos mapas a seguir:

Mapa 5: Mapa de declividades do assentamento



Fonte: PDA da Comunidade de Resistência Roseli Nunes, 2004.

Mapa 6: Estimativa dos perfis de solos encontrados no assentamento



Fonte: PDA da Comunidade de Resistência Roseli Nunes, 2004.

De acordo com o Sr. Dinamar, devido a problemas familiares o antigo proprietário “perdeu o gosto” pelo imóvel e optou por se desfazer da propriedade. Contudo, vender a fazenda provavelmente não foi uma tarefa fácil. O imóvel apresenta 908,07 hectares e grande parte dele encontrava-se coberto por mata secundária com espécies remanescentes de mata atlântica, fato que, por lei, impede o desmatamento da área. Mais do que isso, o relevo ondulado somado ao solo pedregoso, raso e de baixa fertilidade, tão característicos da propriedade, se restringem à área da provável falha geológica na qual a fazenda se insere. As propriedades vizinhas apresentam alto potencial agrícola, com solos pouco ondulados, mais profundos, sem afloramentos rochosos e com baixa pedregosidade. A fazenda também se encontra inserida numa região voltada para a agropecuária, especialmente para a olericultura, suinocultura, avicultura e laticínios comercializados no CEASA em Belo Horizonte e o seu baixo potencial produtivo desvalorizava consideravelmente o imóvel.

Por conseguinte, a solução encontrada pelo antigo proprietário foi vender o imóvel para o INCRA. No entanto, ao longo do período de negociação o antigo proprietário foi denunciado pelo então prefeito de Pequi, Sr. José de Oliveira Alves, uma vez que, de acordo com o mesmo, “a fazenda tinha que ser desapropriada e não vendida, porque ela é improdutiva. O dinheiro que estava sendo pago por ela, daria para comprar outra fazenda e assentar mais famílias¹⁰⁴”. A razão da denúncia, contudo, já havia sido averiguada pelo INCRA através do laudo de vistoria executado pelo mesmo, mas o processo de negociação iniciado em 2000 já se arrastava por quase um ano.

¹⁰⁴ Cf. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. *PDA da Comunidade de Resistência Roseli Nunes*, 2004, p. 18.

2.2) A ocupação da fazenda Brenha e a origem da Comunidade de Resistência Roseli Nunes

Durante esse período de negociação alguns dirigentes do MST mineiro tomaram conhecimento do processo¹⁰⁵ e começaram a reunir famílias em Belo Horizonte interessadas em participar de uma ocupação. Reuniões eram realizadas pelos dirigentes principalmente na favela da Serra e no bairro Água Branca, na região do Eldorado, em Contagem, como aponta seu Homero Soares Jardim, atualmente assentado na fazenda:

É. Eu morava lá no... Santa Efigênia. Cafezal, né? Eu tenho um cunhado que mora lá no bairro Água Branca, e... Teve um dia que eu cheguei na casa dele e ele falou comigo assim: “Ô Homero, tá tendo um homem que tá vindo aqui pra ter reunião aqui pra pegar a gente, pra pegar uma terra aí que tal, você interessa?” Todo dia 13 tem essa reunião aqui. Uai, uai, ô Silvio! Eu me interesso demais! E ele falou comigo “se você quiser vir cá dia 13, você vai encontrar com ele aqui”. (...)

Aí eu fui lá no dia, gostei demais, falei, conversei com junto com eles, a mulher dele chama Fabiele. Era eles dois, né? [dirigentes do MST Zé do Leite e sua esposa Fabiele] Aí nós ainda olhou ali, falou com ele que ia encontrar mais vezes... Aí eu ia, chamava, chamava as pessoas e falava: “Ô gente, olha! Vai ter uma terra pra nós aí! Mas vai ter que lutar!” (...)

Aí, menina, eu projetei um ano com essa reunião com o Zé do Leite. Um ano! E aí eu fui lá, quando foi um dia, eu cheguei lá em casa e falei: “Ô gente! Eu quero levar hoje muita gente que o moço lá pediu muita gente! Ceis não interessam não? É uma coisa que vai ser bom pra nós porque a gente vai ter terra, e nós não tem terra, nós tamos morando em lote no meio de favela! Isso é uma vantagem pra nós!” Falei pra eles. “Vamos pra lá, que eu sei que vocês vai gostá!” Aí foi, eu arrumei um ônibus e eu trouxe 40 pessoas. Trouxe tudo por minha conta! É, fretei um ônibus lá e trouxe tudo pro Água Branca ali, pro Eldorado. Aí, quando cheguei lá, aí o Zé já tava esperando nós. Zé já tava esperando nós. (...)

Aí Zé marcou de fazer uma reunião lá em casa, lá no bairro é... Como é que chama lá, é... Esqueci... Novo São Lucas. Aí ele foi lá, mais a dona dele, eles fizeram a reunião lá, eu reuni o pessoal tudo outra vez, ali... Reuni o Cido, o Berrinha, o Zé Antônio, o Zé do Carmo, Sandrinha, o Zé Estevão finado, que morreu... E nós encheu lá um salão lá! Fizeram a reunião lá com eles, lá... Fizeram a reunião com eles lá e ele falou com eles que era assim, assim e assim, e... Tomou os documentos dum bocado deles, já fez a ficha já, com os papelinhos tudo anotadinho, né? E aí o pessoal foi embora¹⁰⁶.

¹⁰⁵ Dirigentes evitam divulgar a maneira pela qual os mesmos tomam conhecimento da existência de fazendas improdutivas, como forma de evitar represálias à sua ação.

¹⁰⁶ Os depoimentos apresentados neste capítulo foram registrados em visita ao assentamento em fevereiro de 2008.

Nestes encontros, os dirigentes traziam às famílias discussões a respeito das injustiças ligadas à exploração e expropriação dos camponeses, da migração para as cidades e da exploração que esses eram submetidos no meio urbano, de modo a incitar a formação de uma consciência de classe, e, ao mesmo tempo, justificar a ocupação da fazenda. Mais do que isso, as reuniões também serviam para divulgar a experiência de assentamentos bem sucedidos, ou mesmo explicar como é a ocupação e todas as lutas daí conseqüentes, desde como é a vida no acampamento, até a implantação do assentamento.

Cabe ressaltar que a principal intenção dos dirigentes é **cooptar o maior número de participantes** para o MST, como é apontado na fala de seu Homero – “Eu quero levar hoje muita gente que o moço lá pediu muita gente!” – de forma a propiciar maiores chances de sucesso numa ocupação, caso haja enfrentamento com a polícia. Conseqüentemente, ao explicar todo o processo de luta, o dirigente busca enfatizar as experiências bem sucedidas em detrimento de todos os possíveis problemas que essas famílias terão que enfrentar além do momento da ocupação.

Por conseqüência, poderíamos questionar: até que ponto a cooptação poderia se estender sem se tornar uma falsa promessa para essas famílias? Os dirigentes devem caminhar entre a utopia de conquistar uma vida digna e a dura realidade do caminho incerto a ser percorrido, num hiato entre a mentira e a verdade, criado pelo “não dizer tudo”, que por vezes pode ser observado no depoimento de alguns assentados, como de dona Dionília Coelho:

Quando foi dez horas, da noite, os ônibus começou a encostar... Foi, foi dois ônibus... Aí eu cheguei com aquela trouxa! A Cláudia olhou assim e riu! “Ô Dionília, cê já vai de muda?!” e eu falei: “Uai? Cê não falou que nós ia pra ficá?! Eu já vou de mudança mesmo! Eu ainda não carreguei os trens tudo não, ué, depois é que eu vou voltar para carregar o resto...”

Apesar da possibilidade do enfrentamento com a polícia e do fracasso da ocupação, dona Dionília foi para a ocupação já “de muda”, pois acreditava que “ia para ficar” definitivamente na fazenda. O grande problema, na verdade, encontra-se quando dirigentes são pressionados pelas famílias e acabam por dizer aquilo que essas gostariam de escutar. Cria-se uma expectativa que é facilmente frustrada e, num ciclo vicioso, alguns dirigentes acabam desacreditados. Assim, a cooptação torna-se uma tarefa árdua e que nem sempre é realizada com sabedoria.

De qualquer forma, vários interessados foram agrupados através dessas reuniões. Alguns já possuíam certa identificação com o MST, como é o caso de dona Dionília:

Foto 18: Dona Dionília e seu neto Renato



Foto: Helder Freitas/ Roberta Raggi

Eu já contei pra vocês como é que foi o começo da minha vinda pra aqui, não, né?! Um pessoal que estava fazendo um encontro em Brasília... E eu sentada, lá em casa em Belo Horizonte vendo eles chegando em Brasília pela televisão, tava eu e o outro, o Renato e o outro... Eles ainda eram pequenos... E eu falei assim: “Ê, vontade que eu tenho de tá junto dessa gente balançando essa bandeira aqui, oh!” Ainda fazendo assim, né! [Dona Dionília faz gesto imitando o balançar de uma bandeira] Ah! Aí eles falou assim: “Ô vó, ocê não tem mais idade pra isso não, vó! Cê não agüenta isso não, vó! Que isso! Cê ta velha, vó, pra essas coisas”... Ah! Que num güenta o que, só! Eu vou com eles... Assim, tem carro que acompanha, eu vou andando! Eu vou andando! Aí, se eu cansar, aí eu entro no carro com eles e ando, e ando, e ando, depois eu torno a descer... Isso é o que faz o povo velho nosso aqui, pra chegar em Brasília, né... Eu falei: cêis qué saber de uma coisa? O dia que tiver uma, uma... Uma ocupação perto, aqui perto de Belo Horizonte, eu vou! [tom categórico] E eles falou assim: “vai não, vó, que cê não agüenta, vó. Cê já tá velha. Não agüenta não, vó!” E eu falei: “cêis vão vê se eu não vou!” Olha só que conversa! Isso é nós em frente à televisão...

Não havia nenhum tipo de seleção dos participantes: todos aqueles que tivessem interesse poderiam participar da ocupação, mesmo que não tivessem experiência com trabalho agrícola. Aqueles que quisessem participar do MST e da ocupação deveriam

ficar de prontidão para sair em data próxima sem, contudo, saber o dia ou o local da ocupação, como conta seu Homero:

(...) quando foi um dia: “Ô seu Homero! Pode preparar porque tal dia assim, assim e assim, nós já vai embora pra terra! É... Você reúne o pessoal aí, que o ônibus vai vir buscar vocês aqui dia 1º, é dia 2!” Que nós chegou aqui dia 3, né? Aí já pegou e... Quando foi 11 horas da noite, ele chegou lá para pegar nós. Aí juntaram lá um bocado de gente lá, e eu fiquei de perguntar onde que era o lugar, se ia só assim, aí eu falei: “Deixa disso!” Eu vou, vamo bora assim mesmo, com Deus, não vai ter perigo não, eu vou... Não! Você deixa isso pra lá, eu vou... Aí eu peguei, e nós saímos de lá às 11 horas e eu cheguei aqui quase quatro horas da madrugada! Aí nós chegou aí, ficou aí... Uns nem saiu do ônibus! Foi embora! Voltou pra trás! Inclusive, veio esse cunhado meu fazer reunião na casa dele, o Luciano, concunhado... Ele nem saiu do ônibus, deu os trens que ele veio trazer tudo pro pessoal e ele nem saiu do ônibus, e voltou pra trás. Voltou e, e... E eu fiquei...

O processo de desapropriação da fazenda teve início, oficialmente, no dia 3 de abril de 2001 com a ação de imissão de posse, meio processual que transfere a posse do imóvel de seu antigo proprietário para o INCRA. Na madrugada do dia 3 para o dia 4 de abril a Fazenda Brenha foi ocupada por cerca de 84 famílias¹⁰⁷ do MST agrupadas pelas reuniões em Belo Horizonte. Sr. Dinamar, que nesta época se encontrava como caseiro da fazenda, e sua esposa, Sra. Eliana Almeida de Ferreira, descrevem a madrugada em que ocorreu a ocupação:

Foto 19: Dinamar e sua esposa Eliana



Foto: Helder Freitas/ Roberta Raggi

Dinamar: [...] chegoi quinze pras quatro da manhã, rapaz!... aquele monte de cara, que eu só escutei o barulho dos cachorros latindo e acendi minha luz e ele gritou: “ô Juca!” falei, “uai? Chamou meu irmão? Uai, gente!” O problema de quem tem família fora é que acha que, qualquer coisa, tudo quanto... é seu, né? Quando eu cheguei lá, rodou aquele tanto de homem, “olha nós tamo aqui pra invadir essa fazenda, nós num quer nada com você... e, cê num precisa ter medo não por que...” medo? Medo não... O problema é o armado aqui, sô, com arma tudo aqui... Tava com rifle, trinta e oito... Tudo carregado.

¹⁰⁷ Não há uma definição precisa do número de famílias no momento da ocupação. O número apontado aqui se baseia no levantamento histórico realizado pelo PDA da C.R. Roseli Nunes, 2004.

E... e eles... E eles falaram, o Binha... solta pela televisão, que a primeira coisa é que eles pega o caseiro e mata...

(Todos riem)

Dinamar: e eu meio tremendo mais meus meninos escondido, aí meu Deus, né? Tudo aqui...

Roberta: acabou, né?

Dinamar: agora corre... aí ele falou "cê tem telefone?" eu "tenho", "então cê vai me dar aí" falei "não... o telefone eu num vô te dar não." Que o telefone num pegava aqui dentro mesmo, "que senão cê... vai ligar pra polícia", falei "não, num vô ligá pra polícia não", "não, então cê me dá ele". Aí! Eles queria entrar falei, "não, se ocês entrar aqui dentro eu tô..."

Eliana: se ocê entra aqui dentro vai ser pior...

Dinamar: aí vai ser pior pr'ocê... aí vai dar problema...

Eliana: vai dá problema...

Dinamar: eu num tô querendo exaltar com ocês, não, mas aí cês tão me obrigando... a fazer qualquer coisa, a minha família em primeiro lugar... eu num vô deixa ocês entrar lá pra fazer qualquer coisa com a minha família. Eliana já... já tremendo lá, aí, chamei...

(Todos riem)

Eliana: tá rindo, né?

Roberta: agora a gente ri, né?

Dinamar: "não, num tô de brincadeira mais não, então cês some daqui! Num quero sabê!" "não, não, calma, calma..." aí, "não, cê autoriza a minha esposa ir lá conversar com..., a fulana de tal ir lá conversar...?" "não... aí pode." Aí veio cá, ela conversou com ela, não, calma dona, cês pode ficar tranqüilo, num vamo fazê nada com ocê, nem com seu marido, nem com sua família, cês vai fica muito protegido aí dentro, tem medo não. Aí, [...] lá vai eu lá eu no meio conhecer todo mundo, aí ele já chegou né "esse aqui que é o caseiro, esse é que é o caseiro"

Helder: (risos) já tava olhando "o caseiro"...

Eliana: é...

Dinamar: todo mundo... sabe? "ah, esse aqui é que é o caseiro, cuidado! Esse aí é o caseiro" Foi o... o... Luizão, nessa época, né?

Eliana: foi

Dinamar: muita gente, aí... no outro dia, tinha segurança, a gente com segurança, tudo... aí eu senti mais firmeza porque... o Geraldo Leite, né? Leite... né, Zé do Leite! Ele era um dos coordenadores também... né?

Eliana: é...é...

Dinamar: aí eu sentado ali, veio um cara, um tal de Anderson, isso assim, (baixando um pouco o tom de voz) ele foi até morto, né? Ele era... era... ladrão, roubava pra daná, né? Nessa época aí... foi, entrou até... entrou no quartinho, abriu... e colocou... aí eu ia falando... "não, ué!" "Ou, faz favor! Lá em cima!" (em tom mais sério e ríspido) aí ele falou pra mim, "Ou, Dinamar, qualquer coisa que você ver aqui, os cara aqui, obrigação deles é ficar só lá em cima, abriu o quartinho, mexeu em qualquer coisa sua aqui, pode me falar, tô de segurança hoje, eu sou o fulano de tal." Então a gente sentiu mais firmeza, num é como... na realidade, né?

Dona Dionília também conta como se deu o ocorrido segundo a perspectiva das famílias que ocupavam a fazenda:

Aí foi um dia eles chegou: “Hoje é dia, Dionília!” Eu falei: “Não brinca!” Ah, minha filha! Mas eu não vi a hora que eu cheguei em casa e arrumei um saco, e eu fui catando saco, e pondo os trens dentro do saco e pondo as coisas dentro do saco! Eu punha as vasilha! Eu punha os travesseiro!

(...)

E o ônibus encheu de gente... Quando nós chegamos lá no 2 de julho [acampamento do MST em Betim] teve que fazer a baldeação. O ônibus que a gente estava não dava pra vir aqui, não, no, no acampam... pra... aqui na fazenda... o ônibus era muito grande... teve um problema assim, sabe?... Foi lá, nós fizemos a baldeação e avém nós... Quando nós chegou num lugar, o ônibus entrou num lugar que não era pra entrar pra fazenda! (risos) Entrou pro ma... Eu não sei pra onde é que era, não, eu só sei que entrou por uma estrada que não teve seguida! Nós tivemos que ficar lá quieto, lá num matagal danado de ver! E tamo lá esperando. Nisso o chofer falou que não dava pra voltar o ônibus. Não dá pra voltar, não... Não dá pra seguir aqui, que eu não sei pra onde é que a gente vai aqui... Aí ficamos lá... Aí foi um carro, né, foi um carro pra encontrar com a gente ver, aí o ônibus, o chofer veio de ré, até pegar a estrada de novo, e o carro veio na frente, pra ele não errar mais, né!... então nós chegamos aqui na fazenda, o dia já tava quase clareando... Aí foi a hora da turma reunir toda, que o outro ônibus já tinha chegado aqui, e nós não, né, nós ficamos pra trás, né!... Aí quando nós chegamo aí... Foi aquela quantidade de gente, meu Deus do céu! E panha enxada e panha outra! E tão que limpa aqui e limpa ali, pra poder armar barraca, né! Quando chegamo... Aí chegou os repórter... Eu não lembro se aquela reportagem foi de Pará de Minas, eu não recordo... Eu sei que eles veio umas duas vezes... Mais tarde foi que veio a polícia, né! Aí a polícia chegou, mas não fez coisa com ninguém, não... mais conversou com a gente numa boa... Teve assim um cuidado por causa das lagoa, tinha muita criança, tinha muito mosquito também, que era pra gente ter muito cuidado...

A ocupação é um momento crítico, pois essa é a única ocasião em que pode haver intervenção policial imediata e independente de uma ação judicial¹⁰⁸. Como existe a possibilidade do embate com a polícia, um grande número de famílias opta por deixar crianças, idosos e mulheres em seus locais de origem, apesar disso não ser uma regra

¹⁰⁸ A intervenção policial contra ações de ocupação do MST só é respaldada pela lei em dois momentos: na contenção em flagrante de uma ocupação, ou no momento da reintegração de posse. Se a ocupação não é contida em uma ação em flagrante pela polícia é necessário que haja um processo judicial, e somente após o seu julgamento, caso o proprietário do imóvel ganhe a causa, que seria concedida a reintegração de posse. Contudo, intervenções policiais violentas somente poderiam acontecer no caso das famílias oferecerem resistência para deixar o local agindo com violência.

geral. Após o momento da ocupação, gradualmente os demais membros das famílias tendem a ir para o acampamento, levando também os pertences da família.

No caso da ocupação da fazenda Brenha não houve embate entre a polícia e as famílias. A polícia apenas visitou o local posteriormente, verificando a situação das famílias ou acompanhando o antigo proprietário. Barracos de lona foram construídos no entorno da casa-sede, de forma a aproveitar a infra-estrutura de água e luz do local por meio de ligações clandestinas (“gatos”). Cerca de 84 famílias se organizaram em cinco núcleos que se caracterizavam como pequenas instâncias de deliberação, e distribuíram tarefas relativas à organização do acampamento, como aponta o Sr. Geraldo Mendes Peixoto, mais conhecido como “Tigrão”:

Foto 20: Tigrão com sua filha no colo



Foto: Helder Freitas/ Roberta Raggi

Que a gente resolvia em reunião, problemas mais de convivência, coisas simples assim. É...isso que é natural na organização das famílias, né? Mas, essas coisas a gente resolvia nos núcleos e tinha uma coordenação geral também. Quando as coisas apelava a gente tinha uma Assembléia (...)

Esta também foi a ocasião em que foi decidido o nome do acampamento que então se formava. Frequentemente a escolha dos nomes dos acampamentos e dos assentamentos do MST traz homenagens a pessoas notáveis, exemplos de força e coragem na luta pela terra ou pela justiça social. Para a escolha do nome do acampamento, dirigentes do MST trouxeram às famílias a história de vida e luta de várias

pessoas, desde personalidades nacionais e internacionais, até camponeses do MST assassinados em suas lutas. As famílias optaram pela homenagem a Roseli Nunes, uma camponesa que participou da ocupação da Fazenda Annoni, uma das primeiras ocupações de terra que deram origem ao MST, realizada no município de Sarandi no Rio Grande do Sul em 1982. Roseli Nunes

Foi mãe da primeira criança a nascer no acampamento. Destacou-se pela determinação e persistência em prol da luta pela terra. Seu entusiasmo contagiou outras mulheres, conclamando-as ao mesmo objetivo. Roseli Nunes foi assassinada a 31 de março de 1987, no trevo da estrada de Sarandi (RS), juntamente com dois companheiros. O assassinato ocorreu durante uma manifestação, com a participação de aproximadamente 5.000 pessoas, que reivindicavam uma política agrícola direcionada aos agricultores familiares¹⁰⁹.

Além da homenagem a Roseli Nunes, as famílias optaram também por trazer no nome do acampamento a palavra “resistência”. Debates do MST naquele período já traziam a idéia de que não bastava a conquista da terra: era preciso resistir nela, vencendo as dificuldades da vida no acampamento e no assentamento. Chegou-se então ao nome “Comunidade de Resistência Roseli Nunes”.

Em 20 de julho de 2001, cerca de três meses após a imissão de posse e da ocupação, a fazenda Brenha foi desapropriada para fins de reforma agrária. Começava, assim, o desafio da resistência. A etapa da ocupação, em que o grande número de famílias poderia ser decisivo em um embate com a polícia, já havia passado, e agora as 84 famílias se deparavam com uma nova sorte de problemas como, por exemplo, a capacidade de suporte da fazenda. Em uma avaliação do laudo de vistoria do INCRA, a fazenda teria capacidade de suportar apenas 24 famílias, devido às características do solo, ou mesmo pela grande área de preservação permanente.

¹⁰⁹ Cf. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. *PDA da Comunidade de Resistência Roseli Nunes, 2004*, p. 17.

Tabela 2: Utilização das áreas do assentamento C.R. Roseli Nunes

Utilização da área	(ha)	% da área total
Área média das parcelas (para 24 famílias)	21.91	2.23
Área comum (sede)	1.83	0.18
Reserva legal	(não averbada)	---
Preservação permanente	382.17	38.99
Aproveitável não utilizada	174.25	17.77
Pastagem plantada	330.68	33.74
Inaproveitável	12.57	1.28
Total	908.07	100

Fonte: Adaptado do Laudo de Vistoria da fazenda Brenha, 2000.

Alem disso, as famílias se deparavam com toda sorte de problemas. Nesta primeira fase do acampamento, muitas famílias trouxeram consigo apenas aquilo que conseguiam carregar, além do dinheiro que tinham no momento em que foram avisados a respeito da ocupação, como aponta seu Alsírio Alves de Almeida:

Foto 21: Seu Alsírio

Foto: Helder Freitas/ Roberta Raggi

Seu Alsírio: Aqui foi tudo pacífico, não foi ruim não, foi tudo bom, o problema aqui foi mesmo, é... nós tivemos dificuldade financeira. Mas... sobre o andamento aqui, da convivência nossa aqui, toda vida foi... foi boa.

Helder: chegou a faltar comida, essas coisas?

Seu Alsírio: ah, faltou, faltava sempre, faltava, tinha época que a gente passava uma dificuldade danada aí.

Helder: o senhor tava com a família aí nessa época?

Seu Alsírio: é, na, no início tava com a família, minha filha, ela tem uma criança, né? Aí, inclusive a idéia dela também viver da terra, depois ela foi indo, ela não agüentou não foi embora.

Para garantir sua sobrevivência, as famílias inicialmente contavam com “doações de entidades e instituições como a Igreja Católica, Sindicato dos Metalúrgicos, INCRA, Faculdade de Pará de Minas, além de pessoas do município que se sensibilizaram com a luta dos trabalhadores sem terra¹¹⁰”.

Em vários momentos essas doações eram insuficientes para garantir a subsistência das famílias, fato que as obrigava buscar trabalho nas propriedades do entorno ou na sede do município. Conseguir trabalho estava longe de ser uma tarefa fácil. Inicialmente as famílias sofriam grande discriminação por parte da vizinhança ou dos moradores da cidade, que viam as mesmas como um grupo de ladrões e baderneiros, e costumavam fechar portas e janelas quando essas visitavam o local.

Contudo, rapidamente os moradores de Pequi enxergaram nas famílias sem-terra um grande potencial como força de trabalho barata. Mortas de fome e sujeitas a todo o tipo de preconceito, as famílias tinham que se submeter a todo tipo de trabalho e, principalmente, a remunerações muito abaixo das diárias recebidas pelos camponeses da região. Ocupavam-se principalmente das tarefas rejeitadas pelos moradores locais, como a aplicação de agrotóxicos em plantações, geralmente feita sem o uso de nenhum tipo de equipamento de proteção, fato que na época chegou a comprometer a saúde de algumas pessoas, causando principalmente irritação nos olhos e pele, fortes dores de cabeça, náuseas e tonturas. Além disso, o pouco dinheiro que obtinham era insuficiente para conseguir comprar ferramentas e sementes para dar início à sua própria plantação, fato que alimentava o ciclo vicioso que os prendia à exploração extrema de sua força de trabalho.

Esta dinâmica, no entanto, se alternava um pouco no caso de famílias com idosos. Devido à aposentadoria, essas famílias conseguiam, mesmo com recursos bastante

¹¹⁰ *Ibidem*, p.18.

limitados, fazer investimentos em ferramentas, sementes, ou mesmo em pequenos animais. Apesar de algumas vezes esses idosos não apresentarem força de trabalho equivalente à dos jovens, os primeiros se encontravam em situação um pouco melhor do que os últimos.

Outra alternativa de fonte de renda encontrada pelas famílias consistia no aluguel dos pastos da fazenda para criadores de gado do município, ou seja, cobrança da renda da terra paga pelos criadores para que seus rebanhos pudessem usar as pastagens da propriedade. Como o dinheiro do aluguel era dividido entre um grande número de famílias, o valor não chegava a ser significativo (no máximo o valor de 10 Reais por família/ mês).

Também não podemos ignorar as dificuldades que muitas famílias enfrentaram ao se deslocarem da cidade para o campo, uma vez que esse movimento migratório acarreta muito mais do que a mudança do tipo de trabalho entre ocupações urbanas e rurais, mas também uma drástica mudança no seu modo de vida. Na cidade, mesmo que sob condições bastante precárias, as famílias tinham acesso a postos de saúde, escolas, transporte público, água, luz, esgoto, coleta de lixo dentre outras infra-estruturas e serviços urbanos, que auxiliavam sua sobrevivência. Mais do que isso, essas famílias tinham acesso a meios de comunicação como televisão e rádio, ou mesmo mais alternativas de lazer, além de freqüentemente poderem contar com uma rede de solidariedade formada pelo auxílio mútuo entre vizinhos.

A partir do momento em que passaram a viver acampadas, essas famílias perderam o acesso direto a grande parte desses benefícios e, mais do que isso, são obrigadas a se submeter a uma temporalidade completamente diferente. Diante desta drástica mudança, a vida no campo pode ser extremamente tediosa ou solitária. A sobrevivência urbana atrelada ao recebimento do salário no final do mês, ou do pagamento ao final serviço, passa a ser condicionada, no campo, às estações do ano, aos condicionantes naturais de

clima, solos ou mesmo às pragas e doenças às quais o trabalho no campo encontra-se submetido. Mais do que se submeter a essa mudança de temporalidades, as famílias devem obter toda uma nova série de conhecimentos a respeito do ambiente em que se inserem e sobre o trabalho agrícola. Essa grande mudança pode ser extremamente difícil para muitas famílias.

Diante das grandes dificuldades que encontravam nesse período, e da possibilidade de não serem assentadas, uma vez que havia muito mais famílias que a fazenda poderia comportar, muitos acabaram desistindo da luta pela terra, abandonando o acampamento e voltando para seu local de origem.

2.3) Resistência na terra: os desafios do acampamento

Muito além de se restringir à sobrevivência imediata, o acampamento é o momento decisivo, quando são estabelecidas relações de poder entre as famílias e com a terra. Por conseguinte, o acampamento é a produção de um novo espaço construído a partir das intencionalidades das famílias que, apesar de lutarem por uma causa comum e se encontrarem sob uma mesma bandeira, podem se tornar contraditórias ou conflitivas.

O acampamento C.R. Roseli Nunes constituía-se por famílias que, em sua maioria, não possuíam vínculos anteriores de parentesco ou amizade que pudessem incitar a solidariedade ou a união do grupo. Mesmo que algumas famílias já se conhecessem anteriormente, como no caso daquelas reunidas por seu Homero, as mesmas eram, em grande parte, estranhas umas às outras; famílias que se reuniram no momento da ocupação e se depararam com a tarefa de criar uma Comunidade. Diante disso surge a questão: como uma comunidade é criada? Apesar do MST apresentar um sistema de organização dos assentamentos conhecido como organicidade e baseado na formação de núcleos e setores, essa estrutura é apenas uma divisão de tarefas e constituição de

instâncias de deliberação, ou seja, é apenas uma **base** para o desenvolvimento de uma comunidade. Não há pretensão em apresentar aqui uma resposta, uma receita de criação de uma comunidade, principalmente porque as próprias famílias do acampamento constituem-se muito mais como um grupo de desconhecidos reunidos por um objetivo comum do que propriamente como uma comunidade. Contudo alguns fatores deste processo de formação do assentamento merecem ser ressaltados.

Uma característica peculiar do acampamento C.R. Roseli Nunes freqüentemente apontada por dirigentes está relacionada ao fato das famílias não terem encontrado resistência por parte da polícia ou do antigo proprietário no período inicial da constituição do acampamento.

Em outros acampamentos ameaçados por jagunços ou pela ação policial irregular, a resistência das famílias encontra-se diretamente ligada à dependência mútua e ao trabalho em grupo. A organização e a solidariedade são desenvolvidas rapidamente por uma questão de sobrevivência. Até mesmo a apropriação do espaço acontece de forma específica, com barracos próximos e em local estratégico, onde se tenha boa visibilidade do entorno para que se possa evitar emboscadas.

No caso do acampamento C.R. Roseli Nunes, como a fazenda já se encontrava em processo de desapropriação, não havia razões para as famílias temerem investidas violentas. A apropriação do espaço da fazenda aconteceu de forma esparsa, direcionada apenas pelo acesso à água, luz e casa-sede. Apesar das famílias gradualmente começarem a se relacionar, formando vínculos de amizade que dariam origem a pequenos grupos de afinidade, havia uma forte característica de independência entre as mesmas.

As relações entre famílias eram fortemente mediadas pela necessidade imediata e não havia a preocupação em estabelecer relações de confiança, como aponta seu Alsírio:

[...] talvez a gente, pelo começo que nós tivemos aqui, que a união nossa era muito maior, né? Depois cê vai passando tanta coisa que vai dispersando, assim, os companheiro, uns já, às vezes vai embora, né? outros vai trabalhar em outros lugar e assim vai dispersando, então descontrola muito [...]

Inicialmente as famílias costumavam fazer mutirões para plantações coletivas, como aponta seu Alsírio:

[...] no início a união nossa era muito maior, a gente... começou, não sei se a Roberta lembra? Daquela roça, acho que ocê num lembra não... de arroz [...] era uma roça de arroz tremenda que nós fizemos aí, [...] aquela homaiada trabalhando junta, rapaz, aquilo era bom demais! [...] era lá embaixo, perto da Aparecida ali, da Aparecida pra cima. Lá... [...] é... nós viemo até aqui ó, no Zé do Carmo aqui ó, ocupando esse brejão todo. Hoje cada um tá trabalhando pra si, né? Individual, isso atrapalha demais, se a gente tivesse um coletivo aqui a nós tava produzindo a coisa assustadoramente.

Contudo, com o tempo esses mutirões acabaram se desarticulando. Principalmente quando voltados para benfeitorias coletivas os mesmos eram constantemente mal sucedidos. Além disso, favores como troca de dias nas plantações freqüentemente não são retribuídos, como aponta dona Dionília e seu neto de Renato Peres Coelho:

D. Dionília: (...) Coletivo aqui é a coisa mais difícil. Muito difícil... Às vezes, quando acontece alguma coisa assim é trocando o dia. Mas uns troca dia só quando ele quer que trabalha, quando é pra ele vir pra gente já não faz interesse...

Helder: Ele quer ganhar o dia! (risos) Ele não quer trocar o dia...

D. Dionília: Não...

Renato: Tem uma aí que eu trabalhei e já tá me devendo tem dois anos...

D. Dionília: Não faz grande interesse de vim, pagar o dia que...

Helder: Quer ganhar o dia, não quer trocar o dia...

D. Dionília: É, trocar o dia... Então fica muito difícil. Aí a gente já começa também a não querer, né, Roberta, porque se não mostra boa vontade...

Em casos extremos, algumas pessoas costumavam praticar furtos de objetos de outras famílias do acampamento, em propriedades vizinhas ou em pontos comerciais da cidade, o que não ajudava a melhorar a imagem das famílias sem terra no município, como aponta Dinamar:

[...] o pessoal lá em Pequi tinha tudo medo porque, aquela gentinha, mãe daquele Marquinho, o que é que ela fazia? Ia lá no Pequi,

chegava no sacolão, entrava lá dentro, pegava as verdura, pegava tudo, o pessoal que chegava, fechava até a porta. Então atrapalha.

Como consequência da desarticulação dos mutirões, da não retribuição das trocas de dias, ou mesmo dos problemas com furtos e de conflitos de convivência, surgiu em meio às famílias um forte clima de desconfiança que começou a frustrar qualquer iniciativa de cooperação entre as mesmas. Esse clima de desconfiança persistiu mesmo após a expulsão das famílias envolvidas em furtos, ou em conflitos mais sérios.

Pouco tempo após a desapropriação da fazenda os dirigentes que se encontravam no local deixaram o acampamento, retornando ao mesmo geralmente quando havia algum problema mais sério a ser resolvido. Como não havia um dirigente para acompanhar o dia-a-dia do acampamento, problemas pequenos que poderiam ser resolvidos de forma simples acabaram se tornando grandes brigas.

O acampamento é também o momento em que se estabelece o modo de vida em grupo, uma espécie de “contrato social” do assentamento em que são definidos os papéis e os padrões de comportamento das famílias dentro do acampamento que ultrapassam a organicidade proposta pelo MST. Uma vez que o acampamento é uma situação irregular e não oficial perante a sociedade, é comum que as famílias evitem o contato com a polícia, que só é chamada em casos graves (quando há mortes, por exemplo). Se infrações aos limites e regras estabelecidos acontecem, as próprias famílias se incumbem da repreensão, tendo na expulsão do acampamento a sua força de coerção, como ocorreu no caso das pessoas que praticavam furtos.

Mais do que isso, o estabelecimento das regras de convivência frequentemente acontece numa dinâmica próxima à descrita por Maria Sylvia de Carvalho Franco como o comportamento típico de populações rurais brasileiras, uma espécie de “Código do Sertão” que poderia ser caracterizado, segundo a autora, através da ajuda mútua (composta pela solidariedade presente em comunidades pequenas ou relacionada ao

paternalismo), do caráter sagrado dado pela importância da religião, mas também pela presença freqüente da violência¹¹¹. Através da disputa de força entre as famílias, são estabelecidas as relações de poder que regem a vida em grupo, que, por vezes, também dão origem a conflitos violentos, como o episódio da briga entre seu Geraldo e Jaqueline, descrito por Dinamar e sua esposa Eliana:

Dinamar: Aí, depois que que aconteceu? Aí o Geraldo foi lá fazer um... Um...

Eliana: Trabalho de base?

Dinamar: Trabalho de base, lá em...

Eliana: Bambuí.

Dinamar: É, Bambuí! E nisso, aí... Em Bambuí ele foi fazer um trabalho de base, e nesse trabalho de base falou que o pessoal do MST ia vir cá fazer um...

Eliana: É... la ter reunião aqui, né?

Dinamar: la ter uma reunião, né. la fazer a reunião, né? E o que acontece? Pra fazer a reunião ele pediu, ele chegou e falou com a Jaqueline pra ela desocupar ali a terra, a casa... "Ah! Ó, eles já falou que vai vim..." O "seu Zé" é bonzinho e tudo, mas tem que é autoridade. Cê lembra como que ele era na época do PDA, como é que ele era antigamente! E com autoritarismo você não resolve nada! Chegou ali: "Eu vou mandar embora agora!" Chegou lá ele falou pra ela... "Não, eu vou lá mandar ela sair de lá logo porque o pessoal do movimento vai vim, e vai precisar da cozinha".

Eliana: E ainda parece que falou qualquer coisa, que parece que tava de conversa afiada com a Sônia, "eu vou expulsar ela!"

Dinamar: Ele mesmo falou que saiu uma conversinha falando que a Sônia tinha falado dela e tava com raiva aí. E aí começou... "Eu vou falar pra comunidade falar para ela ir"... e aí começou a discutir. Aí ela chegou assim e falou: "O, gente! Cê não pode fazer isso comigo não, sô"! Aí ela... Dizem! Ele falou que ela levou o dedo... Primeiro ele levou o dedo no rosto dela. Aí ela também levou nele e diz que ela levou a mão pro rosto dele. E aí ela desceu-lhe um tapa e aí começou! E foi isso... Aí, ele queria... o que que ele queria! Ele queria que nós...

[...]

Eliana: Queria que nós arrumasse pra mandar nela...

Dinamar: É, pra mandar ela embora. [...] E ele queria que nós mandasse ela embora. Que que nós fez? Nós fizemos a reunião... Por isso que ele falou que era contra ele... Fez a reunião, e nós achou melhor afastar ele do cargo dele, pra ele não ter autoritarismo.

Helder: É porque aí se vocês apoiassem ele, ele ia sair rasgando!

Dinamar: Ah, menina aí começou a, a... Ele ficou doido! Nós tiramos ele nervoso, que ele queria mandar a Jaqueline embora! Aí nós deixamos a Jaqueline ficar e tiramos ele da coordenação. [...] Aí ele ficou doido! Aí de madrugada aqui ele começou a gritar: "Ah!" De madrugada a gente foi acordar ele tava "Ô Tigrão, filha da puta! Eu vou matar você, desgraçado! Filho duma égua!" [...] Aí foi quando eu falei pra ele: "Ô seu

¹¹¹ FRANCO, M. S. C. *Homens livres na ordem escravocrata*, 1969. Páginas 21 e 22.

Geraldo, nós não estamos contra você. A sua atitude sim, seu Geraldo! Não é contra você, que nós tá não. O seu comportamento tá errado! Você não podia agir, bater na mulher!” Deu-lhe um tapa na cara dela! Cê tá doido! [...] E aí ele ficou doido! E ele não queria que nós fizesse a reunião. Isso foi no meio de semana. E ele falou que não era pra nós fazer a reunião não. E aí foi no dia nós fizemos.

Eliana: Reunião rotineira.

Dinamar: É, rotineira, né! Nós não tava nem falando no assunto dele. Aí, nós tava todo mundo reunido...

Eliana: Ele desceu que nem um doido!

Dinamar: Quando nós vimos ele desceu. Aí o Tigrão: “Oh! O homi desceu! E diz que ele tá com uma arma! E vamos cascar fora daqui, que aqui a gente não vai ficar não!” [...] Ah! Foi quando tava falando “Vamo bora! Vamo bora!” E eu falei: “Não! Vamo ficar! Agora ou nunca! ” Você tem que saber, uai! Na hora se nós correr nós vamos ficar... [...] “Vamos sair todo mundo pra fora!” Aí o Al sírio “vamos correr!” “Não, vamos ficar todo mundo aqui”.

[...]

Eliana: Todo mundo já tinha esparramado menino... Mandado pras casas e tal...

Dinamar: E aí ele avançou pro lado do Tigrão: “Ocê Tigrão, filha da puta, sem vergonha”. Ele queria pegar o Ney também... Aí ele foi no Tigrão e o Fabiano, atira não, atira não! Você não é homem! Aí ele foi pro lado do Fabiano. Quando ele foi pro lado do Fabiano o Ronaldo foi e saiu correndo e deu nele um tapa e ele caiu! [...] Quando ele levou a mão assim eu já peguei, segurei o braço dele e segurei o braço e levou a mão aqui! Quando eu vi, tava com um 22, com um 32... Cinco balas! Cinco balas... Aí nós pegamos e foi ligar pra polícia... [...] E depois, o medão que ele ficou aqui depois! Hoje ele já conversa com a gente, que ele viu que ele tava errado. Mas tem que saber reconhecer, né? Foi preso... Aí ele falou: “Aí o que vocês tão fazendo comigo!” Aí eu falei: “Não senhor! Não é a gente! A própria arma não tinha como ser não! [...]”

Dentro dessa perspectiva de disputas de poder, ou do desenvolvimento de relações paternalistas, no estabelecimento dessa vida em grupo algumas lideranças internas ao acampamento ocuparam o vácuo deixado pela ausência dos dirigentes. Cada núcleo apresentava coordenadores que costumavam representar as famílias em negociações com as secretarias municipais, prefeitura ou mesmo com o INCRA. Dentre esses coordenadores Fabrício¹¹² acabou se despontando como o principal líder do acampamento. Dentre todos os acampados, Fabrício destacava-se por apresentar maior escolaridade, tendo completado o ensino médio, além de amplo conhecimento da ideologia marxista e boa retórica, características que o tornavam um excelente

¹¹² Uma vez que as informações a respeito de “Fabrício” apresentadas nessa pesquisa podem comprometer sua vida atual, optou-se por dar-lhe um nome fictício.

representante do acampamento. Além disso, Fabrício era o principal articulador dos mutirões.

Com o passar do tempo, a maior parte das tarefas relacionadas a reivindicações das famílias encontravam-se concentradas em suas mãos, criando uma situação de forte paternalismo. Diante desta situação, Fabrício não só se tornou a principal liderança, como gozava de grande poder em relação aos demais acampados.

Gradualmente Fabrício começou a se aproveitar de sua influência e passou a organizar mutirões que beneficiavam mais a ele mesmo do que às demais famílias, fato que acabou gerando muitas brigas que chegaram a dividir as famílias em dois grupos, um a favor e outro contra Fabrício. As famílias também tinham sua opinião dividida pelo fato dele se encontrar envolvido com o uso e tráfico de drogas. Neste período os próprios dirigentes do MST tinham consciência dos problemas que Fabrício poderia trazer para o acampamento e do poder que o mesmo exercia sobre as famílias, fato que ameaçava até mesmo a autoridade dos mesmos no local.

Houve uma tentativa por parte dos dirigentes do MST de expulsão de Fabrício, contudo, a maioria das famílias reivindicou sua permanência e, por fim, essas conseguiram atingir seu objetivo. Cabe ressaltar que, como foi mencionado anteriormente, não existe uma seleção prévia das famílias para a participação de ocupações e dos acampamentos. Primeiro porque as chances de sucesso de uma ocupação estão diretamente ligadas ao número de pessoas envolvidas, e, segundo, pela grande dificuldade de se estabelecer critérios, uma vez que a conquista da terra pode ser uma grande oportunidade de reintegração social para muitas pessoas. Conseqüentemente, a seleção de quem fica ou quem vai embora acaba acontecendo no período do acampamento e é realizada pelas próprias famílias.

Como conseqüência da tentativa frustrada de expulsão, 12 famílias que eram contra a permanência de Fabrício no local acabaram saindo do acampamento, sendo acolhidas

pelo acampamento 2 de julho, situado em Betim, Minas Gerais. Fabrício continuou a ser o líder do acampamento, mas tendo seu poder parcialmente abalado pela desconfiança das famílias decorrente dos problemas a ele relacionados.

Mais de dois anos se passaram entre a desapropriação e o momento em que foi dado início ao planejamento do assentamento. Nesse período, das 84 famílias que ocuparam a fazenda, restaram apenas 25 acampadas, que se dividiam em dois núcleos, um localizado no entorno da casa-sede, e o outro ao norte da fazenda, numa região conhecida como Cirno.

2.4) Antecedentes do PDA da C.R. Roseli Nunes

2.4.1) O início da elaboração do PDA pelo MST

Como já foi mencionado no primeiro capítulo, a partir de 1997 o MST deu início a discussões a respeito dos limites das cooperativas como instâncias de organização dos assentamentos. Os dirigentes e assentados enfrentavam sérios problemas relacionados à inoperância de assentamentos mal planejados e, ao final de muitas discussões, concluiu-se que a alternativa para esse problema seria que o próprio Movimento se incumbisse da tarefa de planejar assentamentos. Todavia, para que essa alternativa se tornasse realidade, seria preciso que o Movimento obtivesse o consentimento do Estado, tarefa quase impossível em meio ao governo FHC.

Com a vitória de Lula nas eleições presidenciais de 2002 e a sua posse em 2003, apesar de todos os problemas mencionados no primeiro capítulo, não podemos negar que novos horizontes se abriram para os movimentos na luta pela terra. Ao invés de contratar empresas para a execução do PDA através de licitações, o MST – através de suas cooperativas agrícolas estaduais – passou a ter a prioridade na execução dos Planos dos assentamentos ligados ao mesmo, uma vez que são dispensadas as licitações “para a

celebração de contratos de prestação de serviços com as organizações sociais, qualificadas no âmbito das respectivas esferas de governo, para atividades contempladas no contrato de gestão¹¹³”.

Com esse precedente aberto, o MST tornou-se responsável pela execução de dois planos no centro-oeste do país, um no Mato Grosso e outro em Goiás. Mas apesar de ter conquistado seu objetivo, os dirigentes do MST se depararam com um novo problema: quem, dentro do MST, poderia se incumbir da tarefa de planejar os assentamentos? Por conseguinte, os dirigentes do MST optaram por transformar essas primeiras experiências de execução dos PDAs em oficinas de capacitação, em que dirigentes estaduais de todo o país pudessem aprender como se faz o planejamento de assentamentos e a elaboração do documento. Apesar do grande esforço dos dirigentes, essas oficinas apresentaram poucos resultados quanto à capacitação, uma vez que a elaboração do documento exigia conhecimentos técnicos principalmente relacionados à caracterização do meio ambiente e, além disso, a maior parte dos dirigentes não tinha experiência com planejamento, algo que não se adquire rapidamente.

Apesar da dificuldade em relação à capacitação dos dirigentes, era necessário dar os primeiros passos. Nesse âmbito, a oficina realizada em Goiás, mais especificamente no acampamento Che II, localizado no município de Cocalzinho, no período de 9 a 20 de junho de 2003, foi bastante significativa. Além da execução do PDA, os dirigentes organizaram uma proposta metodológica para elaboração dos PDAs pelo MST¹¹⁴. Segundo a concepção dos dirigentes, o documento produzido pelo MST seria uma proposta e não um plano. Essa apresentava em sua concepção orientações políticas que direcionavam a elaboração do documento sob duas principais linhas, sendo a primeira relativa à **dimensão legal**, ou seja, a elaboração de um planejamento de acordo com a

¹¹³ Artigo XXIV da Lei N^o. 9.648, de 27 de maio de 1998.

¹¹⁴ O texto integral referente à metodologia encontra-se anexado ao final desta dissertação.

legislação ambiental vigente e com as normas do INCRA, e a segunda relacionada à **dimensão de futuro**, levando em conta aspectos que potencializem “a consolidação de novas relações sociais e de produção nestas áreas¹¹⁵”.

Quadro 1: Caracterização da proposta metodológica do MST para elaboração do PDA.

<p>O que é a proposta Uma Alternativa/metodologia para consolidação das áreas de assentamento com vista à construção de uma referência de agricultura e organização social que se apresente quanto à resistência e superação do modelo de dominação, enfraquecimento e submissão da pequena agricultura. Queremos construir um novo modelo de assentamento, entendendo-o quanto processo contínuo de organização, planejamento, avaliação e participação.</p> <p>Objetivos Construir o novo modelo de assentamento, planejando e ordenando os diversos elementos relativos às atividades territoriais, ambientais, produtivas e sócio-culturais deste, com o fim de garantir sua viabilização, consolidando mecanismos de produção e sociabilização de resistência e superação do modelo de dominação sócio-econômico, para o conjunto das famílias.</p> <p>Estratégias Para a construção da nova proposta três elementos deverão ser considerados, a fim de elevar a consciência de nosso povo: - Participação e capacitação massiva; - Formação de base e de lideranças; - Organicidade do assentamento.</p> <p>Princípios - Controle político sobre o projeto de assentamento e o corte da área; - Acertos políticos para distribuição das famílias no lote; - Processo de titulação (título de concessão real de uso da terra); - Organização das moradias; - Organização dos núcleos de base; - Organização da produção e da cooperação agrícola (plano de produção; formas de cooperação agrícola, assistência técnica, novo jeito de produzir, controle de crédito); - Formação (massiva e de lideranças); - Outros elementos organizativos (serviços internos no assentamento, escola, infra-estrutura social, religiosidade, embelezamento, memória e símbolos da luta, motivação ideológica, manifestações artísticas e culturais, hábitos de saúde, lutas de massa);</p> <p>Metas Pensar, sempre, o conjunto global do assentamento, estabelecendo um planejamento contínuo com participação e avaliação constante.</p> <p>Resultados a curto, médio e longo prazo.</p> <p>Curto - Estabelecer um processo de formação de base - Construir a organicidade do assentamento - Elaborar o Plano de Segurança Alimentar (PSA)</p>

¹¹⁵ MST. Elementos para a construção de metodologia de implantação da nova proposta de Desenvolvimento do Assentamento (PDA). MST, Goiás, 1/07/2003.

Médio**1º Momento:**

- Regularizar e legalizar o assentamento junto ao INCRA por meio da Proposta de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) contendo:
 - Proposta agroalimentar (projetos para o PRONAF)
 - Proposta de organização territorial (moradias, parcelamento, infra-estrutura, energia elétrica, água).
 - Proposta ambiental (licenciamento ambiental, gestão e manejo ambiental, recursos hídricos, educação ambiental).
 - Proposta de formação (gestão nas escolas, áreas sociais, centros de formação).
 - Consolidar a organização no assentamento por meio do fortalecimento dos setores (produção, finanças, educação, saúde, gênero, jovens).

2º Momento:

- Construir moradias;
- Aplicação do PRONAF;
- Implantação de estratégias de comercialização;
- Implantação/ consolidação dos Centros de Formação.

Longo Prazo

- Formação Contínua;
- Consolidação da Organicidade;
- Consolidação de uma nova proposta de produção, cooperação e comercialização.

Longuíssimo prazo

- Superação do modelo de dominação econômica.

Metodologia de construção da proposta

Planejamento coletivo e participativo com o conjunto das famílias e compartilhado com instituições e pessoas que possam apoiar e potencializar as tarefas/ atividades de implantação do novo assentamento.

Fonte: MST. Elementos para a construção de metodologia de implantação da nova proposta de Desenvolvimento do Assentamento (PDA). MST, Goiás, 1/07/2003.

Após participarem da oficina de capacitação realizada em Cocalzinho, Edite Prates e Helenice Pereira da Silva, duas dirigentes do MST mineiro, trouxeram a incumbência de executar o primeiro PDA no estado.

2.4.2) Antecedentes da execução do PDA em Minas Gerais e a formação da equipe técnica

De acordo com as normas do INCRA, o PDA constitui-se como uma etapa intermediária entre a desapropriação da terra e a liberação de créditos para as famílias. Apesar do plano geralmente ser executado em seqüência à desapropriação, no caso do assentamento C.R. Roseli Nunes houve um intervalo de mais de dois anos entre estas duas etapas. A grande lentidão do processo foi causada por um motivo específico: no

período entre 2001 e 2003, os assentamentos com capacidade igual ou menor a 24 famílias deveriam apresentar ao Instituto Estadual de Florestas (IEF) um licenciamento ambiental simplificado, mas a portaria estadual que regulamentava este tipo de licenciamento fora revogada sem a criação de uma nova regulamentação. Devido a esta lacuna, o INCRA encontrava-se impedido de realizar licitação para a execução do PDA do assentamento.

Diante deste impasse, a Superintendência Regional do INCRA propôs ao MST mineiro que sua cooperativa agrícola, a AESCA, elaborasse, mesmo que extra-oficialmente, o PDA do assentamento como uma forma paliativa de melhorar a situação das famílias e de acelerar o processo. No entanto, como o INCRA não poderia realizar a licitação do Plano, não havia recursos para a elaboração do mesmo, o que deixava os dirigentes do MST de mãos atadas.

A alternativa encontrada pelos dirigentes nesse momento foi contar com o trabalho voluntário de entidades ou profissionais simpáticos ao MST. Em janeiro de 2003 a ONG 4 Cantos do Mundo entrou em contato com a AESCA no intuito de prestar auxílio voluntário. A ONG era formada por estudantes da Universidade FUMEC, principalmente do curso de engenharia ambiental, e poderia contar com a consultoria de professores do curso. Até aquele momento, aos olhos das famílias do assentamento e dos dirigentes estaduais do MST que não tinham conhecimento das discussões do MST nacional a respeito do planejamento dos assentamentos, o PDA parecia ser apenas uma exigência burocrática para a liberação dos créditos. Diante da possibilidade de se verem livres do problema em que o PDA se constituía, um dirigente estadual repassou a responsabilidade da execução do documento para a ONG 4 Cantos.

No entanto esta ONG não era o único grupo a auxiliar o MST. Desde a primeira metade da década de 1990, o Sr. Waltency Roque de Sá, mais conhecido como Ziri, costumava trabalhar voluntariamente em acampamentos e assentamentos do Movimento

levando medidas preventivas para melhoria das condições de saúde das famílias por meio de sua ONG CEMEA (Centro Mineiro de Estudos Epidemiológicos e Ambientais). Quando surgiam demandas que extrapolavam sua área de atuação, Ziri atuava como uma espécie de articulador, congregando profissionais para responder voluntariamente às necessidades das famílias. Ao final de 2002 e início de 2003 surgiu a idéia de reunir esses profissionais em um grupo multidisciplinar, de forma a atender as demandas dos acampamentos e assentamentos de forma mais rápida e eficiente. O grupo passou a se reunir uma vez por semana na sede da AESCA, no centro de Belo Horizonte, e era coordenado pelo dirigente estadual Gilberto Eleodoro dos Santos Júnior.

Em janeiro de 2003, por meio de um estágio em um escritório de urbanismo, acabei conhecendo a arquiteta Luciana Carneiro, uma das integrantes do grupo do Ziri¹¹⁶ que projetou as casas das famílias do assentamento Oziel em Governador Valadares na segunda metade da década de 1990. Neste período eu me encontrava no último ano do meu curso de arquitetura e urbanismo e procurava um tema para meu Trabalho Final de Graduação, TFG. Através de Luciana tomei conhecimento da necessidade do MST realizar o planejamento de assentamentos. Como esse poderia ser um tema interessante para meu TFG, entrei em contato com o MST e com o INCRA.

No primeiro contato com o MST, eu soube do acordo feito entre a AESCA e a ONG 4 Cantos. Logo após o primeiro contato com o MST entrei em contato com a 4 Cantos, que me recebeu prontamente agradecendo o auxílio e me convidando para acompanhá-los em sua primeira visita à Comunidade. Acabei me integrando ao grupo do Ziri, que também tinha interesse em auxiliar na execução do PDA, e me tornei uma espécie de

¹¹⁶ Freqüentemente surgiam discussões dentro do grupo a respeito da necessidade de criação de um nome. Em uma dessas discussões surgiu a idéia do nome “Cúmplices”. Contudo, por implicar em uma conotação pejorativa, o nome foi recusado. Como não foi criada uma denominação melhor, o grupo passou a se autodenominar Cúmplices, em caráter provisório até a criação de um novo nome. Contudo, entre os acampados o grupo acabou sendo conhecido como “Grupo do Ziri”. Optou-se nesta pesquisa por adotar a segunda denominação, por acreditar que essa seja mais pertinente.

articuladora entre os dois grupos. Em seqüência, entrei em contato com funcionários do INCRA apresentando a situação aos mesmos que, por sua vez, forneceram um roteiro de execução do PDA¹¹⁷, com o conteúdo necessário para elaboração documento, além da legislação que regulamentava a execução do plano, de informações levantadas a respeito da fazenda, e de um PDA de outro assentamento, apontado como exemplo do que deveria ser feito. Como grande parte do material encontrava-se em meio eletrônico, não houve dificuldade no repasse das informações para todos os membros dos dois grupos, bem como para a AESCA.

Cerca de 15 dias após esses primeiros contatos eu acompanhei alguns integrantes da ONG 4 Cantos em uma visita à C.R. Roseli Nunes. Foi uma visita rápida feita em um final de semana; fomos no sábado, pernoitamos na casa-sede e voltamos no domingo. Não havia um propósito claro, os integrantes da ONG não definiram o que iam fazer no local. Fomos muito bem acolhidos pelas famílias e conhecemos alguns principais pontos da fazenda. Também visitamos algumas famílias em seus barracos e participamos de uma reunião de núcleo em que tivemos a oportunidade de nos apresentar e de falar sobre nossa intenção de fazer o PDA.

A partir da documentação fornecida pelo INCRA tomei conhecimento da impossibilidade de execução do PDA devido à falta da portaria do IEF regulamentando a execução do licenciamento ambiental simplificado. Passei a fazer visitas e consultas esporádicas ao órgão para saber se a portaria havia sido criada, sem obter uma resposta positiva. Enquanto isso os dois grupos se organizavam para elaborar o documento.

Dentro do grupo do Ziri foram organizados estudos a respeito da legislação e, a partir disso houve uma divisão de tarefas voltada para o cumprimento do roteiro básico de elaboração do documento. Esta equipe se incumbiu essencialmente do levantamento de

¹¹⁷ O roteiro para elaboração do PDA fornecido pelo INCRA encontra-se anexado ao final desta dissertação.

dados secundários a respeito do município ligados a aspectos socioeconômicos. Apesar da boa vontade de todos, o caráter voluntário impedia que os membros do grupo dedicassem muito tempo ao trabalho, o que tornava a elaboração do documento bastante lenta. Mesmo diante de muitas dificuldades, o grupo cumpriu as tarefas das quais havia se incumbido.

A ONG 4 Cantos, por sua vez, se encarregou do levantamento de dados secundários do município relativos à caracterização ambiental, e do levantamento do meio físico da fazenda *in loco*. Para tanto, os membros da ONG contavam com o auxílio de Lídia Maria dos Santos, professora do curso de engenharia ambiental da FUMEC com mestrado em geografia física. Apesar do gigantesco auxílio prestado por essa professora, os membros da ONG não cumpriram as tarefas das quais se incumbiriam. Apesar de manterem visitas freqüentes ao assentamento, os membros da 4 Cantos não tinham propósitos claros e tratavam as visitas como turismo rural, um passeio de final de semana. Freqüentemente os mesmos ficavam perdidos quando eram pressionados pelas famílias para terminarem logo o PDA. Após muitos problemas acabei assumindo o levantamento do meio físico em conjunto com a estudante de geografia Aurora Daya Moreira, que também pertencia ao grupo do Ziri, sob a orientação da professora Lídia.

Em uma visita ao assentamento para levantamento de campo tive a oportunidade de informar as famílias a respeito do andamento da execução do PDA e, principalmente, do problema da falta da portaria do IEF que regulamentava o licenciamento ambiental do assentamento. Revoltadas com a situação, as famílias entraram em contato com a AESCA, organizaram uma comissão e marcaram uma reunião com uma funcionária do IEF na qual eu também tomei parte. Nesta reunião a comissão do assentamento e os dirigentes explicaram a situação em que se encontravam e pediram que providências fossem tomadas no menor prazo possível, caso contrário os mesmos seriam obrigados a

tomar providências drásticas, como a ocupação da instituição. A portaria foi criada um mês após esta reunião.

Simultaneamente aos esforços dos dois grupos para a elaboração do PDA do assentamento C.R. Roseli Nunes aconteciam as oficinas nacionais mencionadas anteriormente. Em julho de 2003, após ter participado da oficina de Cocalzinho - GO, Edite Prates, dirigente estadual do MST, trouxe a metodologia de execução do PDA do MST para os grupos, assumiu a coordenação dos trabalhos ligados ao PDA no lugar de Gilberto, e começou a organizar uma equipe que pudesse se dedicar em tempo integral à execução do planejamento.

A partir desse momento o trabalho, que era apenas a tentativa de cumprir uma exigência burocrática do INCRA, mudou completamente de caráter. As equipes se depararam com o desafio de construir um novo assentamento, que pudesse responder às expectativas das famílias e que estivesse de acordo com os princípios do MST. E como deveria ser esse assentamento? Como poderíamos planejar esse novo assentamento? O documento também deveria ter linguagem acessível às famílias, além de um conteúdo pertinente, que auxiliasse a Comunidade na organização e desenvolvimento do assentamento.

Após algumas reuniões com o INCRA e com a portaria do licenciamento simplificado em vigor, Edite conseguiu fechar um convênio entre a AESCA e o INCRA para que a cooperativa do MST realizasse o PDA oficialmente. A remuneração obtida pelo convênio possibilitou a minha contratação e a de dois técnicos: Cláudia D'Ávila, na época mestranda da extensão rural da UFV, e Daniel Mâncio, agrônomo formado na UFLA. Como a maior parte das pessoas do grupo do Ziri não tinham disponibilidade de dedicar-se ao trabalho em tempo integral, e devido aos problemas relativos à ONG 4 Cantos, a execução do PDA foi repassada para essa nova equipe.

2.5) Planejamento coletivo e participativo: a elaboração do PDA e os problemas encontrados

Após algumas reuniões para organização trabalho e divisão de tarefas, em setembro de 2003 esta nova equipe coordenada por Edite deu início à execução da Proposta de Desenvolvimento de Assentamento elaborada pelo MST, com a realização da primeira etapa de levantamento de campo prevista para durar cerca de um mês. Seguindo a mesma idéia das oficinas executadas pelo MST nacional de aproveitar a experiência de elaboração do PDA para capacitação, Edite levou para campo os acampados José Maria Rodrigues Ferreira e José da Silva Santos de outros dois acampamentos que tinham a previsão de elaborar o PDA dentro de pouco tempo, além de Valtim Jesus dos Santos Júnior, técnico agrícola e Amélia Moraes do Nascimento, na época estudante do curso Técnico em Administração Cooperativista, TAC, do MST.

O grupo foi dividido em equipes de acordo com as mesmas quatro grandes linhas temáticas sob as quais a Proposta do MST se organizava, a saber, produção agrícola, organização territorial, organização política e organização social:

Tabela 3: Divisão das equipes

Produção agrícola	Organização territorial	Organização política	Organização social
Daniel Mâncio	Roberta Vieira Raggi	Edite Prates	Cláudia D'Ávila
Valtim J. Santos Jr.	Amélia M. Nascimento	José Maria R. Ferreira	José da Silva Santos

Fonte: Elaboração própria.

Durante o dia as equipes realizavam as tarefas programadas dentro de suas respectivas linhas temáticas e à noite aconteciam reuniões com todo o grupo para a socialização dos resultados e planejamento das etapas seguintes. Minha função dentro dessa equipe era subsidiar o planejamento territorial do assentamento. Ocupava-me principalmente da elaboração do zoneamento do uso e ocupação, do parcelamento e do estudo preliminar da implantação de infra-estrutura, tais como áreas comunitárias,

eletrificação, abertura de estradas e captação de água. Apesar das discussões serem orientadas através dessas quatro linhas temáticas, todos os temas encontravam-se intimamente conectados, sendo impossível segmentar a discussão por áreas. Conseqüentemente, apesar de cada equipe ter se responsabilizado por uma das linhas temáticas, trabalhávamos todos em conjunto, de forma que os objetivos de cada área fossem respectivamente observados pelas demais.

Para as atividades de diagnóstico o grupo se dividiu em dois: enquanto as equipes de produção agrícola e organização territorial se incumbiam do levantamento de campo da fazenda, as equipes de organização política e social realizavam entrevistas com as famílias. Após essa primeira etapa, foi realizada uma série de reuniões com as famílias para verificar algumas informações levantadas, além de mostrar para as mesmas uma breve caracterização com alguns resultados do diagnóstico.

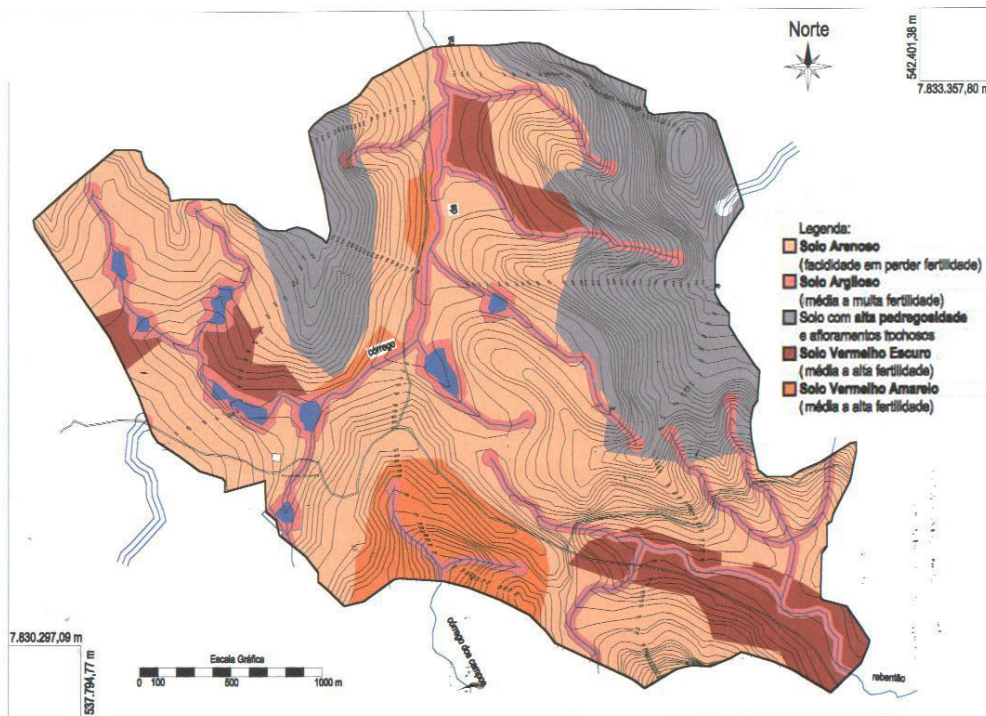
Foto 22 e Foto 23: Reuniões de elaboração do PDA com famílias da C.R. Roseli Nunes



Fotos: PDA da Comunidade de Resistência Roseli Nunes, 2004.

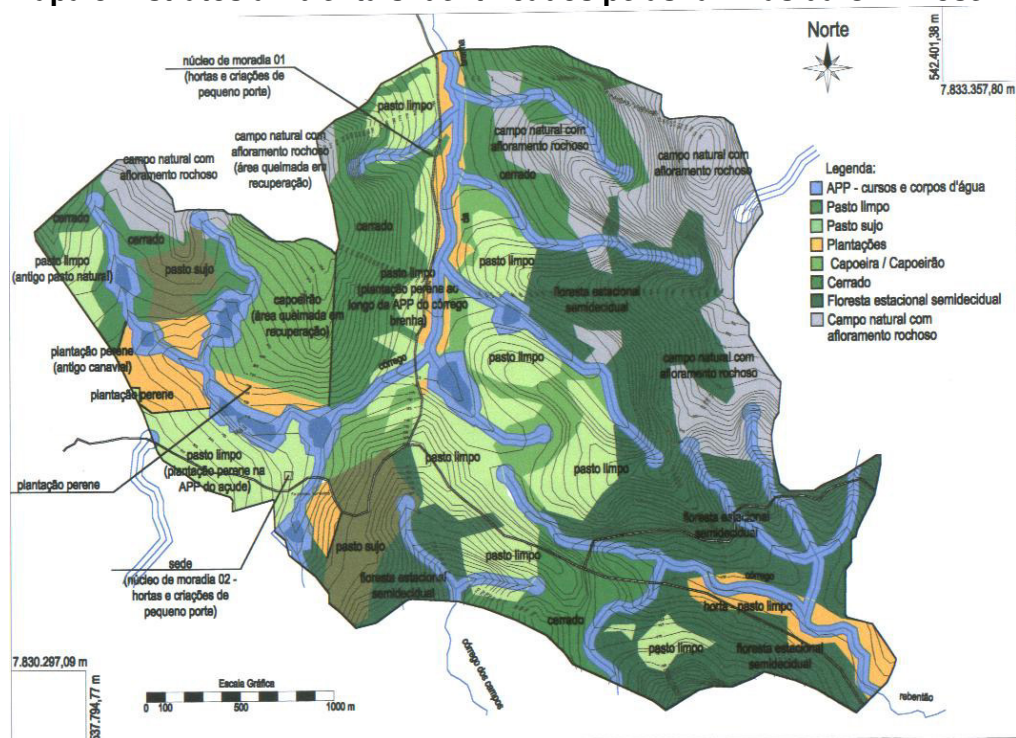
Nas reuniões seguintes foram apresentados mapas apenas com o limite da propriedade, estradas e a localização da casa-sede, para que as mesmas identificassem os tipos de solos além dos estratos ambientais. Essas informações foram reunidas com o levantamento de campo e com o laudo de vistoria realizado pelo INCRA e deram origem aos mapas de caracterização do assentamento a seguir:

Mapa 7: Mapa de tipos de solos identificados pelas famílias da C.R. Roseli Nunes



Fonte: PDA da Comunidade de Resistência Roseli Nunes, 2004.

Mapa 8: Estratos ambientais identificados pelas famílias da C.R. Roseli Nunes



Fonte: PDA da Comunidade de Resistência Roseli Nunes, 2004.

Apesar da proposta metodológica do MST para execução do PDA apresentar o detalhamento das atividades, havia grandes lacunas que, por vezes, deixavam a equipe bastante perdido em relação à execução das tarefas. A inexperiência aliada às lacunas da metodologia causavam insegurança na equipe, que acabou transparecendo às famílias do assentamento. As famílias já olhavam com certa desconfiança para a equipe, uma vez que esse era o segundo grupo que se apresentara como responsável pela execução do PDA, e pelos próprios problemas com a ONG 4 Cantos. Havia também um grande descompasso entre os membros da equipe. Seja pela falta de conhecimento técnico, seja pelas próprias lacunas da metodologia, José Maria, José da Silva, Valtim e Amélia, convidados para integrar a equipe com o intuito de capacitação, ficavam completamente perdidos em meio ao processo de planejamento.

Além disso, após a tentativa de expulsão, Fabrício se posicionou abertamente contra os dirigentes do MST, apesar de se dizer a favor do Movimento e da luta pela terra. Conseqüentemente surgiu uma forte disputa de poder sobre o assentamento entre Fabrício e Edite, contenda que também se estendia à equipe, uma vez a mesma era liderada pela dirigente. Muito além de decidir o futuro do assentamento, o processo de planejamento tomou, mesmo que paralelamente, o caráter de uma disputa sobre decisões que poderiam beneficiar Fabrício ou o MST, o que dificultava bastante o processo.

Mais do que isso, havia grandes dificuldades técnicas. À equipe de produção agrícola cabia a tarefa de classificação dos solos da propriedade exigida pelo INCRA e, a partir disso, deveriam ser apontadas as culturas com melhor potencial produtivo. Cabe ressaltar que a classificação de solos não é uma tarefa fácil, uma vez que exige grande experiência e conhecimento teórico. Como esta não era a área de especialização de Daniel e de Valtim, e como não havia recursos para análise laboratorial de amostras de terra, a determinação tanto dos tipos de solo quanto das culturas potenciais ficou bastante prejudicada nesta primeira etapa.

Havia também uma imensa dificuldade de mapeamento que era feito “no olho”, uma vez que nessa primeira etapa a equipe não tinha GPS. Para auxiliar o levantamento foi utilizada como base cartográfica uma interpolação de curvas de nível feita com base em uma carta do IBGE escala 1:100.000 e corrigida a partir de uma foto de satélite.

Diante dessas dificuldades, foi de grande auxílio a visita à Comunidade de Elenar Ferreira, dirigente nacional do MST e um dos principais responsáveis pela elaboração da metodologia. Elenar ajudou a esclarecer algumas lacunas do planejamento e compartilhou com o grupo algumas de suas experiências na execução das oficinas nacionais de elaboração do PDA. No entanto, a proposta metodológica encontrava-se em construção e consistia apenas em um ponto de partida. Mais além, os assentamentos apresentam realidades completamente diferentes umas das outras, fato que sempre colocaria a proposta metodológica em posição de questionamento. Elenar acompanhou os trabalhos do grupo, e após aproximadamente uma semana retornou às suas atividades em Brasília.

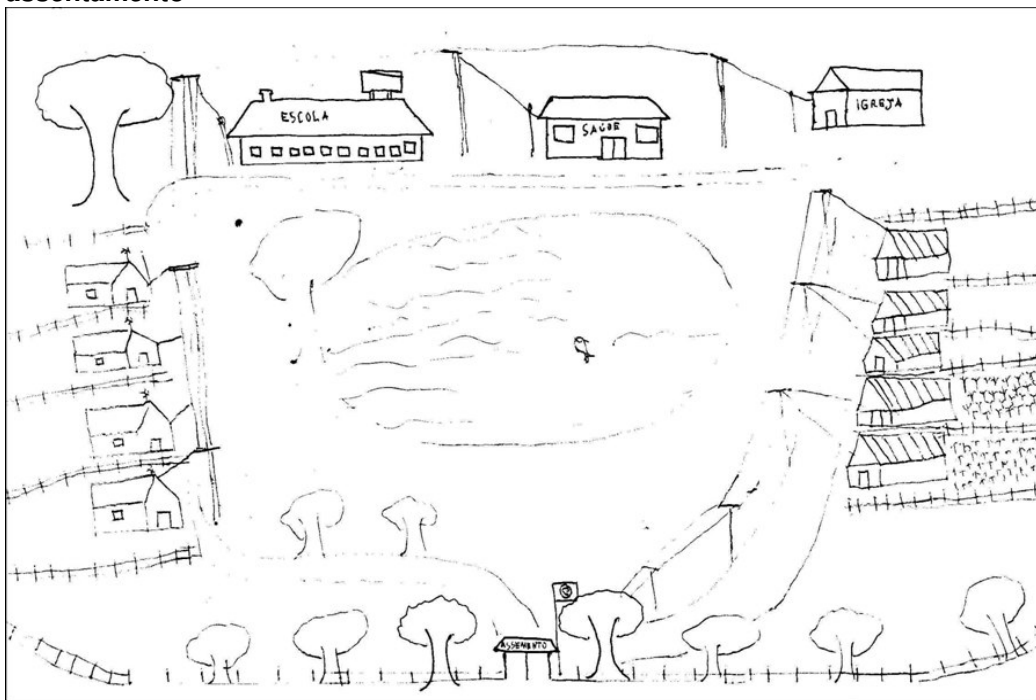
Após traçarmos o perfil social das famílias e realizarmos a caracterização ambiental do imóvel, a equipe deu continuidade à execução da proposta metodológica do MST realizando o levantamento dos “sonhos” das famílias em relação ao futuro do assentamento. Nesta etapa foram distribuídas duas folhas para que cada família desenhasse respectivamente o que desejava para seu lote e o que desejava para o assentamento. Seguem abaixo dois exemplos:

Figura 1: Desenho do sonho de uma família da C.R. Roseli Nunes para seu lote



Fonte: PDA da Comunidade de Resistência Roseli Nunes, 2004.

Figura 2: Desenho do “sonho” de uma família da C.R. Roseli Nunes para o assentamento



Fonte: PDA da Comunidade de Resistência Roseli Nunes, 2004.

Cada família foi convidada a apresentar seus desenhos em uma reunião, falando a respeito de seus desejos e expectativas para o futuro, de seu lote e de todo o assentamento. Todas as famílias tinham grande clareza a respeito de seus desejos que, de forma geral, estavam ligados a ter uma casa grande com acesso à infra-estrutura básica (água, luz e estrada). Em alguns casos, as famílias também apontaram quem gostariam de ter como vizinhos. Grande parte dos desejos enfatizava a propriedade privada da terra, a produtividade, ligada principalmente à pecuária leiteira, e a possibilidade de beneficiamento feito de forma individual. Pouco se falava no assentamento como um todo, e ninguém sequer cogitou a possibilidade da criação de áreas coletivas de produção agropecuária. Apesar disso, era admitida a existência de um pequeno núcleo comunitário localizado na casa-sede onde se encontrariam uma escola, um posto de saúde e outras dependências de uso comunitário, como pode ser visto no desenho acima.

De forma geral havia um grande desejo das famílias de equidade, uma espécie de *“inclusão social”*, proporcionada pela moradia e pelo acesso à infra-estrutura básica, mas também pela propriedade da terra e pela inserção nas principais atividades produtivas existentes na região. No entanto, a *“inclusão social”* significaria também a inserção na produção capitalista, ou seja, na reprodução da mesma dinâmica que antes fora responsável pela sua *“exclusão”*. Se a luta pela terra era um processo de ruptura da homogeneização criada pela produção de subjetividade capitalística, a inclusão social consistiria na re-homogeneização desta ruptura, que era exatamente o que a Proposta de Desenvolvimento de Assentamento do MST buscava combater ao propor a criação de um novo assentamento.

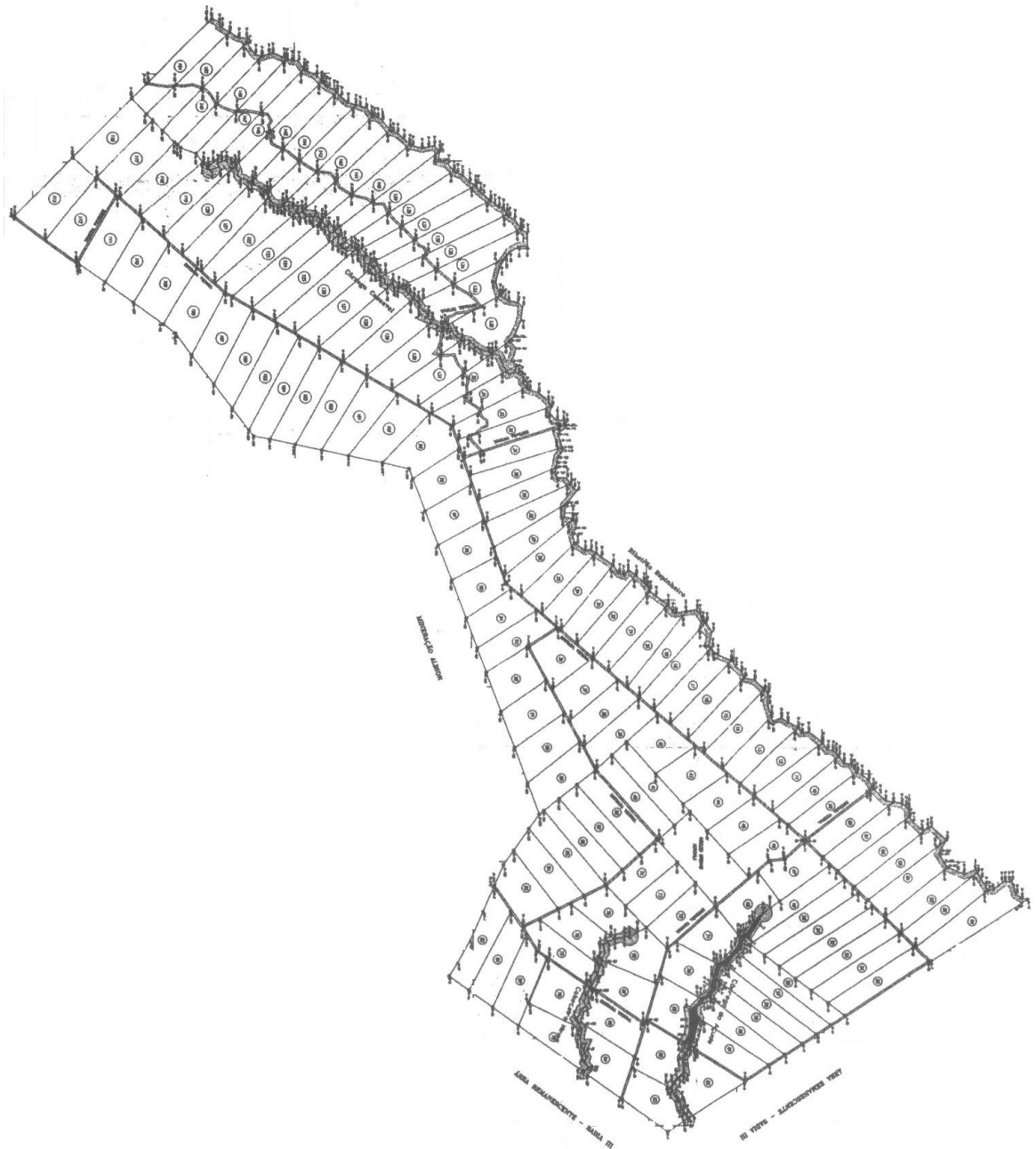
Além da metodologia elaborada na oficina de Cocalzinho, o MST utilizava uma cartilha chamada “O que levar em conta para a organização do assentamento”¹¹⁸ que além de trazer para a discussão algumas diretrizes gerais a respeito da organização do assentamento como a formação dos núcleos de base e da cooperação agrícola, a cartilha também contém diferentes modelos de parcelamentos.

Esses modelos são classificados como parcelamento tradicional adotado pelo INCRA, pejorativamente conhecido como “quadrado burro” por frequentemente desconsiderar o desejo das famílias de trabalharem de forma cooperada, isolando-as em lotes individuais, e experiências de parcelamento coletivo dos assentamentos do MST, divididos em núcleos de moradia e núcleos de habitação. A diferença entre as duas categorias era que nos núcleos de moradia ou “Raio de Sol” as habitações encontravam-se próximas umas das outras enquanto as famílias permaneciam em lotes individuais, e nos núcleos de habitação formava-se uma agrovila onde as habitações eram concentradas que se localizavam em um espaço separado das áreas de produção.

Os tipos de modelos podem ser vistos nos mapas a seguir:

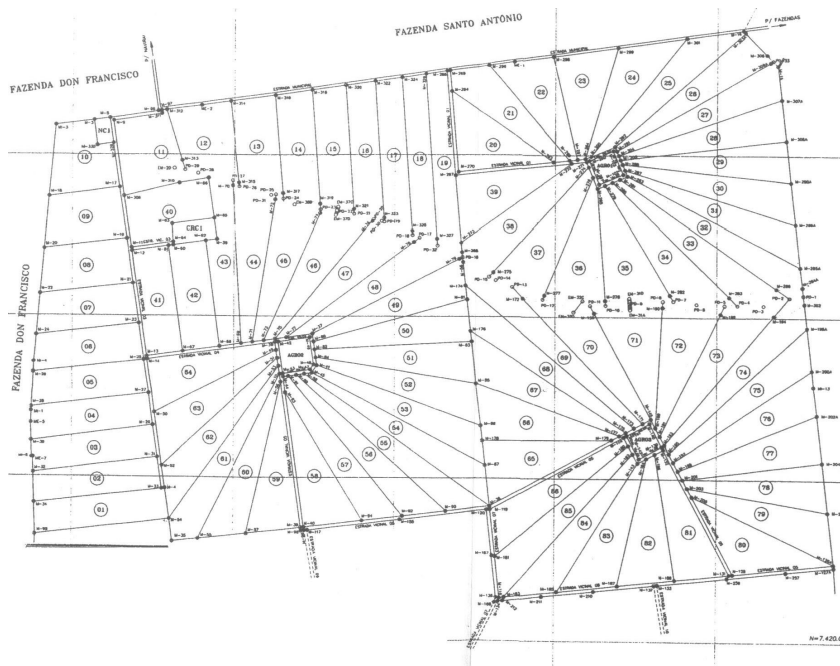
¹¹⁸ Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil – CONCRAB. O que levar em conta para a organização do assentamento – A discussão no Acampamento. Caderno de cooperação agrícola n^o 10. CONCRAB, São Paulo, 2001.

Mapa 9: Modelo de parcelamento tradicional adotado pelo INCRA, “quadrado burro”

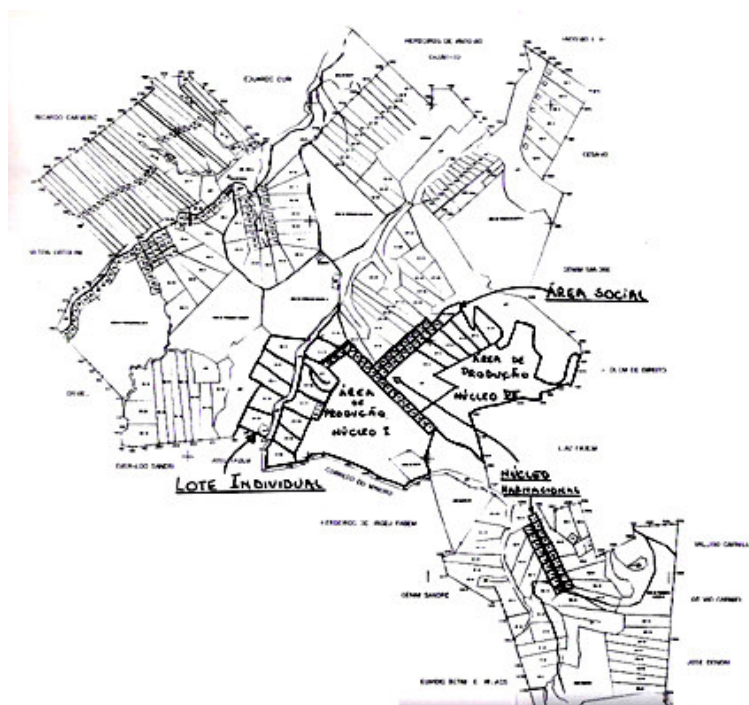


Fonte: Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil – CONCRAB. O que levar em conta para a organização do assentamento – A discussão no Acampamento. Caderno de cooperação agrícola nº 10. CONCRAB, São Paulo, 2001.

Mapa 10: Núcleo de moradia ou “raio de sol” (aproximação das moradias que se encontram em lotes individuais)



Mapa 11: Núcleo de Habitação (formação de agrovilas separadas das áreas de produção)



Fonte: Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil – CONCRAB. O que levar em conta para a organização do assentamento – A discussão no Acampamento. Caderno de cooperação agrícola nº 10. CONCRAB, São Paulo, 2001.

Havia desta forma uma enorme distância entre o modelo de assentamento considerado ideal pelo MST e o desejo das famílias. Enquanto os modelos propostos pelo Movimento buscavam a organização coletiva como uma estratégia de superação da sujeição ao sistema capitalista, as famílias lutavam pela conquista de seu espaço individual, atendendo o desejo da conquista da terra e livrando-se de problemas ligados à desconfiança entre as mesmas. Desta forma, como poderia ser atendida a intenção do PDA feito pelo MST de construir um plano que atendesse simultaneamente aos desejos das famílias e aos princípios do MST? Seria isso possível?

Surge assim o conflito entre as intencionalidades das famílias, voltadas para a inclusão no modo de produção capitalista, e as intencionalidades do MST que buscavam a ruptura destes mesmos modos de produção através da “superação do modelo de dominação sócio-econômico, para o conjunto das famílias”¹¹⁹. A partir daí começa uma disputa entre as famílias e o MST, representado, neste caso, pela dirigente Edite e pela equipe de planejamento, para decidir como será a apropriação do espaço da fazenda.

Diante dos conflitos entre os desejos das famílias e os princípios do MST, dos limites técnicos de mapeamento e classificação dos solos e das lacunas da proposta metodológica para a realização das etapas subseqüentes, a equipe optou por encurtar o período de levantamento de campo retornando a Belo Horizonte com aproximadamente uma semana de antecedência.

Em Belo Horizonte a equipe realizou reuniões de planejamento para a reestruturação da metodologia. Até o final da primeira etapa do levantamento de campo no assentamento C.R. Roseli Nunes a equipe de planejamento realizou as etapas de

¹¹⁹ Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra -MST. *Elementos para a construção de metodologia de implantação da nova proposta de Desenvolvimento do Assentamento (PDA)*. Goiás, 1/07/2003.

logística, levantamento da realidade e problematização previstas pela Proposta do MST, como pode ser visto nos quadros a seguir:

Quadro 2: Detalhamento das atividades do PDA MST

DETALHAMENTO DE ATIVIDADES										
Logística										
Objetivo	Ações	Passos/ Metodologia		Participantes	Material/ Instrumentos					
1- Logística "Viabilizar a realização do "PDA" através do levantamento de informações necessárias e mobilização do assentamento/ organicidade".	A- Articulação interna do Assentamento	Sensibilização e motivação	Reunião com direção política	Equipe + direção	- Mística de sensibilização. - Material didático para apresentação da proposta. - Locais de reunião.					
			Reunião com a coordenação do assentamento	Equipe + direção + coordenação						
			Reunião com os núcleos	Equipe + coordenação						
	Preparação das famílias	Estudo dos passos da proposta	Equipe + coord. + núcleos+ part. Oficina							
		Levantamentos das equipes de trabalho (brigadas)								
B- Levantamento das Informações	Do assentamento (informações já existentes)	Da região de influência: - Dados históricos - Base cartográfica - Dados econômicos - Infra-estrutura sócio-cultural - Dados ambientais - Político institucional	Equipe (grupos de trabalho)	- INCRA - IBGE - Prefeitura - Universidades - Órgãos estaduais - ONG's - Outros						
		- Relatório técnico preliminar do INCRA. - Justiça Federal - Outros/ Pessoas da área.								
C- Levantamento de Infra-estrutura para execução do trabalho	- Viabilização dos locais de trabalho - Aquisição do material didático/ trabalho - Aluguel (?) de equipamentos. - Disponibilização de veículos (quantos?)	Equipe + coordenação do assentamento	- INCR - Veículos (Locomoção) - Computadores e impressora - Arquivo/ mesa - Local de reunião - Material didático/ quadro/ mat. de trabalho - Filmadora/ Máquina Fotográfica							
D- Articulação externa (segundo a realidade da região)	Institucional	Equipe + coordenação do assentamento	INCRA Governo (Municipal, estadual, federal) Empresas terceiras Instituições de ensino Centros de Pesquisa ONG's Pessoas (profissionais, estudantes, religiosos)							
	Parcerias									
Levantamento da Realidade										
Objetivo	Ações	Passos/ Metodologia		Participantes	Material/ Instrumentos					
2- Levantamento da Realidade "Dotar as famílias de informações sobre a realidade do assentamento visando formação para a tomada de decisões".	A- Diagnóstico qualitativo	Levantamento de inf. c/ coordenação (1 dia)	Entrevista	Brigadas de Campo	- Perguntas abertas: de forma que ao responder as pessoas contem a história econômica, social e política da região do assentamento. - matriz de informações: Para cada membro das brigadas, responsável por uma área (social, política, econômica, territorial), terá uma matriz a ser levantada nas entrevistas. - computadores para a sistematização. - Material para apresentação das sistematizações. (craft, pincel, etc)					
			Sistematização das informações	Brigadas de Trabalho						
		Informantes qualificados (1 dia)	Entrevista	Brigadas de Campo						
			Sistematização das informações	Brigadas de Trabalho						
	B- Diagnóstico quantitativo	Reunião nos núcleos de famílias	- Socializar dados qualitativos/ checar inf. Nos núcleos. - Iniciar discussão das expectativas - Realizar questionários por família/ levantamento quantitativo. (1 dia) Sistematização dos questionários/ planilhas (1 dia) Plenária de socialização/ avaliação do material (1/2 dia)	Brigadas de Campo		- Questionários produtivo, social, territorial, político, econômico, histórico... - Material produzido nos diagnósticos qualitativos anteriores.				
							Itinerário técnico/ famílias (1/2 dia)	Verificação de casos relevantes e levantamento de sonhos particulares.	Brigadas de Trabalho	- Questionários dos núcleos - Computadores para a sistematização.
									Equipe	Material para apresentação das sistematizações. (craft, pincel, etc.)
		Preparação diagnóstico final e da plenária (1/2 dia)	Elaboração de material para discussão da problematização e propostas nos núcleos.	Equipe		Transporte para visita às moradias e locais de trabalho das famílias. Material para apresentação das sistematizações. (craft, pincel, etc.)				

Problematização (sonhos x realidade x princípios)				
Objetivo	Ações	Passos/ Metodologia	Participantes	Material/ Instrumentos
3- Problematização da realidade para amadurecer o levantamento das propostas e fortalecimento dos núcleos.	Confrontações entre as expectativas, a realidade e os princípios do movimento.	1° - Levantamento e discussão das expectativas de cada um junto com o diag. quantitativo realizado nos núcleos.	Brigadas de Campo	Informações levantadas e produzidas pelas brigadas de trabalho.
		2° - Levantamento junto com o Itinerário técnico.	Brigadas de Campo	
		Reuniões de socialização das expectativas nos núcleos, debatendo com as informações levantadas (realidade) e, levantamento de definições gerais das propostas dos grupos.	Brigadas de Campo	

Propostas (1ª parte = PSA)				
Objetivo	Ações	Passos/ Metodologia	Participantes	Material/ Instrumentos
4- Elaboração do Plano de Segurança Alimentar e definições gerais das propostas territorial, política, social, econômica.	A- Definições Gerais	Reunião (1) Realizada nos núcleos junto com a socialização dos sonhos.	Brigadas de Campo	- Materiais elaborados nas etapas anteriores; - Material para apresentação das sistematizações. (Craft, pincel, etc.)
		Sistematização de informações e plenária	Grupos de trabalho	
	B- Definições Específicas	Reunião (2) nos núcleos: discussão e delimitação de assuntos específicos	Brigadas de Campo	
		Sistematização de informações e plenária	Grupos de trabalho	
	C- Definição do PSA	Reunião (3) nos núcleos: discussão de elaboração final do PSA	Brigadas de Campo	
		Sistematização de informações e plenária	Grupos de trabalho	
	Reunião (assembleia ?) com ata. Transmitindo o material elaborado (PSA) e definindo o período das etapas de continuidade do trabalho.	Equipe		

Fonte: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra -MST. *Elementos para a construção de metodologia de implantação da nova proposta de Desenvolvimento do Assentamento (PDA)*. Goiás, 1/07/2003.

Quadro 3: Matriz de Atividades do PDA MST

Proposta de Desenvolvimento de Assentamentos						
Matriz de Atividades						
1 Logística	2 Levantamento da realidade	3 Problematização	4 Propostas	5 Resultados	6 Legalização	7 Futuro desejado
- Articulação interna - Levantamento de informações - levantamento de infra-estrutura - articulação externa	- diagnóstico qualitativo - diagnóstico quantitativo	- expectativas x realidade x princípios do MST	Territorial Econômica Sócio-cultural Político-institucional	- Plano de segurança alimentar; - Proposta de organização territorial - Proposta ambiental - Proposta agropecuária - Proposta de formação - Estratégias sociais	- Regularização e legalização junto ao INCRA e MMA/ IBAMA	- Organicidade - Superação do modelo (novo modelo de assentamento).

Matriz de Resultados						
1 Logística	2 Levantamento da realidade	3 Problematização	4 Propostas	5 Resultados	6 Legalização	7 Futuro desejado
				Formação massiva e de lideranças Organicidade		Formação continuada
					Planos e resultados	
					PSA (Plano de segurança alimentar)	
					Plano de Organização Territorial e Licenciamento Ambiental	Moradias
					Plano agropecuário	PRONAF

Fonte: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra -MST. *Elementos para a construção de metodologia de implantação da nova proposta de Desenvolvimento do Assentamento (PDA)*. Goiás, 1/07/2003.

Apesar de termos realizado até a 3ª etapa prevista na metodologia do MST, não havia instrumentos suficientes para a execução das propostas da etapa seguinte. Na tentativa de solucionar esse problema, Cláudia propôs a inserção de técnicas e dinâmicas previamente utilizadas por ela na elaboração de outros planejamentos de assentamento, baseados na metodologia do Diagnóstico Rápido Participativo – DRP.

Para resolver as dificuldades de classificação de solos e elaboração de projetos de produção agrícola foram convidados, para acompanhar a segunda etapa do levantamento de campo, dois agrônomos da UFV, Helder Ribeiro Freitas e Alessandro Arruda de Oliveira. A resolução dos problemas de mapeamento, por sua vez, foi em grande parte auxiliada pelo agrônomo Maurílio Chagas do INCRA, que visitou a equipe em campo levando um GPS da instituição e auxiliou a equipe no mapeamento de áreas mais críticas.

A segunda etapa com as complementações do levantamento e a elaboração das propostas foi prevista para ser realizada em 15 dias, sendo iniciada no começo da segunda quinzena de outubro de 2003. Os estudantes de veterinária Renata Godim Costa e Francis Guedes e a estudante de geografia Aurora Daya Moreira, do grupo do Ziri, também acompanharam esta segunda etapa em campo prestando grande auxílio à equipe.

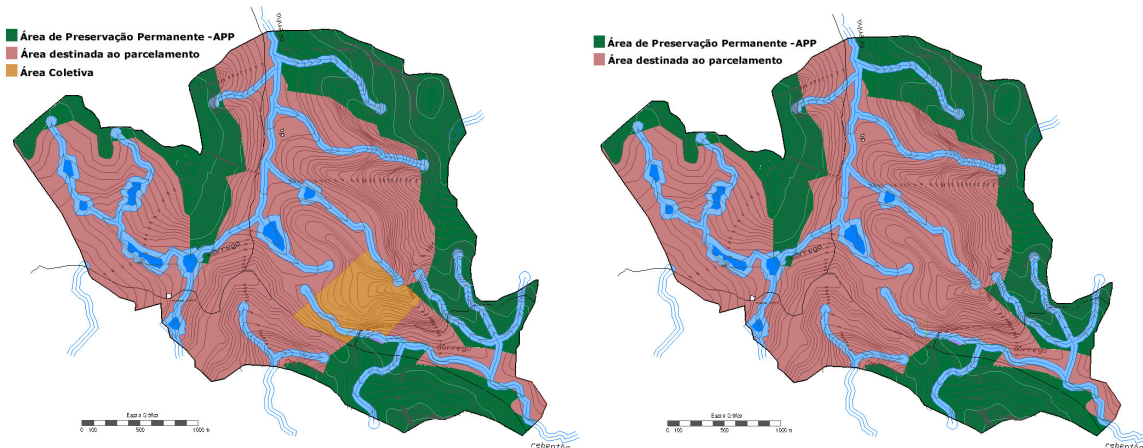
Após a realização das correções do levantamento de campo a equipe se deparou com um novo problema. Desde a época da execução do Laudo de Vistoria pelo INCRA em 2000, mais áreas sofreram regeneração da vegetação nativa, dando origem a densas capoeiras e restringindo ainda mais as áreas de cultura e de pastagem. O solo de baixa fertilidade natural e o relevo acidentado fizeram a equipe se questionar a respeito da viabilidade de se assentar 24 famílias no local, principalmente se essas fossem investir na pecuária extensiva como havia sido diagnosticado no levantamento dos “sonhos” das

famílias. Nestas condições a capacidade ideal para o assentamento seria de 13 até no máximo 19 famílias.

Assim, além da disputa entre o desejo das famílias e os princípios do MST, os condicionantes técnicos tornavam o processo de planejamento ainda mais complexo. Mesmo que muitas áreas cobertas pelas capoeiras fossem excluídas das áreas de reserva legal e das áreas de proteção permanente, APP, ainda sim haveria grandes restrições ao uso destas áreas, uma vez que muitos lotes apresentariam grandes áreas que necessitariam de permissão do IEF para desmate. Conseqüentemente, as famílias teriam que passar por mais um processo burocrático e não conseguiriam necessariamente obter a licença.

Se apenas 19 famílias fossem assentadas, as 5 famílias restantes teriam que aguardar a desapropriação de outra fazenda para serem assentadas, o que seria equivalente a voltar para a etapa de acampamento novamente. Diante dessa situação, a equipe tentou buscar alternativas que viabilizassem a permanência das 24 famílias na fazenda. Dentro dessa perspectiva surgiram estratégias voltadas para o uso intensivo da terra e para o manejo agroecológico, além da criação de áreas coletivas de produção que *também coincidem com os princípios do MST*. Assim, a equipe montou duas propostas de parcelamento; uma deixando uma área coletiva e parcelando o restante da área aproveitável e a outra em que toda a área aproveitável seria parcelada.

Mapa 12 (esquerda): Proposta de parcelamento com área coletiva e Mapa 13: Proposta de parcelamento sem área coletiva



Finalmente, a situação foi apresentada às famílias pela equipe. Essa foi uma reunião extremamente tensa, com muitas famílias exaltadas. Muitas famílias acreditavam que havia terra de sobra na fazenda para assentar todas as famílias e que a equipe não queria assentar todos. Alguns choravam por acreditar que seriam obrigados a deixar a fazenda. Sr. Geraldo Mendes Peixoto, o Tigrão, chegou a declarar que **preferia viver em uma favela rural a voltar para uma favela urbana.**

Essa última fala é especialmente significativa no que diz respeito a como os beneficiários de programas de assistência social enxergam as políticas públicas das quais tomam parte. Como foi anteriormente mencionado na introdução deste trabalho, freqüentemente no Brasil os programas de assistência social, (nos quais a reforma agrária acaba por se incluir, num âmbito de políticas públicas que estreitam seus objetivos), são tomados como uma espécie de “filantropia pública”: correntemente suas ações são pautadas pela idéia de que “dar qualquer coisa para quem não tem nada” seja mais que suficiente, ou seja, onde a caridade e a distribuição de migalhas tornam-se o principal objetivo de suas ações, em detrimento da busca pela justiça, por uma vida digna.

Essa postura não se restringe aos executores das políticas públicas e, de certa forma, à equipe de PDA que buscou alternativas para que as 24 famílias permanecessem na fazenda; ela também se estende aos beneficiários dessa política, como pode ser visto na fala de Tigrão. Neste âmbito, a ação de reivindicação encontra-se confinada dentro daquilo que aquela população concebe como seu direito, a saber, dentro de um território mental delimitado por essa concepção de que alguma coisa é melhor do que nada. Mesmo diante de todo o desespero de não ser assentado após tanta luta e sofrimento, ao preferir “viver em uma favela rural” a “voltar para uma favela urbana”, ou em uma situação aquém daquilo que se têm direito, os assentados deixam de lado a possibilidade de ruptura da reprodução capitalista por terem sua existência e sua própria reprodução ameaçadas e acabam se inserindo nesta reprodução capitalista, uma vez essa possibilidade de ruptura está para além do alcance dos mesmos.

Após grande comoção, a equipe conseguiu explicar toda a situação para as famílias e apresentar alternativas para que todos ficassem na terra. Apesar de todos os problemas apresentados pela equipe, as famílias foram categóricas e irredutíveis quanto à escolha do parcelamento integral da área aproveitável do assentamento, sem deixar áreas coletivas. Tornou-se evidente a grande dificuldade da equipe se fazer entender pelas famílias, principalmente porque a disputa política entre o desejo dos assentados e os princípios do MST parecia ser muito maior que a questão técnica. Além disso, após todos os problemas que tiveram com o trabalho cooperado, as famílias preferiam sacrificar a própria sobrevivência e suas chances de resistirem na terra do que depender de seus vizinhos.

Relutante, a equipe realizou algumas discussões com as famílias e reuniões entre seus membros e, finalmente, optou-se por obedecer à vontade das mesmas. Caso a utilização coletiva fosse mal sucedida, as áreas dos lotes individuais reduzidas pela criação da área coletiva diminuiriam ainda mais as chances de resistência das famílias na

terra. Toda a área aproveitável da fazenda seria destinada ao parcelamento de lotes individuais, garantindo assim o desejo das famílias quanto à propriedade da terra. No entanto, para conseguirem sobreviver em seus lotes, as famílias obrigatoriamente teriam que abrir mão da criação extensiva de gado.

A partir disso a equipe passou a se reunir com as famílias para elaborar os demais projetos previstos pelo plano. A partir das dinâmicas do DRP foram levantadas entidades e instituições parceiras do assentamento que poderiam auxiliar em seu desenvolvimento, além da eleição de prioridades de investimento para o assentamento para curto, médio e longo prazo. A partir disso, discutiu-se qual entidade ou instituição poderia auxiliar na execução das prioridades e como as famílias poderiam buscar a implementação dos investimentos. Apesar da grande importância dessa etapa as famílias encontravam-se extremamente dispersas. A maior parte das famílias não conseguia acompanhar as etapas de planejamento, preocupadas com o parcelamento da terra, ou mesmo com a sua sobrevivência imediata, uma vez que o tempo do plantio já se aproximava.

Ao final de 15 dias a equipe retornou para Belo Horizonte e deu início à execução das etapas de escritório ligadas à redação do texto, elaboração dos mapas e dos projetos. Contudo, havia ainda a questão do número de famílias a serem assentadas. No momento da execução do PDA havia 25 famílias acampadas e apenas 24 poderiam ser assentadas. Após algumas reuniões os assentados optaram pela exclusão do Sr. Paulo Jesus Tadeu Batista, que tinha residência na cidade de Pequi e usava a fazenda para engorda de gado.

Logo após a exclusão do Sr. Paulo os problemas em relação a Fabrício se agravaram bastante. Fabrício ampliou o tráfico de drogas também para municípios vizinhos à Pequi. Conseqüentemente, a polícia da região tinha grande interesse em prendê-lo, contudo não havia provas suficientes. Uma briga entre Fabrício e Seu Geraldo, um idoso acampado na fazenda, tornou-se o estopim para sua expulsão. Os dirigentes do

MST fizeram um acordo com a polícia, que acompanhou a expulsão de Fabrício do assentamento o que, no final das contas, resolvia os problemas de ambas as partes. A partir de então Fabrício não retornou ao assentamento e não mantém contato com as famílias.

Após o retorno da equipe à Belo Horizonte ocorreu, também, a averbação da reserva legal. Apesar de alertadas sobre a importância de acompanhar o levantamento das áreas que seriam averbadas, as famílias não deram grande atenção à visita da funcionária do IEF, Ana Gabriela Fagundes, provavelmente pela aproximação do período de colheita. Algumas áreas de pasto foram apontadas como uso restrito, o que impede o uso agrícola ou pecuário. Muitas áreas apresentando densas capoeiras foram consideradas como áreas aproveitáveis e, para serem utilizadas para agropecuária, teriam que receber licença do órgão para desmate.

A partir da averbação da reserva foi feito o mapa final do pré-projeto de parcelamento obedecendo a vontade das famílias de parcelar toda a área em lotes individuais. O PDA foi entregue ao INCRA em maio de 2004, todavia, surgiram problemas em relação à aprovação do documento. Além de ser o documento responsável pelo planejamento do assentamento, o PDA é uma parte do processo para licenciamento ambiental do assentamento e, portanto, exige uma série de caracterizações ambientais e identificações científicas que foram retiradas do documento de forma a torná-lo mais acessível às famílias. Muitas mudanças foram executadas até a aprovação final do documento.

Também no primeiro semestre de 2004 as 23 famílias que se encontravam na fazenda foram legitimadas, ou seja, passaram pelo processo legal que designou oficialmente as famílias da C.R. Roseli Nunes como os assentados da fazenda Brenha.

Já no segundo semestre de 2004, os dirigentes do MST organizaram a ocupação de uma fazenda vizinha a C.R. Roseli Nunes, localizada ao norte do assentamento. Ao

contrário da C.R. Roseli Nunes, as famílias acampadas apresentavam grande união e uma história conjunta de resistência e até mesmo de enfrentamentos contra a polícia e jagunços. De acordo com Alexandre Buschene, agrônomo da AESCA responsável pela assistência técnica da comunidade na época, logo que chegaram ao local os acampados começaram a trabalhar de forma cooperada e em um ano conseguiram uma produção agrícola muito maior do que as famílias da C.R. Roseli Nunes. Como as propriedades eram contíguas, as características ambientais das duas fazendas não se alteravam muito, o que deixava evidente a diferença entre as duas comunidades.

Pouco depois da colheita, já no início de 2005, as famílias do novo acampamento foram despejadas devido à ordem de reintegração de posse da fazenda. Os dirigentes do MST pediram autorização à C.R. Roseli Nunes para as famílias despejadas ficarem na fazenda Brenha, enquanto não encontravam outra fazenda. Mesmo já sendo oficialmente assentadas na fazenda Brenha, a maior parte das famílias da C.R. Roseli Nunes foi contra o estabelecimento temporário das famílias despejadas. Segundo os dirigentes, as famílias da C.R. Roseli Nunes ficaram com medo que o MST resolvesse retirá-las do local para assentarem as famílias despejadas, que, segundo os mesmos, eram evidentemente mais produtivas e mais ligadas aos princípios do MST. As famílias despejadas foram divididas e acabaram se deslocando para acampamentos em Betim e Bambuí.

2.6) Parcelamento da área e recebimento dos primeiros créditos

Após a aprovação do PDA, o INCRA deu início ao processo de licitação para contratar a empresa de topografia que se incumbiria da realização do parcelamento. O parcelamento foi iniciado nos primeiros meses de 2005 e se arrastou por todo o ano. A lentidão do processo decorreu das dificuldades encontradas pelos técnicos devido à irregularidade do relevo e à presença de grandes extensões de matas e capoeiras que

obrigavam os assentados e os técnicos a abrirem muitas picadas para possibilitar a medição das áreas. Além disso, houve sérios problemas entre a empresa contratada e os técnicos de campo, que tiveram que ser substituídos ao longo do trabalho.

Mais do que isso, surgiram também problemas relativos à implantação do parcelamento. Cabe ressaltar que o parcelamento feito na etapa do PDA é um **anteprojeto**, que tem como função dar as principais orientações para a implantação do parcelamento definitivo. Contudo, a única coisa apresentada neste documento é o mapa do anteprojeto, não sendo executado um memorial descritivo com os critérios que foram levados em conta para a execução da proposta.

Diante disto, a equipe de topografia optou por seguir o mapa do anteprojeto à risca e surgiram muitos problemas. Não há recursos técnicos e muito menos financeiros para gerar um parcelamento preciso no período de elaboração do PDA. Como a implantação do parcelamento criaria grandes problemas para as famílias, essas entraram em contato com a AESCA e reivindicaram a execução de mudanças. Retornei ao assentamento neste período e visitei os pontos mais problemáticos, junto aos técnicos de campo da empresa de topografia, com Alexandre Buschene, agrônomo da AESCA responsável pela assistência técnica ao assentamento, e com alguns assentados. Propusemos a modificação de alguns pontos que não foi aceita pela empresa de topografia, uma vez que as alterações não estavam previstas em contrato. Por fim, os próprios técnicos do INCRA fizeram as modificações, atendendo assim às reivindicações das famílias.

Após a finalização do parcelamento, no início de 2006, ocorreu o sorteio dos lotes. Optou-se pelo sorteio ao invés da escolha dos lotes pelas famílias, uma vez que havia lotes em situações muito discrepantes, e muitas famílias não conheciam a área toda da fazenda o que dificultava o processo de escolha. Conseqüentemente, as famílias optaram pelo sorteio para evitar problemas, como aponta Tigrão:

Foi por sorteio, não foi um acordo, um acordo aqui seria muito difícil. Eu acharia que assim seria bem melhor, mas... é como tinha uma quantidade de lotes mais difícil, um pouco mais complicado, aí nunca as pessoas entram num acordo.

Dona Dionília e seu neto Renato descrevem como se deu o processo:

D. Dionília: [...] Vai ter o sorteio! Ah, não vai, não! Aí parou, que o pessoal não estava todos aqui, né. Quando foi... Na, no dia do sorteio, [...]

Roberta: Você estava torcendo pra ficar em algum lugar?

D. Dionília: Eu ficava, eu falava assim: “Ah! Aquele que sair pra mim tá bom. Mas o que eu peço ao Espírito Santo de Deus que, tenha misericórdia de mim! Que me dê um lugar que tenha muita água, meu Deus! Que tenha muita água, mesmo! Que eu já passei tanto aperto por causa de água, meu Deus, já passei tanta dificuldade por causa de água... Tá escutando, né Espírito Santo de Deus! Ajuda ieu!” Então era assim que eu ficava. Todas as palavras no sorteio. Aí quando foi o dia do sorteio mesmo, eu tô na fila falando: “Ô Espírito Santo de Deus, cê escutou o que eu te pedi, né? Cê vai dá ieu um lugar que tenha muita água, né? Cê segura na minha mão pra mim pegar um lugar que tenha muita água.” E lá vou eu na fila pensando assim, e falando, né! Quando eu peguei o número... Eu não sabia nem onde ficava! (todos riem) Custou pra mim chegar até aqui, que eu não conhecia terreno nenhum, né! Aí eu falei: “Quinze!” Quando eu falei o quinze, o João do seu Antônio falou assim: “Nossa, Dionília! Mas você saiu num terreno bom demais!” E eu falei: “É mesmo?! Eu nem sei pra que lado fica!” (todos riem) E realmente, eu não sabia mesmo! Uai, e como é até hoje, eu não conheço muitas partes aqui do meu terreno ainda não, menina!

Roberta: Você já tinha vindo aqui em alguma parte do terreno antes?

D. Dionília: Quem?

Roberta: Você.

D. Dionília: Não! Não...

Roberta: Nunca tinha vindo por essas partes de cá?

D. Dionília: Não... O único que eu ia muito era só lá no, no... Na Lagoa Seca, que eu plantava pra aqueles lados. Não conhecia terreno nenhum, nenhum mesmo. Aí eu falei assim, aí eu vou ter, agora eu vou ter que conhecer esse meu terreno, que eu não sei nem pra que lado que é que ele fica... Aí um dia, o seu Domiciano falou assim: eu vou até na altura com você, o Renato falou assim, depois foi que o Renato falou que vinha, que ele ia comigo que ele trabalhou nas picadas aí fazendo o, o... A medição Renato?

Renato: Foi.

D. Dionília: Foi, medindo. Mas nunca que ele ia, aí, seu Domiciano foi comigo até numa altura, né. Falou assim: “até aqui é ponto que é seu, mas daqui pra trás nós vamos voltar que nós não vamos mais subir pra frente, porque nós temos oração agora às três hora, às”... Não sei se era às três horas ou quatro horas, “e o pastor deve esta chegando”. Falei, “então vão bora”. Aí nós voltamos e até essa altura eu fiquei sabendo, né. E eu falei “opa! Aqui tem água! Aqui eu tô bem no córrego!” (sussurrando). Que é esse que passa aí por dentro, né. Aí depois que eu fui ver o outro aqui, e eu falei uai, mas eu tô cercada de água, mesmo! É Espírito Santo!

Após o sorteio algumas famílias já ocuparam seus lotes e começaram os primeiros investimentos. Contudo, como muitas áreas não tinham energia elétrica, muitas famílias optaram por permanecer acampadas nas proximidades da casa-sede, enquanto não saiam os créditos para construção das casas além do investimento em água, energia elétrica e estradas.

Após o período do sorteio, dirigentes do MST se reuniram com os assentados e fizeram a proposta de mandar uma família para ocupar o lote que ficara vago com a expulsão de Fabrício. A família visitaria o local, e caso os assentados aprovassem, a mesma seria assentada na fazenda. Apesar do acordo firmado com os assentados a família foi enviada pelos dirigentes ao assentamento “de mala e cuia”, com a mudança pronta e a perspectiva de que ficaria definitivamente no local. Mesmo contrariados, os assentados optaram por permitir o assentamento da família na fazenda. Pouco tempo depois começaram a ocorrer sérios problemas entre a família e os assentados. Além de muitas discussões e brigas, a família foi responsável pelo desmate irregular de uma grande área. A lenha cortada foi vendida pela família que logo em seguida fugiu do local.

No período entre o final de 2006 e o início de 2007 as famílias do assentamento acessaram o crédito Projeto de Exploração Anual, PEA, no valor de 2.400 reais, voltado para o custeio dos primeiros investimentos nas propriedades. Muitas famílias optaram pelo investimento na pecuária leiteira e a compra do gado ficou a cargo de dirigentes do MST. Houve problemas com a compra do gado, que em grande parte era de má qualidade. Conseqüentemente surgiram brigas que se transformaram no estopim do afastamento entre os assentados e os dirigentes do MST. Há muito tempo a confiança das famílias nos dirigentes do MST já se encontrava abalada. Desde o início do período de acampamento as famílias reclamavam da ausência dos dirigentes, e os problemas recorrentes com os mesmos acabaram por minar a sua relação com as mesmas.

Curiosamente, algumas famílias da C.R. Roseli Nunes, apresentam um forte sentimento de que fazem parte do MST, também conhecido por dirigentes como a “pertença” ao Movimento, como aponta o seu Alsírio:

Seu Alsírio: olha, eu sou muito solidário ao MST, pessoalmente. Só que... o MST... ele não tá vindo aqui não, parou. Mas eu devo muita gratidão ao MST, porque eu tô aqui se num fosse o MST eu não estava aqui... mas não é só eu não, tem um grupo bom que é MST.

Roberta: mas é a maioria, a minoria, assim, esse grupo bom dá quantas famílias?

Seu Alsírio: umas 8.

Roberta: umas 8? Por um acaso são as mesmas 8 que não estão na associação...?

Seu Alsírio: Eu acho que sim, viu! Eu acho que sim... quer ver, Tem eu, o fulano ali,

Roberta: Sinvaldo? Que é o...

Seu Alsírio: Sinvaldo, o primeiro ali em baixo...

Helder: Sinvaldo, Dionília, ... a Dionília tá?

Seu Alsírio: ah, então vão falar o nome das pessoas: Quer ver? Eu, o Sinvaldo, o Areni, o Geraldo - Tigrão, o Fabiano, (...) bom deu 5, né? Falta 3. Tito, ...

Roberta: Ricardo,

Seu Alsírio: Ricardo... tá faltando mais um. Não tô lembrando quem que é...

[Seu Alsírio lembra depois de Aparecida]

Apesar de terem conquistado a terra muitas dessas famílias ainda se reconhecem como integrantes do MST. Mas embora muitos sejam muito gratos ao MST por terem conquistado a terra, como é apontado por seu Alsírio, a falta de confiança nos dirigentes do Movimento se fazia sentir. As famílias chegaram a enviar uma carta ao INCRA se desligando da AESCA. Apesar do desligamento oficial não ter acontecido de fato, os dirigentes pararam de visitar o assentamento.

Contudo, para ocupar vaga deixada pela família que abandonou a área, foi indicado por dirigentes do MST, Ricardo Argadizze Marcelino, um agrônomo do Movimento que também se incumbiria do trabalho de acompanhamento técnico da produção através do convênio de Assessoria Técnica, Social e Ambiental, ATES. Como a AESCA recebe recursos ao firmar convênios para prestação de Assistência Técnica através do programa ATES, não seria interessante perder a oportunidade de prestação do serviço para o

assentamento. Por outro lado, como grande parte das famílias não tem capacitação técnica para a montagem de projetos ou para responder aos processos burocráticos, a presença de um técnico de campo acaba sendo vantajosa, mesmo ligada aos dirigentes do MST. Ricardo passou pelo processo de legitimação e encontra-se até o momento assentado na fazenda.

No final de 2007 os assentados acessou o crédito habitação e no início de 2008 a maior parte das famílias construiu sua casa, apesar dessas terem enfrentado grandes dificuldades devido à falta de água e energia elétrica, que só é implantada pelo INCRA após a construção da casa. Apesar de todas as dificuldades que enfrentaram e que continuam enfrentando, a maior parte das famílias se diz satisfeita com a conquista da terra e tem grande esperança em seu futuro no assentamento.

2.7) Avaliação do PDA e do processo de implantação do assentamento feita pelas famílias

Em fevereiro de 2008 tive oportunidade realizar juntamente com Helder Freitas, agrônomo que acompanhou a segunda etapa de campo de execução do PDA, uma reunião além de uma série de entrevistas com as famílias voltadas para a avaliação do processo de execução do PDA.

De acordo com a avaliação das famílias houve grandes erros do PDA e do parcelamento que chegam até mesmo em alguns casos a comprometer a reprodução das mesmas. Cabe ressaltar, no entanto, que as famílias costumam freqüentemente confundir a elaboração do PDA com as etapas subseqüentes de implantação, talvez por não terem consciência do que foi realmente decidido em cada uma das etapas.

A principal origem destes problemas se encontra diretamente ligada à averbação da Reserva Legal e das áreas de APP feita pelo IEF. Nesta averbação, foram incluídas terras

boas para pastagens e para o plantio dentro de áreas destinadas à preservação ambiental que, conseqüentemente, não podem ser usadas pelos assentados, como aponta Dinamar:

(...) tem muitos aí, igual, muitos lugar aí que eles vê que... tem área igual lá em cima mesmo, tudo bem, é área reserva aquela mata, aquela mata aqui em cima ali um pedaço, como diz, num é bom, destruir mata... mas tem lugar, que podia jogar mais reserva, e onde com a mata entrar com plantação. E não entrou. Entrou reserva e ficou reserva mesmo!

Seu Alsírio também aponta problemas na delimitação das áreas de reserva:

[...] inclusive lá no meu lote, eu... Cê vai ver lá, lá tem também uma... uma coisa lá que eu acho que... que podia ter evitado aquilo, tem uma área muito boa de pastagem que é pura braquiária da melhor qualidade, e não dá... até o IEF mesmo reconhece que num é um lugar que se podia ter hoje uma área de preservação, né? e... tanto assim que nós saiu, com uma área de preservação e uma outra floresta, inclusive um terreno fértil, até, tiraram pra agricultura... [...] Mas na planta, tá como área de reserva... [...]

Por outro lado, grande área ocupada por matas e densas capoeiras foram excluídas das áreas de preservação. Por serem consideradas como área útil do assentamento, essas matas foram incorporadas ao parcelamento dos lotes e, por conseqüência, algumas propriedades simplesmente não têm terra nua. Nestes casos, para poder construir suas casas, ou para começarem a desenvolver atividades produtivas, os assentados, proprietários desses lotes, necessitam de licença do IEF para realizar o desmate no local, como no caso da família de seu Sinvaldo Francisco de Almeida:

Eu mesmo, no ponto da casa, né... Eu recebi uma licença pra poder desmatar... E nessa licença veio... Que eu podia... 100 metro, né? Falaram que era lá... Na hora da vistoria, que eu podia, 100 m², que eu podia fazer uma chácara. Então chegou, como eu sou um primário e não tenho conhecimento... Faltava técnico pra podê orientar a gente nas área, né? Aí então eu tirei 100 m²... [seu Sinvaldo achou que 100 m² equivaliam a um quadrado de 100x100 metros e acabou desmatando 10.000 m², ou 1 hectare] [...] E se eu não tivesse feito, eu não tinha plantado nada que eu tinha... [...] Assim mesmo ela foi lá e ela... Se admirou que a área tava toda plantada! A área que eu cortei... [...] É! Tá toda plantada já... E mesmo assim ela me penalizou de 150 Reais.

Foto 24 e Foto 25: Exemplos de áreas de mata dentro do lote de seu Sinvaldo



Fotos: Helder Freitas/ Roberta Vieira Raggi

Foto 26 (esquerda): Área desmatada para construção da casa e Foto 27: Área desmatada utilizada para plantio



Fotos: Helder Freitas/ Roberta Vieira Raggi

Desmates irregulares no assentamento, como o caso de Seu Sinvaldo, já foram punidos com multas pelo órgão, fato que tem freado o avanço do desmatamento e, conseqüentemente, a abertura de áreas de produção, restringindo o uso da terra e dificultando muito a reprodução das famílias, a resistência das mesmas na terra.

Outra grande fonte de problemas relaciona-se à definição da capacidade do assentamento para 24 famílias. Para que todas as famílias pudessem ser assentadas foi necessário parcelar toda a área útil do assentamento, inclusive áreas íngremes ou com alta pedregosidade, como descreve seu Homero:

Helder: Mas e em relação ao geral, tipo dos lotes. Os lotes são bons, são ruins? Tem lote melhor do que outro?

Seu Homero: Ah, isso aí tem, né! Tem lote melhor que outro. Os lotes que é mais ruim aqui é o lote do Berrinha... O Berrinha é o Sinvaldo, né? [...] Muita, muita, muita, muita... Muita pirambeira, né? [...]

Helder: E tem terra boa lá?

Seu Homero: Tem nada! Outro que é, é o lote 2... Só pirambeira, só serra. [...]

Helder: Mas não tem terra boa pra nada?!

Seu Homero: Teu uma veinha só na grotá! O resto tudo é cascalho!

Helder: Pasto?

Seu Homero: Nem pasto não tem.

[...]

Helder: Essa ponta do Ricardo, essa ponta aqui do lote 2, a outra ponta lá de baixo que é o... 21, 22 e 23, que é o Berrinha, o...

Seu Homero: 24 é o do, do Zé Branco.

Helder: Tirando o Zé Branco, os últimos três.

Seu Homero: Lá só tem mata, não tem nada!

Helder: O problema então no caso é a mata?

Seu Homero: É!

Helder: E acidentado?

Seu Homero: É, e acidentado também... Muito acidentado. Mas tem um brejo até bom! Tem um brejo até bom lá, viu?

Helder: Então a terra boa o que que é pro senhor?

Seu Homero: Terra boa é isso! O que plantar dá! Que dá de tudo, dá feijão...

Helder: E o que que é uma terra que planta e dá?

Seu Homero: É uma terra que dá feijão, dá milho, dá mandioca, né...

Helder: Aqui no assentamento, onde tem terra boa? Que é essa terra que planta e dá de tudo?

Seu Homero: Ah! Aqui pra debaixo aqui, pra todo lado aqui se plantar essas coisas, dá! Se você ver aquela terra do seu Antônio ali, do seu Antônio... Era só braquiária purinha! Cê vê, que milhão que ele tem ali, né! E... E não tem cupim!

Em decorrência disso, pode-se verificar uma discrepância entre a qualidade dos lotes que foi corrigida pelo aumento das áreas em lotes mais complicados e redução dos mesmos quando se encontravam em condições mais favoráveis. Mesmo com essa compensação alguns lotes possuem grandes restrições ao uso agropecuário, como, por

exemplo, a impossibilidade de uso de máquinas para o preparo da terra. Este é o caso do lote de seu Sinvaldo, que para conseguir plantar é obrigado a retirar “no braço” grandes blocos de pedra, como pode ser visto na foto a seguir:

Foto 28: Pedras retiradas de área de plantio do lote de seu Sinvaldo



Foto: Helder Freitas

Além disso, a fazenda apresenta ambientes diversificados, com diferentes potencialidades para o uso agropecuário, que ocupam áreas específicas do assentamento. Apesar do parcelamento ter sido pensado de forma a dar acesso à água para todos, algumas áreas pequenas, como brejos com potencial para produção de arroz, por exemplo, acabaram restritas a poucos lotes. Assim, as características físicas dos lotes limitam a produção agropecuária desenvolvida pelas famílias e, conseqüentemente, muitas famílias se sentem prejudicadas por quererem desenvolver algum tipo de produção que o lote não permite. Neste âmbito, algumas famílias reconhecem hoje a necessidade de criação de áreas coletivas de produção, como é o caso de João Batista Rigueira:

Foto 29: João Batista Rigueira

Foto: Helder Freitas/Roberta Vieira Raggi

E outra coisa, ia ficar 70 hectares, que era pra todo mundo produzir e cada um ficar com um pedaço de terra dele e ter o independente numa área de produção, e o povo não aceitava, nós aceitava lá em baixo e eles não aceitava aqui em cima. Então o quê que acontece? Não colocou mecanismo desse nenhum, então por isso que várias coisas coletiva aqui é difícil de mexer é por isso. Porque se a gente tivesse um meio de produção que pudesse mexer, vamos supor um brejo que a gente pudesse mexer tava bom, nós plantava lá um arrozal pra nós, pra nós ter sustento. Agora nós tem condição? Nós tem que tirar no peixe, o gado que eles vai ter condições de criar lá, vamos supor, nós vai ter que tirar no peixe o arroz que nós num tem um brejo pra plantar.

Cabe, no entanto, a pergunta: Será que após tantos problemas de convivência a criação de uma área coletiva de produção seria realmente viável? Existiria a possibilidade de apropriação individual de pequenas porções de terra por cada família, mas mesmo assim não há uma resposta clara ou provável para essa pergunta.

A grande diferenciação entre os lotes deu origem também a conflitos em torno da apropriação do espaço pelas famílias, mais especificamente em relação à utilização privada ou coletiva de uma lagoa do assentamento: considerando-se prejudicado por ter um lote de 19 hectares, com muitas áreas de preservação permanente, que lhe tomariam parte do espaço útil da propriedade, João cercou para seu uso privativo uma lagoa

localizada no entorno da área da sede que no PDA havia sido considerada como de uso coletivo. Cabe ressaltar que há lotes de 22 hectares e até um de 30 hectares no assentamento que se encontra em área de afloramento rochoso. Mas apesar de apresentar uma área menor, o lote de João encontra-se cercado por três lagoas, além de apresentar terra plana com alto potencial para uso agrícola, podendo até mesmo ser irrigado por gravidade em quase toda a sua extensão. Se utilizado para a pecuária, no entanto, devido à sua extensão menor, João seria obrigado a ter menos cabeças de gado em relação a outros lotes com grandes pastagens e pouca área de cultura. Assim, João justifica a tomada da lagoa como uma espécie de compensação pela limitação para uso pecuário de seu lote:

Mas a comunidade não vai aceitar... O único critério que a gente saiu mais prejudicado ali, porque o processo que eu vou brigar, é lógico que eu vou entrar na justiça, que eu não vou aceitar, porque eu vou perder área de estrada que é 10 m de largura, vou perder área de declive, área em volta, área de nascente, você sabe que é 100m em volta das áreas. Então o que que acontece, o meu terreno vai ficar de produção mesmo uns 20 a 30%, se a Gabriela liberar ainda a ata pra produção, tem essa... Então o único meio que eu vejo que vai estar dando pra levantar economia vai ser de piscicultura nas águas, que vai ficar coletiva. O outro que tem um terreno grande, que vai ter como ele mexer na terra à vontade, que tem um terreno, altamente qualificado, pra uma cana pra produção de lavoura e tudo, ele vai mexer com a lavoura dele, com o gado dele e ainda vai mexer com a piscicultura, que vai ter numa área coletiva no processo.

Com exceção de seus familiares que possuem mais três lotes no assentamento, as demais famílias foram radicalmente contra a atitude de João, mas não tomam uma atitude a respeito do cercamento da lagoa para evitar a criação de conflitos.

É importante ressaltar que ao longo da história da C.R. Roseli Nunes é possível notar mudanças no comportamento das famílias enquanto grupo. Atualmente os vínculos entre pequenos grupos acabaram se fortalecendo devido à amizade e solidariedade, mas também pela identificação quanto à religião ou mesmo à formação de novos núcleos familiares pelo casamento entre assentados. Contudo, ainda é uma característica

fortíssima entre os assentados o uso de violência para a resolução de conflitos. Frequentemente medidas ou resoluções de interesse de todas as famílias são tomadas por pequenos grupos, sem a consulta dos demais assentados. Decisões polêmicas, como a disputa pela lagoa citada acima, deixam de ser debatidas pela comunidade, no intuito de evitar problemas. No entanto, como a questão não é resolvida, o embate é apenas adiado. Geralmente para resolver problemas como esse as famílias acabam buscando auxílio externo, principalmente do INCRA.

Além do uso de violência é também curioso refletir sobre a própria atitude de João: ao cercar a lagoa destinada ao uso coletivo, João impede o uso da lagoa pelos demais assentados numa dinâmica de certa forma parecida com a própria expropriação de camponeses de suas terras. Até que ponto pode ser construído um novo assentamento e uma nova produção do espaço, se a disputa de relações de poder entre assentados reproduz a produção capitalista que se desejava combater?

De qualquer forma, as críticas das famílias não se restringem à qualidade dos lotes e às dificuldades de obtenção de licenças para desmate no IEF. Foi apontada também uma grande dificuldade de entendimento do processo de planejamento por parte dos assentados, que muitas vezes opinavam sobre o planejamento sem ter consciência da dimensão de suas decisões, como aponta Dinamar:

porque muita gente na época, muita gente não conhecia, nem sabia o quê que tava fazendo, depois que a pessoa, né... [...] vai percebendo... o quê que... muita gente falava alguma coisa lá... [...] num sabia nem do que é que tava falando, e falava, né, alguma coisa, a opinião às vezes, a pessoa contava (...) com a opinião da pessoa, o pessoal ainda não sente, né? E num enxergava o erro, depois que... depois que fez o parcelamento que eles viu, “hah!? Puta merda, que isso, num deu... deu errado... cagada...” né? Mas depois que todo mundo consentiu aquilo. Eles não sabia o que eles tava fazendo.

Essa dificuldade de entendimento se deve duas principais razões. Primeiro, porque muitas famílias não conheciam toda a área da fazenda. Com exceção de Dinamar que morou por toda sua vida na fazenda e de outros poucos assentados que tiveram a

oportunidade de conhecer a propriedade, na maior parte das vezes as famílias conheciam apenas a área em que se encontravam acampadas, a área da casa-sede e a área que escolheram para o desenvolvimento de suas atividades produtivas, geralmente concentradas em pequenas áreas específicas da fazenda. Nesse âmbito, decidir a respeito de áreas desconhecidas seria, de certa forma, como assinar um cheque em branco para aqueles que realmente conheciam a propriedade.

Segundo, pela dificuldade de compreensão dos mapas utilizados para a discussão do parcelamento. Além de conhecer apenas algumas áreas específicas da fazenda, cada família fazia (e faz) uma imagem diferente de cada ambiente. Traduzir essas imagens, esse mapeamento mental dos diferentes ambientes feitos pelas famílias em um mapa inteligível por todos é uma tarefa árdua que cabia ao processo de planejamento do PDA que, por vezes, foi mal sucedida.

Além dos problemas relativos ao parcelamento, as famílias fazem fortes críticas à morosidade do processo de implantação do assentamento, à burocracia do INCRA e ao descaso do órgão em relação às necessidades das famílias sem apoio à produção. Seu Alsírio conta o que espera em relação ao INCRA:

Ah, o que eu espero é que o INCRA agiliza mais isso aí, solta essa energia que tá presa por ele, é a água. Que contribuísse na... também na... no investimento, soltasse esse dinheiro que a gente tem lá, como é que chama? É, PRONAF. Que cê quer trabalhar e não pode. Eu com esse PRONAF hoje aí ó, eu plantava um canavial aqui ó, soltava uns 5... pelo menos uns 5 mil pé de café aí, que tá saindo, o meu café tá saindo. E comprava umas... umas vaca pra tirar o leite aí, comer essa braquiária aí e pronto, aí eu, daqui uns 3 anos eu já era o "**Seu Alsírio**".

A falta de apoio do órgão não só restringe as atividades produtivas, mas também a própria reprodução das famílias, limitando a oportunidade dessas obterem uma vida digna dentro do assentamento, de se tornar o "Seu Alsírio", como é apontado na fala acima. Mais do que isso, a ordem em que o processo de implantação do assentamento é executado obedece a uma lógica burocrática que ignora completamente as necessidades das famílias, como a concessão de créditos produtivos fora do prazo para o investimento

para plantio, ou mesmo concedendo o crédito habitação antes da implantação da rede elétrica e do fornecimento de água para os lotes, como aponta Renato, neto de dona Dionília:

Acho que assim, o INCRA, tipo assim, ele não faz investimento. Não sei se, o que eu penso que todas as repartições públicas do governo tão lá só pra comer dinheiro! Então, tipo assim, eu acho que eles podia melhorar mais, acho que poderia dar mais assistência. Porque, tipo assim, eles são o seguinte... Eles te dá a vaca, mas vira pra você e fala o seguinte, “eu vou te dar essa vaca pra você tirar leite”, você tá entendendo? Num pasto de 500 m² com bezerro e tudo, e falam assim “eu vou te dar essa vaca pra você tirar leite”. Aí você fala assim com ele: “Mas eu posso fazer um cercadinho aqui pra mim prender ela pra ficar mais fácil?” “Não. Cê tem que pegar ela no meio desse pasto todo aí, cê não pode laçar e cê tem que tirar leite daquele jeito ali. Cê se vira.” Cê tá entendendo? **Tipo assim, eles te dá o investimento pra você fazer, mas do outro lado eles não te dá condições.** No meu modo de pensá é assim, porque tipo assim ele, com, de que jeito você vai tirar leite de uma vaca com 500 m²? Ela vai ficar só andando, ela nunca vai parar pra você mexer com ela. E o INCRA faz isso. Eles poderiam investir por exemplo aqui, no meu modo de pensar, eu acho que eles poderiam fazer mais... Eles fazem pouco caso da gente. Eu acho que eles poderiam adiantar o processo dessa luz, que até hoje não adiantou. O processo da casa, quanto tempo que a gente está aqui e eles, hoje que venceu o processo da casa. O processo da água, que essa água poderia tá aqui, porque tipo assim, pra você construir uma casa você tem que ter água!

Devido à morosidade da implantação do assentamento, a maior parte das prioridades de investimentos e de sua planificação realizada no PDA tornou-se obsoleta. Algumas famílias dizem ainda usar o PDA para tirar dúvidas a respeito de assuntos de interesse coletivo, contudo a grande maioria não utiliza o documento, e muitas nem sequer chegaram a vê-lo.

Quando questionados a respeito da relação das famílias com o MST, muitos assentados se queixam do distanciamento dos dirigentes que nunca mais visitaram o assentamento. Em entrevistas alguns assentados apontam problemas em relação aos mesmos, como é o caso de Renato, neto de dona Dionília. Quando questionado a respeito da relação dos assentados com o Movimento, Renato responde:

Não tem nenhuma. Nenhuma, nenhuma. Eu, que nem, eu era, eu era um militante, eu me considerava um militante do movimento. Eu tinha meu kit militante e tudo. Assim, chegava aqui, “ô Renato, tem que fazer

isso”, Renato ia com a mochila nas costas e ia atrás. “Ah, fulano tem que”... “Bora, aí”. [...]

Aí, tipo assim, tinha o Movimento antes que ainda investia. Hoje em dia o Movimento não quer saber daqui. Porque que nem eu tô te falando, tem uns que rebela contra, tem uns que são contra a idéia deles, a opinião deles, e eles quer sempre que a idéia deles prevaleça, você tá entendendo? Porque tipo assim, eu acho que o mundo são feito de idéias, cada um tem uma idéia. Acho que deve respeitar a de cada um, mas tem que estudar pra ver quais que são as melhores, né. Aí depois eles pegaram e se afastaram. Até eu mesmo já fui contra a direção do Movimento. Porque eles chegavam aqui e aplicavam uma coisa que não tinha nada a ver. Não sei assim, mais a profundo, tinha militante do Movimento, que se considera militante, coordenador e tudo mais, que ele vinha aqui, pegava as meninas novas e ia embora. Tipo assim, pó, como é que... Aí você vai pra uma marcha, cê arruma mulher lá, e o cara vira pra você e fala com você assim: “Pô, companheiro! Você veio aqui pra estudar, você não veio aqui pra arrumar mulher”. Aí você vira e “não, beleza”! Qual que é o seu papel? Cê vai no assentamento e cê arruma três, quatro mulher e qual que é o seu papel? Qual é o caráter que você quer vir pregar pra mim? Pro cê, eu acho que pra ocê falar alguma coisa você tem que ter, você tem que dar o exemplo, né. Aí tipo assim, “Ah! Que você está indo contra a gente, que a gente é do movimento, cê não pode falar contra”. Aí tipo assim, você pensa assim: “Pô, como é que você não pode falar contra, e o cara pode fazer a pior sacanagem que for, e você não pode fazer nada, você não pode arrumar uma mulher, ele pode arrumar mil e ficar calado, ficar de boa”. Que nem teve companheiro que já separou famílias que nem assim, quando eu falar com você, que nem na minha vida rodando aí no Movimento, teve companheiro que separou família, e por ele não tava nem aí. Aí tipo assim ele vinha e falava com você: “não, você não pode fazer”. Aí eu peguei... Aí depois gerou uma polêmica também que, tipo assim... Isso foi em 2005. Antes da marcha pra Brasília. Aí gerou uma polêmica que tinha um companheiro lá que era contra um daqui, ele tinha ido embora. Aí ele virou pra mim, pra mim não, falou dentro de uma reunião e falou e eu me senti ofendido: “Ah! Companheiros do assentamento Roseli Nunes não pode falar nada”... Isso numa plenária que tinha umas sessenta, oitenta pessoas. “Não pode falar nada porque lá eles não têm uma horta plantada na porta de casa”... Aí tipo assim, eu já peguei e me inscrevi logo após dele e já me inscrevi e falei assim: “Pera aí companheiro, não é assim não. Lá tem horta plantada, pelo menos na porta da minha casa tem horta plantada. E se é o assentamento Roseli Nunes, eu me incluo dentro dele. E isso eu não aceito você falar. Se você falar devidos companheiros não têm, aí eu concordo, mas desse jeito que você falou, não”. “Ah, mas eu tô falando porque você não... Cê não tem como provar”... Eu falei: “Eu tenho como provar. Cê pode lá que na minha terra tem vinte e dois quilos de milho plantado, minha mão tá tudo calejada e eu vim pra cá e minha terra ainda ficou sem cuidar, mas eu vim pra cá, porque eu sou militante do Movimento”. Aí ele pegou e falou... Aí eu peguei, aí eu já virei pra ele e já retornei a pergunta: “E você, quanto que você plantou esse ano? Pra você julgar você tem que ter feito alguma coisa”. “Ah! Eu não plantei nada porque eu sou militante do MST”. Aí eu falei pra ele e falei assim: “Pô! Você como militante do MST, cê que deveria plantar muito mais pra dar exemplo, que eu não tinha que plantar nada porque eu sou mero acampado. Eu vim pra cá pra fazê massa no Movimento e também porque minha vó gosta, não é nem por mim, não, é

por causa da minha vó". Então tipo assim, eu sou um mero acampado, quem tem que dar exemplo é militante.

Além da ausência dos dirigentes em momentos de sérios conflitos no assentamento, o comportamento intransigente ou pouco ético de alguns dirigentes como foi apontado por Renato acabou por minar gradualmente a relação dos mesmos com os assentados. Frequentemente os dirigentes não têm consciência da importância de dar bons exemplos e acabam perdendo o respeito e até mesmo sua posição como liderança perante as famílias. Ao mesmo tempo, cabe ressaltar que os dirigentes também têm sua vida pessoal e, em alguns casos, é difícil dar o exemplo sempre.

Com o afastamento do MST, as famílias passaram a receber apoio da EMATER e de políticos locais, substituindo o papel de articulação da AESCA. Dinamar tornou-se a principal liderança e o principal representante das famílias, apesar de algumas não concordarem com esta posição. Dinamar também é presidente de uma associação do assentamento criada recentemente, em conjunto com mais 15 famílias, com vistas à elaboração de projetos no futuro, mas que ainda não se encontra em funcionamento.

Atualmente a maior parte da produção das famílias destina-se ao consumo próprio. Apenas o leite é vendido e, com exceção de Dinamar que produz queijo, não há beneficiamento da produção voltado para a venda. Alguns assentados buscam trabalho fora do assentamento, ou alugam pastos apesar do INCRA impor restrições a essa atividade. Apesar da situação precária em que ainda se encontram, o assentamento proporcionou uma grande melhoria na qualidade de vida das famílias. Como grande parte do consumo é sustentada pelos lotes, as famílias passam a depender do mercado apenas para a compra de produtos que não são produzidos no local como material de limpeza ou açúcar. Mais do que restringir a aspectos produtivos, a vida no assentamento é, para muitos, uma grande oportunidade de ter uma vida digna, como aponta Renato:

Eu posso dizer que o Movimento é que me tirou de um mundo que... Eu não mexia com droga nem nada, e tudo mais, mas a convivência leva a fazer coisas que você não quer, né? Sempre tive minha cabeça muito feita, eu e meu irmão, sempre nós tivemos, nós sofremos muito e tal com a separação do meu pai e da minha mãe, por isso que até hoje eu moro com minha vó. Aí, tipo assim, eles brigavam muito e tal, muito imaturo também, e coloco eu e meu irmão na responsabilidade da minha vó. Aí, tipo assim, aí sempre a gente foi criado com minha vó e isso a gente ficou com uma cabeça muito feita, entendeu? E nós nunca mexemos com droga e nada. Mas tinha, tipo assim, perante grande dificuldade, que nem hoje em dia eu não tenho coragem de fazer isso, mas, que nem minha vó, ela recebe um salário mínimo, ela é aposentada e tal. Aí chega um cara lá e andava com um tênis de 200 Real no pé e você virava assim, pô, mas eu não tô com nada! E chegava um colega seu com 38 na cintura e falava assim: “Nó, acertei 200 contos, acertei 300 contos!” Quando cê pensava: “Pô, hein! Eu também tenho que fazer essa brincadeira, aí!” Aí tipo assim, aí nós viemos pra cá, e já mudou a idéia, tipo assim, se o cara tem, é porque o cara trabalhou e conquistou. Que nem meu irmão. Meu irmão até hoje ele paga uma moto que ele comprou. Aí eu fico pensando assim: “Pô, o cara rouba uma moto e beleza, tá certo, comprar a moto mais barata, mas e ele? Se for no caso do meu irmão? Ele tá trabalhando até hoje, comprando a moto direitinho e tal, e o cara vai lá e rouba a moto dele. Como é que ele fica?” Aí tipo assim, você pega e pensa: “não, tá certo, se você quiser alguma coisa cê tem que trabalhar e conquistar”. Por isso que eu acho que minha vida aqui tá bem melhor, porque, tipo assim, querendo ou não, que nem eu tava explicando pra vocês, eu já tive aqui cinco cabeças de gado, cê entendeu? Tipo assim, eu vendo, eu negocio e tal, tô tirando leite e tal, que nem eu tava conversando com a minha vó, quando eu cheguei aqui eu não tinha nada. Cê ta entendendo? Cheguei aqui e não tinha nada. Sempre eu falei com minha vó, “Vó, vou comprá uma moto pra mim, eu vou comprar uma moto pra mim. Eu vou comprá, eu vou comprá, eu vou comprá, eu vou comprá!” E hoje, graças a Deus eu posso até dizer, não comprei ainda porque rolou alguns empecilhos, mas bem dizer eu posso falar com você que eu já tenho o dinheiro pra comprar, cê ta entendendo? Então com muito suor, com muita batalha e tudo. Aí, aí, aí que você começa a dar o valor e pensar assim: “será que se eu estivesse em Belo Horizonte eu, será que eu tinha isso”? É isso que eu penso. Será que, mesmo que eu não tivesse entrado nesse mundo e tal, será que eu estaria vivo até hoje, por causa da criminalidade? Será que... O que que teria, que taria acontecendo da minha vida? Eu acho que minha vida tá bem melhor aqui, muito mais tranquilo.

Assim como Renato, vários assentados apontam acreditar que o assentamento proporcionou uma melhoria em sua qualidade de vida, principalmente por não conviverem com a violência, por trabalharem para si próprios e por terem seu pedaço de terra onde moram e de onde tiram seu sustento.

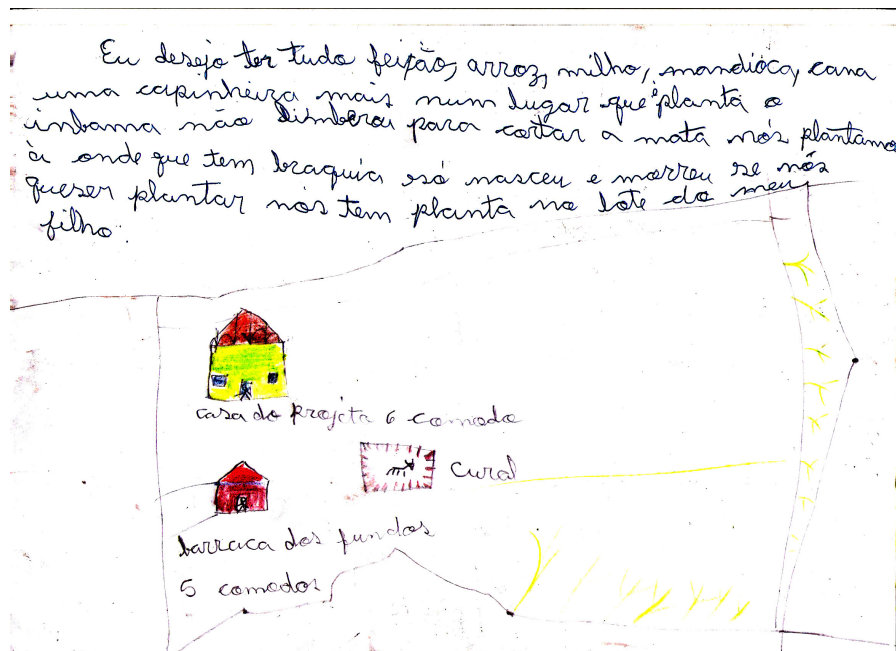
Quanto aos “sonhos” para o futuro, as famílias continuam apontando o desejo de terem um lote produtivo, contudo o acesso à água e à energia elétrica são mais

ênfatisados do que na época do PDA. Algumas famílias também enfatizam a necessidade da concessão da licença para o desmate pelo IEF, como pode ser visto nos desenhos abaixo:

Figura 3: Desejo de Valdério Rodrigues Salomão para o futuro do lote



Figura 4: Desejo de Homero Soares Jardim para o futuro do lote



Quanto aos desejos para o assentamento, podemos notar uma ênfase na implantação de equipamentos sociais como escola e posto de saúde, apesar das famílias se considerarem bem atendidas nestes aspectos. Frequentemente também são mencionadas a implantação de rede elétrica e do abastecimento de água ou de equipamentos de apoio à produção ou de seu beneficiamento. Curiosamente, alguns relatos consideram a possibilidade de trabalho cooperado entre assentados, e poucos fazem menção à presença do MST no assentamento.

Figura 5: Desejo de Valdírio Rodrigues Salomão para o futuro do assentamento



Figura 6: Desejo de Dinamar Ferreira de Jesus para o futuro do assentamento

ASSentamento : Dinamar Ferreira de Jesus

- 1: uma fábrica de farinha caletira.
 - 2: " " de Rapadura.
 - 3: Sede Ponto de Referência de Venda dos Produtos das famílias assentadas.
 - 4: Área de lazer para as crianças; EX: piquinholo.
melhorar a quadra para esportes; crianças, jovens e adultos aos esportes.
- Construir no futuro um uma escola para ensinar cursos profissionais.
- Viagens de Peixes em gaiolas e tanques redes.
- Ter uma sala na sede para atendimento médico. Sendo ela toda equipada com equipamentos que atendam os requisitos para as consultas médicas.
 - Trabalhos com os famílias assentados
 - Eventos às famílias, com cursos, de artesanato, reciclagem, higiene
- Esperamos que as famílias sejam mais unidas.

Capítulo 03: Novas perspectivas e mudanças ocorridas após a elaboração dos primeiros PDAs pelo MST

No capítulo anterior pudemos notar que questões e contradições de grande importância foram evidenciadas ao longo da elaboração do PDA pelo MST. Por conseguinte, o PDA da C.R. Roseli Nunes serviu como um grande aprendizado e pôs em evidência a necessidade de reflexão por parte do MST a respeito não somente da execução do PDA, mas também a respeito dos objetivos do planejamento e, até mesmo, dos objetivos do próprio MST enquanto movimento social.

Se os princípios do MST ligados à libertação da dependência provocada pelo atual modelo econômico são negados pelos assentados, os próprios sem-terra que constituem a base do Movimento, temos mais do que sérios problemas de representatividade do Movimento em relação aos sem-terra que constituem sua base: a negação dos princípios do MST pelos próprios sem-terra acomete o próprio sentido da constituição do Movimento, de sua existência.

Neste capítulo serão apontadas as novas perspectivas do MST diante do cenário da elaboração dos PDAs pelo Movimento, a saber, como se deu, em linhas gerais, a evolução do planejamento e quais foram as principais mudanças na execução dos planos, bem como nas posturas dos planejadores e nos objetivos buscados pelos mesmos.

3.1) A elaboração dos PDAs pelo MST mineiro após o PDA da C.R.

Roseli Nunes

No início de 2004 foram fechados convênios para a execução de novos PDAs pela equipe da AESCA. De imediato algumas modificações foram realizadas para a execução desses novos planejamentos, de forma a buscar melhorias técnicas e evitar erros cometidos no planejamento da C.R. Roseli Nunes. O agrônomo Marcelo Campelo, mais conhecido como Corisco, foi contratado para dar assistência à equipe quanto à classificação de solos e elaboração de projetos produtivos. Quanto ao mapeamento, além das fotos de satélite (Landsat¹²⁰) que já eram utilizadas, a equipe passou a buscar ortofotos que proporcionavam uma melhor visão da área, e passaram a contar com um GPS cedido pelo INCRA durante os períodos de levantamento de campo.

Além dos PDAs, a equipe da AESCA também tornou-se responsável pela execução dos Planos de Recuperação de Assentamentos, PRA, a saber, planos voltados para a execução de mudanças na infra-estrutura, no sistema produtivo ou mesmo no parcelamento do solo em casos de áreas coletivas ou lotes abandonados em assentamentos do MST anteriores à criação do PDA e que, conseqüentemente, não passaram por essa etapa de planejamento.

Também no início de 2004 foi realizada uma oficina nacional de capacitação de dirigentes e técnicos para elaboração do PDA em Minas Gerais, mais especificamente no assentamento Franco Duarte, no município de Jequitinhonha. Este era um dos assentamentos que a equipe da AESCA seria responsável pela execução de seu PDA, e

¹²⁰ As imagens do satélite Landsat utilizadas pela equipe encontram-se disponíveis no site Brasil visto do espaço da EMBRAPA: <http://www.cdbrasil.cnpm.embrapa.br/>

a realização da oficina no local foi uma boa oportunidade de iniciar o trabalho de campo já refletindo sobre a execução do plano.

A oficina teve início em fevereiro de 2004 e contou com a participação de cerca de 80 pessoas que passaram praticamente todo o mês no local. A oficina congregou desde assentados e dirigentes, até técnicos de diferentes formações que já trabalhavam ou pretendiam começar a trabalhar na execução dos PDAs em diferentes estados e regiões do país. Esse encontro proporcionou uma boa troca de experiências principalmente ligadas à elaboração da parte técnica do documento e chegou a esclarecer alguns pontos da metodologia proposta pelo MST. No entanto, no transcorrer da oficina houve poucos momentos em que se pôde de fato refletir a respeito dos objetivos do Plano; sobre qual seria esse novo assentamento criado pelo MST ou como esse novo assentamento seria construído.

Cabe ressaltar que o assentamento Franco Duarte apresentava uma realidade completamente diferente da encontrada na C.R. Roseli Nunes. Formado por 93 famílias divididas em 5 núcleos, o assentamento localizava-se numa propriedade de mais de 7 mil hectares, às margens do rio Jequitinhonha e se estendia por grande extensão sobre a chapada como pode ser visto nas fotos abaixo:

Foto 30: Vista panorâmica do Rio Jequitinhonha a partir da casa-sede



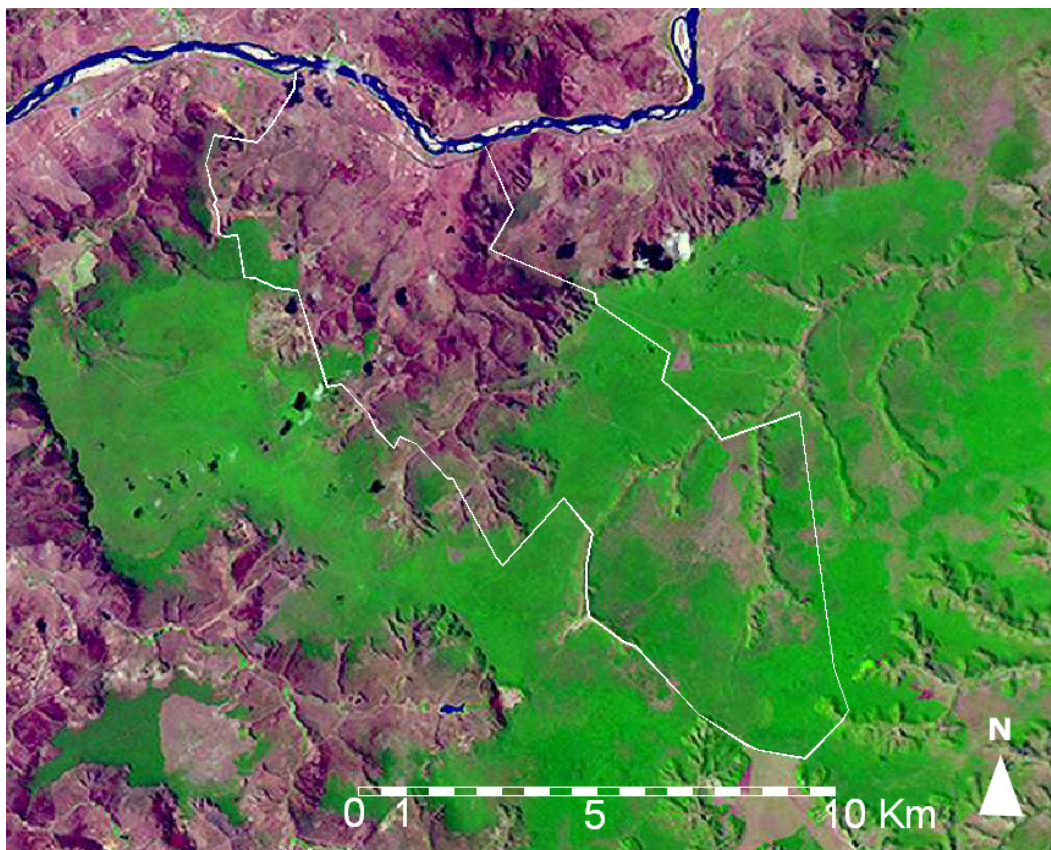
Foto: Roberta Vieira Raggi

Foto 31: Vista panorâmica da chapada a partir da casa-sede



Foto: Roberta Vieira Raggi

Foto 32: Imagem de satélite com o perímetro do assentamento Franco Duarte



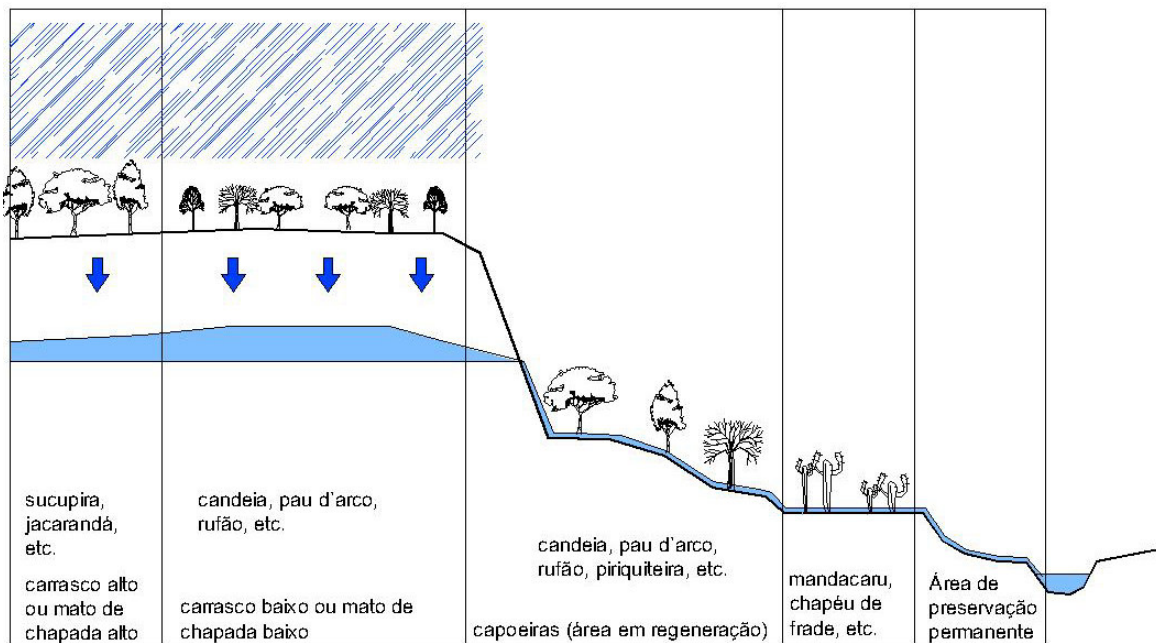
Fonte: Adaptado de imagem do satélite Landsat - EMBRAPA

Apesar de se encontrar às margens do rio Jequitinhonha, grande extensão da propriedade sofria com a falta de acesso à água, principalmente nas áreas localizadas no topo da chapada. Mais do que a falta de água, o assentamento Franco Duarte encontrava-se inserido em um ambiente bastante diferente daquele encontrado na C.R. Roseli Nunes, composto pelo encontro de três ecossistemas diferentes: caatinga, cerrado e mata atlântica.

Com poucas fontes de água, a área do topo da chapada apresentava potencial agrícola bastante restrito, sendo melhor aproveitado como área de pastagem ou para usos alternativos, como apicultura ou extração de frutos silvestres. Além de encontrar áreas bastante erodidas, a grande distância entre o local e a estrada tornava a chapada

um local bastante ermo e, conseqüentemente, impróprio para a moradia das famílias. As áreas de encosta, por sua vez, apresentavam maior potencialidade para o uso agropecuário, uma vez que muitos trechos apresentavam acesso à água, contudo o uso da área deveria ser feito com restrições devido à forte declividade de alguns trechos. Uma faixa de baixada aos pés da chapada constituía-se como a principal área com potencial agrícola do assentamento. Às margens do rio Jequitinhonha, contudo, era encontrada uma porção de terra bastante arenosa, com baixo potencial para o uso agrícola.

Figura 7: Corte esquemático com a identificação dos tipos de ambientes encontrados no assentamento Franco Duarte

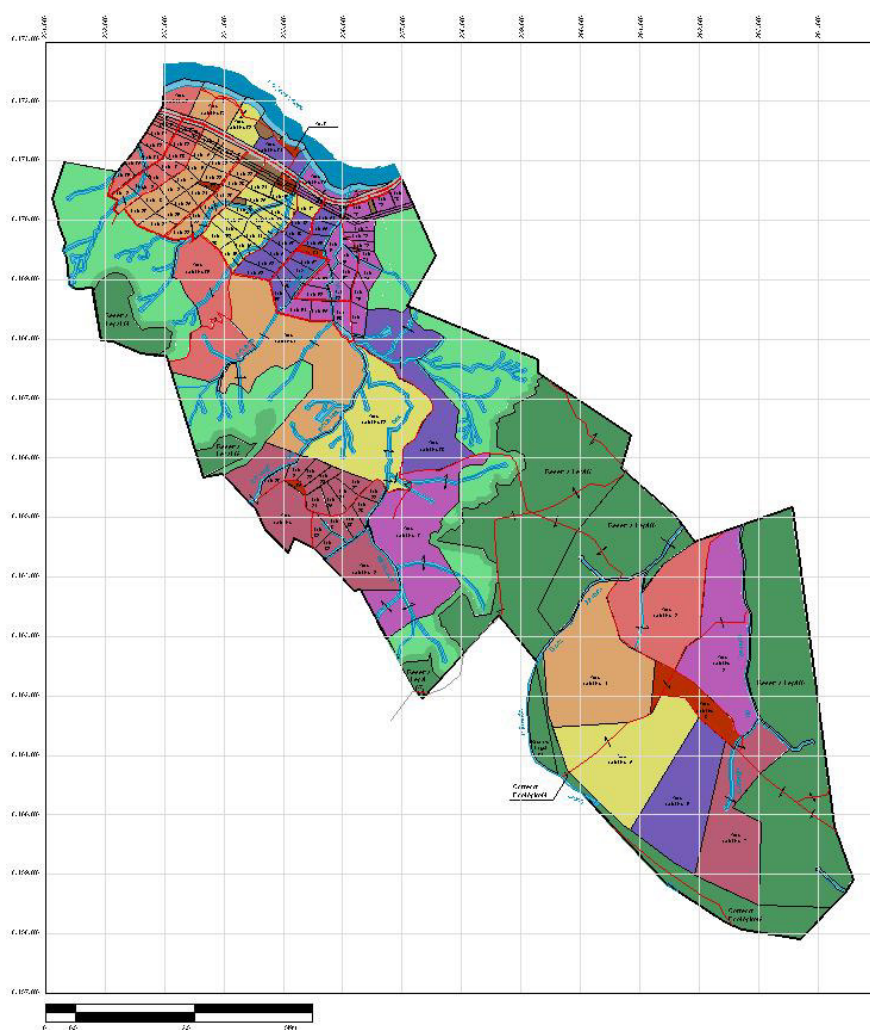


Fonte: Levantamento de Campo – PDA do Assentamento Franco Duarte, 2004.

Diante de ambientes tão diferenciados e com tantas restrições ao uso agrícola, surgiu o questionamento a respeito da capacidade de suporte da propriedade para o assentamento de todas as 93 famílias. Apesar da enorme extensão da propriedade, apenas a porção de baixada ao pé da chapada seria efetivamente aproveitável para o uso agrícola.

A solução apresentada pela equipe e acatada pelas famílias foi dividir a baixada em 93 lotes de cerca de 15 hectares onde as famílias construiriam suas casas e fariam seus primeiros investimentos. As áreas restantes localizadas à margem do rio Jequitinhonha, nas encostas e no topo da chapada foram divididas em áreas coletivas destinadas ao uso coletivo dos núcleos. A divisão foi realizada de forma que cada núcleo (representado no mapa por uma cor diferente) tivesse acesso a cada uma porção de área em cada um dos ambientes, como pode ser visto abaixo:

Mapa 14: Mapa de parcelamento do assentamento Franco Duarte



Fonte: PDA do Assentamento Franco Duarte, 2004.

Esta alternativa bastante inovadora conseguia viabilizar a sobrevivência imediata e garantir a permanência das 93 famílias na propriedade. Contudo, ela também abre precedentes para problemas ligados à viabilidade do uso coletivo das áreas devido a dificuldades da regulação do seu uso. Se pastagens forem usadas de forma desordenada, de modo que famílias coloquem mais gado do que a área pode agüentar, temos a exaustão da capacidade produtiva da área, gerando problemas de compactação do solo pelo pisoteio dos animais ou mesmo dando origem a processos erosivos. Esse problema é reduzido ao se criar uma divisão das áreas coletivas por núcleos, contudo não há garantias de que a apropriação dessas áreas seja bem sucedida.

Se por ventura um núcleo optar por dividir a área coletiva, os novos lotes individuais não poderão ser oficializados pelo INCRA, uma vez que o órgão proíbe que uma mesma família possua mais de uma propriedade no assentamento, o que também pode dar origem a problemas de herança. Como o parcelamento desse assentamento encontra-se em processo de implantação, não há como prever se essas áreas coletivas serão bem sucedidas ou não.

Apesar de ter sido bem sucedido na escolha de uma proposta de apropriação coletiva do espaço, do PDA do assentamento Franco Duarte também apresentou grandes falhas ao longo de seu processo, ligadas à dificuldade da equipe tornar as etapas de planejamento claras e conseguir a participação efetiva das famílias. Mais do que isso, o planejamento tinha grande ênfase em questões produtivas e territoriais, tratando questões políticas e sociais de forma incipiente. À intervenção desses últimos cabia basicamente a inserção dos assentados em programas de educação e saúde promovidos pela prefeitura local e a organização de núcleos ou a distribuição de tarefas para membros do assentamento segundo setores do MST. Por conseqüência, o PDA tornava-se um projeto restrito ao setor de Produção do MST, não sendo incorporado pelos demais setores do

Movimento como educação, saúde, frente de massas, gênero, jovens, formação, dentre outros.

Vários outros PDAs e PRAs foram elaborados pelo MST em todo o Brasil ao longo de 2004 e 2005. Para auxiliar a execução dos planos criou-se um grande “coletivo nacional de PDA” composto pelos técnicos e dirigentes responsáveis pela execução dos planos. O objetivo deste coletivo seria refletir a respeito da execução dos planos e auxiliar na capacitação de técnicos bem como na resolução de problemas. Oficinas nacionais são organizadas para capacitação ou discussão de temas específicos, e equipes costumavam ser visitadas por membros de outros estados para suprir falhas pontuais. A maior parte das equipes de outros estados passaram a ter grandes problemas com mapeamento e georreferenciamento.

Apesar de alguns problemas técnicos pontuais, gradualmente os processos tornaram-se mais ágeis, uma vez que as equipes aprendiam a contornar empecilhos burocráticos do processo de criação e implantação dos assentamentos. Contudo, o grande volume de trabalho dificultava reflexões aprofundadas a respeito dos objetivos.

Apesar de todas as dificuldades, a troca de experiências e a reflexão acerca da execução do PDA em todo o país possibilitaram avanços. Em decorrência disso, em 2005 a equipe da AESCA já previa uma etapa de preparação das famílias realizada em conjunto com dirigentes do MST antes de iniciar o PDA, de forma a auxiliar na organicidade do assentamento, e iniciando debates ligados à formação, cooperação e agroecologia, que instrumentalizavam as famílias antes da elaboração do plano para a tomada de decisões.

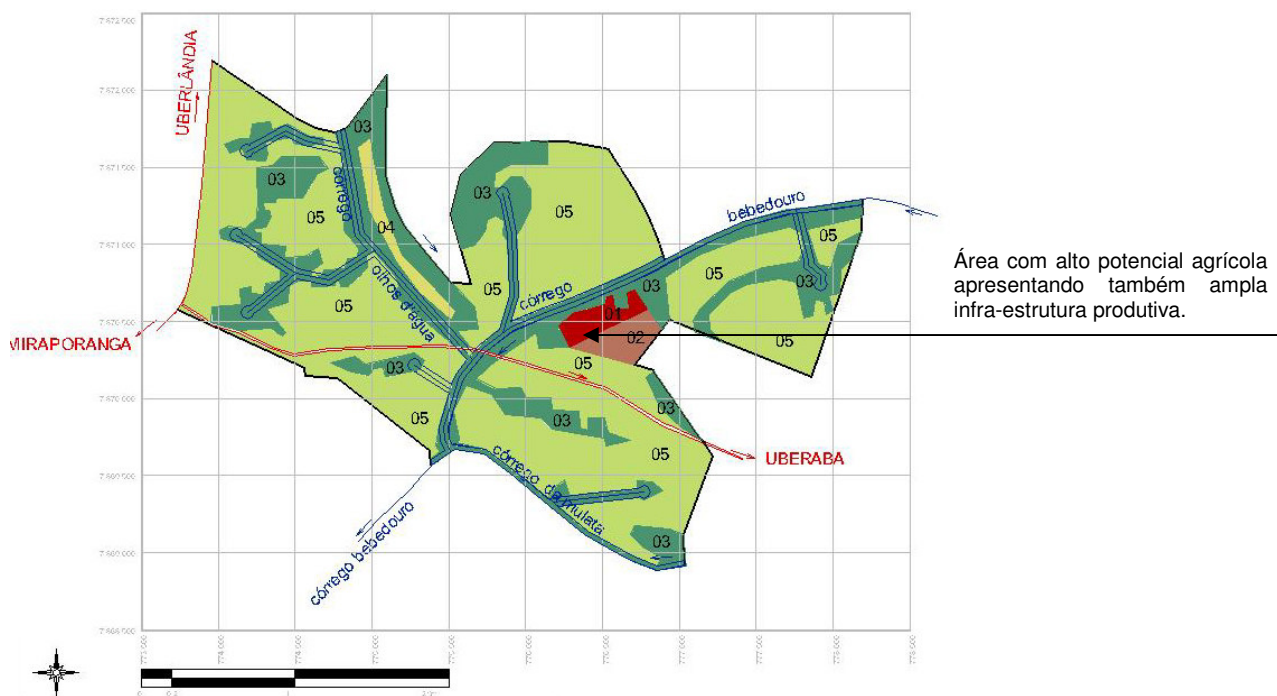
Os técnicos de campo responsáveis pelo acompanhamento produtivo de assentamentos passaram a ser incorporados na equipe de PDA durante a realização dos planos dos assentamentos. Como os mesmos futuramente se incumbiam da execução de projetos, prestação de contas da aplicação de créditos e acompanhamento da

implantação da infra-estrutura, a participação na etapa de planejamento facilitava a articulação entre o plano e a sua implantação.

Dirigentes dos demais setores do MST foram incorporados às discussões a respeito do planejamento dos assentamentos e, em sentido oposto, técnicos responsáveis pela elaboração do PDA antes ligados ao setor de produção passaram a fazer parte de outros setores, trazendo novas discussões e demandas para o planejamento de forma a ampliar efetivamente a discussão para todas as dimensões do assentamento e da vida das famílias, estendendo-se além da produção agropecuária.

A definição da forma de parcelamento passou a se dar de forma mais atenta aos desejos dos assentados, e menos impositiva quanto à implantação de áreas coletivas, sem deixar de observar também as características locais. Quando havia abertura das famílias para a implantação de áreas coletivas, geralmente identificavam-se áreas com grande potencial agrícola ou com baixíssimo potencial que seriam destinadas a esse uso, evitando-se desta forma que alguns lotes individuais fossem muito privilegiados ou prejudicados em relação aos demais, como foi o caso do assentamento Canudos em Uberlândia; uma grande área com bom potencial agrícola onde se encontrava a casa-sede, algumas infra-estruturas produtivas além de plantações comunitárias foi delimitada como área coletiva, bem como uma gleba bastante acidentada com grandes restrições ao uso agropecuário, como pode ser visto nos mapas abaixo:

Mapa 15: Uso atual da terra e cobertura vegetal do Assentamento Canudos



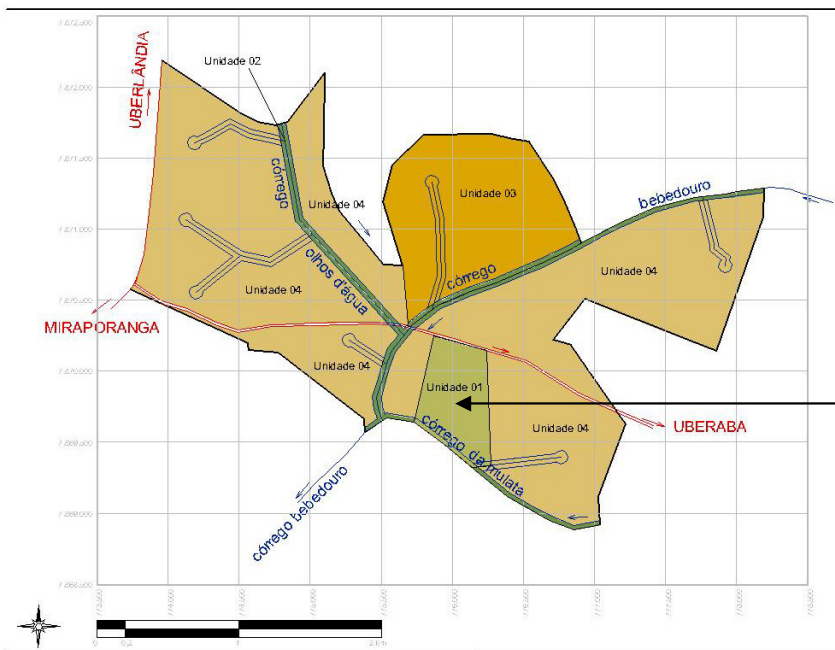
Legenda:

Mapa de Uso Atual da Terra e Cobertura Vegetal				
Área	Descrição	Uso Atual da Terra	Cobertura Vegetal	Área
1	Sede e Acampamento	Agricultura e/ ou pousio	Área Antropizada	6,995
2	Plantação do PSA	Agricultura	Área Antropizada	10,4165
3	Vegetação Remanescente	Não utilizada	Vegetação em processo de regeneração	203,6704
4	Capoeira	Não utilizada	Vegetação em processo de regeneração	10,4769
5	Pastagens	Pastagens ou pousio	Pastagens Naturais e/ou Plantadas	449,0751
Total				662,6339

- Estrada
- Área de Preservação Permanente

Fonte: PDA do Assentamento Canudos, 2005.

Mapa 16: Estratificação ambiental do Assentamento Canudos



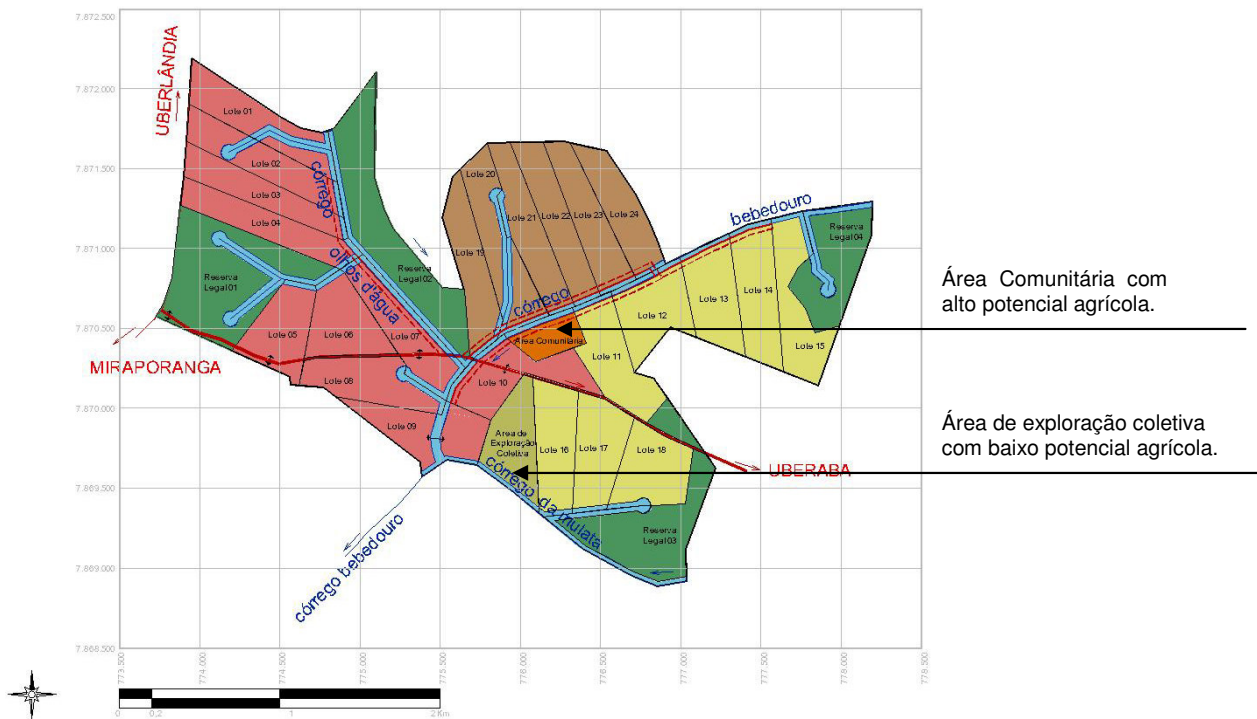
Área com baixo potencial agrícola apresentando processos erosivos.

Legenda:

Unidade	Solos	Vegetação típica e uso atual	Relevo	Limitações (LI) / Potenciais (PO)	Área (%)
1	Ca_	Uso atual: pasto sujo	Forte ondulado	LI: declividade muito forte, fertilidade natural baixa, solos rasos e susceptibilidade de erosão (sulcos médios frequentes). PO: terras a serem aproveitadas com pastagens	5
2	HGd2	Uso atual: veredas, vegetação de várzea	Plano	LI: ruim drenagem interna e risco de inundação frequente. PO: pastagens e culturas permanentes	5
3	Lea1	Uso atual: pastagens fomadas	Ondulado	LI: declividade forte e susceptível à erosão (sulcos rasos muito frequentes). PO: terras a serem aproveitadas com culturas perenes ou que exponham menos o solo, mecanização com limitações.	20
4	Lea3	Uso atual: pastagens fomadas	Plano a suave ondulado	LI: fertilidade natural baixa e seca edafológica média. PO: terras a serem aproveitadas para culturas diversas, relevo favorável à mecanização.	70

Fonte: PDA do Assentamento Canudos, 2005.

Mapa 17: Anteprojeto de parcelamento do assentamento Canudos



Legenda:

- Núcleo Iraguair
- Núcleo João Canuto
- Núcleo Antônio Conselheiro
- Área Social
- Reserva legal
- APP - Córregos e Rios
- Estradas Existentes
- Estradas Projetadas
- Lotes

Fonte: PDA do Assentamento Canudos, 2005.

3.2) PPOA – o acúmulo das experiências de planejamento

As experiências de execução do planejamento de assentamentos em todo o país foram reunidas pelo “coletivo nacional de PDA” e deram origem, em setembro de 2005, a uma nova metodologia para o planejamento de assentamentos, o Processo de Planejamento e Organização do Assentamento, PPOA¹²¹. Como o próprio nome aponta, o PPOA estende-se muito além dos limites de um plano, entendendo a construção de um assentamento como um processo contínuo que deve permanecer em constante evolução.

De acordo com essa metodologia, o processo do PPOA parte da conquista da terra, mais especificamente, do momento da criação do assentamento, quando as famílias deixam a “vida de acampados” e iniciam a “vida de assentados”. A partir de então, uma nova série de situações e demandas necessitariam ser supridas com vistas à consolidação de “novas áreas de assentamentos, transformando-as em referências de organização nas dimensões produtivas e sociais”¹²². A longo prazo, a metodologia aponta que:

nosso objetivo maior é construir uma nova referência de assentamento, planejando e ordenando os diversos elementos relativos às atividades territoriais, ambientais, produtivas e sócio-culturais com fins a garantir a viabilização do assentamento e fazer do local uma área alternativa ao modelo agrícola dominante. Queremos construir um território livre das mazelas do capital, onde o conjunto das famílias tenha uma vida melhor. Neste território estará instalado o princípio da participação, da consciência da luta de classes, da igualdade entre as pessoas e da soberania alimentar¹²³.

¹²¹ A cartilha Processo de Planejamento e Organização do Assentamento – PPOA. (metodologia para elaboração dos PDAs e PRAs) encontra-se anexada ao final desta pesquisa.

¹²² Cf. cartilha Processo de Planejamento e Organização do Assentamento – PPOA. (metodologia para elaboração dos PDAs e PRAs) Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente do MST. CONCRAB, 2005. P 4.

¹²³ *Ibidem*, p 5.

Com o intuito de atingir esse objetivo, a metodologia define os papéis de diferentes grupos para a construção desse novo assentamento. Assim, “As decisões devem ser tomadas pelas famílias assentadas [uma vez que] o método faz parte da prática de democracia e [tem como intuito a] participação e respeito do MST com as famílias e com a natureza”. Às assessorias técnicas e parcerias (universidades e entidades diversas), por sua vez, caberia a tarefa de apoiar e auxiliar a construção deste novo assentamento. Além disso, a metodologia aponta que o planejamento e organização de todos os assentamentos do Movimento é tarefa de todas as instâncias do MST que devem estar simultaneamente envolvidos neste processo, uma vez que “O assentamento é uma estrutura social complexa, e não podemos interpretá-lo ou planejá-lo considerando suas partes separadas. Por isso, esta tarefa é uma ação importante do MST como um conjunto e, acima de tudo, dos e das dirigentes estaduais, regionais e locais¹²⁴”.

Mais que o estabelecimento das funções de cada grupo, a metodologia também trouxe a definição de novas etapas para a organização dos assentamentos, de forma que o desenvolvimento dos assentados norteie as medidas de planejamento ao invés do primeiro ser atropelado pelo segundo. Assim, “A definição do planejamento e do momento de execução de cada etapa estará vinculado ao desenvolvimento das forças produtivas locais somado ao nível de organicidade das famílias assentadas¹²⁵”.

Para tanto, em um primeiro momento realizar-se-ia uma etapa de organização geral do assentamento. Mais do que dividir as famílias em núcleos, ou distribuir tarefas relativas à organização de instâncias, seria preciso implantar um processo contínuo de formação de base, além de uma organicidade capaz de constituir um processo de empoderamento de todos os assentados, de forma que homens, mulheres, crianças, jovens e idosos possam participar da construção e organização do assentamento.

¹²⁴ *Ibidem*, p 2.

¹²⁵ *Ibidem*, p 5.

Essas etapas de formação de base e organicidade poderiam evitar ou reduzir problemas como aqueles ocorridos no início da criação da C.R. Roseli Nunes, ligados ao não estabelecimento de relações de confiança e solidariedade entre seus membros, e que de fato afetaram a constituição do assentamento e o seu planejamento.

Além disso, ainda nessa etapa inicial é preciso garantir o suprimento das necessidades imediatas das famílias, ligadas principalmente à garantia da alimentação. Se o processo de planejamento do assentamento é iniciado num momento em que as famílias ainda não conseguem garantir suas necessidades básicas – como era o caso de várias famílias durante a execução do PDA da C.R. Roseli Nunes – temos uma situação em que freqüentemente as famílias não conseguem participar do processo, não freqüentando as reuniões ou mesmo não conseguindo visualizar etapas de planejamento de médio ou longo prazo.

Após essa primeira etapa de estruturação do assentamento, surge uma nova etapa ligada ao planejamento e implantação do assentamento propriamente dito, cujos desafios variam de acordo com as características locais. Seguem abaixo algumas fases enumeradas pela metodologia:

- regularização e legalização do assentamento junto ao INCRA por meio do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA);
- aplicação dos créditos de produção: proposta agroalimentar (projetos para o PRONAF);
- organização territorial (moradias, saneamento, parcelamento, infra-estrutura, energia elétrica, água);
- ambiental (licenciamento ambiental, gestão e manejo ambiental, recursos hídricos, educação ambiental);
- formação (gestão das escolas, saúde popular, áreas sociais, centros de formação);
- instalação de equipamentos sociais (escolas, postos de saúde, centros comunitários...);
- consolidação da organicidade no assentamento por meio do fortalecimento dos setores (produção, finanças, educação, saúde, gênero, jovens, formação...).

Cabe ressaltar que, longe de ser o fim do processo de planejamento, o PDA é apenas uma das fases a serem realizadas no intuito de possibilitar a organização do assentamento. A metodologia do PPOA também apresenta um detalhamento mais aprofundado das etapas de execução do PDA e acrescenta um desdobramento à sua execução; a regularização do assentamento junto ao INCRA, por meio da entrega de um documento em conformidade às regras do órgão, e a organicidade política do assentamento, resultado esperado do planejamento realizado pelo Movimento, que pode se apoiar na elaboração de uma versão do PDA específica para as famílias, contendo informações em linguagem acessível que contribuam para sua organização futura.

Mais do que isso, a metodologia ressalta que nem sempre as atividades deverão ocorrer em uma seqüência linear. Os trabalhos de base iniciados na primeira etapa devem ter continuidade também durante a etapa de planejamento e implantação do assentamento de forma a propiciar discussões e reflexões a respeito de assuntos como organização das moradias, aplicação de créditos ou mesmo sobre modelos de parcelamento da terra.

A partir dessa etapa de planejamento e implantação do assentamento teríamos a continuidade dos processos de resistência na terra e luta, que variam conforme a realidade local, mas que, de acordo com a metodologia do PPOA, não devem perder de vista a formação contínua, além da consolidação da organicidade, da agroecologia e de uma nova proposta de produção, cooperação e comercialização nos assentamentos.

3.3) o Planejamento de Assentamentos após o PPOA

Em decorrência da aplicação da metodologia do PPOA, ou mesmo devido ao acúmulo de experiências no planejamento e organização dos assentamentos, muitas mudanças já podem ser verificadas em relação à execução do PDA da C.R. Roseli Nunes.

Em geral a organização dos assentamentos tem tomado cada vez mais um caráter multissetorial devido à participação de dirigentes de outros setores como educação, formação, gênero, saúde, frente de massas, dentre outros, que inclusive auxiliam nas primeiras etapas de organização do assentamento.

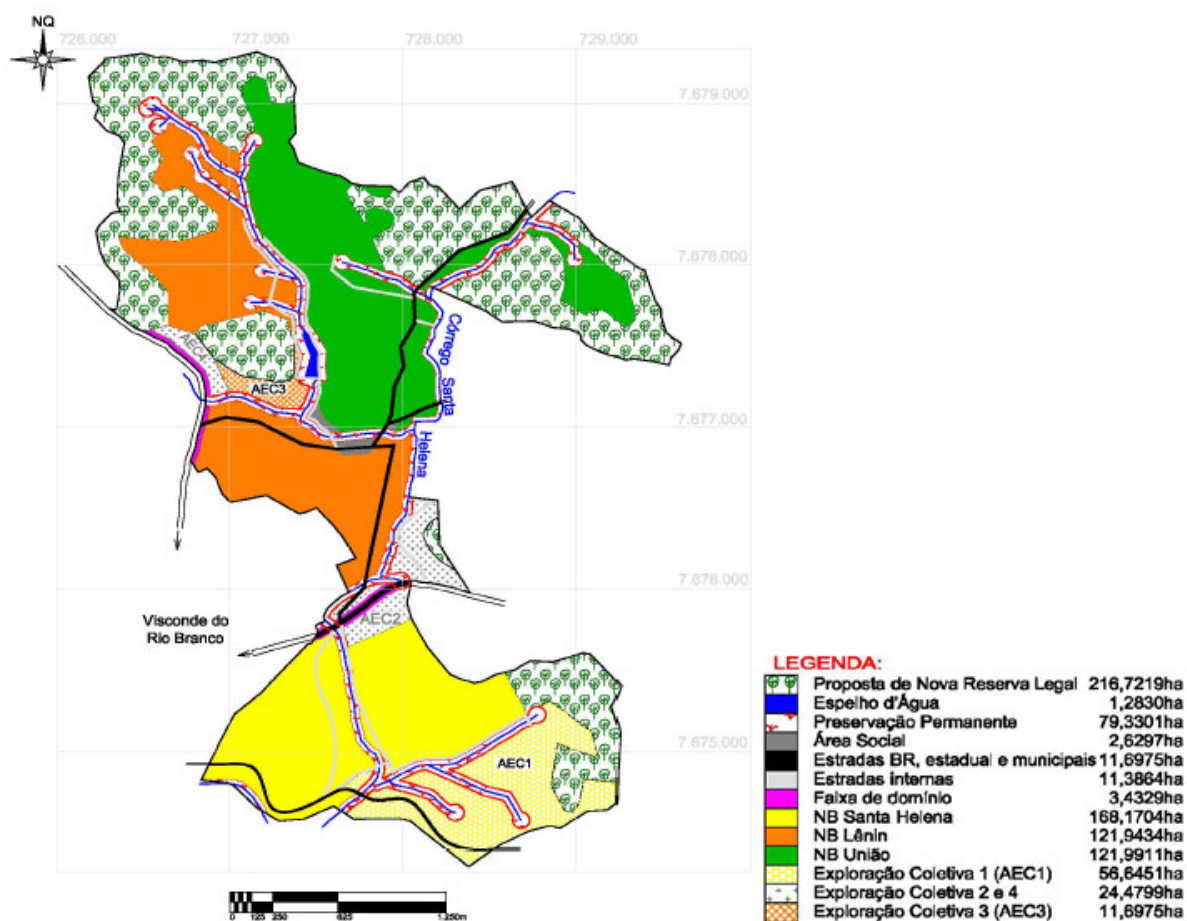
Conseqüentemente, as discussões a respeito do planejamento têm conseguido extrapolar as necessidades imediatas dos assentados, ligadas ao parcelamento da terra e a aspectos produtivos de forma a abarcar todas as dimensões constituintes do assentamento. Desta forma, a equipe em parceria com as famílias tem conseguido elaborar projetos voltados para médio e longo prazo que terão maiores chances de se tornarem bem sucedidos.

Freqüentemente as famílias fazem uso do PDA como uma base para elaboração de projetos. Como a equipe tem conseguido contornar a burocracia do INCRA, os processos de implantação têm se tornado mais ágeis e, conseqüentemente, as informações contidas no documento não chegam a se tornarem desatualizadas ou obsoletas entre o tempo de planejamento e implantação dos projetos.

A intervenção da equipe de planejamento tem se tornado mais democrática, seja devido à primeira etapa de organização do assentamento que instrumentaliza a comunidade para a tomada de decisão, seja por sua própria postura, ao respeitar, por exemplo, famílias que não queiram tomar parte de projetos coletivos. Há casos bastante

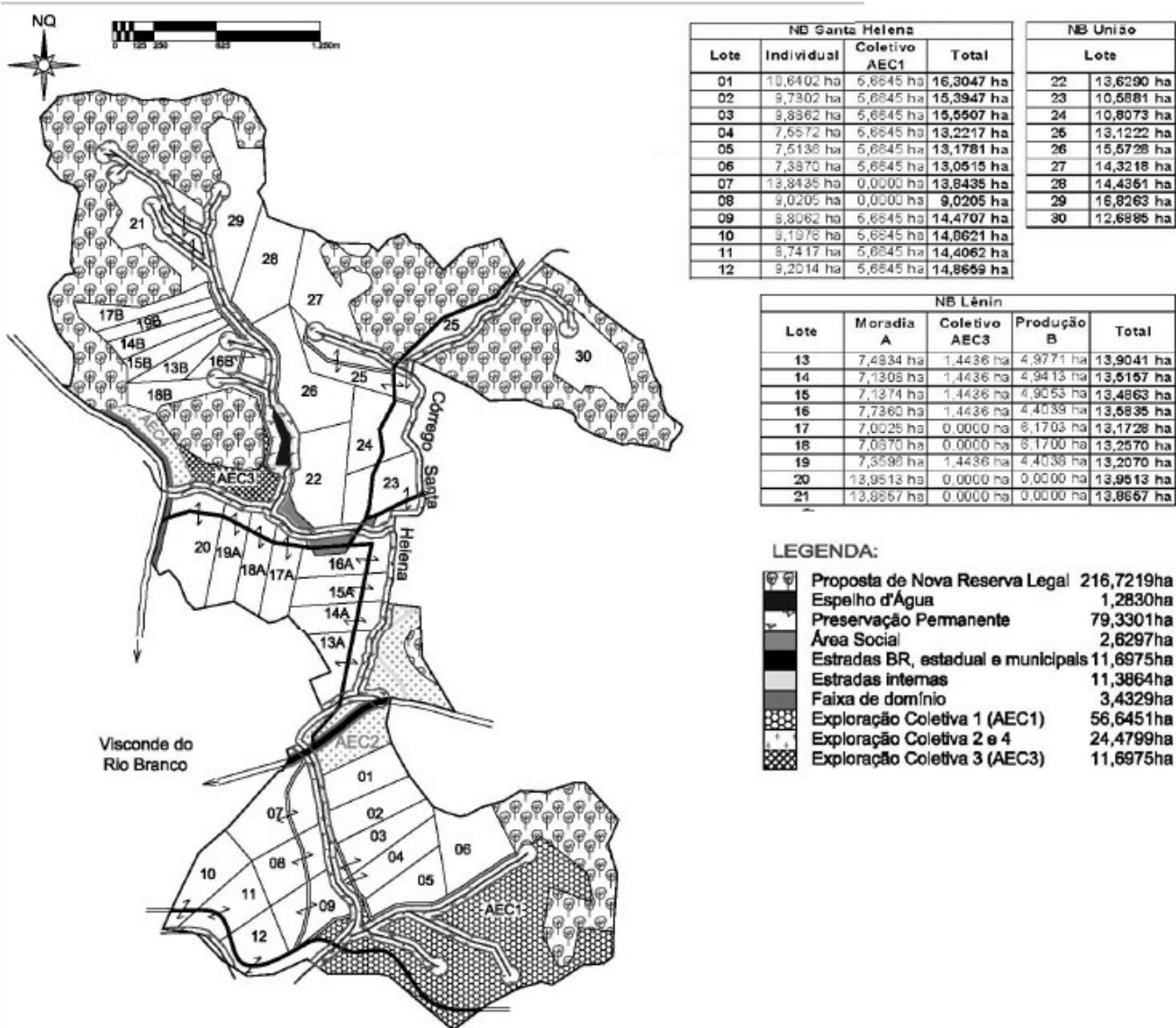
curiosos, como o do assentamento Olga Benário, no município de Visconde do Rio Branco em Minas Gerais, que apresentam dentro do mesmo assentamento dois tipos de ocupação do solo diferentes, onde um núcleo de famílias optou por lotes individuais para as famílias que não queriam compartilhar áreas comuns de produção, e dois outros núcleos optaram por apresentar áreas coletivas, como pode ser visto no mapa abaixo:

Mapa 18: Divisão de núcleos do assentamento Olga Benário



Fonte: PDA do assentamento Olga Benário, 2007.

Mapa 19: Anteprojeto de parcelamento do assentamento Olga Benário



Fonte: PDA do assentamento Olga Benário, 2007.

Considerações Finais

Apesar de se constituir como fonte de debates acalorados na mídia ou mesmo em meios acadêmicos, é impossível negar que a reforma agrária se constitua como uma forma importante de garantir a democratização do acesso à terra e, conseqüentemente, capaz de proporcionar condições de vida digna para milhares de famílias. Mesmo diante de tantas dificuldades, é possível ver que essa possibilidade alimenta os sonhos de tantas famílias que lutam pela terra ou que resistem para permanecer nela.

Mas apesar de seu grande potencial, freqüentemente os programas de reforma agrária são tratados com descaso, ou mesmo como uma espécie de caridade concedida às populações necessitadas, como se qualquer benefício concedido fosse mais do que suficiente para aqueles que não têm nada. Esse descaso do poder público pode ser percebido com clareza na descrição do caso da C.R. Roseli Nunes; além da longa espera para ter a terra parcelada e começar a acessar os primeiros créditos, as famílias ainda sofrem com programas cuja implantação segue uma lógica própria de garantias jurídicas processuais estatais, mas que ignoram as necessidades dos próprios assentados. Esse é o caso da concessão de créditos fora dos prazos de investimento nos ciclos de produção agrícola, ou mesmo da concessão do crédito habitação antes da implantação da rede elétrica ou do fornecimento de água.

É também o caso da elaboração do PDA acontecer como uma mera etapa entre a desapropriação da terra e a aplicação de créditos, sem considerar em que situação organizativa as famílias se encontram. Sem a possibilidade de garantir condições básicas mínimas, como alimentação ou mesmo ligadas a uma moradia provisória, não há meios de se estabelecer um planejamento participativo eficaz, que passa a ser atropelado pelo

imediatismo ou mesmo tratado apenas como um empecilho burocrático ao acesso aos créditos e, por conseqüência, à sobrevivência das famílias.

Curiosamente, esse caráter de caridade dado aos programas públicos freqüentemente também é reproduzido pelos beneficiários desses programas. Assentados e até mesmo os próprios movimentos sociais introjetam essa postura e freqüentemente submetem a si mesmos ou aos seus representados condições de vida muito aquém de serem consideradas dignas, arrefecendo ou mesmo esvaziando suas lutas.

Ao aceitarem submeter-se a essas condições, os assentados – ou mesmo o próprio MST – passam a reproduzir em suas lutas os próprios processos de subjetivação capitalísticos apontados por Guattari e Rolnik como responsáveis pela submissão das pessoas a uma homogeneização que reduz homens à condição de meros suportes da reprodução capitalista. Os autores também apontam a existência de funções da subjetividade capitalística que seriam responsáveis pela coerção das pessoas e pela sua manutenção dentro dessa homogeneização, caracterizadas pela culpabilização, pela segregação e pela infantilização¹²⁶. Através dessas três funções, aqueles que se recusassem a se inserir na reprodução capitalista seriam automaticamente culpados, segregados (curioso pensar no termo “excluído” dentro dessa perspectiva), ou mesmo infantilizados dentro das sociedades em que se inserem.

Cabe, no entanto, ressaltar que se a coerção através dessas funções acontece de forma automática, o rompimento das mesmas não acontece sem extrema consciência. Ao escolher a busca do rompimento dessa homogeneização e ao criar uma fissura nos processos de subjetivação capitalísticos, invariavelmente o sujeito de tal ação sofrerá represálias de todo esse sistema.

¹²⁶ Cf. GUATTARI, Félix. ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 37-45.

Em suas lutas, o MST tem conseguido criar grandes fissuras na reprodução capitalista. Contudo, com o passar do tempo essas fissuras tendem a ser re-homogeneizadas, e incorporadas à própria reprodução capitalista. Essa incorporação acontece de múltiplas maneiras, que vão desde a submissão dos assentados a lógicas de mercado predatórias, ou mesmo à aceitação de migalhas ao invés da luta pela implantação de programas sociais que proporcionem justiça social.

Por conseguinte, a produção do espaço dos assentamentos tem sido marcada freqüentemente por intencionalidades de “inclusão”, em oposição às intencionalidades de ruptura que deram origem à luta pela terra e ao próprio MST. A meu ver, neste âmbito se insere o desafio de criar um novo modelo de assentamento, ou seja, produzir um espaço apropriado por intencionalidades novas que não tornem o assentamento um território da reprodução capitalista.

Ao longo dos anos em que se tornou responsável pelo planejamento de assentamentos, o MST tem conseguido avanços extraordinários em períodos curtos de tempo. A criação do Processo de Planejamento e Organização do Assentamento (PPOA) abre novos horizontes para a constituição de um planejamento e a implantação de um assentamento, e, conseqüentemente, para uma apropriação do espaço que acompanhe as etapas de organização das famílias, conseguindo suprir suas necessidades e demandas ao invés de atropelá-las no intuito de cumprir etapas burocráticas alheias à realidade das mesmas.

Gradualmente, as equipes de planejamento têm vencido os desafios ligados à elaboração técnica do plano, conseguindo em sua execução atender com maior eficácia as necessidades das famílias. Os planejamentos têm se tornado mais efetivos, participativos e até mesmo democráticos: com os trabalhos de formação de base anteriores ao planejamento, as famílias têm sido instrumentalizadas para fazer escolhas quanto ao seu futuro. Assim, o planejamento abre a possibilidade da escolha consciente

entre a diferença, ou seja, das famílias poderem se diferenciar, se singularizar perante os processos de homogeneização a que eram submetidas e, além disso, abre a possibilidade da igualdade, da inclusão na reprodução capitalista, caso esta seja a sua vontade.

Diante deste novo cenário, novos desafios são postos. Apesar dos processos de planejamento e implantação de assentamentos gradualmente estarem se tornando mais ágeis, há muito que se deve mudar em relação às próprias políticas públicas. Devem-se buscar intervenções que estejam voltadas para o atendimento das demandas de seus beneficiários que ultrapassem a concessão de migalhas e que aconteçam em momentos pertinentes ao desenvolvimento das famílias.

Além disso, cabe ao MST capacitar seus dirigentes para execução de todo o processo de organização de assentamentos previsto pelo PPOA, ou mesmo para a resolução de novas demandas que venham a ser necessárias de acordo com a realidade dos assentamentos. Certamente essa não será uma tarefa fácil, uma vez que há muito menos dirigentes do que essa tarefa requer.

Muito além de criar uma nova apropriação do espaço, o MST se depara com o grande desafio de produzir novas relações sociais e, por conseqüência, novas intencionalidades de apropriação da terra, que ultrapassem a reprodução capitalista e as relações sociais dela decorrentes, criando o “novo homem” e a “nova mulher”, para usar o jargão corrente entre dirigentes do Movimento. Cabe ressaltar que este desafio de criar essas “novas pessoas” não é novo: ele esteve presente ao longo de toda a história do MST e apenas se renovou com a conquista do planejamento pelo MST.

Cabe ao Movimento enfrentar esse grande desafio, não se deixando abater pelas novas dificuldades que lhe são impostas ao longo de seu processo de evolução. Guattari e Rolnik apontam que os novos movimentos sociais são caracterizados não somente pela resistência contra os processos gerais de serialização da subjetividade, mas também pela

tentativa de produzir novos modos de subjetividade originais e singulares, processos de singularização que sejam auto-modeladores. Esta auto-modelação significaria que o processo de singularização deve captar os elementos da situação e construir seus próprios tipos de referências práticas e teóricas sem ficar em uma posição constante de dependência em relação ao poder global em diferentes níveis (econômico, técnico, de saberes, segregações e prestígios). Conseqüentemente, quando os grupos adquirem a liberdade de viver seus processos, eles passariam a ter, segundo os autores, uma capacidade de ler sua própria situação e aquilo que passa em torno deles. Essa capacidade é que vai lhes dar um mínimo de possibilidade de criação e permitir preservar exatamente o caráter de autonomia tão importante para os mesmos¹²⁷.

Guattari e Rolnik identificam este processo como uma “revolução molecular”, composta pelo choque da tentativa de controle social através da produção de subjetividade em escala planetária com fatores consideráveis de resistência e processos de diferenciação permanente. Contudo, essa revolução molecular não se restringe a este enfrentamento, uma vez que a mesma diz respeito, sincronicamente, a relações interpessoais (a invenção de novas formas de sociabilidade na vida doméstica, amorosa, profissional, na relação com a vizinhança, com a escola etc.), a níveis pessoais (por exemplo, as relações de auto-dominação, aquilo que os psicanalistas chamam de Superego) e infra-pessoais (o que está em jogo no sonho, na criação, etc.)¹²⁸ estendendo-se muito além de uma consciência de classe.

Conseqüentemente, os autores ressaltam que o traço comum entre os diferentes processos de singularização é um devir diferencial que recusa a subjetivação capitalística. Isso, na situação destas “novas pessoas”, dos assentados e do MST significaria subverter

¹²⁷ Cf. GUATTARI, Félix. ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.P.45-47.

¹²⁸ *Ibidem*, p. 46.

o próprio processo de formação da sociedade brasileira, acabar com a persistência do passado, conforme apontado por José de Souza Martins¹²⁹.

De fato, o autor ressalta que a questão agrária vai muito além de um problema residual do passado que seria resolvido pelo progresso e desenvolvimento econômico inevitáveis. Para Martins, a propriedade da terra é o centro histórico de um sistema persistente que teve sua força renovada pelo capital moderno, e que bloqueia tanto a verdadeira constituição da sociedade civil, quanto a cidadania de seus membros. Conseqüentemente, a sociedade civil constituir-se-ia como um esboço num sistema político onde esta é dominada e transformada em um instrumento pelo Estado, baseado, por sua vez, em relações políticas extremamente atrasadas, como as do clientelismo e da dominação tradicional de base patriarcal, do oligarquismo. Neste âmbito, a propriedade latifundista da terra se propõe como uma sólida base de orientação política e social que freia as possibilidades de transformação social profunda e de democratização do país¹³⁰.

Porém, como aponta Martins, o rompimento desta base não significaria necessariamente o rompimento das relações sociais e orientações políticas que freiam as possibilidades de transformação social profunda e de democratização do país, haja vista que o pensamento conservador apresenta um papel ativo e transformador dentro da sociedade brasileira. Conseqüentemente, o conservadorismo acaba por tornar-se um elemento presente nos processos de re-homogeneização das rupturas causadas pelos processos de singularização. Aqui se encontraria a necessidade de criação de uma revolução molecular capaz de romper a reprodução dessas relações.

Se a construção de uma nova apropriação do espaço através da criação de um novo modelo de assentamento deve ser feita através da criação de novas

¹²⁹ MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da historia lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994.

¹³⁰ *Ibidem*, p. 12 – 16.

intencionalidades, então é preciso que o MST tenha condições de dar suporte à criação das mesmas. Essas novas intencionalidades devem partir de todos, rompendo a persistência de arcaísmos reproduzidos por assentados, por dirigentes e até mesmo pelas equipes de planejamento que, de acordo com Martins, são compostas por

estruturas, instituições, concepções, e valores enraizados em relações sociais que tinham pleno sentido no passado, e que, de certo modo, e só de certo modo, ganharam vida própria. É sua mediação que freia o processo histórico e o torna lento. Não só porque reduz o âmbito da tomada de consciência das verdadeiras dificuldades, mas porque atenua ou reorienta o sentido das ações de propósito transformador¹³¹.

A grande impossibilidade de se criar esse novo modelo de assentamento na C.R. Roseli Nunes de deu, em grande parte, por problemas neste âmbito. Frequentemente os assentados cobravam uma postura paternalista de dirigentes, da equipe e do próprio Estado, que por vezes é atendida. A própria relação entre Fabrício e os assentados, por exemplo, é bastante significativa sob esse aspecto. Ao concentrar todas as funções de representação ou de organização do assentamento, Fabrício acabava por infantilizar os demais assentados, colocando-os em uma posição de incapazes de tomar decisões por si mesmos.

Ao delegar a função de “pai”, de protetor dos assentados, a Fabrício, as famílias acabavam por reproduzir dentro do assentamento relações muito próximas às estabelecidas ao longo da história do Brasil, entre o proprietário de terras e o agregado, entre a senzala e a casa grande, colocando Fabrício em uma posição de caudilho, de homem bem instruído capaz de gerir um grupo em troca de favores.

Muito mais do que a relação entre assentados, essa dinâmica se expande aos próprios dirigentes que frequentemente assumem posturas similares a de Fabrício, e que por vezes acabam abusando de sua autoridade, como foi apontado no depoimento de Renato no segundo capítulo (Seção 2.7).

¹³¹ *Ibidem*, p.14.

Mais do que prejudicada pela reprodução de relações arcaicas, a impossibilidade de criação de um novo modelo de assentamento também se originou pela omissão dos dirigentes em relação às famílias. Ao se ausentarem da convivência com as famílias ainda no período inicial de organização do assentamento, os dirigentes perderam a oportunidade de criar uma organicidade que proporcionasse a todos os assentados o acesso aos processos de decisão. A meu ver, o novo assentamento deve ser fruto de uma nova organização entre as famílias que dificilmente seria criada sem a ajuda dos dirigentes.

Se na tarefa de criação de “novas pessoas” encontra-se o grande limite da ação do MST enquanto movimento social, é nela também que está o seu maior potencial transformador e o seu maior desafio. E é diante do enfrentamento deste desafio que a reforma agrária pode sair do âmbito da redistribuição fundiária e caracterizar-se como um meio de transformação da sociedade brasileira.

Bibliografia

ALMEIDA, Ângela Mendes de. *Muita terra e pouco dono*. Análise histórico-estrutural da questão agrária no Brasil. Artigo publicado na revista OSAL. Ano I n° 2/ publicação quadrimestral – setembro /dezembro de 2000

BIHIR, Alain. *Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise*. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 1998.

BOGO, Ademar. *Arquitetos de Sonhos*. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

BRASIL. *II Plano Nacional de Reforma Agrária - Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural*. República Federativa do Brasil Ministério do Desenvolvimento Agrário Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Brasília, 2004. Disponível em: http://www.mda.gov.br/arquivos/PNRA_2004.pdf em 1/12/07.

_____. *Reforma agrária: compromisso de todos*. Presidência da República - 1997 Disponível em: https://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/REFAGR.HTM em 11/11/2007.

_____. *Relatório de Atividades do INCRA 30 anos*. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, Conselho Nacional do Desenvolvimento Rural Sustentável - CNDRS – 2000. Seção resumo das atividades do INCRA – 1995 / 1999 Disponível em: <http://www.incra.gov.br/arquivos/0173500477.pdf> em 11/11/2007

_____. Tribunal de Contas da União. *Avaliação do TCU sobre o Programa Novo Mundo Rural* / Tribunal de Contas da União. – Brasília: TCU, Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo, 2004.

_____. Tribunal de Contas da União. *Relatório de avaliação de programa: Programa Novo Mundo Rural* / Tribunal de Contas da União; Ministro-Relator Ubiratan Aguiar. –

Brasília: TCU, Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo, 2004.

Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil – CONCRAB. O que levar em conta para a organização do assentamento – A discussão no Acampamento. Caderno de cooperação agrícola n^o 10. CONCRAB, São Paulo, 2001.

CORREIO BRASILIENSE, Brasília, domingo, 30 de setembro de 2001. Disponível em: http://www2.correioweb.com.br/cw/2001-09-30/mat_14737.htm em 6/11/2007

DURKHEIM, Émile. *Lições de sociologia*. São Paulo: Martins Fontes, 2002. – (Coleção tópicos).

FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. *Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais*. Revista Terra Livre, ano VI, n. 16, jan/abril, 2005

_____. *O MST e a luta pela reforma agrária no Brasil*. Artigo publicado na revista OSAL. Ano I n^o 2/ publicação quadrimestral – set /dez de 2000.

FORACCHI, Marialice Mencarini; MARTINS, Jose de Souza. *Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia*. Rio de Janeiro; São Paulo: Livros Técnicos e Científicos, 1977.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*, 1969.

GUATTARI, Félix. ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

GUIMARÃES, Alberto Passos. *A crise agrária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização*. Do fim dos territórios à

multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. *A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade* – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. Ed. – São Paulo: Companhia das letras, 1995.

HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa/ Antônio Houaiss e Mauro de Salles Villar, elaborado no Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. - Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.*

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. *Laudo de Vistoria Fazenda Brenha* – Belo Horizonte, Abril 2000.

_____. *Roteiro básico para elaboração dos planos de desenvolvimento sustentável (PDAs) em assentamentos de reforma agrária* – 2003.

IOKOI, Zilda Márcia Gricoli (Zilda Márcia Gricoli). *Lutas sociais na América Latina: Argentina, Brasil, Chile*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989.

_____. *Igreja e camponeses: teologia da libertação e movimentos sociais no campo: Brasil e Peru, 1964-1986*. São Paulo: Hucitec, 1996.

LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Trad. Ana Maria Simões Coelho; Doralice de Barros Pereira; Pedro Henrique Denski e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG (no prelo).

_____. *A vida cotidiana e o mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.

_____. *Espaço e política*. São Paulo: Hucitec, [1972] 2006. No prelo.

MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo: 1975.

_____. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. 3a ed. rev. e ampl. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. *Introdução Crítica à Sociologia Rural*. Editora HUCITEC, 1981.

_____. *O cativo da terra*. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da historia lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. 4a ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.

_____. *Reforma agrária: o impossível diálogo* / José de Souza Martins – 1 ed. 1 reimpressão. – São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 2004.

_____. *Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos*. Porto Alegre: UFRGS Ed., 2003.

MARX, Karl. *O Capital*. Crítica da Economia Política. O processo de Produção do Capital, Volume II, Livro Primeiro, Capítulo XXIV.

Minas: enciclopédia dos municípios mineiros/ vol 01. Idealizador: André Carvalho, Redação: Carlos Olavo da Cunha Pereira e Pedro Paulo Taucce. Belo Horizonte: Armazém de Idéias, 1998.

MORISSAWA, Mitsue. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. *Elementos para a construção de metodologia de implantação da nova proposta de Desenvolvimento do Assentamento (PDA)*. MST, Goiás, 1/07/2003.

_____. *Plano de Desenvolvimento de Assentamento - Assentamento Canudos*. Belo Horizonte, 2005.

_____. *Plano de Desenvolvimento de Assentamento - Assentamento Franco Duarte*. Belo Horizonte, 2004.

_____. *Plano de Desenvolvimento de Assentamento - Comunidade de Resistência Roseli Nunes*. Belo Horizonte, 2004.

_____. *Plano de Desenvolvimento de Assentamento - Assentamento Olga Benário*. Belo Horizonte, 2007.

_____. *Processo de Planejamento e Organização do Assentamento – PPOA*. (metodologia para elaboração dos PDA's e PRA's) Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente do MST. CONCRAB, 2005.

Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural – NEAD. *Impacto dos Assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro/ coordenadores Sérgio Leite, Beatriz Heredia, Leonide Medeiros... [et al.]*. - Brasília: Instituto interamericano de Cooperação para a agricultura: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; São Paulo: Editora UNESP [co-editora e distribuidora], 2004.

ORTIZ, Renato. *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

PAULA, Delsy Gonçalves de; STARLING, Heloisa Maria Murgel; GUIMARÃES, Juarez Rocha. *Sentimento de reforma agrária, sentimento de república*, 2006.

PEREIRA, Carlos Olavo da Cunha. *Nas terras do rio sem dono*. Belo Horizonte, 1980.

PRADO Jr., Caio, *História econômica do Brasil*. Círculo do livro. São Paulo, 1976.

_____. *A questão agrária no Brasil*. 4a ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil*:

ensaios. Rio de Janeiro: São Paulo: 1978.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: 1993.

RANCIÈRE, Jacques. *O Dissenso*. Páginas 367 a 382 (tradução de Paulo Neves) Em: A crise da Razão / organizador Adauto Novaes. – São Paulo: Companhia das Letras: Brasília, DF: Ministério da Cultura: Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Arte: 1996.

RESENDE, Marcelo e MENDONÇA, Maria Luisa. *A contra-reforma agrária no Brasil*. In: O Banco Mundial e a Terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia. Organização: Mônica Dias Martins Editora Viramundo. São Paulo, 2005.

Revista do TCU. Revista do Tribunal de Contas da União. Brasil – Ano 35 – Número 101 – Julho/setembro 2004.

Revista praga – estudos marxistas No. 6. *A que ponto chegamos*. (balanço do Governo Fernando Henrique Cardoso e perspectivas da oposição). São Paulo, HUCITEC, 1998.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Um discurso sobre as ciências* 9 ed. Porto: Afrontamento, 1997.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVA, José Graziano da. *Para entender o Plano Nacional de Reforma Agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SZMRECSANYI, Tamas; QUEDA, Oriowaldo. *Vida rural e mudança social: leituras básicas de sociologia rural*. 3.ed. São Paulo: Companhia Editorial Nacional 1979.

Universidade de Brasília – UnB. *Introdução crítica ao direito agrário*/ Mônica Castagna Molina, José Geraldo de Sousa Júnior, Fernando da Costa Tourinho neto (organizadores) – Brasília, Universidade de Brasília, Decanato de Extensão, Grupo de trabalho de apoio à reforma agrária, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

WAIBEL, Léo. *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*: RJ, FIBGE, 1979.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço e ator coletivo*. Estudos, Sociedade e Agricultura. n.15, Rio de Janeiro, UFRRJ/CPDA, out./2000.

Anexos

Anexo 01 - Roteiro básico de elaboração do PDA do INCRA

ROTEIRO BÁSICO PARA ELABORAÇÃO DOS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (PDA's) EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA

1 - APRESENTAÇÃO

A apresentação deverá ser feita em no máximo uma página, com a síntese do trabalho, os propósitos do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento (PDA) e o papel dos serviços de acompanhamento e supervisão (AS) na execução, avaliação e reprogramação (quando necessária) do mesmo.

2 - IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR

Razão social
Inscrição no CNPJ
Endereço, Telefone, Fax, e-mail
Representantes legais (CPF, Tel., Fax, e-mail)

3 - METODOLOGIA

3.1- Da elaboração do Plano

Descrever de forma sucinta (no máximo duas páginas), clara e objetiva, a(s) metodologia(s) e/ou técnica(s) aplicada(s) na elaboração do PDA, enfocando os métodos pedagógicos empregados pela equipe responsável, as técnicas de levantamento de recursos naturais empregadas e o nível de envolvimento dos poderes públicos locais, da sociedade civil e de entidades diversas.

3.2- Dos Serviços de Acompanhamento e Supervisão

Descrever de forma sucinta, clara, objetiva e em conformidade com o Termo de Referência, a(s) metodologia(s) e/ou técnica(s) a serem aplicada(s) na condução dos serviços de acompanhamento e supervisão, enfocando a composição da equipe responsável, os métodos pedagógicos e as técnicas de mobilização e organização dos assentados para execução, avaliação e reprogramação do PDA, as formas e estratégias de articulação com os atores (poderes públicos, instituições, etc) locais e regionais, bem como os recursos materiais (veículos, computadores, software, etc.) a serem utilizados.

4 - INFORMAÇÕES GERAIS DO ASSENTAMENTO

Denominação do imóvel:
Denominação do Assentamento;
Data do decreto de desapropriação:
Data da imissão na posse:
Data da criação do PA:
Distância da(s) sede(s) municipal(is):
Valor total dos investimentos realizados em benfeitorias e créditos, após imissão na posse):

Área Total:
Área Requerida na lei de Reserva Legal:
Área Efetiva de Reserva Legal:
Área Requerida na lei de Preservação Permanente:
Área Efetiva de Preservação Permanente (preservada):
Capacidade de assentamento do imóvel em termos de famílias:
Área média das parcelas (se o parcelamento já tiver sido executado):
Número de famílias atual:
Entidade(s) representativa(s) dos assentados (nome, CNPJ, endereço, telefone, fax, e-mail, etc.)

5 - LOCALIZAÇÃO E ACESSO

Descrever a localização (incluir mapa ou croqui) do assentamento em relação ao(s) Município(s) de localização e à capital do Estado. Descrever as distâncias e as vias de acesso à(s) sede(s) do(s) Município(s) e/ou a núcleos urbanos próximos.

6 - CONTEXTO SÓCIO-ECONÔMICO E AMBIENTAL DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO PROJETO DE ASSENTAMENTO

Descrição das condições climáticas dominantes na microrregião da área do assentamento (precipitação pluviométrica média, período chuvoso, balanço hídrico, temperatura mínima, média e máxima, veranicos).

Identificação e representação cartográfica da bacia ou sub-bacia hidrográfica na qual está inserida a área do projeto de assentamento (Mapa A1); descrição das características ambientais presentes na sub-bacia (solos, vegetação, recursos hídricos, relevo, fauna, uso da terra, sistemas de produção).

Descrição analítica das condições de conservação/degradação ambiental da bacia ou sub-bacia hidrográfica na qual está inserida a área do projeto de assentamento.

Situação social, demográfica e fundiária do município e microrregião: população urbana e rural, densidade demográfica, migração, estrutura fundiária, conflitos de terra, situação e peso dos assalariados rurais e agricultores familiares, nível educacional e de renda da população, infra-estrutura física e social, etc.

Economia do município e microrregião: principais atividades econômicas, principais produtos agropecuários, evolução recente da economia, projetos/programas de desenvolvimento regional e municipal, existência de Conselho (e/ou Plano) Municipal de Desenvolvimento Rural, ou Conselho Municipal similar, estrutura institucional, pública e privada, de apoio técnico e financeiro e de regulação da produção e/ou comercialização, etc.

OBS: Em caso da existência de zoneamento econômico-ecológico do Estado ou da microrregião ou do município, identificar as características da zona onde está inserida a área do projeto de assentamento.

7 - DIAGNÓSTICO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO

7.1 - Diagnóstico do meio natural (ver detalhamento dos mapas)

Solos

Tipos de solos (Mapa A2) de acordo com a classificação adotada pela Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, estado de conservação e principais problemas de degradação com respectivas causas - delimitar área degradada

Relevo

Relevo da área, definindo percentual estimado por tipo (plano, suave ondulado, ondulado e montanhoso) de acordo com a tabela abaixo:

Quadro 1. Classes de relevo e de declividade existentes no imóvel.

Classes de Relevo Descrição	Classes de Declividade		Porcentagem da Área do Imóvel
	Em percentual	Em graus	
Plano	0 – 5	0 - 2,9	
Suave ondulado	5 – 10	2,9 - 5,7	
Ondulado	10 – 15	5,7 – 8,5	
Muito Ondulado	15 – 25	8,5 – 14	
Forte Ondulado	25 – 47	14 – 25	
Áreas de Uso Restrito	47 – 100	25 – 45	
Área de Preservação Permanente	> 100	> 45	

Recursos hídricos

Bacia e sub-bacia de pertencimento, disponibilidade de águas superficiais e subterrânea, uso atual e potencial para exploração econômica, estado de conservação e principais problemas de degradação com respectivas causas, existência de outorgas e conflitos de uso de água na sub-bacia.

Flora

Espécies vegetais predominantes, estado de conservação e principais problemas de degradação com respectivas causas. Ressaltar as espécies endêmicas e as protegidas por lei.

Fauna

Espécies animais predominantes, principais problemas de sobrevivência da fauna com respectivas causas. Ressaltar espécies endêmicas e com risco de extinção.

Uso do solo e cobertura vegetal

Apresentar tabela e mapa da distribuição do uso e ocupação do solo (Mapa A3) com descrição analítica, incluindo a situação atual da cobertura vegetal nativa (ou de sua ausência).

Reserva Legal e Área de Preservação Permanente

Confrontar a realidade das áreas de Reserva Legal (se existir) e preservação permanente com as exigências da legislação ambiental (estas áreas devem estar representadas no Mapa A3). Relacionar os problemas de degradação das áreas de Reserva Legal e preservação permanente, e apontar as causas do eventual descumprimento da legislação ambiental.¹³²

Estratificação Ambiental dos Agroecossistemas¹³³

Identificar, de acordo com os itens anteriores, as **unidades agroambientais** (ou unidades da paisagem¹³⁴), de forma a sintetizar as relações solo/relevo/água/vegetação que as caracterizam, relacionando-as (as unidades) com seu potencial e sua limitação produtiva. Fazer a representação cartográfica dessas unidades (Mapa A4).

Capacidade de Uso da Terra

Considerando a análise da qualidade dos solos, as condições do relevo, o uso atual e as condições climáticas da região, indicar e representar cartograficamente (Mapa A5) as classes de capacidade de uso das terras, segundo nomenclatura adotada pela Sociedade Brasileira de Ciência do Solo.

Análise Sucinta dos Potenciais e Limitações dos Recursos Naturais e da Situação Ambiental do Assentamento

Tendo em vista os itens anteriores e, em especial, as sínteses efetivadas nos dois últimos, fazer uma análise sucinta dos potenciais e limitações dos recursos naturais e da situação de conservação/degradação ambiental com destaque para os principais problemas observados com sua respectivas causas.

7.2 - Organização territorial atual

Apresentar a demarcação do perímetro e do parcelamento (se houver), as vilas/povoados, a distribuição de famílias na área e a infra-estrutura existente (estradas, abastecimento d'água, eletrificação rural, serviços de transporte e de comunicação, etc), diferenciando as situações antes e após imissão na posse, e sistematizando tais informações, obrigatoriamente em um mapa (Mapa A6)

7.3 -Diagnóstico do meio sócio-econômico e cultural

¹³² Em alguns casos pode ser necessário uma realocação da área de Reserva Legal

¹³³ Estratificar significa "separar uma área maior em porções mais ou menos homogêneas; identificar numa área heterogênea as partes componentes, apresentando cada qual considerável homogeneidade" (RESENDE, Mauro e outros. *Pedologia: base para distinção de ambientes*, Viçosa: NEPUT, 1995)

¹³⁴ Unidades da paisagem podem ser definidas como as *unidades básicas de sistematização do comportamento dos ecossistemas* (PETERSEN, Paulo. Diagnóstico Ambiental Rápido e Participativo. In: Alternativas: cadernos de agroecologia. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1996.) e/ou como as *unidades que delimitam as discontinuidades da paisagem natural* (TOLEDO, V. M. La Apropriación Campesina de la Naturaleza. México, 1996, mimeo)

Histórico do Projeto de Assentamento

Descrever a trajetória da conquista da área pelos assentados, a origem dos mesmos e comparar sua situação antes e depois do assentamento, através de indicadores objetivos e subjetivos.

População e Organização Social

Caracterizar e analisar, por faixa etária e por gênero, o total da população. Estimar o percentual das famílias com acesso a benefícios, pecúlio e pensões por aposentadoria, invalidez e/ou dependência. Descrever as diversas formas de organização da população existentes (associações, cooperativas, etc), assim como o grau de efetividade de seu funcionamento, os principais fins aos quais se dedicam efetivamente as organizações e o nível de participação das mulheres e dos jovens. Relação e proximidade da organização dos assentados com outras organizações governamentais e não governamentais.

Infra-estrutura Física, Social e Econômica

Identificar os equipamentos e instalações passíveis de uso comunitário, tais como: escolas, prédios que possam servir para instalação de centros comunitários, estábulos, pastos, aguadas e outras infra-estruturas que possam ser aproveitadas para uso da comunidade.

Sistema(s) Produtivo(s)

Nesta parte deve-se analisar os sistemas produtivos e suas articulações internas e externas (no contexto local, regional etc), com visão ampliada da dinâmica e da lógica produtiva predominante no assentamento, e o papel de eventual serviço de Assistência Técnica.

Sistemas Agropecuários e/ou Extrativistas Existentes e Renda Média Atual

Descrever a forma atual de organização da produção no assentamento (se houver), identificando e descrevendo os sistemas de produção, coletivos ou individuais existentes, com sua localização espacial (Mapa A6), tecnologia empregada, produtividades obtidas, calendário das atividades e da ocupação da mão de obra, nível de emprego/demanda e origem da Assistência Técnica e análise econômica dos diversos sistemas.

Agro-industrialização da Produção

Caracterização das atividades de agroindustrialização da produção, identificando e descrevendo os sistemas de produção, coletivos ou individuais existentes, com sua localização espacial (Mapa A6), tecnologia empregada, produtividades obtidas, calendário das atividades e da ocupação da mão de obra, nível de emprego/demanda e origem da Assistência Técnica e a importância destas atividades no assentamento em termos de renda e emprego. Renda atual (receitas, despesas, saldo) obtida pelos assentados com determinada agroindústria. Compatibilizar com os sistemas agropecuários descritos acima.

Atividades Produtivas Não-agrícolas

Atividade econômicas não-agrícolas que efetivamente contribuem com o incremento de renda no assentamento (artesanato, olaria, serraria, exportação mineral, etc). Descrever a forma atual de organização, identificando e descrevendo os sistemas de

produção, coletivos ou individuais existentes, com sua localização espacial (Mapa A6), tecnologia empregada, produtividades obtidas, calendário das atividades e da ocupação da mão de obra, nível de emprego/demanda e origem da Assistência Técnica e renda atual obtida com cada atividade não-agrícola. Compatibilizar com os sistemas agropecuários descritos acima.

Mulheres e Jovens

Principais atividades desenvolvidas pelas mulheres e jovens nos sistemas produtivos descritos acima, e principais problemas relacionados às condições sócio-econômicas desses grupos.

Análise Sucinta do(s) Sistema(s) Produtivo(s)

Com base nas informações reunidas acima, fazer uma análise sucinta dos principais aspectos positivos e dos principais problemas que caracterizam o(os) sistema(s) existente(s) no assentamento, correlacionando-os com a infra-estrutura (estradas, transporte, eletrificação, etc.) existente e com a disponibilidade de Assistência Técnica. Não esquecer de situar a base produtiva atual do assentamento no seu entorno e na economia municipal e regional.

Comercialização e Abastecimento

Analisar os aspectos positivos e os principais problemas de comercialização e abastecimento, abordando o processo e forma de organização da comercialização; papel da Assistência Técnica na organização deste processo, canais; fluxo; principais pólos comerciais; grau de mercantilização da produção; abrangência do mercado (pólos e agentes); sistema e forma (individual e coletiva) de organização do abastecimento; auto-abastecimento e nível da segurança alimentar.

Serviços de Apoio à Produção

Assistência Técnica

Tendo em vista os itens anteriores, em muitos dos quais já se abordou as conseqüências do papel desempenhado ou ausência da Assistência Técnica, fazer uma descrição sucinta do serviço de assistência técnica prestado, com indicação das suas principais deficiências e virtudes. Possibilidades do Estado e/ou prefeitura municipal assumir parte ou a totalidade dos serviços de assistência técnica.

Crédito

Descrição das operações de crédito realizadas até hoje pelos assentados, de acordo com a linha de crédito utilizada: Alimentação, Fomento, Habitação, PROCERA, PRONAF, e outras linhas de crédito utilizadas, abordando, dentre outros, os seguintes aspectos: qualidade dos projetos apresentados; qualidade dos serviços de Assistência Técnica prestados, efetividade de aplicação dos recursos; causas de eventuais inadimplências; eventuais necessidades de recomposição de dívidas.

Capacitação Profissional

Descrição dos serviços de capacitação profissional disponibilizados aos assentados, abordando, dentre outros, os seguintes aspectos: tipos de cursos ofertados, grau de coerência com a base produtiva, de aproveitamento dos participantes e de aplicação dos conhecimentos adquiridos, etc.

Serviços Sociais Básicos

Educação

Infra-estrutura disponível com indicação da(s) instituição(ões) responsável(is) pela sua construção e localização espacial utilizando mapa (Mapa A6); instituição(ões) responsável(is) pela manutenção dos serviços de educação disponibilizados; grau de instrução por faixa etária, taxas de evasão e repetência por série, nível de escolaridade, número de analfabetos; disponibilidade e qualidade de merenda escolar e do transporte escolar, disponibilidade e qualificação dos professores; adequação do currículo à realidade local; principais problemas (e respectivas causas) relacionados à oferta do serviço educacional pela prefeitura municipal e ao rendimento pedagógico dos alunos - educação ambiental, material didático apropriado ao contexto geoambiental local.

Saúde e Saneamento

Infra-estrutura disponível com indicação da(s) instituição(ões) responsável(is) pela sua construção e localização espacial utilizando mapa (Mapa A6); instituição(ões) responsável(is) pela manutenção dos serviços de saúde disponibilizados. Principais doenças, taxa de mortalidade infantil, condições sanitárias, acesso a qualidade de água consumida, nível de nutrição e hábitos alimentares, índice de vacinação, atendimento médico-odontológico, saúde preventiva e pré-natal, condições de moradia, disponibilidade de banheiros e fossas sépticas de higiene (condições de saneamento, destino do esgoto, do lixo e da água servida). Principais problemas (e respectivas causas) relacionados à oferta do serviço de saúde pela prefeitura municipal. — acompanhamento da implantação dos serviços básicos de atenção à saúde e dos controles regulares, individuais e estatísticos; elaboração dos registros correspondentes.

Cultura e Lazer

Infra-estrutura disponível com indicação da(s) instituição(ões) responsável(is) pela sua construção e localização espacial utilizando mapa (Mapa A6); instituição(ões) responsável(is) pela manutenção dos serviços culturais e de lazer disponibilizados. Principais manifestações culturais e práticas de lazer para adultos, jovens e crianças. Principais problemas (e respectivas causas) relacionados à oferta de serviços culturais e de lazer pela prefeitura municipal.

Habitação

Número, funcionalidade e qualidade das habitações. Principais problemas relacionados à habitação, saneamento e destino de lixo, esgoto e águas servidas.

Outros Programas Governamentais e Não-Governamentais

Planos, programas e projetos governamentais (exceto nas áreas de saúde e educação, já tratadas acima) e não-governamentais com ações no assentamento. Envolvimento com os diversos Conselhos Municipais. Problemas relacionados à sua implementação e possibilidades de melhor utilização dos seus recursos.

7.4 Síntese das limitações, potencialidades e condicionantes

É uma síntese (no máximo duas páginas) de todo o diagnóstico, caracterizando as dimensões ambiental, institucional, econômica e social do assentamento, numa visão

abrangente, e sintetizando as principais limitações, potencialidades e condicionantes (aqueles elementos que estão fora do controle dos assentados ou de decisão no âmbito municipal) ao alcance do desenvolvimento sustentável.

8 – PLANO DE AÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O plano se materializa na forma de programas temáticos e sub-programas identificados com os assentados e sintonizados com a situação constatada no Diagnóstico, de forma que sejam exequíveis, facilitem as negociações e atendam aos requerimentos exigidos pelas diversas fontes de financiamento.

8.1 - Objetivo Geral

Definir o objetivo geral do plano de desenvolvimento de forma clara e compatível com as situações negativas do diagnóstico, os potenciais detectados e o futuro desejado.

8.2 - Futuro Desejado para o Assentamento

Montar cenários do futuro desejado pelos assentados para o assentamento nas diversas dimensões do seu desenvolvimento, a saber:

Futuro Desejado para a Organização Territorial

Montar com os assentados o cenário desejado para a organização espacial/territorial do assentamento.

Futuro Desejado para os Serviços Sociais

Montar com os assentados o cenário desejado para os serviços sociais no assentamento.

Futuro Desejado para o Sistema Produtivo

Montar com os assentados o cenário desejado para os sistemas produtivos no assentamento.

Futuro Desejado para o Meio Ambiente

Montar com os assentados o cenário desejado para o meio ambiente na área do assentamento e do entorno.

Futuro desejado para o desenvolvimento organizacional

Montar com os assentados o futuro desejado para as ações de desenvolvimento organizacional no assentamento.

Futuro desejado para o serviço de acompanhamento e supervisão

Montar com os assentados o cenário de futuro desejado para o serviço de acompanhamento e supervisão, de forma que este serviço permeie todos os cenários acima montados.

A montagem dos cenários de futuro desejado deverá envolver a aplicação dos créditos instalação (alimentação, fomento e habitação) quando os mesmos ainda não tiverem sido aplicados no Projeto de Assentamento. Deve envolver também as obras de infra-estrutura que podem ser implantadas com recursos liberados para tal fim, caso tais obras ainda não tenham sido implantadas.

Considerando a relevância do crédito PRONAF / Grupo A (investimento e custeio agrícola) para a formação da estrutura produtiva da unidade familiar e/ou produtiva, a montagem dos cenários de futuro desejado deve envolver uma ampla discussão sobre a

aplicação do referido crédito , quando o mesmo ainda não tiver sido liberado para o Projeto de Assentamento.

8.3 – Programas

Antes de entrar na apresentação e descrição dos programas específicos deve-se expor de forma geral a lógica, os objetivos e as estratégias que conformam e dão coerência ao plano como um todo, articulando as suas partes, assim como o modelo de gestão, acompanhamento e supervisão que propiciarão a materialização das ações e, em consequência, dos subprogramas e programas.

O modelo de gestão deve identificar as responsabilidades em relação às ações a serem desenvolvidas, definindo a distribuição das atribuições entre os atores locais (assentados, associações, e atores externos) e a coordenação de esforços institucionais para prestação de serviços e realização de investimentos. É recomendável que seja discutida com os assentados a criação de Comissões Setoriais (por exemplo: Saúde, Educação, Produção Agropecuária, Comercialização, Meio Ambiente, etc.), para dar mais agilidade nas decisões e na gestão das atividades no assentamento.

Cada programa e subprograma pode e deve ter seus objetivos, sua lógica e estratégia própria que deve ser descrita quando de sua apresentação, assim como as metas, os cronogramas e os resultados esperados. Para isso, apresentamos no **ANEXO III** sugestão de roteiro para Planejamento das ações dos Programas e Subprogramas.

a) Organização Territorial

No caso de Projetos de Assentamento ainda não parcelados, com base nas características geofísicas da área, na estratificação dos agroambientes efetuada no diagnóstico, nos potenciais e limites detectados, na capacidade de assentamento e nos programas propostos, representar num mapa (Mapa B1) o desenho da nova organização espacial a ser implementada, contendo as vilas/povoados, a Reserva Legal, as Áreas de Preservação Permanente, o parcelamento dos lotes, as áreas coletivas ou comunitárias, a infra-estrutura projetada - estradas, sistemas de abastecimento de água, eletrificação rural, serviços de transporte e de comunicação –, de acordo com a programação prevista (VER ANEXO II). Com base nesse desenho, descrever as atividades e os investimentos necessários à demarcação do perímetro e das parcelas do assentamento.

No caso de Projetos de Assentamento já parcelados ou com anteprojeto já elaborado, representar no mapa do assentamento a infraestrutura projetada de acordo com a programação prevista.

Em ambos os casos, deve-se contemplar o desenho/croquis das parcelas médias do assentamento com a nova proposta de uso das terras (mapa B2). Deve-se também descrever estratégias para mobilização de esforços e recursos para implementação dos sistemas de abastecimento de água e energia e para construção/melhoramento/manutenção das estradas e vias de circulação internas.

b) Programa Produtivo

Nesse programa, devem constar todas as atividades produtivas previstas, que poderemos chamar de subprogramas, identificando: os produtos, a base tecnológica, a infra-estrutura necessária, as necessidades e estratégias de organização, o calendário da atividade, as metas produtivas com horizonte temporal, as possibilidades de mercado, as necessidades de capacitação e assistência técnica, etc.

Deve-se ainda, procurar localizar os diferentes projetos no espaço, em relação às unidades agroambientais delimitadas no diagnóstico, aos potenciais, limites e fragilidades de cada unidade, e ao desenho proposto para a organização territorial do PA (item anterior).

Esse programa pode ser dividido nos seguintes sub-programas:

Produção Agropecuária e Uso Econômico da Biodiversidade

Deve-se caracterizar aqui as tipologias de sistemas de produção em função da organização territorial (que é função da variação espacial dos recursos naturais da área), dos interesses e vocações diferenciadas dos assentados e das possibilidades de mercado. Essa tipologia, localizada no espaço, dará condição para determinação de parcelas médias de cada projeto, que servirão para análise de viabilidade econômica dos sistemas.

Exemplo hipotético: num determinado projeto de assentamento irão se implementar 3 tipos de sistemas de produção: Sistema A – café + bovinocultura de leite + culturas anuais de subsistência (ex.: 1 projeto básico para 1 ha de café, outro para bovinocultura de leite e quantos forem as culturas de subsistência); Sistema B – horticultura irrigada + culturas anuais de subsistência + bovinocultura mista + avicultura caipira; Sistema C – fruticultura + apicultura + bovinocultura mista. **Cada tipo de sistema produtivo portanto, deve ser representado por uma parcela média** para cada projeto, procurando localizá-las no espaço (organização territorial) e analisando sua viabilidade econômica.

Agroindústrias

Nesse sub-programa, devem constar o planejamento das ações em todas as unidades agro-industriais, identificando para cada unidade: sua justificativa com relação aos sistemas produtivos propostos no sub-programa anterior (valor agregado, facilidade para entrar no mercado, etc), os produtos, a base tecnológica, a infra-estrutura necessária, as necessidades e estratégias de organização, o calendário da atividade, as metas produtivas com horizonte temporal, as possibilidades de mercado, as necessidades de capacitação e assistência técnica, etc.

Atividades produtivas não-agrícolas

Nesse sub-programa, devem constar o planejamento das ações para todas as atividades produtivas não-agrícolas, identificando: os produtos, a base tecnológica, a infra-estrutura necessária, as necessidades e estratégias de organização, o calendário da atividade, as metas produtivas com horizonte temporal, as possibilidades de mercado, as necessidades de capacitação e assistência técnica, etc.

Mercado, Comercialização e Abastecimento

Nesse sub-programa, devem constar o planejamento das ações para todas as atividades que visem uma melhor inserção dos assentados no agronegócio, identificando: sua justificativa relacionada aos sub-programas anteriores e/ou a projetos específicos, todos os produtos, a base tecnológica, a infra-estrutura necessária, as necessidades e estratégias de organização, o calendário da atividade, as metas produtivas com horizonte temporal, as possibilidades de mercado, as necessidades de capacitação e assistência técnica, etc.

Capacitação Profissional:

Este sub-programa deve ser construído em função dos subprogramas e programas de desenvolvimento definidos, articulando-o portanto às atividades e ações sociais, econômicas e ambientais que farão parte desse processo.

c) Programa Social

Os programas e subprogramas sociais devem ser discutidos amplamente pelos assentados com a prefeitura municipal, haja vista que estão relacionados a setores (educação, saúde, etc.) em que a municipalização vem se intensificando nos últimos anos. Não faz sentido concebê-los de forma isolada daquilo que está acontecendo no resto do município.

Fazem parte desse programa os seguintes sub-programas, que também devem vir acompanhados dos seus respectivos planejamento de ações:

Educação
Saúde e Saneamento
Cultura, Lazer e Esporte
Habitação

d) Programa Ambiental

Este programa deve estar colado à lógica da organização territorial, à necessidade de sustentabilidade do plano produtivo, à dependência da viabilidade da agricultura familiar à conservação dos recursos naturais, à necessidade de preservação dos remanescentes e das áreas protegidas por lei, de adoção de medidas recuperadoras/mitigadoras (quando for o caso), à qualidade de vida, ao desenvolvimento de uma consciência ambiental mais global e consistente (educação ambiental), etc.

Deve ser lembrado que o PDA além da sua importância enquanto “guia” do desenvolvimento da comunidade **poderá ser utilizado como subsídio para a elaboração do Projeto Básico de Assentamento, que é o instrumento para obtenção de licença ambiental de instalação do Projeto de Assentamento.**

Por isso, nesse programa deverão ser definidas claramente as atividades com maior potencial de impacto (como: supressão de vegetação nativa, uso e outorga de água para irrigação, movimentação de solo, etc) e as ações necessárias (projetos de educação ambiental, investimentos em recuperação de áreas degradadas, formas sustentadas de manejo dos recursos, etc) ao enfrentamento dos problemas ambientais diagnosticados, assim como de mitigação dos eventuais impactos ambientais potenciais dos novos investimentos propostos nesse Plano.

e) Programa de Desenvolvimento Organizacional e de Gestão do Plano

Tendo como referência os programas de organização territorial, produtivos, sociais e ambiental, nessa etapa deverão ser apresentadas as ações correspondentes à área organizacional necessárias à sustentabilidade institucional do assentamento. Dentre as propostas poderão constar ações de reestruturação ou fortalecimento da(s) associação(ões) comunitária(s) ou cooperativa(s) existente(s), a criação de novas associações ou cooperativas, de grupos temáticos por ação a ser implementada, a inserção do assentamento na dinâmica de desenvolvimento municipal (via os diversos

conselhos municipais) assim como todas as atividades de capacitação nas áreas gerencial e cooperativista.

Acompanhamento e Supervisão

Referenciando-se em todos os programas anteriores, este subprograma deverá apresentar o planejamento detalhado dos serviços de acompanhamento e supervisão, abordando sua participação em cada um daqueles programas, bem como suas formas de articulação com cada um deles e as ações prioritárias que deverão ser apoiadas com este serviço.

8.4 – Análise de Viabilidade Econômica

8.4.1. Por Projeto, Subprograma e/ou Programa

Deve ser realizada **a partir das parcelas médias identificadas e caracterizadas**, procurando-se então consolidá-la para os diversos grupos de produtores de acordo com os seus respectivos sistemas de produção. Nessa etapa, se estimará as receitas, despesas, saldo, necessidades de crédito, e renda líquida projetada para uma família característica de cada sistema de produção (que obrigatoriamente incluirá as atividades agropecuárias, os usos econômicos da biodiversidade, as atividades agro-industriais e as atividades não-agrícolas). É claro que essa análise deve incluir a produção para o auto-consumo, fundamental na estratégia de reprodução da agricultura familiar.

Delimitação final das áreas de plantio, pastoreio, extração de materiais de construção, atividade extrativista sustentada, fixação dos processos, limites e controles.

8.4.2. Do Plano

Com o objetivo de verificar o nível de eficiência global do Plano, deve-se fazer a sua Avaliação Econômica Global combinando todas as atividades e investimentos, contemplando: i) estimativas de custos e receitas; ii) análise de viabilidade econômica; iii) capacidade de pagamento dos assentados das dívidas assumidas com relação ao pagamento da terra e dos créditos obtidos.

8.5 - Investimentos Totais e Usos/Fontes de Financiamento

Nesta parte deverá ser apresentado um quadro que apresente todas as necessidades de recursos para a realização das atividades e investimentos previstos no plano (usos) para a consolidação do assentamento, especificadas por ano, e as respectivas fontes de financiamento identificadas (fontes). Estas últimas poderão ser: recursos orçamentários do INCRA, do governo estadual, da prefeitura municipal, PRONAF, recursos próprios dos assentados, etc.

ANEXO I - Detalhamento dos mapas a serem apresentados

Dentro do **diagnóstico (A)**, o quesito solos deverá receber atenção especial, devendo a equipe realizar levantamento detalhado dos tipos de solos existentes na

propriedade. Também é fundamental o detalhamento do uso atual da terra e cobertura vegetal, assim como da estratificação ambiental que condicionará o uso/conservação futuros. Os resultados devem ser apresentados da seguinte forma :

A1 – Mapa da bacia ou sub-bacia de localização do projeto de assentamento: deverá propiciar uma visão geral do contexto ambiental no qual se insere a área do projeto de assentamento, destacando em especial o uso da terra, a cobertura vegetal e a existência de áreas degradadas ou em processo de degradação.

A2 - Mapa de Solos: deverá conter de maneira detalhada as classes de solos da área, representados segundo a simbologia adotada pela Sociedade Brasileira de Ciência do Solo e seu correspondente na nomenclatura popular.

A3 - Mapa de uso atual da terra e cobertura vegetal: deverá conter de maneira detalhada as informações sobre o uso atual da propriedade, indicando culturas, pastagens, localização dos sistemas de produção detectados, áreas de remanescentes, Reserva Legal, áreas de preservação permanente, benfeitorias, etc.

A4 - Mapa da estratificação ambiental dos (agro)ecossistemas : representação da distribuição espacial das unidades agroambientais da área

A5 - Mapa de Capacidade do Uso da Terra: a partir do mapa de solos, considerando a análise da fertilidade (análise química), topografia (altimetria), o uso atual e as condições climáticas da região, indicar as classes de capacidade de uso das terras, segundo nomenclatura adotada pela Sociedade Brasileira de Ciência do Solo.

A6 – Mapa da organização territorial atual (ver item 7.2)

Dentro da **programação do desenvolvimento sustentável (B)**, a equipe deverá estar atenta para a organização espacial do assentamento, sendo ela responsável, juntamente com a comunidade, pela locação das áreas produtivas, reservas para preservação da fauna e flora, agrovilas, demais obras de infra-estrutura.

B1 - Mapa do anteprojeto de parcelamento incluindo áreas Reserva Legal e Preservação permanente e infra-estrutura existente e projetada: deverá contemplar o desenho da divisão dos lotes (se houver), áreas comunitárias, de Reserva Legal, de Preservação Permanente, obras de infra-estrutura (estradas, abastecimento de água, eletrificação rural, etc.) de acordo com a programação prevista.

B2 – Mapas/croquis das parcelas médias: deverá contemplar o desenho/croquis das parcelas médias com a nova proposta de uso das terras (áreas de agricultura de sequeiro e irrigada, pastagem plantada e natural, extrativismo, moradia, quintal, reserva florestal, etc).

Os mapas deverão ser apresentados em duas (02) vias, em **escala compatível** com o nível de detalhamento exigido, contendo o tipo de mapa, o nome e a área do projeto de assentamento, a equipe elaboradora, legendas indicativas e convenções (rios, estradas, caminhos, etc.), sendo os diferentes tipos classes e usos determinados, diferenciados por cores e padrões. Todos os mapas da área do projeto de assentamento devem conter a rede hidrográfica.

Sugestão de Escala dos Mapas Relativos às Áreas dos Projetos de Assentamento

Tamanho da área do PA (ha)	Escala
Até 2.000	1:20.000
De 2.000 a 20.000	1:50.000
Maior que 20.000	1:100.000

ANEXO II - Orientações para o anteprojeto de organização territorial

O anteprojeto da organização territorial objetiva, com base nos estudos dos recursos naturais, propor o melhor uso futuro do imóvel. O planejamento da organização territorial da área, deverá resultar no assentamento de famílias de trabalhadores rurais, com áreas médias uniformes, compatíveis com a diversidade da qualidade dos solos, com acesso à água e no melhor planejamento possível das estradas, do(s) núcleo(s) urbano(s), das áreas de preservação permanente e da(s) reserva(s) legal(is).

A organização territorial deverá ser planejada, pelos técnicos responsáveis, de forma compatível com os recursos naturais, com base nas imagens de satélite e outros materiais cartográficos e bibliográficos disponíveis, em especial o Relatório Técnico Preliminar e o Laudo de Vistoria e Avaliação, e outros materiais cartográficos, produzidos pela Divisão Técnica e pela Divisão de Suporte Operacional. Caso estes materiais cartográficos sejam considerados insuficientes, estudos complementares dos recursos naturais deverão ser realizados. A participação da comunidade assentada é essencial, durante todas as fases do processo de planejamento da organização territorial.

O estudo dos materiais cartográficos e literais disponíveis permitirão o mapeamento das unidades uniformes de solo, de relevo, de vegetação, dos recursos hídricos disponíveis, das áreas de preservação permanente e de reserva legal, permitindo a locação das classes de capacidade de uso do solo. Também deverá ser mapeada a rede viária existente, para uma posterior locação das estradas a serem necessariamente planejadas e implantadas.

Após os estudos preliminares dos materiais cartográficos e literais disponíveis será realizado o planejamento dos lotes rurais e/ou das áreas de explorações comunitárias, do (s) núcleo (s) urbano (s), da forma de exploração agrícola a ser utilizada, dos tipos de culturas a serem implantadas, das áreas de preservação permanente, de reserva legal e das estradas a serem implantadas.

Será necessária uma checagem de campo para verificar a viabilidade da implantação do ante projeto.

Proposta do Ante Projeto de Organização Territorial

O ante projeto da organização territorial deve especificar: 1) perímetro e área total; 2) parcelas de exploração individuais e as áreas de exploração coletiva (agrícola, pecuária, florestal, etc.), especificando a área de cada parcela ou de exploração comunitária; 3) as áreas urbanas (centro comunitário ou núcleo(s) urbano(s), quando forem previstos lotes urbanos para os assentados), especificando a(s) área(s) total(is). As

edificações e instalações serão dimensionadas em função das necessidades e de acordo com o número de famílias do projeto e do sistema de aldeamento. Suas especificações técnicas serão objeto de projeto técnico de engenharia, a ser elaborado por técnicos da Superintendência Regional, situando-se em áreas urbanas coletivas, sendo as suas localizações e dimensões definidas por ocasião da elaboração da organização territorial da área urbana; 4) reserva legal coletiva, se for o caso (existente ou projetada), especificando a(s) área(s) total(is); 5) locação das áreas de preservação permanente, com respectivos tamanhos; 6) recursos hídricos (rede hidrográfica, barragens, cacimbões, açudes, poços artesianos, etc); 7) estradas existentes, a recuperar e projetadas (alimentadoras e de penetração), bem como as estradas municipais, estaduais e federais, especificando a área total; 8) rede elétrica tronco projetada ou existente; 9) as áreas inaproveitáveis para exploração agrossilvipastoril, não classificadas em outras categorias (ex. áreas de domínio de redes elétricas, passagens de oleodutos, etc). Finalmente cabe lembrar que na elaboração do ante projeto de parcelamento deve-se, sempre, respeitar a legislação, em especial, a agrária e a ambiental.

Áreas de Produção

As áreas de produção deverão ser definidas em função do levantamento dos recursos naturais, dos tipos de explorações e da cultura do assentado. As áreas do assentamento podem ser exploradas de forma individual (parcelas), comunitária ou mista (individual e comunitária), conforme as discussões com a comunidade.

Distribuição das Parcelas e/ou Área Comunitária

Na concepção da organização territorial pode-se optar pelo modelo com parcelas individuais, pelo modelo de áreas de exploração coletiva ou semi-coletiva. Quanto à localização das residências dos assentados, pode ser adotado o modelo não aldeado, ou na parcela, aldeado ou semi-aldeado, conforme escolha dos assentados.

As parcelas deverão ser planejadas e distribuídas de forma que as mesmas tenham, preferencialmente, acesso à água, localizadas nas partes baixas, e a rede viária, que deverá ser projetada nos divisores d'água, que dão acesso aos lotes. Este tipo de planejamento permitirá que a frente da parcela fique na parte alta (estrada) e o fundo voltado para a drenagem ou aguadas. Deve-se evitar que as parcelas sejam projetadas abrangendo as duas margens de rios ou os dois lados de estradas. A relação máxima entre o comprimento e a largura da parcela deve ser de seis. Excepcionalmente pode chegar a oito.

Desta forma verifica-se que a organização territorial ou planejamento físico da área deverá ser esboçada em função, principalmente, da rede hidrográfica, do relevo e da aptidão agrícola das terras, podendo as parcelas variarem radicalmente de forma e tamanho em função desses atributos físico-geográficos.

Áreas Para Uso Urbano

Os núcleos urbanos, quando previstos, devem ser projetados em uma área, aproximadamente, central do projeto de assentamento. Deve-se, sempre que possível e cabível, aproveitar a sede do imóvel rural, onde muitas vezes já existe infra-estrutura aproveitável para a instalação do futuro núcleo urbano. O número máximo de parcelas

urbanas, por núcleo, deve ser de 300. Quando houveram mais de 300 famílias, deve-se projetar tantos núcleos quanto forem necessários. De modo geral, quando se trata de imóveis rurais com áreas acima de 5.000 hectares, faz-se necessária a constituição de mais de um núcleo urbano, prevalecendo um principal, localizado, normalmente, na parte central da área, onde são implantadas infra-estruturas de maior porte. Os núcleos deverão ser locados de forma uniforme no projeto, equidistantes entre si e espaçados por, cerca de, seis quilômetros. A organização territorial deverá ser projetada de modo a minimizar-se as distâncias das parcelas até os núcleos, onde o assentado poderá fixar sua residência.

A infra-estrutura física e de serviços a ser disponibilizada à comunidade de assentados nos núcleos urbanos deve prever: a) posto de saúde; b) escola de 1^o grau, até a 4^a série; c) centro comunitário; d) armazém; e) lotes urbanos residenciais e comerciais; f) sistema de abastecimento d'água; g) eletrificação, dentre outros. Eventualmente não são projetados lotes urbanos, quando os assentados moram na própria parcela.

Áreas de Reserva Legal e de Preservação Permanente

As áreas de reserva legal deverão ser, em primeiro lugar, locadas nas áreas com maior presença de remanescentes da vegetação nativa, para preservar a sua biodiversidade. Secundariamente, ela deve se localizar nas unidades fisiográficas mapeadas como de classes de capacidade de uso de maior limitação ao uso agrícola.

A definição das áreas de reserva legal deverá ser feita através de vistoria conjunta com o órgão ambiental, quando esta definição não tenha sido feita anteriormente pelo INCRA / IEF ou quando existir proposta diferente da definida anteriormente.

Estas áreas de reserva legal, quando em blocos, integrarão a área da parcela, devendo corresponder a 50 % da parcela, para a Amazônia Legal e 20 %, para as outras regiões do País. Este tipo de planejamento permitirá ao assentado explorar toda a sua parcela, exceto as áreas de preservação permanente. Farão parte do módulo familiar ou da área de exploração comunitária. Serão, portanto, áreas de domínio dos assentados, que podem ser exploradas, através de manejo sustentado, principalmente, em atividades extrativistas.

Nas áreas de preservação permanente inseridas nas áreas de reserva legal não é permitido qualquer tipo de intervenção antrópica, nas áreas restantes é permitida a sua utilização através de manejo sustentado.

Poderemos observar uma excelente preservação dos recursos florestais e hídricos, sem interferências graves no ecossistema, se a reserva legal de cada parcela unificar-se com a área de reserva legal da parcela seguinte e as áreas de preservação permanente, formando assim, um corredor de vegetação contínua, assegurando dessa forma, a preservação ambiental, a circulação da fauna e a troca de genes entre populações que de outro modo estariam isoladas.

As áreas de preservação permanente são aquelas elencadas no Código Florestal como impróprias para qualquer tipo de utilização econômica, servindo apenas para proteção da flora e fauna silvestre, proteção às nascentes, etc. Podemos destacar as seguintes áreas: a) com declividade igual ou superior a 100 % ou 45 °; b) de matas ripárias, nas larguras previstas pelo Código Florestal; c) ao redor das nascentes; d) topos

de morro a partir do terço superior dos morros *et cetera*. Deve-se prever a revegetação, com espécies autóctones, das áreas de preservação permanente que tenham sido antropizadas, de forma a recompor, da melhor forma possível a fitofisionomia original. Estas áreas devem ser locadas e medidas e, embora façam parte das parcelas, não pode haver, nas mesmas, qualquer tipo de antropização.

Os assentados devem ser orientados a explorar de forma racional os recursos naturais renováveis. Fica a cargo do IBAMA ou do órgão ambiental fiscalizador do estado, conjuntamente com esta Autarquia, a fiscalização, e o monitoramento das áreas de reserva legal e de preservação permanente, que serão de preferência, as áreas com vegetação nativa primária, ou em fase de regeneração, por meio de um programa de educação ambiental a ser ministrado à comunidade assentada.

Rede Viária e Elétrica Internas

A locação dos eixos viários é determinada com base nas informações contidas na carta planialtimétrica e depois de mapeadas as áreas de exploração, de reserva legal, de preservação permanente e de destinação urbana. Estes deverão ser dispostos nos divisores de água, evitando-se elevações de declividade acentuada, podendo, em alguns casos, sua projeção, no material cartográfico, incidir na meia encosta.

Esta metodologia tem por objetivo minimizar os custos com obras de arte e o volume de terra a ser movimentada. Objetiva, também, por ocasião da projeção do parcelamento, permitir que todas as parcelas tenham a sua frente voltada para a rede viária e o fundo para as aguadas.

Para uma melhor locação da malha viária, será necessário se dispor de uma carta planialtimétrica, em escala não inferior a 1:50.000, com curvas de nível de, se possível, vinte em vinte metros e que retrate toda a rede de drenagem existente na área.

Os mapas temáticos, elaborados de acordo com a metodologia já exposta anteriormente, deverão servir de base para a locação da rede viária, pois é de fundamental importância que se evite a projeção da mesma sobre terrenos arenosos, alagadiços e de relevo muito movimentado.

A rede tronco da eletrificação deverá seguir a rede viária, de modo a atender a todas as parcelas.

Em função do tráfego e número de parcelas a serem atendidas, as estradas devem ser hierarquizadas em alimentadoras e de penetração. As estradas alimentadoras devem ter uma faixa de domínio de 20 metros, 10 m. de desmatamento e pista de rolamento com revestimento primário de 6 metros. São estradas que recebem maior tráfego de veículos. As estradas de penetração devem ter uma faixa de domínio de 15 metros, 08 m. de desmatamento e pista de rolamento com 4 metros, sendo o revestimento primário apenas nos pontos críticos. Essas últimas, são estradas de acesso, a poucas parcelas, não recebendo tráfego de outras vias secundárias. Devem ser especificados o número de quilômetros a construir e a recuperar de cada um dos tipos de estradas. Também devem ser locadas as estradas de domínio federal, estadual e municipal, com a respectiva faixa de domínio, quando incidentes na área do projeto de assentamento. As estradas e caminhos que, por terem sido mal projetados ou estiverem irrecuperáveis, que serão,

Anexo 02 - Metodologia do MST para execução do PDA

Elementos para a construção de metodologia de implantação da nova proposta de Desenvolvimento do Assentamento (PDA)

Orientações políticas Gerais

“A simples ocupação e conquista da terra são um processo geralmente muito rápido, embora às vezes leve alguns anos para ser concluído devido ao descaso das autoridades responsáveis. O mais difícil não é o processo de conquistar a terra, mas sim fazê-la produzir, organizar a cooperação, a comercialização, desenvolver novas tecnologias e forjar uma nova consciência nos assentados, para que se tornem verdadeiros camponeses do nosso tempo”... (Ademar Bogo – Lições da luta pela terra)

• Apresentação

Estamos construindo uma metodologia de implantação da nova proposta de assentamento que leve em consideração não apenas os aspectos formais/ legais junto ao INCRA (como o corte do lote e a liberação de créditos), mas também que potencialize a consolidação de novas relações sociais e de produção nestas áreas. Assim, a proposta a ser elaborada deve considerar duas situações: (1) a dimensão legal; (2) a dimensão de futuro.

Por essa proposta, visamos um processo contínuo e estratégico de organização e emancipação da pequena agricultura familiar, entendendo: o seu momento histórico atual; as condições de nosso povo; e a projeção de futuro.

• O que é a proposta

Uma Alternativa/ metodologia para consolidação das áreas de assentamento com vista à construção de uma referência de agricultura e organização social que se apresente quanto resistência e superação do modelo de dominação, enfraquecimento e submissão da pequena agricultura. Queremos construir um novo modelo de assentamento, entendendo-o quanto processo contínuo de organização, planejamento, avaliação e participação.

• Objetivos

Construir o novo modelo de assentamento, planejando e ordenando os diversos elementos relativos às atividades territoriais, ambientais, produtivas e sócio-culturais deste, com o fim de garantir sua viabilização, consolidando mecanismos de produção e socialização de resistência e superação do modelo de dominação sócio-econômico, para o conjunto das famílias.

• Estratégias

Para a construção da nova proposta três elementos deverão ser considerados, a fim de elevar a consciência de nosso povo:

- Participação e capacitação massiva;
- Formação de base e de lideranças;
- Organicidade do assentamento.

• Princípios

- Controle político sobre o projeto de assentamento e o corte da área;

- Acertos políticos para distribuição das famílias no lote;
- Processo de titulação (título de concessão real de uso da terra);
- Organização das moradias;
- Organização dos núcleos de base;
- Organização da produção e da cooperação agrícola (plano de produção; formas de cooperação agrícola, assistência técnica, novo jeito de produzir, controle de crédito);
- Formação (massiva e de lideranças);
- Outros elementos organizativos (serviços internos no assentamento, escola, infraestrutura social, religiosidade, embelezamento, memória e símbolos da luta, motivação ideológica, manifestações artísticas e culturais, hábitos de saúde, lutas de massa);

- **Metas**

Pensar, sempre, o conjunto global do assentamento, estabelecendo um planejamento contínuo com participação e avaliação constante.

- **Resultados a curto, médio e longo prazo.**

- **Curto**

- Estabelecer um processo de formação de base
- Construir a organicidade do assentamento
- Elaborar o Plano de Segurança Alimentar (PSA)

- **Médio**

1º Momento:

- Regularizar e legalizar o assentamento junto ao INCRA por meio da Proposta de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) contendo:

- Proposta agroalimentar (projetos para o PRONAF)
 - Proposta de organização territorial (moradias, parcelamento, infra-estrutura, energia elétrica, água).
 - Proposta ambiental (licenciamento ambiental, gestão e manejo ambiental, recursos hídricos, educação ambiental).
 - Proposta de formação (gestão nas escolas, áreas sociais, centros de formação).

- Consolidar a organização no assentamento por meio do fortalecimento dos setores (produção, finanças, educação, saúde, gênero, jovens).

2º Momento:

- Construir moradias;
- Aplicação do PRONAF;
- Implantação de estratégias de comercialização;
- Implantação/ consolidação dos Centros de Formação.

- **Longo Prazo**

- Formação Contínua;
- Consolidação da Organicidade;
- Consolidação de uma nova proposta de produção, cooperação e comercialização.

- **Longuíssimo prazo**

- Superação do modelo de dominação econômica.

- **Metodologia de construção da proposta**

Planejamento coletivo e participativo com o conjunto das famílias e compartilhado com instituições e pessoas que possam apoiar e potencializar as tarefas/ atividades de implantação do novo assentamento.

DETALHAMENTO DE ATIVIDADES

Logística

Objetivo	Ações	Passos/ Metodologia	Participantes	Material/ Instrumentos	
1- Logística “Viabilizar a realização do “PDA” Através do levantamento de informações necessárias e mobilização do assentamento/ organicidade”.	A- Articulação interna do Assentamento	Sensibilização e motivação	Reunião com direção política Equipe + direção Equipe + direção + coordenação	<ul style="list-style-type: none"> - Mística de sensibilização. - Material didático para apresentação da proposta. - Locais de reunião. 	
		Preparação das famílias	Reunião com os núcleos Equipe + coordenação Equipe + coord.+ núcleos+ part. Oficina		
	B- Levantamento das Informações	Da região de influência:	<ul style="list-style-type: none"> - Dados históricos - Base cartográfica - Dados econômicos - Infra-estrutura sócio-cultural - Dados ambientais - Político institucional 		Equipe (grupos de trabalho)
		Do assentamento (informações já existentes)			
C- Levantamento de Infra-estrutura para execução do trabalho	<ul style="list-style-type: none"> - Viabilização dos locais de trabalho - Aquisição do material didático/ trabalho - Aluguel (?) de equipamentos. - Disponibilização de veículos (quantos?) 	Equipe + coordenação do assentamento	<ul style="list-style-type: none"> - Veículos (Locomoção) - Computadores e impressora - Arquivo/ mesa - Local de reunião - Material didático/ quadro/ mat. de trabalho - Filmadora/ Máquina Fotográfica 		
D- Articulação externa (segundo a realidade da região)	<p>Institucional</p> <p>Parcerias</p>	Equipe + coordenação do assentamento	<ul style="list-style-type: none"> INCRA Governo (Municipal, estadual, federal) Empresas terceiras Instituições de ensino Centros de Pesquisa ONG's Pessoas (profissionais, estudantes, religiosos) 		

Levantamento da Realidade

Objetivo	Ações	Passos/ Metodologia	Participantes	Material/ Instrumentos	
2- Levantamento da Realidade “Dotar as famílias de informações sobre a realidade do assentamento visando formação para a tomada de decisões”.	A- Diagnóstico qualitativo	Levantamento de inf. c/ coordenação (1 dia) Informantes qualificados (1 dia) núcleos	Entrevista Sistematização das informações Plenária de socialização e avaliação das informações. Entrevista Sistematização das informações Plenária de socialização e avaliação das informações. A ser realizado junto com o diagnóstico quantitativo	Brigadas de Campo Brigadas de Trabalho Equipe Brigadas de Campo Brigadas de Trabalho Equipe	- Perguntas abertas: de forma que ao responder as pessoas contem a história econômica, social e política da região do assentamento. - matriz de informações: Para cada membro das brigadas, responsável por uma área (social, política, econômica, territorial), terá uma matriz a ser levantada nas entrevistas. - computadores para a sistematização. - Material para apresentação das sistematizações. (craft, pincel, etc)
	B- Diagnóstico quantitativo	Reunião nos núcleos de famílias Itinerário técnico/ famílias (1/2 dia) Preparação diagnóstico final e da plenária (1/2 dia)	- Socializar dados qualitativos/ checar inf. Nos núcleos. - Iniciar discussão das expectativas - Realizar questionários por família/ levantamento quantitativo. (1 dia) Sistematização dos questionários/ planilhas (1 dia) Plenária de socialização/ avaliação do material (1/2 dia) Verificação de casos relevantes e levantamento de sonhos particulares. Elaboração de material para discussão da problematização e propostas nos núcleos.	Brigadas de Campo Brigadas de Trabalho Equipe Brigadas de Campo Equipe	- Questionários produtivo, social, territorial, político, econômico, histórico... - Material produzido nos diagnósticos qualitativos anteriores. - Questionários dos núcleos - Computadores para a sistematização. Material para apresentação das sistematizações. (craft, pincel, etc.) Transporte para visita às moradias e locais de trabalho das famílias. Material para apresentação das sistematizações. (craft, pincel, etc.)

Problematização (sonhos x realidade x princípios)

Objetivo	Ações	Passos/ Metodologia	Participantes	Material/ Instrumentos
3- Problematização da realidade para amadurecer o levantamento das propostas e fortalecimento dos núcleos.	Confrontações entre as expectativas, a realidade e os princípios do movimento.	1º - Levantamento e discussão das expectativas de cada um junto com o diag. quantitativo realizado nos núcleos.	Brigadas de Campo	Informações levantadas e produzidas pelas brigadas de trabalho.
		2º - Levantamento junto com o Itinerário técnico.	Brigadas de Campo	
		Reuniões de socialização das expectativas nos núcleos, debatendo com as informações levantadas (realidade) e, levantamento de definições gerais das propostas dos grupos.	Brigadas de Campo	

Propostas (1ª parte = PSA)

Objetivo	Ações	Passos/ Metodologia	Participantes	Material/ Instrumentos
4- Elaboração do Plano de Segurança Alimentar e definições gerais das propostas territorial, política, social, econômica.	A- Definições Gerais	Reunião (1) Realizada nos núcleos junto com a socialização dos sonhos.	Brigadas de Campo	- Materiais elaborados nas etapas anteriores; - Material para apresentação das sistematizações. (Craft, pincel, etc.)
		Sistematização de informações e plenária	Grupos de trabalho	
	B- Definições Específicas	Reunião (2) nos núcleos: discussão e delimitação de assuntos específicos	Brigadas de Campo	
		Sistematização de informações e plenária	Grupos de trabalho	
	C- Definição do PSA	Reunião (3) nos núcleos: discussão de elaboração final do PSA	Brigadas de Campo	
		Sistematização de informações e plenária	Grupos de trabalho	
	Reunião (assembléia ?) com ata. Transmitindo o material elaborado (PSA) e definindo o período das etapas de continuidade do trabalho.	Equipe		

Exemplo de divisão de tarefas:

1. Equipe: o conjunto de pessoas que estarão participando da coordenação/condução do trabalho de PDA.

2. Grupos de trabalho: É a divisão técnica do trabalho, são os que ficam responsáveis pela sistematização das informações, organizados por temáticas: econômica, social, política e territorial.

3. Brigadas de Campo: É a divisão da prática de campo com o perfil multidisciplinar, são os que ficam responsáveis pela coleta de informações de campo com os informantes qualificados, com os núcleos de famílias e com as famílias de forma individual. A Brigada será composta com representantes dos diversos grupos de trabalho.

4. O Grupo territorial: Não precisa necessariamente participar de todas as coletas de informações das brigadas de campo, devido à sua especificidade, sendo determinada pelo planejamento das ações a serem executadas. Tem que dimensionar qual a melhor infra-estrutura para o desenvolvimento das atividades (carro, computadores, material didático, entre outros).

Quadro: Exemplo de Divisão de trabalho durante o diagnóstico.

Divisão de Trabalho para o PDA		Grupos de trabalho			
		Econômico	Social	Político	Territorial
Brigadas de Campo	Grupo 1				
	Grupo 2				
	Grupo 3				
	Grupo 4				
	Grupo 5				

**Esclarecimento e Detalhamento das etapas da nova
“Proposta de Desenvolvimento de Assentamentos” – (PDA)**

Preparação geral do PDA:

- a) Definição do local/ reconhecimento prévio;
- b) Contato com as instâncias estaduais e do assentamento;
- c) Recursos/ Infra-estrutura;
- d) Mobilização externa;
- e) Parte da logística.

Constituição e Organização dos Grupos de Trabalho nos níveis econômico, social, político e territorial. Estes constituindo Brigadas de Campo, composta por todos os níveis. Planejamento e distribuição das tarefas entre os grupos e as brigadas.

1- Logística:

A- Articulação interna do Assentamento

- a) Sensibilização e motivação

Sensibilização envolta com a mística do novo modelo:

[direção → coordenação → núcleos]
Mística

Elementos contidos na mística: participação/ construção coletiva/ coletividade/ organicidade (reforçar ou promover)/ sonho do novo futuro.

- b) Preparação das famílias:

- A direção ou coordenação do assentamento, com apoio da equipe técnica, deve fazer o trabalho com os núcleos.

- Serão selecionadas lideranças e/ ou pessoas dos núcleos para participar nas brigadas (número de participantes conforme número de famílias/ núcleos)

- Ao levantar as brigadas de trabalho ver o perfil das pessoas considerando os seguintes critérios: liderança (coordenação do acampamento), relação de gênero, jovem, idoso, conhecimento da história local e da área, entre outros.

B – Levantamento de informações (ordenar a nível de prioridades)

a) Da região de influência (aspectos sociais, econômicos, políticos)

História da região

Informações necessárias	Onde conseguir
Dados históricos mais relevantes do município e da região.	- Dados IBGE - Biblioteca Municipal - Museu - Prefeitura - Internet - Universidades (monografias, livros)

Base cartográfica

Informações necessárias	Onde conseguir
Mapa da região;	- Dados IBGE
Localização do assentamento (mapas de solo, relevo, hidrografia, vegetação, clima).	- INCRA - INPE - Prefeitura - Órgãos do estado (EMATER)

Dados econômicos

Informações necessárias	Onde conseguir
Estratificação social;	- Dados IBGE
Cultura econômica;	- Prefeitura
Estudo de mercado ou cadeia produtiva.	- Órgãos do estado

Infra-estrutura sócio-cultural

Informações necessárias	Onde conseguir
Equipamentos escolares e de saúde;	- Dados IBGE
Programas;	- Prefeitura: Secretarias (Saúde, educação, cultura...)
Índices relevantes;	- Órgãos do estado
Nível de escolarização, evasão escolar;	- Igrejas
Atividades culturais.	

Dados ambientais

Informações necessárias	Onde conseguir
Identificação do ecossistema	- Dados IBGE
Identificação de programas existentes e se o assentamento está inserido em algum	- Secretaria de meio ambiente do município - ONG's locais - Universidades
Levantar áreas de proteção existentes	- IBAMA - Órgãos estaduais do meio ambiente

Político institucional

Informações necessárias	Onde conseguir
Levantar organização político institucional do município	- Prefeituras - Igrejas - Sindicatos - Movimentos Populares - ONG's locais - conselhos
Sociedade Civil organizada	

2- Levantamento da realidade

A- Diagnóstico qualitativo:

Finalidade: Levantar informações da realidade do assentamento de forma rápida, abrangente e qualificada.

Metodologia: Perguntas abertas de forma que ao responder as pessoas contem a história econômica, social e política da região e do assentamento.

Etapas:

a) Coordenação:

No questionário com a coordenação busca-se o levantamento de informações gerais do assentamento. Define-se conforme a complexidade do assentamento o número de participantes.

b) Informantes qualificados:

Previamente indicados na reunião com a coordenação, sendo jovens, idosos, mulheres, entendidos em determinado assunto, pessoa de fora do assentamento, etc. para levar informações diferenciadas/ qualificadas.

c) Apresentação/ complementação das informações nos núcleos de famílias

d) Lista de objetivos

Elaboração de uma lista de informações essenciais para cada área (territorial, econômica, social...) para facilitar o levantamento de informações durante a entrevista/ conversa.

e) Planilha de sistematização

Com o objetivo de sistematizaras informações essenciais, promovendo cruzamento dos dados das informações necessárias.

B- Diagnóstico quantitativo:

Metodologia:

As Brigadas de Campo realizam os levantamentos dos dados por família, através de formulários das áreas econômica, social e política, durante a reunião dos núcleos e que serão sistematizadas pelos Grupos de Trabalho. Os questionários serão direcionados por temas: econômico/ financeiro e social.

3 – Problematização (expectativas das famílias x realidade x futuro)

- Inserir a expectativa das famílias no levantamento qualitativo.
- Expectativas particulares das famílias junto com o levantamento quantitativo.
- Socialização das expectativas das famílias nos grupos, promovendo o aprofundamento das divergências e contradições entre a realidade, a expectativa das famílias e as políticas do MST para as áreas de assentamentos.

Orientação:

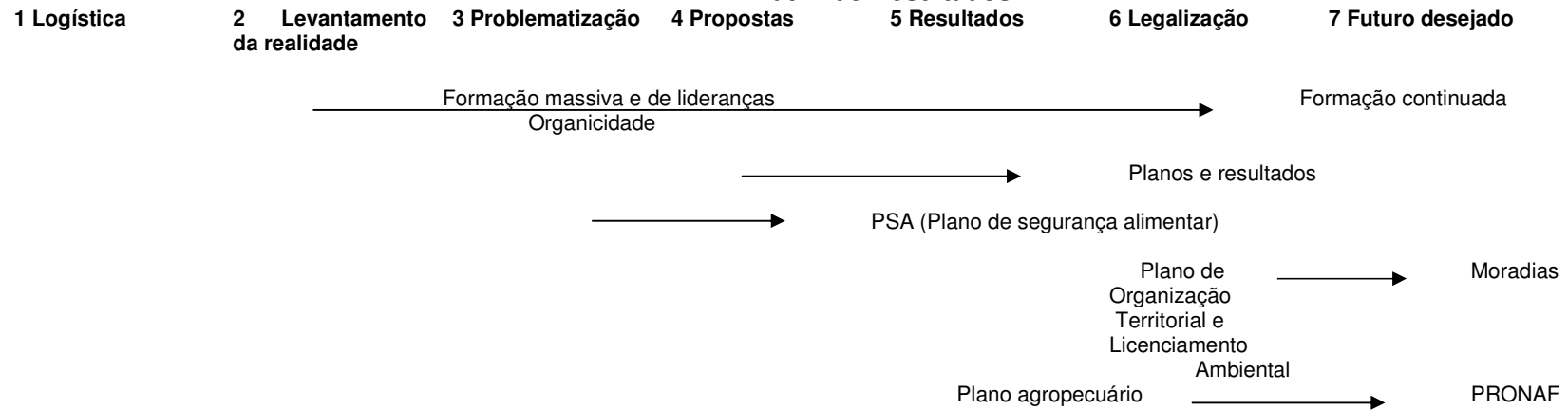
- a) Estarmos sempre preocupados com o fortalecimento dos núcleos, e das demais instâncias e setores do assentamento.
- b) No desenvolvimento das atividades de elaboração e condução dos passos de elaboração dos planos, procurar ir diminuindo na coordenação das atividades a presença dos agentes externos ao assentamento, fazendo com que as instâncias e setores do MST da região e principalmente do assentamento assumam o comando efetivamente, contando com assessorias externas aonde for necessário.

Proposta de Desenvolvimento de Assentamentos

Matriz de Atividades

1 Logística	2 Levantamento da realidade	3 Problematização	4 Propostas	5 Resultados	6 Legalização	7 Futuro desejado
<ul style="list-style-type: none"> - Articulação interna - Levantamento de informações - levantamento de infra-estrutura - articulação externa 	<ul style="list-style-type: none"> - diagnóstico qualitativo - diagnóstico quantitativo 	<ul style="list-style-type: none"> - expectativas x realidade x princípios do MST 	<ul style="list-style-type: none"> Territorial Econômica Sócio-cultural Político-institucional 	<ul style="list-style-type: none"> - Plano de segurança alimentar; - Proposta de organização territorial - Proposta ambiental - Proposta agropecuária - Proposta de formação - Estratégias sociais 	<ul style="list-style-type: none"> - Regularização e legalização junto ao INCRA e MMA/ IBAMA 	<ul style="list-style-type: none"> - Organicidade - Superação do modelo (novo modelo de assentamento).

Matriz de Resultados



Anexo 03 - Lista das famílias assentadas na Comunidade de Resistência Roseli Nunes

Nome	Estado Civil	Esposa (o) ou Companheira (o)	Idade	Origem	Atividades Anteriores	Dependentes
Alsírio Alves de Almeida	Divorciado		57	Gonzaga (MG)	Pedreiro	
Antônio Fernandes Rigueira	Casado	Maria Conceição Souza Rigueira	53 47	Padre Felizberto (MG), Pedra do Anta (MG)	Pedreiro, doméstica	Cátia Paulina Rigueira (14), Moisés Antônio Rigueira (5)
Areni Peixoto do Amaral	Solteiro		44	Santa Maria do Suaçuí (MG)	Empreiteiro de obras	
Cláudio Henrique Machado	Solteiro		22	Ibirité (MG)	Servente de obras	GALDINO HENRIQUE MACHADO (PAI)
Dinamar Ferreira de Jesus	Casado	Eliana Almeida Ferreira	39 34	Pequi (MG), o casal	Lavrador, lavradora e dona de casa	Adriano Ferreira de Jesus (18), Ariane Ferreira de Jesus (16), Dinamar Ferreira Júnior (11), Welintom Geraldo de Almeida (19)
Domiciano Gomes de Matos	Separado		58	Pavão (MG)	Vigia	
Fabiano Pereira da Silva	Solteiro		22	Antônio Dias (MG)	Biscateiro	
Geraldo Mendes Peixoto	Solteiro		32	Jampruca (MG)	Desenhista	
Homero Soares Jardim	Casado	Antonieta Batista Jardim	59 48	Itinga (MG), Araçuaí (MG)	Pedreiro, servente de limpeza	Marcelo Batista Jardim (25), Flaviana Batista Jardim (13), Marcos Vinícius Borba Oliveira (10), Poliana Barbosa dos Santos (7)
João Batista Rigueira	Solteiro		26	Belo Horizonte (MG)	Pedreiro	
José da Cruz	Casado	Maria das Dores Lucas da Cruz	63 57	Quilombo (MG)	Servente de obras, doméstica	José Carlos da Cruz (19), Antônio Claudinei da Cruz (18), Vanderley da Cruz (16)
José do Carmo Pereira dos Santos	amigado	Benigna Gonçalves Ribeiro	33 50	Governador Valadares (MG) Belo Horizonte (MG)	Servente de obras, doméstica	
José Estevão da Silva	Casado	Maria Aparecida de Souza	45 33	São José do Jacurí (MG), o casal	Porteiro, doméstica	Fábio de Souza Silva (10), Bruno de Souza Silva (9), Daniela Paula de Souza Silva (8)

José Maria Mendes Marães	Casado	Ivanilde Teixeira Martins	36 40	Pará Pote (MG)	Eletricista de automóveis, doméstica	Taís Martins Marães (6), Raiane Martins Marães (5)
Manoel Evêncio	Viúvo		65	Ipanema (MG)	Servente de obras	
Rodrigo Peres Coelho	Solteiro		16	Belo Horizonte (MG)		Dionília Coelho (avó)
Ronaldo Batista Jorvino	Casado	Aparecida do Carmo Rigueira Batista	22 22	Belo Horizonte (MG), o casal	Servente de obras, doméstica	
Sinval Francisco de Almeida	Casado	Maria das Graças Gomes de Almeida	45 51	Nanuque (MG), Carlos Chagas (MG)	Pedreiro, doméstica	Tiago Gomes de Almeida (neto, 4)
Sonia Aparecida Alves de Matos	Amigada	Geraldo Ferreira Sobrinho	33 50	Pavão (MG), São Sebastião do Maranhão (MG)	Doméstica	Dayane Alves de Matos Souza (11), Dailton Alves de Matos Souza (9), Vitor Augusto Alves Ferreira (2)
Tito Mendes de Souza	Casado	Liene Aparecida Oliveira de Souza	47 33	Minas Gerais, o casal	Lavrador, doméstica	Talita Mendes de Oliveira (12), Tatielle Mendes de Oliveira (8), Tatiley Mendes de Oliveira (7), Liete Mendes de Oliveira (2)
Valdemar Alves dos Santos	Amigado	Maria Augusta Rodrigues da Silva	53 45	Medina (MG)	Servente de obras, doméstica	
Valdério Rodrigues Salomão	Casado	Maria Gonçalves Salomão	46 45	Jacinto (MG), Batingaiá (BA)	Pedreiro, doméstica	Eliseu Gonçalves Salomão (17), Marleide Gonçalves Salomão (16), Marlúcia Gonçalves Salomão (13), Jonatas Gonçalves Salomão (12)

Fonte: PDA da Comunidade de Resistência Roseli Nunes, 2004.

Anexo 04 – Metodologia do PPOA

CARTILHA

PROCESSO DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO - PPOA

(Metodologia para elaboração dos PDA's e PRA's)

Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente do MST



APRESENTAÇÃO

A implantação dos assentamentos de reforma agrária representa uma oportunidade de melhoria na qualidade de vida de milhares de famílias no campo. No processo de luta pela terra as famílias sem-terra passam a ter acesso aos serviços públicos essenciais tais como: saúde e educação. Quando conquistam a terra, estes serviços se ampliam para moradia, água, saneamento, energia, créditos para produção entre outros.

Muitos assentamentos foram implantados sem considerar as características dos recursos naturais ali existentes, tais como: solo, vegetação, água, relevo etc. Em função disto, muitas das conquistas sociais não foram atendidas em sua plenitude, contabilizando-se vários assentamentos com infra-estruturas (estrada, energia, água) mal colocadas. Em outros, muitos lotes ficaram localizados em terras não propícias para a agricultura, dificultando e comprometendo o desenvolvimento das atividades agrícolas.

Considerando estas questões, a presente cartilha tem por objetivo propor um Processo para o Planejamento e Organização do Assentamento (PPOA) como método para implantação dos assentamentos nas áreas conquistadas. Por ele pretendemos estimular um processo de planejamento participativo e de consolidação da organicidade do assentamento, debatendo e propondo um plano para o assentamento que potencialize as dimensões: sociais, culturais, econômico-produtivas e ambientais.

Muitas experiências estão sendo desenvolvidas nos Estados. Sempre pautados pelo desafio de construir NOVAS FORMAS DE ASSENTAMENTOS. Esperamos que o Método PPOA venha potencializar este trabalho. A presente cartilha constitui-se numa reflexão teórica, dos processos práticos realizados em diversos locais. A Cartilha é uma ferramenta de execução que deve ser complementada pelos estudos já acumulados pelo MST sobre o que entendemos por NOVAS REFERÊNCIAS DE ASSENTAMENTOS.

Boa leitura!

Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente

INTRODUÇÃO

O Método que apresentamos a seguir foi desenvolvido a partir de várias experiências exercitadas ao longo dos últimos cinco anos em assentamentos do MST que tiveram como objetivo primeiro a implantação de novas formas de assentamentos. Posteriormente, com a normatização dos PDA's, as experiências foram orientadas para dar respostas a este documento.

No entanto, durante o processo de reflexão sobre o que era e para que servia o PDA, fomos desenvolvendo uma metodologia que tivesse por foco central o Planejamento e a Organicidade de nossas áreas e que também serviria para realizar os PDA's e depois os PRA's. Nos primeiros anos de experiências chamamos nosso método de A PDA (PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO DO ASSENTAMENTO), diferenciando-se do PDA (Plano de Desenvolvimento do Assentamento do INCRA). Contudo, como a sigla era a mesma, poucos avanços obtivemos na propagação do método e de sua perspectiva. O nosso PDA denominado proposta, entendia o assentamento e o plano como um processo de empoderamento e construção e re-construção contínua da vida comunitária local. Adotamos a idéia central de Processo e Decisão por parte das famílias assentadas. E para isto adotamos a participação plena com formação de consciência como principais instrumentos no planejamento do assentamento.

Foi nesse sentido que adotamos o nome de o PPOA (Processo de Planejamento e Organização do Assentamento). Ele serve de suporte para a realização dos Planos de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) e Planos de Recuperação do Assentamento (PRA). Sua elaboração está relacionada às diversas práticas implantadas em vários assentamentos localizados nas mais diversas regiões do país. O processo descrito e os passos apresentados foram exercitados em assentamentos antigos, novos e em pré-assentamentos dos mais diversos tamanhos e regiões de nosso país.

Portanto, acreditamos que seu conteúdo atende as mais diversas realidades que encontramos em nossas áreas. Lembramos também, que a cartilha

orienta para um método que tem como pressuposto a realidade de cada área. Ou seja, não é a realidade que se enquadra no método, mas o contrário, nosso método é que se propõe interpretar e re-construir nossas realidades sob as bases que ela nos apresenta!!!

Também acreditamos que o planejamento e organização de nossas áreas é tarefa de todas as instâncias diretivas do MST. Todos os setores devem estar envolvidos. O assentamento é uma estrutura social complexa, e não podemos interpretá-lo ou planejá-lo considerando suas partes separadas. Por isso, esta tarefa é uma ação importante do MST como um conjunto e acima de tudo, dos e das dirigentes estaduais, regionais e locais. O papel da assessoria técnica e parcerias (universidades e entidades diversas) são de apoiar e auxiliar na construção. As decisões devem ser tomadas pelas famílias assentadas e o método faz parte da prática de democracia e participação e respeito do MST com a comunidade e com a natureza.

Na tentativa de sermos didáticos, dividimos a cartilha em blocos, sendo:

1. orientações políticas gerais: são os pressupostos e princípios adotados;
2. orientações metodológicas: como preparar e executar os trabalhos;
3. ferramentas para o trabalho de campo: são algumas planilhas de coleta e sistematização de dados que foram elaboradas em diversas práticas;
4. Sobre os PDA's e PRA's: são algumas reflexões sobre o uso destes instrumentos no planejamento dos assentamentos.

Por fim, acreditamos que o estudo dessa cartilha deve ser efetuado junto com nossos textos: *O que levar em consideração na organização do assentamento e Estratégias para os assentamentos no atual contexto da luta de classes.*

Bom estudo e Bom trabalho!!!

Coletivo Nacional de PDA, setembro de 2005.

SUMÁRIO

BLOCO 1 – Concepção política

- 01. Elementos para construção da metodologia de implantação de NOVAS REFERÊNCIAS DE ASSENTAMENTOS
- 02. Passos para elaboração da proposta de desenvolvimento do assentamento

BLOCO 02 – Orientações metodológicas [Organicidade dos trabalhos da equipe de PPOA]

- 01 – Orientação para a preparação de atividades
- 02 – Orientação sobre o cronograma de realização de atividades
- 03 – Orientação para divisão de tarefas
- 04 – Orientação para os Grupos de trabalho
- 05 – Orientação sobre o trabalho de brigada de campo (método de trabalho junto aos núcleos de famílias)
- 06 – Orientação sobre a reunião com a coordenação
- 07 – Orientação sobre as características dos informantes qualificados
- 08 – Orientação sobre o levantamento qualitativo

BLOCO 03 – Ferramentas para coleta de dados

- 01 – Roteiro de pesquisa no(s) município(s) de influência do assentamento
- 02 – Roteiro de levantamento territorial
- 03 – Planilhas para levantamento econômico
- 04 – Planilha para o levantamento quantitativo sócio-político e cultural
- 05 – Roteiro de levantamento dos sonhos

BLOCO 04 – Sobre os PDA's, PRA's

BLOCO 01 – Concepção Política

A comunidade camponesa pode ser uma utopia construída pela invenção do passado. Pode ser a quimera de algo impossível no presente conformado pela ordem burguesa. Uma fantasia alheia às leis e determinações que governam as forças produtivas e as relações de produção no capitalismo. Mas pode ser uma fabulação do futuro. Para a maioria dos que são inconformados com o presente, que não concordam com a ordem burguesa, a utopia da comunidade é uma das possibilidades do futuro. Dentre as utopias criadas pela crítica da sociedade burguesa, coloca-se da comunidade, uma ordem social transparente. Esse é, provavelmente, o significado maior do protesto desesperado e trágico do movimento social camponês. (Otavio Ianni, A utopia Camponesa.)

01. Elementos para construção da metodologia de implantação de NOVAS REFERÊNCIAS DE ASSENTAMENTOS

Com a conquista da terra, introduzimos uma nova fase de organização das famílias. É o momento em que deixamos a “vida de acampados” e iniciamos a “vida de assentados”. No território do assentamento a vida aponta novas perspectivas. Principalmente, em locais, onde os acampados vêm de outras regiões. A vitória na luta pela terra, sob duras penas, possibilita o florescimento de sonhos de uma vida melhor. Contudo, os desafios da organização estão, apenas, iniciando um novo momento de disputa com o atual Modelo de Exclusão social existente.

Nesta etapa definem-se: seleção; liberação dos primeiros créditos, início da organização da produção com assistência técnica, implantação de infra-estruturas, entre outros. Isto é, nossas preocupações tornam-se múltiplas e complexas. Somos envolvidos em uma série de situações e demandas a serem supridas para garantir nossa permanência na terra. É assim, que a construção de uma NOVA REFERÊNCIA DE ASSENTAMENTO deve ser vista. Ela é um processo contínuo para atendimento de nossas demandas com fins à construção de uma nova comunidade que se liberte da exclusão e dependência provocados pelo atual MODELO ECONÔMICO.

Por isso, não podemos perder a dimensão da luta pela terra. Estamos vivendo uma nova etapa dela. Mas a luta sempre continua. Nossos desafios, portanto, são muitos e muitas pessoas devem ser envolvidas nesta nova etapa.

Para que a vida no assentamento se desenvolva em sua plenitude, alguns elementos devem ser considerados para a sua organização e consolidação. Internamente, devemos planejar todas as dimensões da vida (moradia, produção, cooperação, meio ambiente, saúde, educação...); externamente, devemos continuar reivindicando melhores condições para os sem-terra, garantindo uma reforma agrária verdadeira.

⇒ O que é o PROCESSO DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO (PPOA)?

O Processo de Planejamento e Organização do Assentamento é um método utilizado para a organização dos assentamentos de reforma agrária. Por meio dele queremos consolidar novas áreas de assentamentos, transformando-as em referências de organização nas dimensões produtivas e sociais. Nestas áreas pretende-se consolidar uma prática constante de planejamento e avaliação dos aspectos da: educação, saúde, meio ambiente, moradia, infra-estrutura, produção, cooperação, créditos, lazer, cultura etc. O PPOA baseia-se num processo de participação contínua para tomada de decisões coletivas relativo à vida do assentamento. Estas decisões devem apontar para a construção de um novo modelo agrícola em nossas áreas.

A execução do PPOA tem no horizonte duas questões centrais:

(1) a dimensão de organicidade – isto é, consolidar nossa organicidade no assentamento como instrumento capaz de tomar decisões e apontar para a construção de um novo modelo agrícola baseado: construção da agroecologia, cooperação e novos valores sócio-culturais.

(2) a dimensão legal/institucional - isto é, apresentar os Planos Legais solicitados pelo Poder Público (PDA's, PRA's e outros),

Para isto, precisamos compreender três situações distintas nas áreas a serem trabalhadas: (1) o seu momento histórico atual [relações de produção existentes]; (2) a trajetória e os anseios dos sujeitos sociais [forças de produção locais]; e (3) a construção de um novo modelo agrícola [o futuro desejado].

⇒ Quais são os nossos objetivos com o PROCESSO DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO (PPOA)?

Quando formos iniciar o PROCESSO DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO devemos ter bem claros os

nostros objetivos, ou seja, onde queremos chegar. É preciso apresentar os objetivos e temporalizá-los, isto é, identificar quais são as demandas de curto, médio e longo prazo. Por exemplo, a longo prazo, nosso objetivo maior é construir uma nova referência de assentamento, planejando e ordenando os diversos elementos relativos às atividades territoriais, ambientais, produtivas e sócio-culturais com fins a garantir a viabilização do assentamento e fazer do local uma área alternativa ao modelo agrícola dominante. Queremos construir um território livre das mazelas do capital, onde o conjunto das famílias tenha uma vida melhor. Neste território estará instalado o princípio da participação, da consciência da luta de classes, da igualdade entre as pessoas e da soberania alimentar.

Para atingir este objetivo devemos organizar o povo. Ele é a essência do assentamento. Portanto, é preciso elevar a consciência das pessoas, dar-lhes os instrumentos necessários para sua formação e participação. Assim, durante o processo, três elementos deverão ser considerados:

1. participação e capacitação massiva
2. formação da base e de lideranças
3. organicidade do assentamento

Sem estes elementos, dificilmente construiremos novas relações humanitárias no assentamento.

⇒ Onde queremos chegar com o PROCESSO DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO (PPOA)?

Temos um objetivo maior, conforme já dito, que é a organicidade das famílias assentadas, germinando novas áreas capazes de resistir a dominação do modelo agrícola e acumular forças para a construção de uma nova sociedade. Nosso eixo central é possibilitar que nossos assentamentos sejam territórios de RESISTÊNCIA E ACÚMULO DE FORÇAS contra o modelo de exclusão existente na agricultura e na sociedade.

Para isso, durante a realização do PROCESSO DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO é preciso apontar para as

conquistas que são imediatas e as que são de médio prazo. Também, é preciso não se perder nos elementos imediatos, mas devemos considerá-los como um momento importante e fundamental para as conquistas futuras. Significa, por exemplo, se nesta fase a preocupação principal das famílias é a alimentação [auto-consumo], este passa a ser nosso desafio imediato. A partir da organização do auto-consumo, iniciamos a discussão da diversidade da produção, formação dos quintais diversificados, sistemas de cooperação simplificados... sucessivamente, até a discussão posterior, dos créditos de investimento e implantação de cooperativas, consolidação das práticas agroecológicas etc..

Assim, a organização do assentamento acontece em momentos que vão se acumulando. A primeira delas é a conquista da área por meio da luta pela terra. Entendendo isso, nossas ações devem produzir conquistas permanentemente, ao longo deste processo, como mecanismo constante de dar um salto de qualidade na vida das famílias e fortalecimento de laços comunitários. Neste longo caminho, todas as vitórias devem ser comemoradas coletivamente.

A definição do planejamento e do momento de execução de cada etapa estará vinculado ao desenvolvimento das forças produtivas locais somado ao nível de organicidade das famílias assentadas. De uma forma geral, podemos caracterizar alguns desafios, aqui descritos:

No primeiro momento, consideramos a organicidade interna do assentamento. Nele precisamos aprofundar nos elementos que estruturam, minimamente, as famílias, para que elas permaneçam na área. Portanto, uma de nossas iniciativas é garantir a formação e a produção para o auto-consumo.

Desafios imediatos são:

- Estabelecer um processo de formação de base;
- Construir a organicidade do assentamento;
- Garantir o auto-consumo das famílias (podemos trabalhar com elementos da agroecologia, como a diversificação dos quintais);

Num segundo momento, vamos planejar o acesso aos créditos e melhorar as infra-estruturas da área, por isso nosso olhar deve-se direcionar para:

Desafios de curto médio (dependerá de cada assentamento). Para um assentamento que está na fase de implantação podemos dizer que os elementos são:

- o regularização e Legalização do assentamento junto ao INCRA por meio do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA);
- o aplicação dos créditos de produção: proposta agroalimentar (projetos para o PRONAF);
- o organização territorial (moradias, saneamento, parcelamento, infra-estrutura, energia elétrica, água);
- o ambiental (licenciamento ambiental, gestão e manejo ambiental, recursos hídricos, educação ambiental);
- o formação (gestão das escolas, saúde popular, áreas sociais, centros de formação);
- o instalação de equipamentos sociais (escolas, postos de saúde, centros comunitários...);
- o consolidação da organicidade no assentamento por meio do fortalecimento dos setores (Produção, finanças, educação, saúde, gênero, jovens, formação...).

Nesse momento devemos estar cientes da necessidade dos trabalhos de base. Não podemos querer executar as atividades de forma espontaneísta e imediatista. E preciso refletir e debater todas estas questões. O planejamento é fundamental para a estruturação das famílias e do assentamento. Após as definições, o momento seguinte é a execução.

- o As moradias
- o Aplicação dos créditos
- o Implantação de estratégias de comercialização
- o Implantação/consolidação dos Centros de Formação

Aqui, devemos ter a sensibilidade para perceber que as ações nem sempre, ocorrem gradativamente, isto é, uma após a outra. Os elementos vão se complexificando. Nem sempre as atividades vão ocorrendo paralelamente. Por isso, a necessidade de muitas pessoas participando do processo. Com

isso, conseguimos dividir as tarefas e dar plenitude a todas as dimensões do assentamento. Temas como: formação, agroecologia e cooperação, sempre farão parte de nossas atividades. A organização e participação dos setores do MST, no assentamento, são fundamentais.

Por fim, como a luta é constante, estamos trilhando o caminho da soberania nos assentamentos, de transformá-los num território livre do capitã (ou seja, da injustiça). Precisamos tomar cuidado para não nos acomodarmos, por isso, nossos desafios a longo prazo são:

- o Formação contínua
- o Consolidação da organicidade (a participação deve acontecer em sua plenitude. Não queremos apenas criar a idéia e cargos atrelados a uma organicidade. Estamos querendo consolidar formas efetivas de participação e tomada de decisão por todos e todas)
- o Consolidação de uma nova proposta de produção, cooperação e comercialização – articularem-se regionalmente e com os municípios próximos
- o Consolidação da agroecologia nas nossas áreas

Com isso queremos estar próximos de criar nos assentamentos de reforma agrária uma vida em comunidade, onde os laços de companheirismo e fraternidade estejam fortalecidos. Nestas áreas de referência do novo modelo de assentamento queremos apresentar como princípio a cooperação, a agroecologia, a produção de sementes, a educação popular, a saúde, o meio ambiente.... enfim, um Novo Homem, e uma nova Mulher... uma nova sociedade.

⇒ Princípios a serem considerados no PROCESSO DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO (PPOA)¹

Na definição da proposta de desenvolvimento do assentamento devemos levar em consideração os princípios de nosso movimento, bem como, as

¹Ver: CONCRAB (2001). Caderno de Cooperação Agrícola n° 10. **O que levar em conta para a organização do assentamento – a discussão no acampamento.** São Paulo: CONCRAB.

propostas já construídas. Não estamos partindo do zero. Diversas experiências já foram consolidadas na organização dos assentamentos. Por isso, devemos destacar:

- o controle político sobre o projeto de assentamento e o corte das áreas (a decisão é das famílias e o planejamento deve considerar a situação dos recursos naturais existentes);
- o acertos políticos para distribuição das famílias no lote (superação dos sorteios, pelos acordos de convivência dos núcleos de base);
- o processo de titulação (título de concessão real de uso da terra superando a idéia da propriedade privada que é individualista);
- o organização das moradias (aproximando-se as casas em favor dos laços comunitários – considerando cada região);
- o organização dos núcleos de base – consolidando a participação;
- o organização da produção e da cooperação agrícola (plano de produção; formas de cooperação agrícola, assistência técnica, novo jeito de produzir, controle do crédito);
- o formação (massiva e de lideranças);
- o outros elementos organizativos (serviços internos no assentamento, escola, infra-estrutura social, religiosidade, embelezamento, memória e símbolos da luta, motivação ideológica, manifestação artísticas e culturais, hábitos de saúde, lutas de massa);
- o adoção da agroecologia como alternativa de produção e modo de vida, respeitando as pessoas e a natureza.

⇒ **Quem desenvolve o PROCESSO DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO (PPOA)?**

A participação é o elemento fundamental da organização. Portanto, para que a proposta de assentamento, de fato, aponte para a construção do NOVO HOMEM e da NOVA MULHER, é preciso que o homem, a mulher, os jovens, os idosos, as crianças façam parte deste debate. Assim, o método deverá ser executado próprias famílias assentadas. São elas que

devem, organizadamente, definir os caminhos que irão percorrer para alcançar os objetivos, aqui, apresentados. Todavia, é preciso que elas tenham condições de optarem e definirem qual o caminho percorrer. Por isso, precisamos ter assessorias (ou equipes) que contribuirão com elas este processo. Esta articulação – famílias, militantes, dirigentes e equipes técnicas – devem se orientar pelos princípios do MST. O Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente, deve estar a frente deste processo. Mas acima de tudo, **o MST** deve se articular para esta atividade, incorporando **peças dos setores** a serem demandados nesta tarefa.

⇒ **Principais preocupações com o PROCESSO DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO (PPOA)**

Nossos desafios são muitos e grandes. Mas também, somos milhares de camponeses e camponesas na luta pela terra. Por isso, é preciso compartilhar as tarefas e fortalecemo-nos quanto coletivo para não nos perder no tempo e nas demandas imediatistas. O Planejamento deve ser, sempre, coletivo e participativo com o conjunto das famílias e compartilhado com instituições e pessoas que possam apoiar e potencializar as tarefas/atividades de implantação do novo assentamento. Acima de tudo, para que o planejamento funcione, devemos partilhar as tarefas e nos organizar para as lutas que se farão necessárias.

Por fim, devemos entender as realidades e especificidades de cada lugar. Por isso, o PROCESSO DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO quanto instrumento metodológico, deve ser adaptado nos locais. Entendendo que nosso objetivo é o mesmo: a construção de uma sociedade justa, igualitária e em comunhão com a natureza.

DOCUMENTO 02
Passos para a elaboração da Proposta de Desenvolvimento do Assentamento

O processo de organização do assentamento na elaboração da proposta de desenvolvimento envolve etapas bem definidas, sendo:

1. Logística
2. Levantamento da realidade (Diagnóstico)
3. Levantamento dos sonhos e Problematização
4. Concepção de propostas (Diretrizes Gerais do Plano)
5. Elaboração dos projetos (Especificação dos Itens do Plano) – a ser desenvolvido por uma equipe especializada.

Ao final destas, ainda poderemos citar uma sexta etapa que se desdobra em duas ações simultâneas:

- regularização do assentamento junto ao INCRA, para recebimento dos créditos de implantação
- organicidade política do assentamento

Deve-se ter claro, que estas etapas às vezes ocorrem simultaneamente. Ou seja, na mudança de uma para a outra, elas convivem juntas. Significa dizer que nem sempre é possível delimitar o momento de fechamento do levantamento da realidade e o início da problematização e assim por diante. Mas, cada uma possui características próprias marcantes. Também, acontece de estarmos terminando todo o PPOA e termos acesso a informações que antes não sabíamos ou ainda, termos conquistas políticas que não estavam previstas. Estes dados terão que ser apropriados e debatidos para a construção do PLANO FINAL.

1- LOGÍSTICA

Esta etapa se resume nas ações preparatórias necessárias para iniciar os trabalhos de campo. Para executá-la devemos considerar toda a articulação e infra-estrutura para execução dos trabalhos no assentamento, como:

a- Articulação da equipe técnica

- Fazer acerto interno para composição da equipe técnica, preparação da metodologia e definição do acompanhamento político.
- Na composição da equipe e do acompanhamento político sugere-se a incorporação de um pessoa do setor de educação, de saúde e de formação, no mínimo. Mesmo que estes companheiros não acompanhem todo o processo, eles devem se integrar nas definições políticas. A participação do membro do setor de formação deverá ser constante.

b- Informações sobre a região e o assentamento

- Fazer um levantamento do material (estudos) existente sobre a região e o assentamento, com enfoque histórico e geográfico (geografia e história política, econômica e social e também a geografia física).
- Procurar estabelecer critérios seletivos, para não reunir informações desnecessárias política e praticamente. As informações coletadas devem ser rapidamente sistematizadas e se possível, previamente analisadas. Esta sistematização pode ser um quadro resumo das informações levantadas e distribuídas entre os membros da equipe.

c- Preparação (sensibilização) das famílias acampadas/assentadas

Teríamos duas ações principais:

- Anunciar o trabalho de preferência com data das atividades, como será desenvolvido, o nível de participação, etc... (fazer uma reunião com a coordenação local e estes devem fazer a preparação nos núcleos – criar a mística da 'ida para a terra')
- Selecionar lideranças e ou outras pessoas das famílias para participar da equipe de elaboração/coordenação (no mínimo 5 pessoas). Aqui tem-se que desenvolver qual a composição deste pessoal, levando em consideração os seguintes critérios: liderança (de preferência da coordenação do acampamento), relação de gênero e jovem/idoso, conhecimento da história do acampamento, conhecimento da área de

assentamento, entre outros. (Fazer o debate e definição junto ao setor de PCMA Estadual e DE/DR).

d- Levantamento da infra-estrutura e equipamentos necessária para a elaboração do trabalho, específico para aquele acampamento.

- Preparar as condições objetivas para a realização das atividades, como: transporte, computadores, materiais didáticos, alimentação etc.
- Também, podemos articular parcerias para a realização do PDA, contudo, não podemos perder o controle político do processo.

Preparação das atividades de campo

A partir deste item, estaremos tratando das atividades diretamente ligadas à aplicação do PPOA.

No início dos trabalhos devem-se prever, no mínimo, dois dias para a socialização do método com todos os participantes. Deve-se preparar um cronograma inicial para execução das atividades. Este cronograma será elaborado pela equipe do PPOA (técnicos + responsáveis políticos). Um elemento fundamental, neste momento é: Planejar bem as ações e dividir trabalho (formar equipes).

2. LEVANTAMENTO DA REALIDADE (DIAGNÓSTICO)

Nesta etapa a questão central a ser resolvida é: COMO É / COMO ESTAMOS NO (PRÉ)ASSENTAMENTO? Constitui-se na fase de diagnóstico da área. Ela deve ser rápida e objetiva. Devemos evitar o levantamento de informações que não serão sistematizadas nem utilizadas nos debates.

A fase de levantamento da realidade é subdividida em duas partes: (1) qualitativo; (2) quantitativo.

A- LEVANTAMENTO QUALITATIVO

No levantamento qualitativo estamos preocupados em entender a situação do assentamento a partir de sua história. Nossa atenção é com a qualidade das informações e não com a quantidade.

1º Passo: Reunião com a coordenação do Assentamento ou Direção Política²:

- a- Nesta reunião temos que ir com objetivos (informações) a serem atingidos:
- b- Ficar atento para elementos novos não dimensionados previamente.
 - Temos que garantir a participação de todos os componentes da coordenação
 - Papel da equipe: Problematizar as questões que forem sendo colocadas e ater-se em escutar mais do que falar.
 - Papel da liderança: Apresentar elementos de formação, baseados nos princípios do MST³

2º Passo: O Grupo sistematiza as informações de acordo com os objetivos previamente definidos, acrescido dos elementos novos. Para tal, o grupo deve definir as categorias de informantes qualificados que serão de seu interesse para o momento seguinte.

3º Passo: No DSA (Diagnóstico de Sistemas Agrários) As brigadas de campo farão as entrevistas com os informantes qualificados⁴

² Ver:

Org05_orientações sobre o trabalho de brigada de campo

Org06_orientação sobre a reunião com a coordenação

³ A liderança do Estado que acompanhar o processo deve ter o papel de fazer a formação do povo. Durante o trabalho técnico, não se pode perder de vista a formação massiva e inserir os elementos que auxiliarão na definição das propostas com base nos princípios do MST. Contudo, não se pode confundir trabalho de formação com coleta de informação.

⁴ Ver:

Objetivo das entrevistas: ampliar a busca de dados com outros atores sociais que influenciam o “pensamento” do assentamento (*Interno:* liderança, jovem ativo, agricultor pesquisador, mulher, outras categorias. *Externo:* Padre, liderança a “direita”, funcionário público, etc..)

Os objetivos do trabalho: são os mesmos da reunião da coordenação.

Enquanto equipe: as brigadas de campo entrevistam os informantes qualificados. As brigadas poderão se subdividir para organizar os trabalhos. A subdivisão e organização das brigadas poderão considerar os aspectos de: representatividade dos grupos em cada brigada, distribuição geográfica das famílias nas áreas, outros... em função da situação local.

4º Passo: Grupo Sistematiza as informações de acordo com os objetivos previamente definidos, acrescido dos elementos novos. E prepara as reuniões com o grupo de famílias

Observação

1. O grupo territorial tem que participar das reuniões gerais com a coordenação. Contudo, ela procurará ‘seus’ informantes qualificados com o intuito de elaborar um croqui da área e fazer o reconhecimento da mesma. Outra preocupação deste grupo, será a caracterização da área de influência/entorno do assentamento.⁵
2. A partir deste momento, o grupo territorial terá uma dinâmica diferenciada, pois terá que construir tecnicamente as informações da área, portanto, não precisará participar do diagnóstico quantitativo (isto deve ser conversado e acertado enquanto equipe)⁶.
3. O grupo territorial deve ter uma atenção especial à dimensão ambiental, nas áreas com elevado grau de degradação, como naquelas onde a natureza sofreu pouca interferência humana.

Resultado esperado

Org07_orientação sobre as características dos informantes qualificados

Org08_orientação sobre o levantamento qualitativo

⁵ Ver: Fer01_roteiro de pesquisa no(s) município(s) de influência do assentamento

⁶ Ver Fer02_ Roteiro de levantamento territorial

(1)Ao final das entrevistas espera-se poder caracterizar, mesmo que de forma elementar, o assentamento. Construir a sua história nas dimensões políticas, econômicas, sociais e geográficas a partir da visão das pessoas sobre o assentamento e a sua realidade.

(2) É preciso observar que ao final, os dados coletados, nem sempre são reais, pois, na maioria das vezes são as ‘impressões’ individuais, constando de suposições e aproximações. Mas são importantes para identificarmos o momento histórico do acampamento e prepararmos as reuniões de formação da base (setor de formação local) e a coleta de dados quantitativos.

B- LEVANTAMENTO QUANTITATIVO

Neste momento queremos coletar dados que possam ser mensurados, isto é, quantificados. Queremos medir a produção e a capacidade do sistema ecológico e social existente.

A partir deste momento a divisão de trabalho dentro da equipe será em conformidade as habilidades do seus membros. O número de brigadas de campo estará diretamente ligada à quantidade de membros da equipe (considerando a representação dos grupos) e a quantidade de núcleos de base organizados.

- a- A definição do roteiro (planilha) de coleta de dados deverá ser feito após o diagnóstico qualitativo, para poder fazer ajustes. A proposta das planilhas serão formatadas nos grupos. As planilhas devem ser estudadas e discutidas pelas brigadas (que vai aplicá-la e sistematizá-la) para não haver dificuldade de preenchimento e sistematização. Posteriormente é importante o debate geral na equipe. Para a formatação das planilhas devemos nos deter nas questões centrais (é melhor você ter poucas informações sistematizadas do que muitas impossíveis de sistematizar rapidamente ,ou que dependa de equipamentos não disponíveis)⁷*
- b- Fazer um teste com o questionário, antes de aplicá-lo na totalidade. Isto permite ajustá-lo e conferir o tempo de aplicação,*

⁷ Ver propostas anexas, apresentadas como sugestão, mas que devem ser adaptadas para a realidade local.

para se estimar o prazo total que levará para entrevistar todas as famílias.

1º Passo: Reunião com os núcleos de Famílias⁸:

Para esta parte é muito importante as ferramentas de trabalho (planilhas) unificada. Que nos possibilite levantamento econômico, social e político, com o objetivo de fazer sistematização⁹.

2º Passo: Sistematização eletrônica das informações. Deve ser feito logo após a aplicação e com bastante agilidade. O resultado deles ajudará no debate com os núcleos, na fase seguinte.

3º Passo: Itinerário Técnico: Família por Família (no caso de acampamento e assentamento onde já exista produção ou organização social familiar predominante em relação a coletiva).

O objetivo é fazer um levantamento específico da produção. Serão escolhidos casos expressivos no acampamento/assentamento para serem estudados. Dependendo da dimensão da área, ou da quantidade/diversidade da produção, ou da variedade das formas de produção, este levantamento poderá ser feito em todas as famílias. A quantidade de pessoas a serem visitadas pra o itinerário técnico deverá ser definido no grupo econômico.

4º Passo: Sistematização eletrônica das informações.

Resultado esperado

⁸ Ver Org05_orientação sobre o trabalho de brigada de campo (método de trabalho junto aos núcleos de famílias)

⁹ Ver:

Fer03_planilha para o levantamento econômico

Fer04_planilha para o levantamento quantitativo sócio-político e cultural

(1) ao final estará caracterizado o perfil organizativo das famílias, nas dimensões social, econômica e política. Estes, são dados numéricos e reais.

Sistematização do Diagnóstico

Ao final dos trabalhos de diagnóstico e sistematização dos dados, deverá ser feito a análise de todos eles pelo conjunto da equipe. É importante, em equipe:

- apresentar os resultados gerais e especificidades marcantes
- apontar os elementos tensionadores e unificadores no conjunto das informações coletadas no assentamento/acampamento
- redigir o 'diagnóstico final'
- preparar cartazes para discussão com os núcleos dos dados mais significativos para a fase seguinte

Observação:

1. é importante envolver, sempre, a coordenação na preparação da fase seguinte. Portanto, deve-se discutir o resultado lá e traçar algumas propostas iniciais, considerando-se que este é o momento chave da formação política do assentamento/acampamento
2. a equipe territorial deve, neste momento, apresentar informações iniciais sobre a área.
3. Com o diagnóstico 'pronto', deve-se apresentá-lo aos núcleos e checar as informações com as famílias. Neste momento, começamos a registrar os sonhos das famílias. Deve-se ater às falas das pessoas, para se registrar os elementos centrais. Aqui, iniciamos a etapa de transição entre o diagnóstico e a elaboração de propostas.
4. No momento de transição é importantíssimo o trabalho de formação da base, e deve ser definido junto com a DR as melhores táticas e articular/envolver o setor de formação.

Ao final do levantamento da realidade nós iremos identificar os principais limites e desafios do assentamento. Portanto, antes de passar para a fase seguinte, as informações devem ser sistematizadas e apresentadas para a coordenação do assentamento.

Neste momento orienta-se para a realização de um trabalho de estudo sobre um tema de interesse do assentamento.

FORMAÇÃO DA BASE (Esta fase deve ser realizada com apoio das Direções Regional e Estadual e do Setor de formação Estadual)

- Sugere-se a realização de um trabalho de base – dar formação aos grupos/núcleos de famílias¹. Este é o momento de transição entre o levantamento da realidade e a problematização dos dados para construção das diversas propostas para o assentamento

3. LEVANTAMENTO DOS SONHOS e PROBLEMATIZAÇÃO

Esta etapa se propõe a debater os dados coletados na etapa de Levantamento da realidade. A partir dela vamos discutir as potencialidades da área (geograficamente) os desejos das famílias (sonhos) e somarmos os princípios do movimento (experiências já consolidadas). A questão central é: **COMO VAMOS RESOLVER OS DESAFIOS...** Devemos procurar ouvir bastante as famílias.

A – LEVANTAMENTO DOS SONHOS

- A metodologia a ser empregada, trata-se da mesma utilizada no levantamento qualitativo. Mas, neste momento, queremos saber dos sonhos das famílias, e não coletar dados precisos. Para tal, deve-se estimulá-las a contar seus sonhos sobre os diversos aspectos da organização do assentamento. Pode-se utilizar, como roteiro, as questões sistematizadas no diagnóstico, e perguntar para as pessoas como elas pensam o futuro.

- Uma forma de caracterizar os sonhos é solicitar que as famílias façam dois tipos de desenhos: (1) do seu lote – como elas pensam que será; (2) do assentamento – como imaginam que será parcelado, onde ficará as infra-estruturas, escolas, posto de saúde, estradas etc.

1º Passo: Reunião com os núcleos de Famílias

Preparar um roteiro de perguntas que permitam as pessoas falarem dos seus sonhos¹⁰. Solicitar o desenho, que depois deverá ser recolhido e analisado (entregar duas folhas em branco para cada família – solicitar que as pessoas anotem o nome do núcleo na folha).

2º Passo: Sistematização dos sonhos em forma de dados organizados pelas diversas dimensões. Para análise dos desenhos deverá ser organizados categorias. Sugere-se:

1. Identificar elementos comuns e diferentes. (Exemplo: tipo de parcelamento, diversificação da produção etc.)
2. Identificar o que mais aparece nos desenhos.
3. Refletir o que falta nos desenhos.
4. Apresentar uma proposta de parcelamento e de produção para o assentamento cruzando as informações dos desenhos com os princípios do MST.

Resultado esperado

- (1) identificar o perfil dos grupos de famílias – verificar as tendências à cooperação (trabalho, terra, equipamentos, créditos)
- (2) traçar estratégias para superar os desafios nas dimensões da produção, educação, saúde, cooperação etc. – reforçar trabalhos de base.

4. CONCEPÇÃO DAS PROPOSTAS (DIRETRIZES GERAIS)

Nesta fase vamos formatando as propostas que queremos para o assentamento. A questão central – **COMO VAMOS SER NO FUTURO?** Na prática ela se inicia junto com a etapa anterior. Esta fase deve ter um

¹⁰ Ver: Fer05_roteiro de levantamento dos sonhos.

caráter formativo, por isso devemos realizar os trabalhos de base e de formação constantemente. Nesta etapa:

➤ Com base no levantamento da realidade e nas reflexões oriundas do trabalho de formação e, levando-se em consideração os princípios do movimento¹¹ vamos iniciar a etapa de construção das propostas de desenvolvimento do assentamento. Nela, temos a fase de concepção junto às famílias e, para, na etapa seguinte, estas serem formatadas nas propostas propriamente ditas, que serão os projetos. Exemplo disso é o projeto de parcelamento.

➤ Considerar, que neste momento, a equipe do territorial ainda poderá/deverá estar fazendo seu trabalho de campo, portanto, as informações totais do diagnóstico físico-territorial ainda não estarão disponíveis. Isto, contudo, não impede a continuidade dos trabalhos.

1º Passo: Definição de roteiro de trabalho

Objetivo: A partir da apresentação Levantamento da Realidade feito pela equipe e dos devidos ajustes feitos pelo núcleo de famílias, constroem-se as propostas a serem atingidos.

Na prática seria:

- a- Proposta de Soberania alimentar: Destinação do Crédito Fomento e outros aportes com este fim.
- b- Licenciamento Ambiental: segundo o INCRA o levantamento “espacial” do ambiente físico natural e construído.
- c- Proposta de infra- estrutura: definir as estradas, eletrificação, sistema de abastecimento de água, equipamentos gerais (centro de formação, escola, posto de saúde, templo religioso) etc. e recursos destinados para este fim.
- d- Proposta de parcelamento: distribuição dos lotes
- e- Proposta de investimento agropecuário: destinação do Pronaf investimento e Custeio e outros recursos com este fim.

¹¹ Organicidade, soberania alimentar, núcleos de moradia, cooperação, etc.

Como Fazer:

É preciso preparar alguns encontros nos núcleos para cada tema específico.

Estes encontros devem (1) fazer o debate; (2) apresentar propostas iniciais; (3) deixar alguma tarefa para o núcleo ir desenvolvendo até o próximo encontro¹².

2º Passo: Reunião nos núcleos

Os estudos e propostas devem ser estimulados e feitos nos núcleos. E deverão ser feitas quantas forem necessárias. Estas reuniões podem reunir vários núcleos, dependendo da forma de organização do assentamento, depois os núcleos se reúnem para a discussão e estudo interno¹³

3º Passo: Definição das propostas

Após a articulação dos núcleos e as definições gerais nas regiões/áreas/blocos, a definição final das propostas pode ser efetivada na coordenação.

Observação: Um momento delicado, tem sido a definição do parcelamento e a distribuição das famílias no lote. Nestes casos, tem-se feito diversos acertos políticos e técnicos com as famílias para definir a proposta final e a distribuição dos lotes em comum acordo. Alguns critérios são adotados como unidade do grupo, proximidade de familiares, tempo de acampamento etc. Estas regras devem ser definidas no conjunto

¹² Exemplo: no caso da produção, fazer o estudo de mercado nesta etapa e/ou planilha de produção em conjunto com as famílias. No caso da infra-estrutura (deve-se apresentar uma proposta geral) e deixar cópias para o núcleo debater. No caso do parcelamento (estimular que os núcleos desenvolvam propostas iniciais de desenhos, posteriormente coletá-los e sistematizá-los numa proposta geral – com base nos princípios dos Núcleos de Moradia – e devolvê-los para o estudo dos núcleos). No caso da educação: estimular o setor na preparação/luta da escola. Etc.

¹³ Aqui, depende da forma de organização do assentamento/acampamento. Por exemplo, em pré-assentamentos grandes pode-se dividi-lo, geograficamente em microbacias, blocos ou áreas. Em cada uma, contém vários núcleos. O que quer mos dizer, é que neste momento, as reuniões podem reunir muitos núcleos por vez.

e/ou em cada área/região/bloco – conforme divisão política do assentamento.

5. ELABORAÇÃO DOS PROJETOS (DETALHAMENTO DO PLANO)

Nesta fase vamos formatar as propostas e finalizar os aspectos formais do Plano (PDA, PRA) para o INCRA.

1º Passo: Finalização do PLANO¹⁴

A finalização do PLANO se dará com a definição das propostas (sistematizadas pela equipe) e entregue formalmente ao INCRA (equipe e DR) para a etapa seguinte de implantação do assentamento.

O documento final do PLANO deve conter o conjunto de propostas para as dimensões: territorial (parcelamento e licenciamento ambiental), produtivas (linhas de investimentos), infra-estruturas necessárias, demandas sociais (equipamentos e oportunidades na área da educação, saúde, assistência, lazer..), propostas de gestão.

O PPOA é um processo contínuo para o MST, para o INCRA ele é uma etapa do processo de implantação do assentamento. O próximo passo é, normalmente, o corte do lote e a implantação das infra-estruturas (casas, estradas, energia, água). Paralelo a isto, tem-se o desafio da produção-cooperação, educação e saúde.

Resultado esperado

1. Ao final teremos as propostas apresentadas no passo 1;
2. deve-se preocupar, prioritariamente com o auto-consumo, haja visto ele ser o primeiro a ser executado no assentamento;

¹⁴ O documento final do Plano deve seguir os roteiros oficiais conforme for: PDA, PRA outros...

3. a execução das demais propostas construídas devem ser acordadas entre o movimento e o INCRA.

Observação

1. A questão central no processo de PDA é seu caráter de formação e de continuidade. Portanto, ao final espera-se que o envolvimento das pessoas do assentamento tenham atingido o nível de organicidade previsto, isto é, constituído todos os setores e estes funcionando.
2. Não se pode confundir o trabalho da equipe técnica com o trabalho político. Contudo o primeiro tem que estar articulado com o segundo, para apoiá-lo e consolidar a nova proposta de assentamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS - (Observações gerais)

1. Ao término de uma etapa e início da outra é sempre importante que a equipe se reúna e discuta todos os detalhes, assim como, faça-se os acertos políticos internos, necessários.
2. O trabalho é sempre objetivo e rápido, no sentido de que não deve-se preocupar em levantar informações além daquelas realmente necessárias.
3. É interessante fazer algumas parcerias táticas, com órgãos como: universidades, centros de pesquisa (EMBRAPA), órgãos ambientais etc. E desenvolver ações paralelas complementares, como cursos de formação e capacitação na área ambiental e produtiva etc. Todavia, deve-se Ter cuidado com as parcerias, uma vez que os interesses nem sempre são os mesmos das famílias.
4. O tempo é um elemento definidor. Deve-se observar qual o melhor momento de acelerar as atividades e qual é o melhor momento de esperar um pouco mais o processo de reflexão das famílias. Contudo, deve-se Ter o cuidado para que o PDA não torne um entrave no desenvolvimento de outras ações, tais como: liberação de créditos para produção.
5. O elemento central, em todo o processo, é a organicidade do novo assentamento.

BLOCO 02 – Orientações Metodológicas***Terra Sertaneja***

Somos milhões de companheiros e companheiras buscando a libertação da terra, de homens e mulheres em um país onde a terra vale ouro e os seres humanos, alguns gramas de chumbo moldados em balas que fazem sangrar o destino do nosso povo sofredor! Na arte de resistir às tentativas da destruição dos nossos sonhos, trincheiras da criatividade se revela a rebeldia dos poetas e dos cantadores filhos da terra e da esperança no palco imaginário para onde marcham as colunas dos grandes guerreiros e lutadores sem terra. A terra no seu suspiro nos abençoa e agradece através das nuvens de poeira provocadas pelos rígidos pés descalços que seguem destemidos, construindo esta grande irmandade de companheiros em busca da dignidade perdida. Seguimos cantando. Na poesia do cantador se misturam o desejo da terra de homens na grande sinfonia da esperança que aponta o horizonte e o longe fica perto quando se caminha adiante. Cantar pois é mais que um prazer quando as vozes brotam de forças em movimento que ao som de suave de belas melodias elevam foices e facões rompendo cercas, retirando morões para ver nascer o novo dia. Assim a terra se converte em causa, a liberdade se converte em sonho, o grito forte se converte em guerra e o povo todo segue um só caminho na trilha estreita plantando futuro. Que a noite escura da dor e da morte passe ligeira, que o som dos nossos hinos anime nossas consciências e que a luta redima nossa pobreza, que o amanhecer nos encontre sorridentes, festejando a nossa liberdade. (A. Bogo)

ORGANIZATIVO 01
Orientação para a preparação das atividades

LOGÍSTICA					
Objetivo	ações	Passos/metodologia	Participantes	Material/Instrumentos	
1- Logística "Viabilizar a realização do "PDA" Através do levantamento de informações necessárias e mobilização do assentamento/organicidade".	A- Articulação interna do Assentamento	<u>Sensibilização e motivação</u>	Reunião com direção política	Equipe + direção	<ul style="list-style-type: none"> = MÍSTICA de sensibilização. = Material didático para apresentação da proposta. = Locais de reunião.
		<u>Preparação das famílias</u>	Reunião com a coordenação do assentamento	Equipe + direção + coordenação	
			Reunião com os núcleos	Equipe + coord.	
	B- Levantamento de informações		Estudo dos passos da proposta	Equipe.+coord.+núcleos + particip. Oficina	
			Levantamentos das equipes de trabalho (Brigadas)		
B- Levantamento de informações		<u>Da região de influencia:</u> <ul style="list-style-type: none"> = Dados históricos = Base cartográfica = Dados econômicos = Infra estrutura sócio-cultural = Dados ambientais = Político institucional 	Equipe Grupos de Trabalho	<ul style="list-style-type: none"> = INCRA = IBGE = Prefeitura = Universidades = Órgãos estaduais = ONG's = Outros 	
		<u>Do assentamento</u> (informações já existentes)		<ul style="list-style-type: none"> = Relatório técnico preliminar do INCRA. = Justiça Federal = Outros 	
C- Levantamento de Infra Estrutura		<ul style="list-style-type: none"> = Viabilização dos locais de trabalho = Aquisição do material didático/trabalho = Aluguel (?) de equipamentos. = Disponibilização de veículos (quantos?) 	Equipe + coordenação do assentamento	<ul style="list-style-type: none"> = Veículos (locomção) = Computadores e impressora = Arquivo /mesa = Local de reunião = Material didático/quadro/mat.de trabalho = Filmadora/máquina fotográfica 	
D- Articulação externa (segundo a realidade da região)		Institucional	Equipe + coordenação do assentamento	INCRA Governo (municipal, estadual e federal) Empresas terceiras	
		Parcerias		Instituições de ensino Centros de pesquisa ONG's Pessoas (profissionais, estudantes,religiosos)	

LEVANTAMENTO DA REALIDADE (DIAGNÓSTICO)						
Objetivo	ações	Passos/metodologia/tempo duração		Participantes	Material/Instrumentos	
2- Levantamento da Realidade "Dotar as famílias de informações sobre a realidade do assentamento visando formação para a tomada de decisões".	A- Diagnóstico qualitativo	<u>Levantamento de inf. c/ coordenação</u> (1 dia)	Entrevista	Brigadas de Campo	<ul style="list-style-type: none"> - "Perguntas abertas": de forma que ao responder as pessoas contem a história econômica, social e política da região e do assentamento. - "matriz de informações": Para cada membro das brigadas, responsável por uma área (social, política, econômica, territorial), terá uma matriz a ser levantada nas entrevistas. - Computadores para a sistematização. - Material para apresentação das sistematizações. (Craft, pincel, etc) 	
			Sistematização das informações.	Grupos de Trabalho		
			Plenária de socialização e avaliação das informações.	Equipe		
		<u>Informantes qualificados</u> (1 dia)	Entrevistas	Brigadas de Campo		
			Sistematização de informações	Grupos de Trabalho		
			Plenária de socialização	Equipe		
	núcleos	A ser realizado junto com o diagnóstico quantitativo				
	B- Diagnóstico quantitativo	<u>Reunião nos núcleos de famílias</u>	- Socializar dados qualitativos /chechar inf. nos núcleos.		Brigadas de Campo	<ul style="list-style-type: none"> - Questionários produtivo, social, territorial, político... - Material produzido nos diagnósticos qualitativos anteriores.
			- Iniciar discussão das expectativas			
			- Realizar questionários por família/ levantamento quantitativo. (1dia)		Grupos de Trabalho	<ul style="list-style-type: none"> - Questionários dos núcleos - Computadores para a sistematização.
Sistematização dos questionários / planilhas. (1 dia)						
Plenária de socialização/ avaliação do material (1/2 dia)		Equipe	Material para apresentação das sistematizações. (Craft, pincel, etc)			
<u>Itinerário técnico/ famílias</u> (1/2 dia)	Verificação de casos relevantes e levantamento de sonhos particulares.		Brigadas de Campo	Transporte para visita às moradias e locais de trabalho das famílias.		
<u>Preparação diagnóstico final e da plenária</u> (1/2 dia)	Elaboração de material para discussão da problematização e propostas nos núcleos.		Equipe	Material para apresentação das sistematizações. (Craft, pincel, etc)		

LEVANTAMENTO DOS SONHOS E PROBLEMATIZAÇÃO (sonhos x realidade x princípios)				
Objetivo	ações	Passos/metodologia	Participantes	Material/Instrumentos
Conhecer as expectativas das famílias	Definir as atividades das famílias, dos grupos e dos coletivos	1. Apresentação do Levantamento da Realidade para a Coordenação 2. Levantamento dos Sonhos	Brigadas de Campo	
3- Problematização da realidade para amadurecer o levantamento das propostas e fortalecimento dos núcleos.	Confrontações entre as expectativas, a realidade e os princípios do movimento.	1º levantamento e discussão das expectativas de cada um junto com o diag. Quantitativo realizado nos núcleos.	Brigadas de Campo	Informações levantadas e produzidas pelas brigadas de trabalho.
		2º levantamento junto com o Itinerário técnico	Brigadas de Campo	
		Reuniões de socialização das expectativas nos núcleos, debatendo com as informações levantadas (realidade) e, levantamento de definições gerais das propostas dos grupos.	Brigadas de Campo	
ELABORAÇÃO DE PROPOSTAS (Diretrizes Gerais)				
Objetivo	ações	Passos/metodologia	Participantes	Material/Instrumentos
4- Concepção das Propostas Elaboração do Plano de Soberania alimentar e definições gerais das propostas territorial, política, social, econômica.	A- Definições gerais	Reunião (1) Realizada nos núcleos junto com a socialização dos sonhos	Brigadas de Campo	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Materiais elaborados nas etapas anteriores ▪ Material para apresentação das sistematizações. (Craft, pincel, etc
		Sistematização de informações e plenária	Grupos de Trabalho	
	B- Definições específicas	Reunião (2) nos núcleos: discussão e delimitação de assuntos específicos	Brigadas de Campo	
		Sistematização de informações e plenária	Grupos de Trabalho	
	C- Definição do PSA	Reunião (3) nos núcleos: Discussão de elaboração final do PSA	Brigadas de Campo	
		Sistematização de informações e plenária	Grupos de Trabalho	
	Reunião (assembléia?) com asta. Transmitindo o material elaborado (PSA) e definindo o período das etapas de continuidade do trabalho.	Equipe		

A Atividade 4 – CONCEPÇÃO DAS PROPOSTAS – está representada pelo primeiro desafio, que é a elaboração da Proposta de Soberania Alimentar. Todavia, os passos metodológicos aqui descritos, também servem para a elaboração das demais propostas.

ELABORAÇÃO DO PLANO				
Objetivo	ações	Passos/metodologia	Participantes	Material/Instrumentos
5- Elaboração do Plano Finalização do PLANO a formatação final das Propostas de Desenvolvimento do Assentamento	A- Definições gerais	Reunião (1) Divisão de tarefas na equipe para redação final das propostas e confecção da base cartográfica	Equipe	= Materiais elaborados nas etapas anteriores = Material para apresentação das sistematizações. (Craft, pincel, etc)
	B- Definições específicas	Reunião (2) Elaboração dos textos	Grupos de Trabalho	
		Reunião (3) Elaboração da base cartográfica	Grupos de Trabalho	
	C- Apresentação do PDA	Reunião (4) coordenação: Apresentação final do PDA/PRA	Equipe + Coordenação assentamento	
		Reunião (5) Setor de Produção Cooperação E Meio Ambiente / DE : Apresentação final do PDA/PRA e definição das continuidades dos trabalhos	Equipe +SPCMA +DE	
	Reunião (6) INCRA: Apresentação final do PDA/PRA	Equipe + Coordenação assentamento		

Org. 02 – Orientações sobre o cronograma de realização das atividades

O objetivo do cronograma é ordenar a seqüência de atividades, assim como o tempo de execução de cada etapa. A elaboração do cronograma de realização dos trabalhos da equipe levará em consideração todas as atividades previstas para elaboração da proposta. Algumas questões devem ser observadas para a definição do cronograma: número de pessoas na equipe para a realização dos trabalhos; número de famílias e núcleos do acampamento ou assentamento; a forma como as famílias estão distribuídas e a permanência na área, visto que em determinada situação podem não estar morando fixamente no local.

Após conhecimento destas questões, que deverão ser levantadas brevemente na logística, fazendo articulações internas e levantando informações. Assim a equipe terá condições de montar o cronograma antes de iniciar os trabalhos de campo, pois é importante que na reunião da coordenação seja repassado a data e horário das reuniões com cada núcleo, assim como o conjunto das atividades que serão desenvolvidas no assentamento, visando uma melhor preparação e participação de todos. Apresentamos duas maneiras de organização de um cronograma utilizadas para a execução das oficinas nacionais. Na continuidade das tarefas deverá se montar um cronograma considerando o período de realização das atividades e as ações a serem efetivadas.

EXEMPLO DE CRONOGRAMA – OFICINA DE PDA

DIA	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11
Hs											
Manhã		CURSO	CURSO	Informantes Qualificados	NB (1)	Grupos	Grupos (A)	Grupos (B)	Grupos(C)	Grupos	Grupos
		CURSO	CURSO	Grupos	Grupos	Grupos	Plenária	Plenária	Plenária	Brigada	Bota fora
Tarde	Chegada	CURSO	Reunião Coord. (I)	Visita na área	Plenária	PROF.	Plenária	Plenária	Plenária	Reunião Coord. (II)	Despedida
	Organização	CURSO	Plenária	Visita na área	Futebol	PROF.	Brigada	Brigada	Brigada	Brigadas	Partida
Noite	Reunião Equipe e Coord.	CURSO	Grupos	Grupos	LIVRE	PROF.	NB (2)	NB (3)	LIVRE	NB (4)	
	Assembleia		Brigadas	Brigadas	LIVRE	PROF.	NB	NB	LIVRE	NB	
	PREPARAÇÃO		LEVANTAMENTO DA REALIDADE			SONHOS			PROPOSTAS		

Orientações Gerais

Reuniões com a Coordenação

I – Apresentação dos objetivos do PDA e início do Diagnóstico qualitativo

II – Discussão dos sonhos

Reuniões com os Núcleos de Famílias / Núcleos de Base

1. Apresentação dos objetivos do PDA e início do Diagnóstico quantitativo
2. Apresentação do diagnóstico e checagem das informações
3. Levantamento dos Sonhos e Problemática

4. Discussão das Propostas

Reuniões dos Grupos de Trabalho

- A. Finalização do Levantamento da Realidade (Diagnóstico)
- B. Análise dos Sonhos e problematização – construção das primeiras propostas
- C. Construção das Propostas

VISITA NO ENTORNO – CIDADE - DIA XX

ORGANIZATIVO 03

Orientação para divisão de tarefas (trabalho) da equipe de coordenação do PPOA

A execução dos trabalhos será organizada por atividades coletiva. A equipe de elaboração deverá ser composta por dirigentes e técnicos dos setores de produção, saúde, educação, formação e frente de massa (outros se assim decidirem). Neste coletivo é importante levar em consideração a relação de gênero e principalmente representantes do assentamento foco do trabalho.

Para o melhor andamento dos trabalhos e levando em consideração a metodologia proposta, a EQUIPE de elaboração do PDA deverá ter uma boa **divisão de tarefas (divisão do trabalho)**, respeitando e potencializando as habilidades de cada membro do coletivo, e potencializando no trabalho de campo a composição de brigadas multidisciplinares. Como orientação geral, abaixo, buscamos esclarecer como funcionaria a divisão de tarefas:

1- **Equipe:** refere-se ao coletivo de pessoas que estarão participando da coordenação/condução do trabalho de elaboração de PDA. Isto é, o coletivo de pessoas que conduzirão o trabalho.

2- **Grupos de Trabalho:** É a divisão técnica do trabalho, são as pessoas (uma ou mais) que ficarão responsável pela sistematização das informações. Esta divisão técnica, será organizada por temáticas. Nos propomos as seguinte divisão: **grupo econômico, grupo social, grupo político e grupo territorial.**

Obs: O **Grupo Territorial**, não precisa necessariamente participar de todos as coletas de informações das Brigadas de Campo (multidisciplinar), visto a sua especificidade. O trabalho deste grupo, poderá incluir atividades de campo com todo o grupo ou este grupo subdividido.

As atividades territoriais serão determinadas pelo planejamento das ações a serem executadas. Este grupo necessita dimensionar qual a melhor infra-estrutura para o desenvolvimento das suas atividades (carro, computador, material didático, entre outros), assim como a melhor forma de desenvolver as suas tarefas de coleta e sistematização das informações.

3- **Brigadas de Campo:** É a divisão do trabalho para prática de campo, levando em consideração a composição multidisciplinar. As Brigadas de Campo, é o coletivo que ficará responsável pela coleta de informações a campo com os informantes qualificados, com os núcleos de família (um ou mais) e com as famílias individuais (dos núcleos sobre sua responsabilidade). A Brigada de Campo será composta por um ou mais representantes dos Grupos de Trabalho.

Quadro: Exemplo de divisão de trabalho durante a elaboração do PDA.



Resumindo temos: a equipe planeja o trabalho; as brigadas coletam os dados de campo e os grupos sistematizam as informações.

ORGANIZATIVO 04 Orientação para os Grupos de Trabalho

Lembramos, que os **grupos de trabalho**, é na prática a **divisão técnica do trabalho por tema**, isto é são as pessoas (uma ou mais) que ficarão responsáveis pela sistematização das informações. Ao se conceber os **grupos de trabalho**, é pertinente que se estabeleça uma alocação das pessoas por habilidades pessoais, ou seja aonde cada pessoa possa contribuir com maior eficiência.

Na metodologia que estamos desenvolvendo, propomos a constituição dos seguintes grupos:

Territorial: tem o papel de identificar e sistematizar as questões referentes a composição física e geográfica do [futuro] assentamento e da área de influência a este. Ele deverá analisar os dados de: solo, clima, relevo, hidrografia, vegetação, fauna, flora, localização do imóvel, entre outros. Nesta observação, deve-se caracterizar os agro-ecossistemas locais, com um apurado enfoque na dimensão ambiental.

Juntamente com o Grupo Econômico, o Grupo territorial deve sistematizar os elementos referentes à geografia física e econômica, considerando: a composição e diferenciação espacial dos sistemas agro-ambientais e a localização das infra-estruturas instaladas (estradas, moradias e construções). O objetivo fundamental deste Grupo de Trabalho é compreender como se expressa o território (assentamento) na sua dimensão física e humana. O objetivo, final, é propor à comunidade a melhor ocupação do local quer para a implantação dos núcleos de moradia e construção de novas infra-estruturas, quer para a melhor utilização da infra-estrutura existente e localização das áreas de produção. Para isso, deverá ser elaborado, com o Grupo Econômico, um zoneamento geral da área, propondo os locais mais adequados para o desenvolvimento dos sistemas de produção agropecuário e de preservação ambiental.

Como ferramenta de trabalho serão utilizados roteiros de observação de campo. No futuro, pretende-se sistematizar quadros / planilhas que facilitem a sistematização dos dados.

Econômico: tem o papel de identificar e sistematizar o perfil produtivo do assentamento (organização dos sistemas de produção instalados), levando em consideração a composição e a utilização dos meios de produção no atual estágio do assentamento. Deve buscar um detalhamento econômico (produção, custos, escala, cooperação, mercado consumidor potencial, entre outros) dos principais produtos agropecuários já desenvolvidos e das possibilidades futuras de produção e agroindustrialização.

O objetivo fundamental deste Grupo de Trabalho é, primeiramente, propor atividades que potencialize os sistemas de produção em curso, potencializando, principalmente a organização da produção para o auto-consumo dos assentados (Proposta de Soberania Alimentar) e, quando possível, fomentar as primeiras iniciativas de comercialização, incentivando o desenvolvimento da cooperação nas atividades produtivas.

Este Grupo deve, ainda, (como tarefa do acompanhamento continuado do setor de produção ao assentamento), propor um calendário de reuniões com os núcleos e com a coordenação do assentamento a fim de planejar as matrizes de produção (linhas de produção, recursos humanos e crédito) e da matriz tecnológica (agroecologia, sementes, ...) que serão desenvolvidas neste assentamento.

Como ferramenta de trabalho será aplicado um questionário econômico de levantamento de dados quantitativos e metodologia de pesquisa de mercado.

Social: tem o papel de identificar e sistematizar as informações relacionadas à dimensão sócio-cultural local, isto é, os aspectos históricos da vida das famílias (trajetória e vivência) e do local, dando ênfase nas relações sociais, educacionais, culturais e de saúde. Deve-se ater não somente aos dados objetivos, mas principalmente às questões subjetivas ou seja, durante os trabalhos, devem ser apreendidos os discursos das pessoas,

seus comportamentos, a forma como se organizam, o que as famílias costumam priorizar nas conversas (formais e informais), entre outros.

O objetivo é poder traçar o perfil das famílias assentadas, formatando-se as propostas e estratégias sociais para o desenvolvimento do assentamento. Este levantamento é fundamental para os trabalhos de base. Ele deve ser apropriado para o trabalho de organicidade do assentamento.

Como ferramenta de trabalho será aplicado um questionário social, para o levantamento quantitativo, além dos informantes qualificados.

Político: tem o papel de identificar e sistematizar o nível de organização política do assentamento (instâncias e setores) assim como a sua dinâmica de funcionamento. Outro aspecto é observar a atuação política externa na dinâmica do assentamento. Ao fazer este trabalho de sistematização deve-se, ao mesmo tempo, estimular e fortalecer o desenvolvimento da organicidade do assentamento. Fazer a leitura de classes localmente.

O objetivo, principal, é auxiliar nos trabalhos de formação e organicidade do assentamento. Portanto, trata-se de um grupo tático.

Como ferramenta de trabalho poderá ser aproveitado o questionário social. Todavia, as principais fontes de informação são as reuniões com a coordenação e os grupos de famílias, além dos informantes qualificados.

Principais preocupações

Os grupos de trabalho têm o papel fundamental de observação e sistematização dos dados. Ele orientará para os aspectos que, de fato, são relevantes para cada tema. Devem ter a sensibilidade para não perder os dados essenciais e não juntar dados que não serão utilizados. Ao final, eles serão os responsáveis pelas propostas que serão construídas. Por isso, ao longo das atividades, deverão se aglutinar para trocar as informações e fazer o debate da equipe. Na formatação final das propostas, deve-se optar pela formulação conjunta na equipe, e não, restrita apenas aos grupos.

ORGANIZATIVO 05

Orientações sobre o trabalho das Brigadas de Campo (Método de Trabalho junto aos núcleos de família)

Lembramos que a **Brigada de Campo** é a **divisão do trabalho para prática de campo**, levando em consideração a composição multidisciplinar, composta por um ou mais representantes dos Grupos de Trabalho.

As atividades de campo (entrevistas com a coordenação, informantes qualificados e núcleos de família) serão realizadas pela divisão em brigadas. A característica principal das brigadas é o fato de serem multidisciplinares, ou seja, cada brigada deverá ter (na medida do possível) uma pessoa de cada área (territorial, político, social e econômico) para levantar informações – ou, dito de outra forma: um representante de cada grupo de trabalho. Essa diversificação tem a finalidade de agilizar o levantamento de informações sem perder a qualidade no trabalho. Nas brigadas, também, deverão estar presentes as pessoas do assentamento que foram designadas para participar da equipe.

No processo do PPOA as brigadas de campo irão trabalhar nas seguintes etapas:

Levantamento da realidade através da coleta de informações em campo: diagnóstico qualitativo com os informantes qualificados; levantamento qualitativo e quantitativo com os núcleos de família, e quando necessário no levantamento quantitativo com as famílias individuais. As informações coletadas a campo serão processadas e sistematizadas pelos grupos de trabalho.

Condução dos trabalhos com os Núcleos de Família para formação da base e levantamento dos sonhos das famílias. Nesta etapa serão cruzadas as informações advindas do levantamento da realidade (sistematizadas pelos grupos de trabalho) mais as perspectivas futura das famílias (sonhos) acrescidos dos princípios e linhas políticas do MST para as áreas de assentamento.

Discussão e finalização das Propostas [para o desenvolvimento do assentamento] nesta etapa as brigadas farão o fechamento das discussões [finalizadas pela equipe] junto às famílias, nos núcleos e instâncias do assentamento.

Orientações Gerais sobre o Trabalho da Brigada de Campo

A Brigada de Campo estará mais tempo, durante o PDA, trabalhando com os núcleos de famílias. Portanto, é de fundamental importância, na metodologia de elaboração do PDA, que as a brigada estimulem e fortaleçam a organicidade do assentamento, principalmente, consolidando nas reuniões dos núcleos de base, a representatividade da coordenação do assentamento e a organização dos setores.

Por isso é essencial que cada brigada faça um bom planejamento de cada reunião com os núcleos considerando cada etapa do PDA. Estas reuniões serão estratégicas para auxiliar na organicidade interna do assentamento e principalmente para trabalhar a formação das famílias.

Como sugestão, nas reuniões com os núcleos, poderão ser trabalhados os seguintes aspectos

Mística – trabalhando a motivação das famílias.

Pertença – utilizando os símbolos (bandeira, bonés, ferramentas de trabalho) e as músicas do MST.

Organicidade interna – auxiliando no processo interno de consolidação dos núcleos e setores.

Linhas Política Gerais do MST e dos Setores: consolidando os princípios do movimento.

Sugestão de como conduzir as reuniões com os núcleos:

- *Realização de dinâmicas de apresentação no início*, para promover a integração entre a equipe e as famílias.
- *Ornamentação e animação*. Visando deixar o ambiente agradável e melhorar o envolvimento das pessoas. A ornamentação pode ser feita com

símbolos e materiais do local. A animação pode ser feita com músicas, causos, poesias,...

- *Mística*. Podendo ser realizada no início ou no final da reunião de acordo com os objetivos da mesma. Elaborada pelos participantes da brigada ou pelas famílias.
- *Apresentação dos objetivos/pauta* (elaborada previamente, buscando deste o início, ou a partir da segunda reunião, construir a pauta e a coordenação da reunião, com os coordenadores de núcleos).
- *Desenvolvimento dos elementos a ser trabalhados na reunião*, visando sempre que possível trabalhar a formação nas linhas do MST.
- *Fechamento e acordos de horário, trabalho, local da próxima reunião/atividade*, buscando estabelecer uma divisão de responsabilidades entre a brigada e o núcleo de famílias.
- *Exposição das Informações*. Nos trabalhos da Brigada é de fundamental importância a forma de como expor as informações, para ter um melhor resultado dos trabalhos. A utilização de cartazes de fácil assimilação, mapas do assentamentos que facilite a compreensão das propostas e dos acordos políticos já realizados, como o desenho das diversas formas de moradia, fazendo com que fique melhor compreendido as informações produzidas.

Na preparação das reuniões com os núcleos segue abaixo alguns elementos importantes para auxiliar na sua execução

Local - O local escolhido precisa acomodar a todos os participantes e ter um mínimo de conforto quanto a luz e som. De preferência manter um local habitual.

Data - Definir com o núcleo os melhores horários para as reuniões, buscando ter uma maior participação das famílias.

Horário - Que seja viável a toda a família (considerando horário de almoço, escola e trabalho). Buscar sempre cumprir os horários estabelecidos.

Articulador - Na primeira reunião determina-se um articulador para fazer a 'intermediação' com o núcleo, geralmente o coordenador do núcleo, para que este sensibilize as famílias.

Material necessário - É preciso fazer um levantamento prévio do material e da estrutura necessária para a reunião como bandeiras, giz, quadro, papel craft, material para música, etc.

Responsáveis - No planejamento da reunião devem ser tirados os responsáveis para cada atividade. Ex: coordenador, elaboração de perguntas abertas, apresentação dos mapas, apresentação dos questionários, etc.

ORGANIZATIVO 06

Orientação sobre a Reunião com a Coordenação do Assentamento

A- Os objetivos da reunião são:

a- No primeiro momento, fazer a apresentação da equipe e da metodologia de elaboração do PDA (proposta de desenvolvimento do Assentamento), como ferramenta organizativa para o assentamento e o MST.

b- No segundo momento, iniciar o **levantamento de informações qualitativas**, através de entrevista coletiva com os membros da coordenação ou direção política do assentamento, levando em consideração a realização de "**perguntas abertas**". Nesta reunião deverá ser feito o levantamento dos informantes qualificados.

c- No último momento da reunião deverá ser preparado, juntamente com a coordenação, as condições e o cronograma de trabalho no assentamento e região, que será repassado para o conjunto das famílias.

O repasse dos acertos e do cronograma deve ser realizado preferencialmente pela coordenação com a participação da equipe de PDA.

B- Como equipe devemos nos ater a algumas questões:

a- Definição das pessoas que irão coordenar a reunião e preparar a equipe para fazer as perguntas:

É importante que a equipe toda participe. Deve-se escolher um ou dois coordenadores da reunião, que terão preparado os objetivos e os passos da reunião. A equipe, ainda, deve ordenar, as pessoas que irão começar fazendo os questionamentos (perguntas abertas).

b- Preparação do local:

A preparação do local da reunião é fundamental, com ornamentação, local para todos os participantes se acomodarem, material didático necessário, entre outros preparativos.

c- Comportamento e Postura durante a reunião:

A princípio a equipe deve se preparar anteriormente para esta reunião, então vejamos algumas orientações:

- Os representantes dos Grupos de Trabalho devem estar atentos para sistematizar as informações referentes a cada grupo.
- Ter o cuidado de não interromper a fala de algum representante da coordenação, além de ter o cuidado de não fazer perguntas que busquem responder dados quantitativos, ou que tenha como resposta o "sim ou não".
- Preparar o caminho para a construção coletiva da reunião e do PDA. Deve-se observar que a coordenação do assentamento é uma instância política importante do MST. Portanto, deve ser respeitada e fortalecida quanto espaço de debate e tomada de decisões.

ORGANIZATIVO 07

Orientações sobre as características dos informantes qualificados

Na metodologia que estamos desenvolvendo as entrevistas (diálogos) devem começar pelas instâncias constituídas no assentamento (coordenação e ou direção). Portanto, a coordenação / direção é, automaticamente, um coletivo composto de informantes qualificados.

Um dos objetivos da reunião com a coordenação é fazer o levantamento dos informantes qualificados, para serem entrevistados posteriormente. Este levantamento deverá contemplar todas as categorias do assentamento. De maneira geral, devemos levar em consideração para selecionar os informantes, contemplar as seguintes categorias:

INFORMANTES INTERNOS A COMUNIDADE	
Informante qualificado- Características	Objetivo da entrevista
<i>a- Pessoa Idosa do Povoado:</i> quem vive a muito tempo na região	Identificar o desenvolvimento histórico da região, tradições e costumes
<i>b. 1- Lideranças/Autoridades:</i> grupo de pessoas que pela sua inserção econômica, social, política ou religiosa tem influência na opinião da comunidade. Obs.: não fazer confusão com dirigente	Saber como se dá a construção das idéias, quais são as motivações (psíquicas) que movem a comunidade.
<i>b.2- Lideranças:</i> Ao levantar o grupo de lideranças, devemos ter cuidado de identificar lideranças que contemplem diversas categorias sociais (gênero, idade) e políticas (contraditórias)	Identificar a construção das idéias nos diferentes níveis sociais. No aspecto político, verificar o desenvolvimento das contradições entre concepções de mundo diferentes, opostas.
<i>c- Mulheres Agricultoras.</i>	Identificar limitações e potencialidades

	sócio religiosas, culturais e econômicas como produtoras agrícolas. Integração das mulheres, tomada de decisões, composição familiar, nutrição.
<i>d- Agricultores "Diferentes":</i> Aqueles que, na sua prática econômica, se diferem, da maioria da comunidade. Exercem atividades agrícola aonde a matriz de produção ou matriz tecnológica difere da maioria.	Identificar Sistemas de produção diferentes do padrão da região. Identificar as oportunidades e ou limitações do desenvolvimento destes sistemas, ou os pré requisitos para a sua reprodução.
<i>e- Pessoas que prestam serviços especiais e que sejam "internos"(reconhecidos como parte) a comunidade:</i> professores, técnicos, mecânico, etc...	Identificar programas estruturais em desenvolvimento na comunidade
<i>f- OUTROS</i>	

INFORMANTES EXTERNOS A COMUNIDADE		
Informante Qualificado- Características	Objetivo da entrevista	
<i>a- Chefes religiosos</i>	Identificar ciência, tabus, obrigações religiosas.	
<i>b- Funcionários públicos:</i> prefeito, delegado, extencionista, técnico, professores etc...	Identificar estruturas e estratégias locais, situação geral das explorações agrícolas.	
<i>c- Comerciantes</i>	Identificar Canais de comercialização, sistema bancário, condições de crédito, preços.	
<i>d- OUTROS</i>		

ORGANIZATIVO 08

Orientação sobre o levantamento qualitativo

O *Levantamento de dados qualitativos* se baseia em diálogos e conversas, preferencialmente informais, realizadas com pessoas que proporcionam informações importantes sobre a comunidade, assentamento e região.

O propósito dos diálogos, com os informantes qualificados, é chegar a ter algumas hipóteses sobre as determinantes histórico-geográfica do território, uma idéia sobre os principais “tipos” de produtores e de sistemas de produção, e das condicionantes sociais, políticas e territoriais da(s) comunidade(s) assentamento(s) em questão.

Segue alguns exemplos de perguntas abertas que poderão ser adotados:

1. Como foi a organização das famílias até o dia de hoje? Qual a história e origem delas?
2. Como as famílias organizam a produção?
3. Qual a principal preocupação do assentamento em relação à educação, saúde, jovens... e lazer?
4. Da formação do acampamento até os dias de hoje, como se organizavam politicamente?
5. Desde que chegaram aqui, como se relacionaram com a vizinhança?

Principais preocupações

Neste momento, deve-se ater, não apenas no conteúdo, mas sobretudo, na forma como ele é apresentado. Quem fala, como fala, quando fala... quais são os pontos mais tocados pelas pessoas... Nesta etapa começa-se a identificar os principais aspectos da organização e da vida das famílias na área. É uma grande fonte para o Grupo Político, dentre os demais.

BLOCO 03 – Ferramentas para coleta de dados

Não precisamos de muita coisa, precisamos, apenas, uns dos outros. Carlitos Maia.

FERRAMENTA 01

Roteiro de pesquisa no(s) município(s) de influência do assentamento

Essa etapa refere-se, de forma geral, a entrevistas qualitativas (e em muitos alguns casos, quantitativo, como no estudo de mercado) e visitas orientadas (instituições diversas). Esta atividade pode ser dividida de em duas ações principais:

- a- reunião com informantes qualificados vinculados à igrejas, universidades, ONG's, entre outros (verificar a possibilidade de articulação de parcerias para o desenvolvimento do assentamento).
- b- reunião com os órgãos públicos competentes do município, ou região, onde está localizado o assentamento.

Além do município sede é necessário ater-se para os municípios circunvizinhos que tenham influência direta com o assentamento, seja acesso, atendimento, comércio, dentre outros.

Dentre os dados a serem coletados, temos:

- Levantamento de materiais históricos da região
- Levantamento das características ambientais, considerando:
 - a) Descrição das condições climáticas dominantes (precipitação pluviométrica, período chuvoso, balanço hídrico, temperatura mínima, média e máxima, veranicos)
 - b) Identificação e representação cartográfica da bacia ou sub-bacia hidrográfica na qual está inserida a área do PA, descrição das características ambientais presentes na sub-bacia (solos, vegetação, recursos hídricos, relevo, fauna, uso da terra, sistemas de produção)
 - c) Descrição analítica das condições de conservação /degradação ambiental da bacia ou sub-bacia hidrográfica na qual está inserida a área do assentamento
 - d) Principais programas ambientais em execução

➤ Levantamento da situação social, demográfica: população urbana, e rural, densidade demográfica, migração, nível educacional e de renda da população;

➤ Levantamento dos principais equipamentos sociais e de serviços (escolas, hospitais, posto de saúde, casas de cultura, bancos, empresas de transporte rodoviário, Fórum, cartórios, agências de governos estadual e federal, correios, bibliotecas ...)

➤ Levantamento da economia, evolução recente da economia, projetos/programas de desenvolvimento regional e municipal, existência de Conselho e/ou Plano Municipal de Desenvolvimento Rural e Ambiental e se possível o zoneamento econômico-ecológico; Identificar as principais atividades econômicas (feiras, casas agropecuárias, mercados, etc) e principais produtos agropecuários. É importante realizar o levantamento dos produtos que são comercializados considerando-se: a origem; a produção local; o consumo; preço ...

➤ Levantamento da estrutura fundiária local (número de estabelecimento agrícolas, dimensão, características...)

➤ Levantamento dos programas governamentais de apoio aos agricultores familiares (créditos, meio ambiente, educação, saúde, comercialização ...) e de assistência social.

➤ Identificação das forças políticas locais (sindicatos, partidos políticos, igrejas, ONG's...)

FERRAMENTA 02

Roteiro de levantamento territorial

1 – Levantamento de Informações gerais e iniciais para o PDA.

1.1 – Caracterização do assentamento

- Localização do assentamento
- Croqui do assentamento (Solos, Recursos Hídricos, Vegetação, Clima, Infra-estrutura)
- Entorno (vizinhança)

1.2 – Caracterização do entorno

- Estradas de acesso
- Identificação da bacia hidrográfica
- Matriz tecnológica
- Caracterização da vizinhança

2 – Questões a serem detalhadas no levantamento qualitativo

A- Infra-estrutura	
A.1 – Vizinhança:	<ul style="list-style-type: none"> • Quem são os vizinhos? . • O que eles produzem na terra? • Quais cidades ou vilas freqüentam?. <ul style="list-style-type: none"> - Qual as distâncias. - Cidades, escolas, estradas, Igrejas, cartório, órgãos públicos, condição das estradas, número habitantes, transporte (itinerário, custo, horário)
A.2 – Estrutura	<ul style="list-style-type: none"> • Quais as estruturas existentes? (fazer tabela) • Onde estão? • Como estão conservadas?
B- Aspectos ambientais	
B. 1 – Clima	<ul style="list-style-type: none"> • Variação climática <ul style="list-style-type: none"> - Microclima (bacias, relevos...) - Macroclimas (Região)
B.2 – Solos	<ul style="list-style-type: none"> • características <ul style="list-style-type: none"> - Cor/ Textura/ Pedregosidade/encharcamento/Fertilidade / uso atual / capacidade
B.3 – Vegetação	<ul style="list-style-type: none"> • Quais são? / Onde estão? / Tamanho de cada fragmento?.

	<ul style="list-style-type: none"> Localização das reservas ambientais
B.4 – Topografia	<ul style="list-style-type: none"> Tamanho da área Declividade
B.5 – Hidrografia	<ul style="list-style-type: none"> Localização Fluxo e vazões (intermitentes, permanentes...) De onde vem / Para onde vai <ul style="list-style-type: none"> Como é a nascente Qual o seu uso? Qual a variação de nível da água? Qual a preservação do entorno dos córregos.
B.6 - Fauna	<ul style="list-style-type: none"> Principais e espécies identificadas Habitat Migração
C - Atividades Produtivas	
C.1 – Produção	<ul style="list-style-type: none"> Quais as produções existente no assentamento? Onde estão localizadas? Qual o tamanho das unidades? Qual o Sistema de produção? Qual a matriz tecnológica? Qual é o planejamento produtivo do assentamento?

D – Unidades de lazer	
D- Bem estar:	<ul style="list-style-type: none"> Quais são as melhores áreas para moradia? Quais as melhores áreas para lazer? Quais as melhores áreas para esporte?

3 - Metodologia de trabalho

1 – Perguntas abertas

2 – Elaboração de croquis preliminares junto aos informantes qualificados

3 – Visitas de campo

- Geral
- Com informantes qualificados.
- Técnicos

4 – Utilização de equipamentos e procedimentos técnicos para geração de base cartográfica e estratificação ambiental dos agro-ecossistemas locais